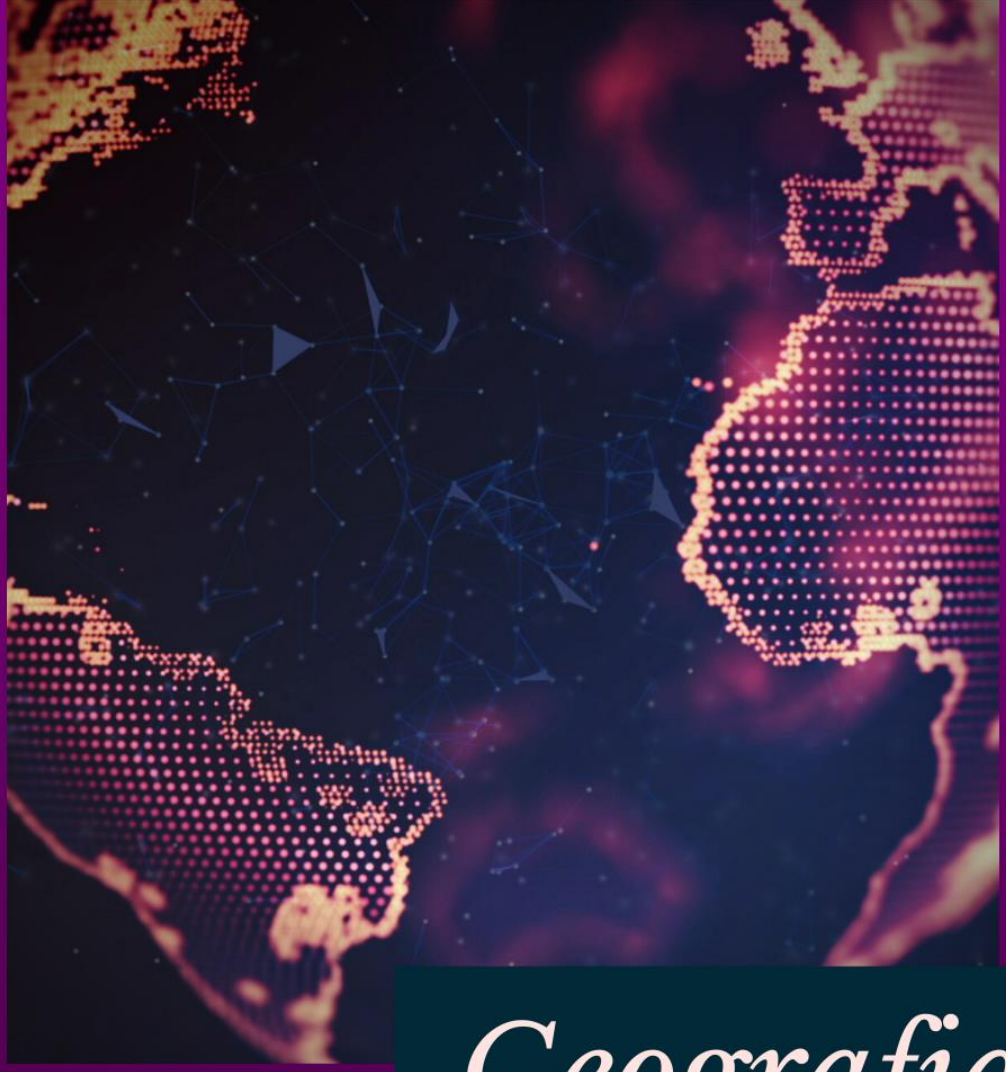


Geografia no Século XXI

Fabiane dos Santos
(organizadora)

7
VOLUME

Editora Poisson

Fabiane dos Santos
(Organizadora)

Geografia no Século XXI
Volume 7

1ª Edição

Belo Horizonte
Poisson
2022

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial
Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
Ms. Davilson Eduardo Andrade
Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
Msc. Fabiane dos Santos
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
Ms. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345

Geografia no Século XXI - Volume 7/
Organização: Fabiane dos Santos
Belo Horizonte - MG: Poisson, 2022

Formato: PDF
ISBN:978-65-5866-177-1
DOI: 10.36229/978-65-5866-177-1

Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia

1. Meio ambiente 2. Gestão. 3. Espaço Urbano I. dos Santos, Fabiane II. Título
CDD-910

Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores

O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.

Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterada.

www.poisson.com.br

contato@poisson.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1: Projeto EJA TEC em Goiás: Ampliação de oportunidades ou flexibilização da educação?...06

Ana Lúcia da Silva, Antônio Carlos Freire Sampaio, Mychelle Priscila de Melo

DOI: 10.36229/978-65-5866-177-1.CAP.01

Capítulo 2: Projeto Nós Propomos! E o princípio da flexibilidade pedagógica 15

Odair Ribeiro de Carvalho Filho, Claudionei Lucimar Gengnagel, Luis Guillermo Torres Pérez, Hugo de Carvalho Sobrinho

DOI: 10.36229/978-65-5866-177-1.CAP.02

Capítulo 3: Festa da Cavalhada em Poconé: Representações sociais no Pantanal Mato-Grossense e contribuição ao ensino de Geografia.....24

Denize Gonçalina Valéria Vicente, Sônia Regina Romancini

DOI: 10.36229/978-65-5866-177-1.CAP.03

Capítulo 4: Geografia e música: Origem, desenvolvimento e estágio atual das pesquisas sobre música na Geografia brasileira.....36

Nelson Rodrigo Pedon

DOI: 10.36229/978-65-5866-177-1.CAP.04

Capítulo 5: Mapeamento das áreas de práticas religiosas da Jurema Sagrada e Umbanda no Parque Natural Municipal de Cabedelo – PB.....46

Rogério Silva Bezerra, Mayara Valentim Pereira, Vitor de Melo Silva Sousa, Elinaldo Noé Pires, Thyago de Almeida Silveira

DOI: 10.36229/978-65-5866-177-1.CAP.05

Capítulo 6: A utilização da aula de campo aplicada ao estudo do manguezal de Guaratiba: Estudo de caso no CIEP Roberto Burle Marx (Primeiro ano do Ensino Médio).....50

Wilson Messias dos Santos Junior, Kátia Isabel Louzada Tostes

DOI: 10.36229/978-65-5866-177-1.CAP.06

Capítulo 7: Educação do Campo: Conflitos territoriais no campo e a conquista de políticas públicas pelos movimentos socioterritoriais camponeses.....62

William James Vendramini, Rodrigo Simão Camacho

DOI: 10.36229/978-65-5866-177-1.CAP.07

SUMÁRIO

Capítulo 8: Luta pela terra em Benevides-PA: Um estudo de caso do Assentamento Agrovila Nelson Mandela, localizado na comunidade Touro Bravo, Nordeste Paraense 72

Fernando Jorge Ramos Barros, Vilani Gusmão da Silva Brandão, Debora Rodrigues Barbosa

DOI: 10.36229/978-65-5866-177-1.CAP.08

Capítulo 9: Política Agrária no Brasil: Análise de seus limites com foco nos assentamentos rurais de Sapé-PB 83

Alysson André Oliveira Cabral, Ivan Targino Moreira

DOI: 10.36229/978-65-5866-177-1.CAP.09

Capítulo 10: Totalidade, Estado-Nação, Formação Social, Território como categorias fundamentais da Geografia Crítica e o pensamento geográfico 91

João Phelipe Santiago

DOI: 10.36229/978-65-5866-177-1.CAP.10

Capítulo 11: Governança das Águas na Região Metropolitana do Recife (RMR) – Pernambuco.....100

Enildo Luiz Gouveia, Pedro Costa Guedes Vianna

DOI: 10.36229/978-65-5866-177-1.CAP.11

Capítulo 12: As escalas do fenômeno climático a partir das categorias de análise da ciência geográfica 106

Taíza de Pinho Barroso Lucas, Adriano Valério Resende

DOI: 10.36229/978-65-5866-177-1.CAP.12

Capítulo 13: Participação social e suas concepções de justiça e injustiça 113

David Melo van den Brule

DOI: 10.36229/978-65-5866-177-1.CAP.13

Capítulo 14: Inovação institucional no Sistema Único de Saúde no contexto da pandemia de Covid-19 132

Arnobson dos Santos Costa, Janaina Novaes Sobrinho

DOI: 10.36229/978-65-5866-177-1.CAP.14

Autores:.....143

Capítulo 1

Projeto EJA TEC em Goiás: Ampliação de oportunidades ou flexibilização da educação?

Ana Lúcia da Silva
Antônio Carlos Freire Sampaio
Mychelle Priscila de Melo

Resumo: A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino destinada a atender aqueles que, por motivos diversos, não concluíram a Educação Básica em tempo dito normal. Formada por um público bastante heterogêneo, a EJA necessita de um olhar específico em função de suas singularidades, porém, o que se percebe é que esta, marcada por avanços e retrocessos quanto a políticas públicas de valorização, enfrenta um momento delicado devido às investidas neoliberais que visam transformar a Educação em mercadoria. Com a iminência da pandemia de Covid-19 e consequente distanciamento social, houve a necessidade do ensino remoto sendo que as experiências com o uso de plataformas digitais intensificaram e mesmo diante da repulsa de boa parcela dos estudantes ao formato não presencial projetos de Educação a Distância (EaD) já estavam sendo colocados em prática na Educação Básica, mesmo antes da pandemia. Exemplo disso é o Projeto EJA TEC, implantado no segundo semestre de 2019 em Goiás, alinhado à BNCC e destinado a atender a Terceira Etapa da referida modalidade de ensino no formato EaD. Justificamos este estudo pela atuação direta ou indireta dos autores como professores de Geografia na EJA e pela preocupação com os rumos desta modalidade no que se refere as condições de ensino aprendizagem oferecida aos discentes, as condições de trabalho e (des) valorização docente e aos temas geográficos apresentados à grande área das Ciências Humanas.

Palavras-chave: Projeto EJA TEC, Neoliberalismo, Educação, Ensino de Geografia.

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), atualmente compreendida como uma modalidade da Educação Básica, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), vem ganhando destaque junto às discussões acerca dos desafios do sistema educacional brasileiro perante a persistência de um significativo número de analfabetos ou semianalfabetos em nosso país.

O fracasso, exclusão ou frustração no processo educacional em tempo dito normal, na infância ou adolescência, deixaram marcas sendo que a volta à escola remonta esse passado de incertezas e inseguranças. Quando, porém, esse retorno ocorre de maneira não presencial, através de plataformas virtuais, o impacto da mudança pode ser ainda mais temeroso.

No segundo semestre de 2019 a Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC GO) lançou o Projeto EJA TEC (Educação de Jovens e Adultos a Distância) destinado a escolas polos localizadas em diferentes regiões do estado para atender a Terceira Etapa (correspondente ao Ensino Médio regular) desta modalidade de ensino. A justificativa para implementação do referido projeto é ampliar as possibilidades de estudo por meio de uma estrutura pedagógica flexível, desenvolvendo a cultura do uso das tecnologias da informação e comunicação como ferramentas de promoção e transformação educacional.

Acreditamos, porém, que o avanço da modalidade EaD na Educação Básica trata-se de uma investida das políticas neoliberais no campo educacional, com projetos privatistas para as instituições públicas por ser menos onerosa do ponto de vista financeiro. Esta, transforma o professor em tutor, precariza demasiadamente o trabalho docente, descaracteriza a educação e compromete a qualidade do ensino ofertado.

Assim, justificamos o presente estudo pela necessidade de discutir e conhecer mais sobre esta temática uma vez que seus autores são professores atuantes direta ou indiretamente na escola pública e por tratar-se de uma pesquisa em andamento cujos objetivos buscam a compreensão da implantação da EJA TEC em Goiás, seus impactos sobre discentes e docentes e como os conteúdos geográficos estão dispostos à área das Ciências Humanas já que a mesma está alinhada às propostas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio, organizada a partir de matrizes de competências e habilidades, agrupadas em quatro áreas do conhecimento (Linguagens, códigos e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e suas tecnologias).

2. APORTE TEÓRICO

No contexto da globalização, o acesso às informações ocorre de forma rápida e não homogênea sendo que a escola e, consequentemente os professores se tornam fundamentais para transformar informação em conhecimento. Dessa forma:

> A educação escolar, por sua vez, está assentada fundamentalmente no trabalho dos professores e dos alunos, cuja finalidade é contribuir com o processo de humanização de ambos pelo trabalho coletivo e interdisciplinar destes com o conhecimento, numa perspectiva de inserção social crítica e transformadora (PIMENTA, 1999, p.23).

A Geografia, como componente curricular das Ciências Humanas, deve proporcionar a construção de conceitos que possibilitem ao aluno a compreensão do presente com vistas ao futuro (Straforini, 2008), indo além da localização e simples descrição da superfície terrestre. Através do conhecimento geográfico é possível perceber o lugar em sua conexão com o mundo, o local e suas relações com o global.

Ao analisar a matriz de competências e habilidades da Terceira Etapa, vislumbramos que categorias geográficas cruciais para a compreensão do espaço são abordadas, porém o docente que ministrará as aulas, por não ter formação específica pode diminuir a relevância das mesmas comprometendo a formação geográfica do indivíduo. Ressaltamos também que os conteúdos referentes à Geografia Física não são suficientes para que o estudante supere a visão fragmentada da relação sociedade-natureza, acarretando dificuldades para que o mesmo construa uma visão de mundo integradora e totalizante.

O público atendido pela EJA é marcado pela diversidade social, econômica, cultural e etária. São admitidos nessa modalidade de ensino alunos maiores de 15 anos de idade para a Segunda Etapa (Ensino Fundamental) e maiores de 18 anos para a Terceira Etapa (Ensino Médio), o que nos permite reconhecer

que são adolescentes, jovens, adultos e idosos que não concluíram os estudos básicos em idade convencional por motivos diversos e retornam à escola com perspectivas de melhores condições de vida, nem sempre associadas à busca por conhecimentos, mas condicionada às exigências do mercado de trabalho.

E pensando no mercado de trabalho e na atual conjuntura econômica e política brasileira cabe analisar o papel da educação geográfica direcionada ao público da EJA. Frente aos avanços das políticas neoliberais acentua-se o dualismo perverso do contexto educacional brasileiro que mantem e reproduz as desigualdades sociais. Uma educação para os ricos e outra educação para os pobres, destinada à manutenção do s*tatus quo.* Assim, corrobora Santos (2001).

> Quando o sistema político formado pelos governos e pelas empresas utiliza os sistemas técnicos contemporâneos e seu imaginário para produzir a atual globalização, aponta-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos da cena ou permanecem escravos de uma lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo. (SANTOS, 2001, p. 45).

Para reforçar a permanência "como escravos de uma lógica indispensável ao sistema" foi instituída em maio de 2021 a Resolução Nº 01/2021 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2021), alinhadas à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) onde amplia a oferta da EJA, na modalidade EaD, para a Segunda Etapa (Ensino Fundamental II). Neste sentido, compreendemos que há uma nítida tentativa de precarizar ainda mais a modalidade EJA no país, demonstrando uma preocupação apenas quantitativa em alavancar índices educacionais sem que isto represente, de fato, aumento na qualidade do ensino ofertado.

O uso de plataformas educacionais, currículos rígidos e homogeneizantes demonstram um controle técnico do trabalho docente refletindo os ditames das políticas neoliberais para o campo educacional brasileiro e também para boa parcela dos países da América Latina. Assim, corrobora Girotto (2017).

> Tais políticas fazem parte de um amplo processo de ajuste neoliberal posto em prática em toda a América Latina (com exceção de Cuba), a partir dos acordos firmados em 1989 e que ficaram conhecidos como "Consenso de Washington". Por estas medidas, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, representantes do capital transnacional, difundiram uma lógica de reforma neoliberal do Estado na América Latina, com profundo caráter recessivo e que resultou, entre outras coisas, no aumento da taxa de desemprego, da ampliação da desigualdade social e de cortes profundos nos investimentos em saúde, educação e cultura. (GIROTTO, 2017, p. 427).

No que tange aos investimentos em educação, o que se percebe é a progressiva diminuição dos mesmos estando assim, num caminho contrário à construção de uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos os brasileiros. Não há como, ao nosso ver, melhorar a oferta do ensino sem que haja investimentos robustos em qualificação e valorização docente (desde a Educação infantil até o Ensino Superior), infraestrutura de unidades escolares adequada e acessível, projetos e elaboração de currículos em consonância com os interesses da comunidade escolar.

Uma prévia do que poderá acontecer, caso ocorra a ampliação da EaD na Educação Básica, foi vislumbrada perante a necessidade do ensino remoto provocado pela pandemia da Covid 19, desde março de 2020. Presenciamos as inúmeras dificuldades vivenciadas por docentes e discentes, dentre as quais podemos destacar: carência no acesso a equipamentos ou recursos tecnológicos para uso da Internet, plataformas virtuais inacessíveis, despreparo dos alunos em acompanhar aulas síncronas ou assíncronas, falta de capacitação adequada a docentes.

Quanto a qualidade do ensino ofertado pela rede pública brasileira e o rendimento educacional, o que vimos foi uma queda vertiginosa acompanhada por forte evasão escolar. Neste sentido, os maiores prejuízos quanto a qualidade e acessibilidade incidem justamente nas camadas mais pobres da sociedade.

3. METODOLOGIA

Compreendemos como metodologia a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser consideradas tendo em vista a construção do conhecimento, visando comprovar sua utilidade e validade nos diferentes ramos da ciência. Destarte, os caminhos metodológicos para este estudo perpassam pela pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002), é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Utiliza-se das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto. Os livros constituem as fontes bibliográficas por excelência. A pesquisa documental, com base no mesmo autor, usa materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser utilizadas para atender os objetivos estabelecidos pelo pesquisador. Neste sentido, foram analisadas leis, resoluções, pareceres, normativas, tanto estaduais como federais para nos auxiliar na compreensão dos fatos.

Como trata-se de pesquisa em fase inicial, os dados utilizados até o momento são resultados parciais sendo que a pesquisa de campo ainda não foi realizada e para que aconteça deverá ser avaliada pelo Comitê de Ética e Pesquisa pois envolverá a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com docentes, discentes e equipe gestora do Centro de Educação de Jovens e Adultos Profª. Alzira de Souza Campos, localizado na cidade de Catalão (GO).

4. RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

A Educação de Jovens e Adultos em Goiás segue os mesmos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação para todo o território nacional. A Primeira Etapa compreende o Ensino Fundamental I, a Segunda Etapa ao Ensino Fundamental II e a Terceira Etapa corresponde ao Ensino Médio. Esta última, foco dessa pesquisa, está dividida em três períodos semestrais tendo, portanto, dezoito meses de duração (CEE/GO, 2016).

No segundo semestre de 2019 o Conselho Estadual de Educação de Goiás autorizou a oferta da Educação de Jovens e Adultos na modalidade Educação à Distância (EJA TEC), para a Terceira Etapa, no período noturno. A implantação ocorreu inicialmente em nove escolas polos, sendo que uma delas está localizada em Catalão (GO), denominada Centro de Educação de Jovens e Adultos "Prof. Alzira de Souza Campos", situada em uma região central da cidade. O curso é gratuito e as vagas disponíveis a todos aqueles com idade igual ou superior a 18 anos completos que já tenham concluído o Ensino Fundamental.

A modulação dos docentes (a função que o servidor irá exercer no Ano Letivo e a carga horária de trabalho semanal) é feita por área do conhecimento, com o número de horas-aulas definido de acordo com a quantidade de estudantes atendidos, caso a quantidade estiver entre 50 e 150 alunos a carga horária será de 20 horas semanais equivalente a três dias; de 100 a 300 alunos, a carga horária será de 30 horas semanais, equivalente a cinco dias.

Para garantir o acesso as aulas é preciso que o estudante possua um tablet, smartphone ou computador, com acesso à internet. Os momentos a distância são ofertados através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), desenvolvido no Modular Object Distance Learning (Moodle), organizado por área do conhecimento, ou seja, quatro salas de aula virtuais a saber: I) Linguagem, códigos e suas tecnologias - Componente Curricular: Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa, II) Matemática e suas tecnologias – Componente Curricular: Matemática, III) Ciências da natureza e suas tecnologias – Componente Curricular: Biologia, Física e Química e IV) Ciências humanas e sociais aplicadas – Componente Curricular: História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Após a efetivação da matrícula pelo estudante será gerada uma senha para acesso ao AVA e a apresentação será realizada no primeiro encontro presencial.

Os encontros presenciais acontecem nos polos de apoio presencial com duração média de três horas cada e, como já mencionado, o primeiro encontro se destina à abertura do primeiro módulo, uma apresentação geral tanto da parte técnica quanto da equipe gestora da unidade escolar. Ao final das dez primeiras semanas realiza-se outra aula para abertura do segundo módulo, inclusive com *feedbacks,* atividades motivacionais, apresentação da ementa, objetivos da aprendizagem e esclarecimento de dúvidas. Além desses, são destinados ainda dois encontros presenciais obrigatórios, em cada semestre letivo, para a realização de avaliação final e conclusão dos dois módulos. Há também os Plantões de Dúvidas (PD) onde os professores se encontram na escola polo para atender individual ou coletivamente os estudantes.

Os professores da EJA TEC da área das Ciências Humanas possuem formações diversas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia). Sem capacitações específicas para adequar a esta mudança na forma de

ensinar indagamos como seria a atuação de um historiador, por exemplo, ao ministrar conteúdos referentes a categorias de análise específicas da Geografia e vice-versa? Será que os conteúdos específicos de cada uma das disciplinas que formam a área das Ciências Humanas não ficariam comprometidos? Até o momento não temos resposta para tais questionamentos, mas perante conversas informais com colegas professores que atuam em turmas da EJA TEC percebemos as dificuldades enfrentadas pelos mesmos.

Ao analisar a Matriz de Competências e Habilidades de Ciências Humanas direcionada à turma de primeiro semestre (equivalente à primeira série do Ensino Médio) da EJA TEC, vimos que há dois eixos cognitivos, sendo: Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica; Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas. Segue o quadro com a referida matriz:

Quadro 1: Matriz de Competências e Habilidades de Ciências Humanas e suas Tecnologias (Primeiro Semestre)

EIXO COGNITIVO	
I. Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica.	
Competências Gerais	**Habilidades**
M1 – Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.	H1 – Interpretar historicamente fontes documentais de naturezas diversas
M2 - Compreender a gênese e a transformação das diferentes organizações territoriais e os múltiplos fatores que neles intervêm, como produto das relações de poder.	H6 - Interpretar diferentes representações do espaço geográfico e dos diferentes aspectos da sociedade.
M3 - Compreender o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem.	H11 - Identificar diferentes representações cartográficas de um mesmo espaço geográfico.
M4 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as às práticas dos diferentes grupos e atores sociais.	H16 - Identificar registros em diferentes práticas dos diferentes grupos sociais no tempo e no espaço.
M5 - Compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.	H21 – Identificar o papel dos diferentes meios de comunicação na construção da cidadania e da democracia.
M6 - Perceber-se integrante e agente transformador do espaço geográfico, identificando seus elementos e interações.	H26 - Identificar em diferentes fontes os elementos que compõem o espaço geográfico.
M7 - Entender o impacto das técnicas e tecnologias associadas aos processos de produção, o desenvolvimento do conhecimento e a vida social.	H31 - Identificar e interpretar registros sobre as formas de trabalho em diferentes contextos histórico-geográficos, relacionando-os à produção humana.
M8 - Entender a importância das tecnologias contemporâneas de comunicação e informação e seu impacto na organização do trabalho e da vida pessoal e social.	H36 - Identificar e interpretar formas de registro das novas tecnologias na organização do trabalho e da vida social e pessoal

Quadro 1: Matriz de Competências e Habilidades de Ciências Humanas e suas Tecnologias (Primeiro Semestre)(Continuação)

EIXO COGNITIVO	
II. Contruir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artíticas	
Competências Gerais	**Habilidades**
M1 – Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.	H2 - Analisar a produção da memória e do espaço geográfico pelas sociedades humanas.
M2 – Compreender a gênese e a transformação das diferentes organizações territoriais e os múltiplos fatores que neles intervêm, como produto das relações de poder.	H7 - Identificar os significados históricos das relações de poder entre as nações.
M3 - Compreender o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem.	H12 - Analisar o papel dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando transformações naturais e intervenção humana.
M4 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as às práticas dos diferentes grupos e atores sociais.	H17 - Analisar o papel do direito (civil e internacional) na estruturação e organização das sociedades.
M5 - Compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.	H22 - Analisar as conquistas sociais e as transformações ocorridas nas legislações em diferentes períodos históricos.
M6 - Perceber-se integrante e agente transformador do espaço geográfico, identificando seus elementos e interações.	H27 - Relacionar sociedade e natureza, reconhecendo suas interações na organização do espaço, em diferentes contextos histórico-geográficos.

Fonte: Goiás, 2019.

Ressaltamos novamente que essa matriz de competências e habilidades foi construída a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No quadro 1, é possível perceber que as principais categorias geográficas ressaltadas para a turma do primeiro semestre são: território, espaço geográfico e paisagem. Para professores geógrafos que discutiram e apreenderam durante a formação acadêmica a importância desses conceitos para a compreensão do espaço o enfoque dado às mesmas será diferenciado. Porém, sabemos que o professor das Ciências Humanas pode ser um historiador, um filósofo, um sociólogo ou um profissional sem formação em nenhuma dessas áreas, o chamado "notório saber", que poderá omitir saberes importantes e até mesmo essenciais para a compreensão dos conhecimentos geográficos.

Sobre o reconhecimento do profissional "notório saber" na educação pública brasileira, tal como previsto na Lei Nº 13.415/2017, consideramos que descarta a formação docente universitária, promove cursos aligeirados, em sua maioria ofertados pela iniciativa privada como complementação pedagógica em instituições de ensino superior, muitas delas de idoneidade duvidosa. Ainda privilegia os conhecimentos práticos em detrimento aos teóricos.

Sendo assim, reforçamos que a universidade é o espaço de formação para o trabalho docente à medida que esta apresenta condições mínimas para a formação de caráter omnilateral, aprimorando no indivíduo todas as dimensões humanas capazes de promover um cidadão crítico, de pensamento autônomo, livre e que reconhece seu papel de transformação da sociedade. Não queremos repassar uma ideia que a universidade pública brasileira atual é perfeita e que consegue, de fato, formar profissionais com tais atributos. Porém, em maior parte dos casos é este intento que ela busca e almeja, mesmo enfrentando constantes ataques em tempos de políticas públicas neoliberais.

Os currículos prescritivos, hierarquizados e a própria implementação da BNCC são, por nós considerados, como um entrave à educação emancipatória e participativa.

> Entendemos que a produção do currículo deve ser coletivamente pensada, debatida e sistematizada na medida em que tal ato político também se constitui como processo formativo voltados à educação emancipatória e participativa, fundamental para a construção da gestão democrática da educação e das políticas públicas decorrentes. (KATUTA, 2019, p. 104).

Durante visita à escola pesquisada, foi possível perceber que, de forma geral, o prédio encontra-se em bom estado de conservação. Este é estruturado em dois pavimentos, contando com salas de aulas, banheiros, sala de professores, almoxarifado, depósito, cozinha, secretaria, sala da coordenação, da direção e um laboratório de informática. Ressaltamos a presença do mesmo pois nos encontros presenciais, com duração prevista de 3,5 horas/aulas, a escola deve esclarecer dúvidas dos discentes, inclusive apresentando a plataforma virtual, orientado na execução e realização de atividades. Constamos que o número de computadores presentes é muito pequeno em relação a demanda e seria necessário um profissional (dinamizador de laboratório) para orientar alunos e alunas quanto ao uso das tecnologias.

No início do ano letivo de 2021 foram matriculados 316 estudantes na EJA TEC, distribuídos nos três semestres que compõem a Terceira Etapa. Destes 55,38% são do sexo feminino e 44,62% são do sexo masculino. Não foram divulgados até o momento dados sobre evasão, repetência ou aprovação. Através de conversas informais com professores que atuam na unidade escolar (colegas de profissão) foram relatadas inúmeras dificuldades para impedir e/ou amenizar a desistência em massa. A devolutiva de atividades, inconsistência da plataforma, desânimos dos discentes foram motivo de muita preocupação. Claro que estamos em meio a uma pandemia que impede a realização dos 20% de encontros presenciais obrigatórios da EJA TEC, assim as avaliações são realizadas através de formulários virtuais.

Para garantir a realização das atividades previstas na plataforma e garantir a presença dos alunos nos encontros presenciais (durante a período remoto imposto pela pandemia de Covid-19, os encontros presenciais foram substituídos por aulas síncronas, de teleconferência através do Google Meet ou pelo Zoom), as escolas polos de EJA TEC aderiram ao Programa Busca Ativa Escolar, com o lema “Acolher para Permanecer”, criado em parceria com o Instituto Unibanco, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime Goiás) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O guia de Busca Ativa apresenta uma série de informações sobre o planejamento das ações a serem implementadas pelas unidades escolares goianas.

Com base no documento, inicialmente a escola deve registrar as frequências diárias dos estudantes, acompanhando as ausências não justificadas. Após três faltas não justificadas, a escola deve entrar em contato com o aluno ou com seu responsável a fim de justificativa pelas sucessivas ausências. Em caso de não retorno, representantes da unidade escolar devem realizar a visita domiciliar para resgate do aluno. Se o mesmo for menor de idade, o que não se aplica aos alunos da EJA TEC, o gestor escolar deve acionar o Conselho Tutelar. Sobre as estratégias citadas no guia vale ressaltar que:

> O sucesso da Busca Ativa Escolar dependerá do comprometimento de todos os atores envolvidos para o enfrentamento da exclusão escolar. Para a implementação da estratégia, serão necessárias, portanto, ações de mobilização e de formação. São essas ações que permitirão a constituição de uma rede integrada e atuante para a garantia do direito de aprender de cada criança e adolescente do município. (BUSCA ATIVA ESCOLAR, 2017).

Assim, ao analisar o guia para a implementação da Busca Ativa Escolar foi possível perceber que a implementação do mesmo envolve atores diversos, incluindo prefeito municipal, gestor político, coordenador operacional, supervisores institucionais, agentes comunitários. Porém, aos docentes que atuam em sala de aula a busca ativa se torna uma responsabilidade a mais, que na prática se materializa pela pressão exercida hierarquicamente na escola para evitar a evasão a qualquer custo, sem atacar os reais problemas que levam o aluno a desistir dos estudos básicos em tempo dito normal. E essa evasão, provocada principalmente durante a pandemia e vigência do ensino remoto, onde as desigualdades sociais afloraram mais ainda, pode impulsionar futuramente um aumento da demanda da EJA. Uma espécie de ciclo vicioso que exclui o indivíduo do processo educacional atual para reinseri-lo, mais tarde: uma exclusão includente ou uma inclusão excludente.

É instigante também o fato de institutos criados por empresas privadas estarem à frente desse projeto e ganhando cada vez mais destaque em políticas públicas destinadas a "salvar" a educação brasileira a partir de estratégias mercadológicas pensadas por quem não conhece a realidade escolar ou que não tem formação direta para tal finalidade. Em grande parte dos casos, os manuais são realizados sem a participação direta de professores, representantes de pais, de alunos, enfim, da comunidade escolar.

A pesquisa, enfatizamos, está em fase inicial e no decorrer da mesma será possível levantar informações que confirmem ou refutem a ideia que A EJA TEC atende os interesses de uma política neoliberal para a Educação brasileira, destinada a precarizar a qualidade do ensino ofertado à classe trabalhadora e manter a reserva de mão de obra barata para atender aos interesses dos grupos privilegiados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os apontamentos apresentados ao longo do texto sobre a Educação de Jovens e Adultos em Goiás nos leva a refletir sobre os rumos da educação pública brasileira num contexto de avanço das políticas neoliberais, apregoadas aos países latino-americanos através de um "manual de recomendações" elaborado a partir do Consenso de Washington.

Reformas educacionais, elaboração de currículos unificados, propagação de escolas em tempo integral, ampliação da oferta de EaD na Educação Básica são alguns exemplos de medidas governamentais que, segundo eles visam a melhoria da qualidade do ensino público ofertado. Porém, não acreditamos em nenhuma proposta para melhorar, de fato a qualidade do ensino sem que haja um aumento proporcional de investimentos que abranjam desde a infraestrutura das escolas até a valorização dos professores e demais profissionais que atuam nas mesmas.

Neste sentido, consideramos que o Projeto EJA TEC é mais uma medida que visa diminuir os gastos em educação sem a pretensão de melhorar a qualidade. Um dos argumentos para a criação do referido projeto é oferecer alternativas para que jovens, adultos e idosos trabalhadores possam concluir a Educação Básica de acordo com sua disponibilidade de tempo uma vez que o acesso a plataforma para realização das atividades pode ser feito a qualquer horário e os encontros presenciais são reduzidos. Concomitante à implantação da EJA TEC houve fechamento de turmas e até mesmo de escolas goianas que ofertam a EJA presencial.

No que se refere a matriz curricular para a EJA TEC, vimos que a mesma está alinhada à BNCC sendo que a Geografia é um dos componentes que integram as Ciências Humanas. Assim, os conteúdos específicos desta ciência correm o risco de serem esvaziados, trabalhados de forma a não ressaltar sua relevância para a formação de cidadão críticos e reflexivos, capazes de atuar para mudar positivamente a sua realidade e da comunidade como um todo.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

[2] BRASIL. Lei Nº 13.415, de16 de fevereiro de 2017.Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <http:// www. planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/ Lei/L13415. htm>. Acesso em: 13 set. 2021.

[3] BRASIL. Ministério da Educação. Resolução Nº 01/2021 de 25 de maio de 2021.

[4] BUSCA ATIVA ESCOLAR. / [coordenação Andréia Peres, Marcelo Bauer]. -- Brasília, DF: UNICEF: Instituto TIM: Congemas: Undime, 2017.

[5] GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

[6] GIROTTO, Eduardo Donizeti. Dos PCNs a BNCC: o ensino de Geografia sob o domínio neoliberal. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 30, p. 419-439, 2017.

[7] GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. Projeto Educação de Jovens e Adultos na Modalidade de Educação a Distância. Goiânia (GO). Out. 2019.

[8] KATUTA, Ângela Massumi. Mercantilização e financeirização da Educação brasileira: a proposta neoliberal, o Apagão Pedagógico Global (APG) e as R-existências. GEOGRAFIA, v. 44, n.1, jan./jun. 2019.

[9] PIMENTA, Selma Garrido. Formação de Professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (Org.). Saberes Pedagógicos e Atividade Docente. São Paulo: Cortez, 1999.

[10] SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

[11] STRAFORINI, Rafael. Ensinar Geografia – o desafio da totalidade mundo nas séries iniciais. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2008, p. 190.

Capítulo 2

Projeto Nós Propomos! E o princípio da flexibilidade pedagógica[1]

Odair Ribeiro de Carvalho Filho
Claudionei Lucimar Gengnagel
Luis Guillermo Torres Pérez
Hugo de Carvalho Sobrinho

Resumo: O presente artigo objetiva analisar as contribuições do princípio da flexibilidade pedagógica na execução do Projeto Nós Propomos! em quatro localidades distintas, a saber: Ribeirão Preto/SP, Brasília/DF e Passo Fundo/RS no Brasil e Medellín na Colômbia. A metodologia utilizada foi no âmbito qualitativo com base em revisão bibliográfica e na coleta de dados a partir de quatro professores participantes por meio de questionários no Forms. Como considerações deste trabalho temos que o princípio da flexibilidade pedagógica é valorizado e aplicado nas quatro localidades, em ritmos e tempos diversos, e que o tripé ensino, pesquisa e extensão é realizado e contribui para a formação cidadã nas localidades investigadas.

Palavras chave: Projeto Nós Propomos!, flexibilidade pedagógica, questionários, professores.

[1] Este trabalho foi apresentado e publicado originalmente no XIV Encontro Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), realizado de forma remota no ano de 2021.

1. INTRODUÇÃO

Ao analisar a história de dez anos da implementação do Projeto Nós Propomos! (PNP) em âmbito internacional, percebe-se que os objetivos são ambiciosos no que se relaciona às práticas pedagógicas inovadoras em Educação Geográfica. Nessa perspectiva, o presente artigo objetiva analisar as contribuições do princípio da flexibilidade pedagógica na execução do PNP! em quatro localidades distintas, a saber: três no Brasil e uma na Colômbia[2].

Evidenciamos três objetivos específicos: I) compreender o impacto da implementação do PNP! nas localidades analisadas a partir do princípio de flexibilidade pedagógica; II) identificar a configuração das relações entre pesquisa, ensino e extensão com o princípio da flexibilidade pedagógica; III) verificar as possibilidades metodológicas de implementação e execução do PNP!.

A justificativa por tecer essas reflexões estão relacionadas: primeiro, sobre metodologias mais condizentes para trabalhar os temas e conteúdos em geral e de Geografia em particular; segundo, sobre o que está vivenciando e problematizando no "chão da escola", por meio da implementação do PNP!; terceiro, a importância dos movimentos e adaptações às localidades analisadas para o cumprimento dos princípios do PNP!; quarto, os impactos da flexibilidade pedagógica no PNP!; quinto, atuação dos autores no grupo Investigadores Ibero-americanos em Educação Geográfica, constituído por pesquisadores e professores da Espanha, Peru, Colômbia, Brasil, México, Argentina e Costa Rica.

2. EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA, CIDADANIA E FLEXIBILIDADE PEDAGÓGICA

A Educação Geográfica tem como objetivo promover a cidadania, por isso, por meio da leitura de mundo e dos conhecimentos prévios dos estudantes, objetiva-se despertar o interesse para o desenvolvimento de ações de intervenção em seus lugares de vivência. Para além disso, a Educação Geográfica atende e defende os Direitos Humanos frente a inúmeros desafios, pois um "[...] mundo mais justo interpela, decisivamente, uma educação geográfica que deve estar empenhada na concretização dos direitos sociais dos vários grupos humanos" (SOUTO GONZÁLEZ; CLAUDINO, 2004, p. 11).

Para Rodríguez (2010) a Educação Geográfica é concebida como "[...] un fundamento teórico sobre la importancia de la geografía en la educación de una persona, un ciudadano dentro de los ideales de la sociedad y sus características culturales [...]" (p. 41). Ela propõe diversos propósitos, sendo eles: I) avaliar a influência do ser humano no sistema da sociedade mundial e o desenvolvimento dos povos em espaços limitados; II) estabelecer influência econômica e social entre as regiões do mundo; III) conhecer os estados e regiões do mundo e as complexas conexões entre seus fatos naturais, sociais e econômicos; IV) compreender a dinâmica natural, social e econômica de cada região (RODRÍGUEZ, 2010).

Araya (2010) evidencia que, a nível ibero-latino-americano, estamos perante uma transformação conceitual da Educação Geográfica, visto que se gerou uma preocupação, uma expansão do conhecimento socioespacial. Com isso, renova-se a construção e formação do pensamento geográfico. Este contexto, permite-nos demonstrar a necessidade de organizar processos de ensino e aprendizagem que privilegiam a análise da realidade social e espacial, não só do ponto de vista disciplinar, mas também do cotidiano e da experiência que se constrói com a vivência do espaço geográfico. Portanto, a Educação Geográfica, no contexto deste trabalho, é entendida como uma forma de desenvolver o pensamento geográfico a partir da interpretação e análise da realidade social.

Nesse sentido, a Educação Geográfica reflete sobre os contextos que potencializam o ensino e a aprendizagem da Geografia "...así como devela retos, problemas y posibilidades [...] que debe privilegiar el reconocimiento del espacio geográfico como escenario en donde las sociedades desarrollan sus actividades, aprovechan los recursos, potencian mejores condiciones de vida, pero también en donde hay conflictos, crisis e intervenciones en ocasiones agresivas en la relación sociedad-naturaleza" (MORENO; CELY, 2018, p. 43). Por isso, em coerência com os propósitos do Projeto Nós Propomos!, destaca-se a importância da educação geográfica como processo facilitador para compreender e transformar os problemas e potencialidades que envolvem o espaço geográfico, a partir das atividades que a sociedade desenvolve.

[2] Este estudo foi desenvolvido por professores pesquisadores integrantes do Grupo de Pesquisa Investigadores Iberoamericanos em Educação geográfica. Para mais informações acessar: https://sites.google.com/view/investigadores-iberoamericanos/bem-vindos

A análise das realidades sociais a partir da Educação Geográfica implica um exercício de educação emancipadora, sendo este um dos objetivos fundamentais da prática educativa dos autores desta reflexão e do próprio Projeto Nós Propomos!. Souto (2007) indica que a construção da cidadania se dá em diferentes escalas, desde a família (do contexto cultural) até a escola e vizinhança, portanto, a experiência passa a ser um elemento importante na formação do cidadão. Segundo Souto (2007), pensar a construção da cidadania implica refletir sobre os desafios didáticos e, nesse sentido, cinco desafios são apresentados na perspectiva da formação cidadã, conforme figura 1.

Figura 1 - Desafios para a educação geográfica do cidadão

Fonte: elaboração própria. Desde Souto (2007).

Rodríguez de Moreno (2007) aponta como a cidadania tem sido definida a partir da relação dos indivíduos com o espaço público e as obrigações e direitos que devem ser exercidos para exercê-la. Em seguida, indica:

> Todas las visiones definen la ciudadanía a partir de la igualdad de derechos socioeconómicos y políticos que debe tener todos los individuos. Sin embargo este planteamiento resulta bastante superficial o por lo menos el ciudadano asume un papel pasivo, y que desde el punto de vista educativo, se propende por una ciudadanía con capacidad individual y colectiva de lucha por nuevos reconocimientos y proponer alternativas que mejoren la calidad de vida de las personas (Rodríguez, 2007, p. 69).

Entender que a educação, especificamente geográfica, é pautada pela formação cidadã a partir do reconhecimento e reivindicação de condições de vida de qualidade para o grupo social, implica desenvolver um pensamento crítico-reflexivo com os alunos frente aos problemas sociais. Nesse sentido, retomando as propostas de Pagès (2007), são necessárias novas abordagens a partir das ciências sociais que permitam aos alunos analisar e resolver problemas cotidianos com base em um "fundamento ético de suas relações pessoais e sociais". Para isso, a educação deve desenvolver competências como "…reconocer, examinar, evaluar y apreciar puntos de vista diferentes sobre un problema concreto, incluyendo perspectivas críticas de las instituciones y las prácticas sociales" (PAGÈS, 2007, p. 209).

Atrelado a isso, é evidenciada a importância de relacionar a experiência dos estudantes frente à sua percepção dos problemas sociais, com os pontos de vista institucionais e sociais, como insumos para analisar as realidades sociais de forma global, crítica e pertinente. No contexto do Nós Propomos! Trata-se de interpretar as noções e discursos que são gerados a partir de atores sociais e instituições como pontos de partida.

A ideia do Projeto Nós Propomos! iniciou no ano letivo de 2011/12, e alargou-se para escolas de praticamente todo o território português, também às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. O fato de se dirigir diretamente à resolução de problemas comunitários, em assumida cidadania territorial local, ajuda a explicar a sua rápida expansão internacional, tendo alcançado, atualmente, vários países da iberoamérica.

O Projeto conta com o apoio do Ministério da Educação de Portugal e, em 2016, integrou as iniciativas do Ano Internacional do Entendimento Global (CLAUDINO, 2017). Ele é uma alternativa de Educação Geográfica com forte compromisso social de mobilização dos estudantes para a construção da sua cidade e, assim, uma possibilidade de superação das práticas tradicionais no contexto do ensino em geral e de Geografia em particular (CLAUDINO; MENDONÇA, 2017). O PNP! surge dos desafios que a Educação Geográfica enfrenta em seus contextos e localidades.

O Projeto Nós Propomos! aposta na compreensão da realidade vivida pelos sujeitos e no comprometimento com a transformação social. Estes são desafiados a retratar o seu cotidiano e a buscar soluções para os problemas locais, relacionando-os às finalidades da Educação Geográfica, pois permite a compreensão das realidades sociais, políticas e econômicas e sua relação no espaço geográfico.

Com base na perspectiva socioconstrutivista da aprendizagem, o Projeto possui dimensões que perpassam a teoria e a prática, já que, quando os estudantes buscam propor, devem investigar tanto no sentido prático, como teórico para que as soluções estejam de fato sistematizadas (CARVALHO SOBRINHO, 2018).

Deste modo, o estudante é valorizado como sujeito protagonista de sua realidade local, além de "[...] ajudar a identificar os problemas socioambientais locais e favorecer a busca de soluções na vida política da comunidade" (SOUTO GONZÁLEZ; CLAUDINO, 2019, p. 8). Por meio deste protagonismo, existe o despertar do sentimento de pertencimento e de identidade com a instituição escolar. Desta forma, os estudantes ressignificam o seu papel como sujeitos ativos no espaço escolar e público da cidade. O projeto assume uma postura de mediação entre escola e comunidade para o bom funcionamento de uma sociedade democrática (CLAUDINO, 2021).

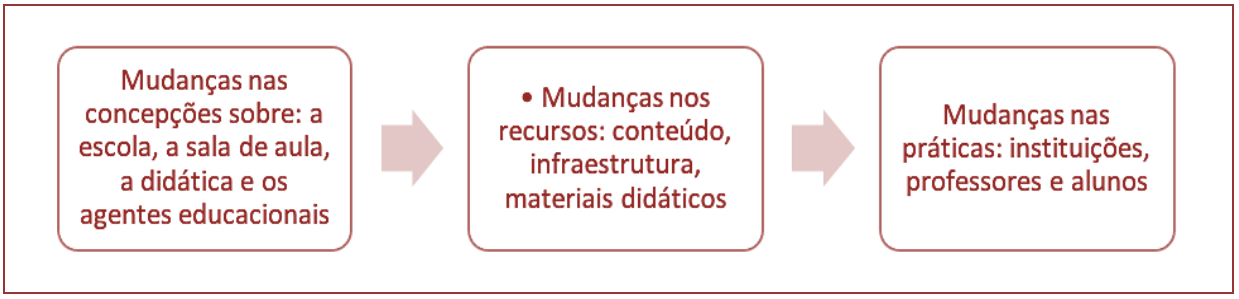
O referido projeto é desenvolvido com base em dez princípios, a saber: 1) Cidadania territorial; 2) Simplicidade metodológica; 3) Flexibilidade; 4) Investigação; 5) Construtivismo; 6) Diálogo/horizontalidade; 7) Parcerias; 8) Valorização de diferentes competências; 9) Multidisciplinaridade; 10) Divulgação (CLAUDINO, 2019a, 2019b).

Diante deste contexto, o princípio de flexibilidade pedagógica é necessário, porque o PNP! abrange localidades e espacialidades distintas. Este princípio garante o desenvolvimento das práticas do Projeto em ritmos, tempos e momentos distintos nas várias redes e modalidades de ensino, em consonância com as particularidades histórico-culturais locais. Neste sentido, admitimos que flexibilidade pedagógica,

> [...] pretende ampliar y enriquecer la forma de aprender por medio de un mejor aprendizaje social, nuevos modelos de aprendizaje y nuevas formas de crearlo, diseñarlo y construirlo. En este camino, se reemplaza el recibir, por encontrar o crear, lo fijo por las opciones, el escuchar por el hacer, de lo mismo para todos a la individualización, de tomar apuntes a presentar tu propio trabajo […] De esta forma, el alumno es un participante activo en el proceso de aprendizaje, y como docentes damos paso a nuevas inquietudes (RUÍZ; PARRILLI, 2015, p. 1-2).

Na perspectiva de Caicedo (2005), a flexibilidade pedagógica implica dar um novo sentido à noção de aprendizagem, para gerar novos cenários para a construção do conhecimento a partir da criatividade e do desenvolvimento de diversas competências sociais. Dentre os princípios que definem a flexibilidade pedagógica podemos citar: I) reconhecimento no controle da própria aprendizagem, II) estruturação personalizada do que e como aprender, e III) personalização dos ambientes de aprendizagem (CAICEDO, 2005). Assim, é necessário gerar mudanças nas concepções e práticas de professores e alunos (ver gráfico 2).

Figura 2: Mudanças de flexibilidade pedagógica



Fonte: elaboração própria. Desde Caicedo (2005).

Pensar uma proposta educacional a partir dos princípios da flexibilidade pedagógica implica superar as barreiras espaciais e temporais das próprias necessidades dos estudantes e das orientações dos professores. Busca gerar novas alternativas nos processos de comunicação e no tratamento das informações que circulam nas diferentes fontes. A partir desse modelo, o estudante passa a ser protagonista em seu processo de aprendizagem, porque permite questionar, comentar, trocar e construir novos conhecimentos a partir do trabalho colaborativo. Isso aumenta a criatividade e a inovação na solução de problemas sociais.

A flexibilidade pedagógica busca fazer frente à verticalidade existente nos sistemas educacionais e nos currículos escolares, de forma "[...] que seja suscetível a mudanças ou variações de acordo com as circunstâncias ou necessidades" (ESCALONA, 2008 p. 1). Somando-se ao exposto e citando Nazif (1996), a flexibilidade na Educação apresenta grandes possibilidades para o estudante conceituar e interagir de forma dinâmica e transformadora com o conhecimento.

Desse modo, entende-se que a flexibilidade pedagógica busca romper com os esquemas tradicionais de ensino para permitir que os alunos descubram e analisem o mundo por meio da problematização e da construção do conhecimento. Sem dúvida, isso repensa os papéis tradicionais de professores e estudantes.

Entende-se que o princípio da flexibilidade pedagógica é executado e motivado pela necessidade da dinâmica dos processos educacionais, pois os espaços e tempos educativos são distintos. Sabe-se que é um desafio a implementação desse princípio no contexto real das unidades escolares. Entretanto, consideramos que o PNP! tem possibilitado, em suas ações, a execução desse princípio como forma de contextualizar a Educação Geográfica em cada localidade.

O referido princípio aplica-se, ainda, em contextos não esperados, como por exemplo, a pandemia da COVID-19, que impôs o isolamento social e a adoção do Ensino Remoto Emergencial. Neste cenário, o projeto obteve contornos novos para adaptar-se à nova realidade para a continuidade de suas ações (CLAUDINO, 2021). No caso de Ribeirão Preto/SP, o projeto teve continuidade de modo remoto e com o uso da plataforma *Teams* e do *Google Earth* (CARVALHO FILHO et al., 2021).

Assim, consideramos que o PNP! possibilita mudanças de cunho operacional e pedagógico, sem afetar sua concepção de cidadania e inovação no ensino. É, nesse sentido, que a flexibilidade pedagógica ganha notoriedade por sensibilizar os estudantes para a resolução dos problemas territoriais locais.

Com isso, temos a possibilidade de uma construção de um ensino e de uma aprendizagem significativa, uma vez que o princípio eleva o estudante e seu lugar, mundo, ritmo, tempo e sentido para o centro do debate pedagógico. Existe assim, a construção e o percurso do projeto para atender às demandas e especificidades dos estudantes (RUÍZ; PARRILLI, 2015).

3. CAMINHOS DA PESQUISA

A abordagem metodológica utilizada é de âmbito qualitativo, a partir da análise bibliográfica sobre os fundamentos do PNP!, principalmente no que se refere à construção da cidadania. A coleta de informações empíricas realizou-se por meio da aplicação de questionários aos coordenadores de 04 (quatro) localidades distintas, a saber: Brasília, Passo Fundo e Ribeirão Preto no Brasil e Medellín na Colômbia. Nesse sentido, a partir das informações coletadas realizou-se o estudo de caso comparativo, buscando relacionar os diferentes modos de implementação do Projeto Nós Propomos! por meio do princípio da flexibilidade pedagógica.

Considera-se que a aplicação de questionário foi um elemento importante na construção da pesquisa. Utilizamos um questionário aberto com nove questões, via *google forms*[3], aplicado no mês de junho de 2021. O questionário teve o objetivo de identificar questões relativas à implementação do PNP!, bem como, averiguar a utilização da flexibilidade pedagógica na condução do Projeto. Consideramos que é um estudo de caso, já que não aborda a totalidade do Projeto Nós Propomos!

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com as respostas dos questionários foi importante realizar a análise das informações coletadas e a inferência a partir da fundamentação teórica. Nesse sentido, esta seção do artigo é destinada para discussão dos resultados e novas ponderações sobre o tema.

As coordenações que responderam ao questionário pertencem ao curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP USP); ao curso de Geografia da Universidade de Brasília (UnB); ao Colégio Colombo Francés de Bogotá; ao curso de Geografia da Universidade de Passo Fundo (UPF). Destas instituições, uma realiza o PNP! há 1 ano, outra há 5 anos ou mais, enquanto duas trabalham com o Projeto há 2 anos.

Atualmente, o Projeto está vinculado em 2 instituições à extensão, uma delas está ligada à pesquisa de pós-graduação e na universidade da Colômbia não há um vínculo institucional. Nesta perspectiva, a FFCLRP USP atua em uma escola; a UnB afirmou que o Projeto foi suspenso temporariamente no ano de 2020 e 2021 e quando estava na ativa envolvia 4 escolas em 4 cidades diferentes. Na Colômbia existe uma escola participante, enquanto na UPF duas escolas de Educação Básica se inserem no trabalho.

Quando questionados sobre a metodologia utilizada pela instituição para trabalhar o Projeto junto às escolas, observou-se as seguintes respostas:

Quadro 1 - Metodologia utilizada para trabalhar o Projeto junto às escolas

O trabalho é colaborativo e a sistemática de ação é compartilhada entre os membros do grupo de pesquisa (ELO).
Sempre ativa, pautada nas demandas dos alunos. Debates, rodas de conversa, trabalhos de campo, pesquisa bibliográfica, grupos de discussão, apresentação de seminários.
La metodologia de investigación por proyectos es constitutiva del enfoque del colegio. Nós Propomos es un referente que junto a otros moldea nuestro hacer.
Apresentamos o projeto a um pequeno grupo de professores que participam das formações continuadas. O grupo demonstrou interesse em participar, no entanto apenas um de fato desenvolveu no ano de 2019.

Fonte: Os autores.

[3] Questionário disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/19nsRbM4xoN8Ff0UVsC0RSDHNIjlJ2nttvkIe54KjPZs/edit?edit_requested=true>. Acesso em: 20 out. 2021.

Paralelo ao exposto, todas as instituições responderam que foram impactadas pela Pandemia da COVID-19, porém almejam retomar o Projeto tão logo a situação calamitosa esteja controlada e as escolas possam desenvolver novamente o trabalho junto aos alunos e a comunidade. Quanto ao assunto, as respostas foram as seguintes:

Quadro 2 - O impacto da pandemia de Covid-19 na execução do Projeto Nós Propomos!

O plano inicial previa o desenvolvimento do projeto em 5 diferentes escolas da região metropolitana de Ribeirão Preto- SP, mas apenas em uma escola (ETEC) foi possível.
Totalmente impactado. Todas as atividades suspensas.
Sí, metodológicamente hemos tenido que explorar alternativas a las salidas de campo, a la forma de realizar entrevistas por ejemplo, pero a su vez hemos enriquecido con la virtualidad las formas de investigar y socializar resultados.
No período em que as aulas foram suspensas não conseguimos atuar com o projeto nas escolas. Considerando que a metodologia do projeto requer trabalho de campo, sentimos muito dificuldade de mantê-lo naquele momento.

Fonte: Os autores.

Assim, como tantos outros projetos e ações desenvolvidas em escolas e universidades do mundo todo, o PNP! sofreu impactos e mudanças decorrentes da pandemia. Infelizmente muitas das atividades que haviam sido planejadas para o ano de 2020 e 2021 foram suspensas e outras remanejadas para o ano de 2022.

No que se refere às adaptações que o Projeto sofreu, as respostas foram diversas:

Quadro 3 - Adaptações do PNP! a realidade da Universidade e das escolas

Sim, o projeto foi idealizado pelo Prof. Dr. Sergio Claudino, da Universidade de Lisboa, em Portugal e adaptado para o contexto escolar brasileiro (que possui diversas diferenças, dentre elas, curriculares (carga horária, materiais de apoio, rotinas escolares etc). Nas práticas escolares brasileiras, em específico, nas desenvolvidas por meio do grupo de Estudos da Localidade - ELO, os professores tiveram dificuldades de atrair mais colegas para integrar a equipe).
No caso do DF, adaptado às características de cada escola, de um lado, e às urbanas de cada cidade, de outra. A diferença é que por se tratar do Distrito Federal do Brasil, a discussão sobre cidade é relevante, por se tratar de uma excepcionalidade jurídica, que dificulta o entendimento que no DF existem outras cidades além de Brasília. E, por consequência, a dimensão da cidadania.
En nuestro caso es más un diálogo con una experiencia propia.
Mantemos a metodologia proposta por Portugal.

Fonte: Os autores.

Por fim, foi indagado aos coordenadores dos Projetos qual o objetivo geral do PNP! na Universidade em que atua. As respostas advindas demonstram que não há um único objetivo, tão pouco uma obrigatoriedade para que todas as universidades tenham um mesmo caminho metodológico ou que busquem a mesma inserção na sociedade onde atuam.

Quadro 4 - Objetivo do PNP! na Universidade

Possibilitar a formação cidadã por meio de uma ressignificação das práticas escolares sendo a disciplina de Geografia, os(as) professores(as) e seus estudantes, os propulsores. Tal ressignificação diz respeito a promover reflexões sócio ambientais na escala local para que o protagonismo juvenil, a inovação educativa e a ampliação de diálogos com a comunidade seja viabilizado.
Ensinar e aprender Geografia por meio das cidades dos alunos, como ponto de partida para a construção de uma cidadania territorial.
El aprendizaje basado en proyectos como una práctica sistemática en la formación de los estudiantes.
Inserir estudantes do Ensino Médio na comunidade escolar onde os mesmos estão inseridos, a fim de transformar uma dada realidade e formar um conhecimento calcado na solução de problemas, dificuldades e anseios regionais.

Fonte: Os autores.

Ao analisar a conjuntura das quatro localidades, observa-se que o Projeto Nós Propomos! cumpre com o princípio da flexibilidade pedagógica no momento em que respeita as especificidades locais e regionais. Ainda, percebe-se que as coordenações possuem consciência dessa premissa pois buscam adaptar o projeto idealizado em Portugal a realidade onde se inserem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a coleta e análise comparativa dos dados empíricos por meio dos questionários aplicados às quatro coordenadoras do PNP!, notamos pontos relevantes para o avanço da pesquisa e das práticas pedagógicas do Projeto na iberoamérica.

O desenvolvimento do PNP! fundamenta-se em investigações feitas por professores e estudantes para leitura e interpretação dos contextos locais de forma crítica e emancipadora. Para tanto, o princípio da flexibilidade pedagógica é valorizado e aplicado nas quatro localidades investigadas neste trabalho. Assim, o referido princípio concretiza-se como importante característica para expansão do Projeto na Colômbia e nos estados de São Paulo (CARVALHO FILHO, 2020), Rio Grande do Sul e no Distrito Federal.

Além disso, foi relatado que a didática e metodologia do PNP! parte da leitura dos contextos locais, no sentido de ressignificá-los e valorizá-los para as intervenções serem significativas para as comunidades e o poder público local, bem como, para a construção das aprendizagens em Geografia.

Os dados analisados explicitam que o projeto promove uma intersecção sólida e promissora entre a Escola e a Universidade, por aplicar a flexibilidade pedagógica no planejamento e desenvolvimento das ações realizadas. Desta forma, o tripé ensino, pesquisa e extensão é realizado e contribui para a formação cidadã nas localidades analisadas. Evidenciou-se, por meio dos relatos dos coordenadores do Projeto nas quatro localidades, que o princípio da flexibilidade ampara os diversos formatos que o Projeto assume em consonância com a escola e a comunidade local.

Os dados analisados são uma possibilidade para novas investigações envolvendo o PNP! e as realidades locais onde é desenvolvido. Destacamos que é necessário reforçar e ampliar os debates sobre a importância da flexibilidade pedagógica para o Projeto e para a Educação Geográfica.

REFERÊNCIAS

[1] ARAYA, F. (2010). Educación geográfica para la sustentabilidad. La Serena: Universidad de La Serena.

[2] CARVALHO FILHO, O. R.; GOMES, D. L. N. ; SOUZA, C. V. ; CARNIEL, F. S. ; CARVALHO, R. S. T. ; NUNES, S. M. M. ; SILVA, R. M. . O projeto Nós Propomos! no município de Ribeirão Preto/SP. In: LASTÓRIA, C, A; ROSA, A; KAWASAKI, C, S. (Org.). Almanaque Nós Propomos! cidadania, escola e protagonismo juvenil. 1ed.Ribeirão Preto/SP: FFCLRP/USP, 2021, v. 1, p. 1-120.

[3] CARVALHO FILHO, O. R. O Ensino de Geografia e o estudo do local: o Projeto Nós Propomos! no estado de São Paulo, Brasil. 2020. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020.

[4] CARVALHO SOBRINHO, H. A cidade e o ensino de Geografia: significação a partir das atividades do Projeto Nós Propomos. In: SOUZA, Vânia Lúcia Costa Alves; LEITE, Cristina Maria Costa (Orgs.) Ensinar e aprender Geografia por meio do Projeto Nós Propomos. Goiânia: C & A Alfa Comunicação, 2018.

[5] CLAUDINO, S. Construir uma escola cidadã por meio do Projeto Nós Propomos! um desafio no espaço ibero-americano. Revista Sobre Tudo, v. 10, n. 2, p. 33-52, 2019a. Disponível em: http://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sobretudo/article/view/3881. Acesso em: 22 jun. 2021.

[6] CLAUDINO, S. Problemas sociais e cidadania local em Geografia. Uma proposta alternativa. In. GÓMEZ CARRASCO; SOUTO GONZÁLEZ; MIRALLES MARTÍNEZ (EDS.) Enseñanza de las Ciencias Sociales para una cidadania democrática: estúdios em homenaje al professor Ramón López Facal. Edciones OCTAEDRO, Barcelona, Espanha, 2021.

[7] CLAUDINO, S. Project We Propose! building territorial citizenship from school. In: PINEDA-AFONSO, J. A.; ALBA-FERNANDEZ, N.; NAVARRO-MEDINA, E. Handbook of Research on Education for Participative Citizenship and Global Prosperity. Hershey: IGI Global, 2019b. p. 350-382

[8] CLAUDINO, S. The Project We propose! Young people discussing and building the territory. In: OOSTERBEEK et al. Transdisciplinary contributions for Cultural Integrated Landscape Management. Mação: Apheleia, Erasmus+, Instituto Terra e Memória, Instituto Politécnico de Tomar, Vol. I, p. 175-189, 2017

[9] CLAUDINO, S; MENDONÇA, S. "Nós Propomos": uma proposta alternativa de educação geográfica na Iberoamerica. In: BAZOLLI, et al. (Org.). A extensão universitária como indutora à cidadania: a experiência do "Nós Propomos". Palmas: Eduft, 2017.

[10] ESCALONA, L. Flexibilidad curricular: elemento clave para mejorar la educación bibliotecológica. In: Investigación bibliotecológica. Cidade do México, v.22, n.44. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S018 7-358X20 08000100008. 2008

[11] MORENO, N; CELY, A. Educación geográfica, formación docente y vida cotidiana. Universidad Pedagógica Nacional. Disponível em: http://geopaideia.org/wp-content/uploads/2018/11/EDUCACION-GEOGRAFICAFORMACION-DOCENTE-Y-VIDA-COTIDIANA.pdf. 2018.

[12] RODRÍGUEZ, E.A. Geografía Conceptual, enseñanza y aprendizaje de la geografía en la educación básica secundaria. Grupo Geopaideia. Disponível em: http://geopaideia.org/wp-content/uploads/2018/11/GEOGRAFIA-CONCEPTUALSECUNDARIA.pdf. 2010.

[13] RUÍZ, F.; PARRILLI, M. Sobre Flexibilidad Educativa y el Rol Docente. In: Revista de Informática Educativa y Medios, v, 12(19), p. 1-4. Disponível em: http://laboratorios.fi.uba.ar/lie/Revista/Articulos/121219/A1.pdf. 2015.

[14] SOUTO GONZÁLEZ, X. M.; CLAUDINO, S. Construímos uma educação geográfica para a cidadania participativa. O caso do "Projeto Nós Propomos! cidadania e inovação na educação geográfica". Signos Geográficos, Goiânia-GO, v. 1, p. 1-16, 2019. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/signos/article/view/59171. Acesso em: 10 jun. 2021.

Capítulo 3

Festa da Cavalhada em Poconé: Representações sociais no Pantanal Mato-Grossense e contribuição ao ensino de Geografia

Denize Gonçalina Valéria Vicente
Sônia Regina Romancini

Resumo: Este artigo tem como objeto central evidenciar a importância da festa da Cavalhada de Poconé, município localizado no Pantanal mato-grossense, assim como evidenciar as representações sociais dos moradores e participantes dessa manifestação cultural, ainda demonstrar sua contribuição ao ensino de Geografia no processo ensino/aprendizagem. A Cavalhada, que representa a luta entre mouros e cristãos, foi incorporada às manifestações culturais do município, há mais de 200 anos. Ela compõe a programação oficial da festa de São Benedito, que ocorre no mês de junho, sendo considerada, pelos moradores, como uma das mais importantes manifestações culturais do município. Mostra-se evidente nessa festividade o lúdico e o profano em que ocorre o encontro das diferentes camadas sociais em um mesmo espaço físico, tornando-se, a cada ano, um espetáculo mais atrativo tanto para a população local quanto para turistas das outras regiões do estado e do Brasil. Esse evento cultural é de grande relevância para o ensino de Geografia, pois é notório que ao abordar a cultura, principalmente a local, no ambiente escolar instiga-se o interesse dos educandos quanto à diversidade contida na cultura, levando-os a respeitar "os outros" "os diferentes". Neste sentido, os estudantes passam a reconhecer a multiculturalidade existente na paisagem cultural. O estudo da Geografia pautado nas manifestações culturais aponta diversas temáticas e metodologias de ensino dessa disciplina no contexto escolar, pois permite que os alunos pensem possíveis soluções para os problemas vivenciados no seu cotidiano, em vista disso, possibilitando a construção de um cidadão atuante e transformador. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, pesquisa de campo e técnica de entrevista semiestruturada.

Palavras-chave: Poconé-MT. Cavalhada. Representações sociais. Ensino de geografia.

1. INTRODUÇÃO

O município de Poconé, localizado na microrregião denominada Alto Pantanal, possui uma população estimada em 33.315 pessoas (IBGE, 2020). Ele está distante cerca de 100 km da capital mato-grossense, Cuiabá, a uma latitude de 16º15'84" sul e longitude de 56º37'22" oeste, estando a uma altitude de 142 metros. Sua extensão territorial é de 17.025,406 km^2. Possui os biomas Cerrado e Pantanal, com uma área alagável localizada entre os rios Cuiabá e Paraguai e se estende até o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense.

O Pantanal é uma das maiores áreas alagadas contínuas, com 151.487 km2, sendo reconhecido como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal e considerado Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) no ano de 2000. O Pantanal contém três Sítios Ramsar: Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, Reserva Particular do Patrimônio Natural Sesc Pantanal e Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Rio Negro. Quanto a sua biodiversidade, a fauna é rica, muito diversificada, com 463 de aves, 124 de mamíferos, 177 de répteis, 41 de anfíbios e 325 espécies de peixes de água doce (CAMINHA, 2010).

Poconé foi criada pelo Decreto-Lei Provincial, de 25 de outubro de 1831(FERREIRA; SILVA, 2008). Por sua importância histórica, o centro antigo foi tombado como patrimônio material do estado de Mato Grosso. A cultura popular do município se destaca principalmente pela fé do seu povo e pela devoção aos santos católicos. O município é representado culturalmente pela manifestação de diversos grupos sociais. Dentre as manifestações culturais significativas de Poconé, destacam-se a dança dos Mascarados, as festas do Divino Espírito Santo e São Benedito, essas festas populares são pertinentes para a análise espaço-cultural de Poconé, possuem cunho religioso e apresentam distintas marcas da sacralidade, assim como momentos profanos.

Nossa investigação tem em vista a compreensão de uma das relevantes manifestações culturais de Poconé, que se afigura como essencial na compreensão do mosaico cultural mato-grossense, a análise, desse modo, pauta-se na tradicional Festa da Cavalhada, considerada patrimônio imaterial da cultura pantaneira. Destacamos que essa manifestação cultural foi trazida ao Brasil pelos padres jesuítas em 1826, para ser integrada à Festa do Divino Espírito Santo.

A Cavalhada é uma representação da histórica batalha de Carlos Magno e os 12 (doze) pares da França, luta travada entre Cristãos e Mouros, quando o exército muçulmano, depois de conquistar Portugal e Espanha, decidiu invadir a França (CASCUDO, 1988). Essa batalha medieval tem sido retratada em diversas cidades do Brasil até os tempos atuais, havendo várias versões para o surgimento da história das Cavalhadas. Cavalhada de Poconé mantém a versão de que a batalha teve início após o sequestro da rainha Moura pelos cristãos, em troca da conversão dos mouros ao cristianismo.

Entre os fatores da dimensão duradoura da Cavalhada estão o envolvimento das famílias tradicionais do município, o empenho da Irmandade de São Benedito e a aproximação de diferentes classes sociais. Verifica-se que a preparação e realização da Cavalhada constituem um fator de identidade para os grupos envolvidos em sua organização.

Esta pesquisa pode ampliar os conhecimentos sobre a relação que as pessoas, em especial, o povo poconeano, desenvolvem com esse evento cultural, o que abrange a compreensão do passado, presente e futuro, de modo que a memória coletiva e individual é revivida e respeitada, assumindo a relação que estabelece entre as pessoas, a sociedade e a herança cultural que recebem e que projetam no futuro. Além disso proporcionar o reconhecimento da cultura local, reforça a valorização do seu patrimônio imaterial, isto é, procura refletir sobre as diferentes nuances do modo de fazer a Cavalhada em diferentes temporalidades histórico-espaciais, ademais pode contribuir para o ensino de Geografia. Diante do exposto, o intuito da pesquisa é analisar a festa da Cavalhada em Poconé: representações sociais no Pantanal mato-grossesnse e investigar a sua contribuição para o estudo de Geografia.

2. PATRIMÔNIO CULTURAL E FESTA POPULAR

A Constituição Federal do Brasil (BRASIL,1988), em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e também imaterial. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2012), os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

Desta forma, relacionamos esse pensamento institucional do patrimônio imaterial com as ideias de Maia (1999), ao refletir que a temporalidade das festas populares é marcada pela compreensão do movimento historial, em que se releva o caráter da tradição, pois há uma preocupação por parte dos participantes em preservar um legado de crenças, hábitos, dentre outros, considerados fundamentais na significação, caracterização e composição da festa enquanto acontecimento. Essa tradição apresenta-se como uma possibilidade de realização de uma herança no porvir.

As festas populares são manifestações culturais que se caracterizam por serem eventos efêmeros, perdurando por algumas horas, dias ou semanas, fornecendo nova função às formas espaciais prévias de que dispõem para a sua realização: ruas, praças, terrenos baldios, estádios, entre outros, que se transformam em palco para o evento. As festas religiosas, por sua vez, estão centralizadas em igrejas, templos e terreiros (MAIA, 1999). Amaral (1998) ressalta que as festas ocupam um espaço importante na cultura brasileira, presentes em todas as regiões do país, porém com características particulares, constituindo-se em um fator de relações, modos de ação e comportamento, sendo as manifestações culturais preferidas pelo povo brasileiro. Segundo a teórica, nas festas, a população externa suas experiências,expectativas de futuro e imagens sociais.

As festas fazem parte do patrimônio cultural de um povo, neste aspecto, relacionando-as com o universo cultural, concordamos com Claval sobre o sentido e significado de cultura, visto que, para o referido autor, “a cultura é uma herança transmitida de uma geração a outra”. Assim, ela é importante por constituir um processo social e por estar plena das práticas simbólicas que caracterizam um povo.

A abordagem cultural que pautamos no nosso estudo, éuma abordagem de cultura que valoriza a perspectiva espacial, apresentada por Claval (1999, p. 63): “A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte”. Sob esse prisma, considerando que a cultura e os distintos modos de vida combinam heranças do passado e lições do presente, é importante investigar em que medida o espaço em que elas inscrevem-se contribui para a transmissão de valores e para a construção de identidades.

3. CAVALHADA EM POCONÉ-MT

A Cavalhada é de origem portuguesa e foi trazida para o Brasil no século XVII (CASCUDO, 1988). Trata-se da representação da luta entre mouros e cristãos, que relembra as conquistas realizadas por Carlos Magno, um guerreiro cristão, e os 12 pares da França, que batalharam contra os sarracenos de religião islâmica.

Essa representação pode ser encontrada em várias regiões do Brasil, como: Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, sendo preservada principalmente nas cidades do interior, Pirenópolis - GO, São Luis de Paraitinga - SP, Poconé – MT, Guarapuava – PR, entre outros (SCHIPANSKI, 2009).

A encenação da luta entre mouros e cristãos em Mato Grosso está presente desde o ano de 1769, ocasião da chegada de Luiz Pinto de Souza Coutinho – Capitão general e governador da capitania de Mato Grosso (MENDONÇA, 1975 apud ABDALLA, 2006). De acordo com Silva (2011, p.01), a manifestação ausentou-se do cenário cultural mato-grossense por 35 anos (de 1956 a 1990) retornando em 1991. A festividade tem relação com as narrativas da literatura e dos fatos históricos: a Guerra de Troia e As Cruzadas.

Em Poconé, a Cavalhada, palco de torneios medievais realizados em arenas europeias, está presente na cultura local há mais de 200 anos. Os rituais da festividade evidenciam sentidos sociais e simbólicos contidos na sua realização, sendo: o envolvimento familiar no processo festivo, o sentimento de pertencimento e significados contidos na encenação da Cavalhada.

Segundo Moscovici (2015), as representações sociais correspondem a um conjunto de ideias, imagens e concepções que convencionalizam objetos, pessoas ou acontecimentos. Elas dão-lhes significado e colocam-nos como modelo partilhado por grupos de indivíduos.

Para esse autor, as representações sociais são geradas por dois mecanismos de um processo de pensamento baseado na memória e em conclusões passadas, que são a ancoragem e a objetivação. Ele afirma: ”Não é fácil transformar palavras não-familiares, ideias ou seres, em palavras usuais, próximas e atuais. É necessário, para dar-lhes feição familiar, pôr em funcionamento os dois mecanismos [...]” (MOSCOVICI, 2015, p. 60). Sob esse prisma, a ancoragem refere-se às ideias estranhas, reduzindo-as a imagens comuns, colocadas em um contexto familiar. A objetivação transforma algo abstrato em concreto.

Ela compõe a programação oficial da festa de São Benedito, sendo considerada uma das mais importantes manifestações culturais do município. Conforme Brandão (1974, p.65), as festas de santo são caracterizadas como uma reunião coletiva que procura reconhecer o universo simbólico e a ideologia da sociedade, em que alguns de seus grupos, produzem, controlam e mantém-nas em vigência.

O evento religioso acontece sempre no mês de junho, consiste em seis dias de festa e a apresentação da Cavalhada ocorre, geralmente, no primeiro domingo das festividades, nos períodos matutino e vespertino, com intervalo para o almoço.

A Casa das Festas, a Igreja de São Bendito, o Clube Cidade Rosa (CCR), a Igreja Nossa Senhora do Rosário (Matriz) e a Praça Joaquim Tebar, conhecida como Praça da Matriz, transformam-se em palcos de diferentes etapas dessa festança. Os preparativos ocorrem durante o ano todo, contando com o apoio de diferentes pessoas.

Para que os homens brilhem na festa da Cavalhada requer-se muito trabalho feminino. Mulheres como as costureiras e bordadeiras desempenham atividades importantíssimas, são elas que confeccionam as vestimentas e chapéus dos cavaleiros e pajens, bem como os ornamentos para os cavalos.

Algumas mulheres, artesanalmente, fazem os bonecos de pano que enfeitam a arena, produzem os objetos que são usados no torneio, como as cabeças de Judas, encapam as argolinhas com fitas de cetim, decoram os camarotes, assim como os alimentos que são servidos aos cavaleiros, aos pajens, aos convidados e à população. Fica evidente a relevância da participação da mulher na realização dessa manifestação, apesar de os homens ficarem com o papel dos protagonistas na Cavalhada.

Constatamos que a presença e o apoio feminino e familiar são de suma importância, principalmente nas seis horas de evento dentro e fora da arena. No dia da encenação, os cavaleiros são, pela manhã, ajudados na preparação dos cavalos, que precisam ser vestidos e enfeitados. Também é necessário o auxílio feminino na hora de vestir os próprios cavaleiros e pajens. A presença de amigos e de parentes no momento de preparar a entrada no campo de batalha é tão significativa que estimula e eleva a autoestima dos cavaleiros e evidencia que a Cavalhada é compartilhada e tem cunho familiar.

4. OS ATORES DA CAVALHADA

Os festeiros e festeiras, rainha da festa e Capitão do mastro pertencem à Irmandade de São Benedito, os candidatos a essas funções apresentam o desejo de participar, caso haja a intenção de mais de um grupo de festeiros, é realizado um sorteio. A regra da Irmandade estabelece que, uma vez festeiro, só pode voltar à função após cinco anos consecutivos. A rainha moura é escolhida pelo Capitão do mastro e deve estar na faixa etária entre 15 e 21 anos, um aspecto comum entre elas é o fato de que todas as escolhidas têm parentes participantes dessa tradição.

Os cavaleiros pertencem às famílias tradicionais da região, que fazem parte da Irmandade de São Benedito ou que tenham ocupado funções na Cavalhada, com condição financeira apta a custearem as despesas de suas vestimentas e as dos cavalos. As crianças tornam-se atores desse evento na figura dos pajens, são meninos entre cinco e dez anos de idade, são parentes dos cavaleiros ou filhos dos seus amigos.

A teatralização ao ar livre conta também com a participação de outros atores, sendo: guardas do castelo, encapuzados, auxiliares de pista e caixeiros, assim como os locutores que narram a evolução da batalha.

A encenação da Cavalhada acontecia na Praça Matriz de Poconé, sendo importante destacar que, ao ser implementada essa prática no Brasil, acontecia, geralmente, próxima das Igrejas Católicas ou Edifícios Públicos. A arena, atualmente, é montada no Clube Cidade Rosa, que possui amplo espaço aberto, com área equivalente a um campo de futebol, onde é demarcado o campo de batalha. O cenário ainda é composto por camarotes do lado direito do castelo, uma base em alvenaria, onde os familiares dos cavaleiros instalam tendas e decoram-nas para acomodar parentes, amigos e a própria família. A arquibancada para o público em geral é de ferro, fica do lado esquerdo do castelo, durante a evolução das provas, ela permanece lotada. O palanque é de exclusividade das autoridades políticas, civis, religiosas e festeiros.

Os cavaleiros ostentam trajes em cetim, bem como os cavalos são enfeitados com as cores do respectivo exército, sendo os mouros em vermelho e os cristãos em azul. Cada exército possui hino próprio para a Cavalhada.

No decorrer do dia, há intensa movimentação entre os camarotes. A festividade oportuniza as pessoas realizarem visitas a amigos e parentes, especialmente, aquelas que saem da Capital e da área rural. Já os espectadores que se encontram nas arquibancadas deslocam-se com outro propósito. Isso mostra marcas distintas na apropriação social do espaço, no dia de Cavalhada.

A maior parte do público da arquibancada desloca-se com o objetivo de se dirigir à área de consumo e comprar algo para comer, beber e algumas peças de artesanato. Já nos camarotes, território dos cavaleiros, ao contrário, os alimentos são trazidos de casa ou preparados ali mesmo, como o churrasco, da tradição gaúcha, que é bastante apreciado no estado de Mato Grosso.

O fato de ter um espaço privado para assistir ao evento e acondicionar o que é levado à arena, certamente, é um dos motivos da comodidade para os que podem usufruir os camarotes. No entanto, as pessoas que ficam nas arquibancadas não contam com tais privilégios.

Ressaltamos que, nos camarotes, o alimento é um bem importante, sendo próprio do costume local servir ao visitante algo para beber ou comer. Essa ação de receber todo visitante com cortesia, com um tipo de *serventia,* é um dentre os vários indícios da transposição das noções e das práticas do espaço privado da casa para o espaço público da arena.

Além dos alimentos, constam, nos camarotes, pertences cotidianos: mesas, cadeiras, água mineral, copos, caixas de isopor, guardanapos de papel, levados para a arena, dentre outros objetos domiciliares. A presença de crianças, jovens e adultos de diferentes faixas etárias é outro indicativo do ambiente familiar desses espaços, que delimita seu caráter particular.

Enquanto os camarotes são espaços que evidenciam características privadas e exclusivas, a arquibancada é pública. Fica evidente que, dependendo do local em que o espectador vivencia a festa, torna-se muito diferenciada a sua experiência. Neste sentido, a interação com os cavaleiros acontece com mais proximidade aos espectadores que estão nos camarotes.

Os festejos de São Benedito começam com nove dias consecutivos de reza (novena) na igreja denominada Luz do Mundo. Ao final da novena, há o levantamento do mastro de São Benedito em frente à igreja, em seguida, é oferecido pelos festeiros um jantar na Casa das Festas, denominado de “Retreta”, evento que é animado por uma banda de música, sendo que toda população é convidada a participar.

5. A ENCENAÇÃO DA BATALHA ENTRE MOUROS E CRISTÃOS

A performance da batalha é realizada por 24 cavaleiros (12 cristãos e 12 mouros) ,sendo um mantenedor, um embaixador e 10 soldados, que formam um grupo de destaque na cidade, eles representam as famílias mais tradicionais, a maioria de fazendeiros que denota a destreza das artes equestres de seus antepassados.

Os cavaleiros mouros e cristãos, respectivamente, ostentam trajes em cetim vermelho e azul, bordados com lantejoulas e outras pedrarias, fitas, chapéu preto enfeitado de plumas da mesma cor das roupas, as espadas na cintura e nos coldres, as pistolas. Os pajens são auxiliares dos cavaleiros, eles são responsáveis pelas lanças. Há também a participação dos cavaleiros mascarados, que ficam dentro do campo de batalha com a função de proteger os pajens, os cavaleiros e o público em geral.

Além da dramatização entre mouros e cristãos (figura 1), a Cavalhada inclui embaixadas, carreiras, duelos de espadas, lanças e pistolas, jogos equestres como o das argolinhas, carreira do limão e a do Judas (em que o cavaleiro acerta com a espada um boneco que representa o apóstolo Judas Iscariotes).

Figura 1: Cavaleiros mouros e cristãos

Fonte: rafaelfabricio.blogspot.com

O combate realizado pelos dois grupos fantasiados de mouros e cristãos começa com o rapto da rainha moura pelos cristãos (figura 2), em troca da conversão dos mouros ao cristianismo, em seguida, há o início das competições compostas por diversas atividades lúdicas.

Figura 2: Roubo da rainha Mouro

Fonte: Costa, 2019

No ano de 2019, a Cavalhada aconteceu no dia 23 de junho, um domingo, a partir das 8 (oito) horas da manhã, com a entrada na arena das comitivas do glorioso São Benedito e Divino Espírito Santo, apresentando as respectivas bandeiras ao público em geral. Em continuidade, os encapuzados entram fazendo evoluções e provocando a guerra. Os doze cavaleiros do exército mouro, juntamente com seus pajens, fazem o reconhecimento da área.

Após o reconhecimento da arena, a rainha é escoltada pelo mantenedor mouro e dois dos seus soldados/guardas até o castelo. O mantenedor cristão e seus soldados deslocam-se até o castelo, travam uma luta com os guardas mouros e roubam a rainha. Na sequência, incendeiam o castelo e deixam a rainha aos cuidados dos festeiros de São Benedito, no palanque oficial.

Inconformado com o roubo da rainha, o embaixador mouro, ladeado de dois soldados, dirige-se ao campo cristão até o seu mantenedor para apresentar a mensagem de guerra. O embaixador cristão, juntamente com dois soldados, vai até o mantenedor mouro responder à mensagem recebida.

Os mantenedores dos dois exércitos, acompanhados dos seus cavaleiros, seguem até o palanque, ficando perfilados cada qual em seu campo de batalha, para o tratado de guerra. Somente os mantenedores dirigem-se até a frente do palanque para ouvirem o mediador do combate. Nesse momento, o festeiro de

São Benedito faz uso da palavra. Consolidado o tratado, cada exército segue para seu campo de batalha, onde ficam perfilados com suas lanças, prontos para o início das provas equestres.

Começa a batalha, com muito fervor, os hábeis cavaleiros de ambos os exércitos realizam, com destreza, as provas, conquistando aplausos dos familiares, amigos e do público em geral, a vibração das pessoas é muito grande. Várias provas são executadas durante o dia, no período da manhã, são as seguintes: corrida do encontro, corrida da cabeça de Judas (figura 3), corrida do bastão, corrida da flor cruzada, corrida da aliança, corrida seis mantenedores, corrida das seis argolas.

Figura 3: Cavaleiro mouro realizando corrida da cabeça do Judas

Foto: Costa, 2010.

Concluindo essas provas, por volta de meio-dia, o exército cristão dirige-se ao centro do campo de batalha e coloca a bandeira branca sinalizando pedido de trégua e deixa a arena. O exército mouro concorda com o pedido, recolhe a bandeira branca e, da mesma forma deixa o local. Após o intervalo do almoço, os exércitos continuam a batalha quando os cristãos retornam à arena colocando a bandeira vermelha no centro da pista e os mouros recolhem-na, recomeçando as provas.

A precisão e o empenho nas realizações das provas da corrida da roda de fogo, corrida do encontro, corrida do papo (balões de látex), corrida da flor grande, corrida do sucuri, corrida em homenagem à rainha, corrida do oito grande, corrida do caracol, corrida do limão, corrida das bandeiras, corrida do lenço e corrida da argolinha são contagiantes.

O desafio mais esperado é a corrida das argolinhas. É o momento em que o cavaleiro galopa em alta velocidade ao som do caixeiro e da narração do locutor com o objetivo de retirar - com a lança - a argola fixada numa trave horizontal (figura 4).

Figura 4: Mantenedor cristão na prova da argolinha

Foto: Costa, 2010.

Quando o cavaleiro realiza a prova com sucesso, o público comemora com fervor, aplaude intensamente, assovia, grita. Os familiares e amigos gritam incessantemente o nome do cavaleiro que também é anunciado pelo locutor, que relembra com admiração os nomes dos antepassados do cavaleiro que correram nas cavalhadas. Nesse momento há compreensão do passado, presente e futuro, de modo que a memória coletiva e individual é revivida e respeitada, assumindo a relação que estabelece entre as pessoas, a sociedade e a herança cultural que recebem e que projetam no futuro.

O cavaleiro entrega a argolinha, fruto de muitos treinos e dedicação a uma pessoa que ele quer homenagear com algo valoroso, geralmente, presenteia a mãe, a namorada, o pajem, demonstrando publicamente o amor, o respeito e a admiração pela pessoa escolhida.

Consequentemente, aquele que teve a honra de recebê-la, guarda com muito cuidado e apreço, devido ao grande valor simbólico contido no objeto e no ato da sua entrega. O cavaleiro costuma receber o reconhecimento da sua conquista, principalmente, pelos parentes e amigos, que estão no camarote, eles amarram notas de dinheiro nas fitas que são presas à ponta da lança do cavaleiro.

Finalizando as provas, ao entardecer, é selada a paz entre os exércitos no momento em que os mouros apresentam a bandeira branca aos cristãos e estes entregam a rainha de volta. Após a realização da Cavalhada, a festividade em homenagem a São Benedito tem continuidade. Cabe à rainha da festa e ao rei do mastro definirem em quais dias da semana acontecerão os eventos. As etapas do cronograma apresentadas a seguir referem-se à festividade do ano de 2019, em que a Cavalhada foi realizada no dia 23 de junho.

Na quarta-feira (26/06), acontece a procissão começando na Casa das Festas até a Igreja de São Benedito, onde é celebrada a missa, às seis horas da manhã. Após a missa, retorna à Casa das Festas para o tradicional café da manhã (chá com bolo) oferecido à população, em especial, aos devotos que participaram da missa. Em seguida, os festeiros e os devotos saem com as bandeiras do santo em visitação à comunidade urbana, ao meio-dia, retornam ao mesmo local para o almoço, confraternizando com a comunidade.

Na quinta-feira (27/06), é realizado o baile dos cavaleiros, momento em que se efetiva a diplomação deles, sendo que, nesse evento, são homenageados e exaltados os seus antepassados, assim como dos pajens. A participação popular é pequena, ficando praticamente exclusivo para as famílias tradicionais às quais pertencem os cavaleiros, pajens e amigos.

O leilão ocorre na sexta-feira (28/06), dia almejado pelos membros da sociedade com maior poder aquisitivo, na festa, há mulheres e homens desfilando trajes confeccionados especialmente para a ocasião, a confraternização dessa camada social é regada a bebidas finas como whisky, além de salgados e doces. As ¨prendas¨ leiloadas são frutos de doações dos devotos, empresários e fazendeiros. O objetivo do leilão é arrecadar recursos financeiros para ajudar no custeio da festa.

No sábado (29/06), a programação é intensa, começando com a reunião da Irmandade de São Benedito no Centro Social Beneditino – anexo à igreja de São Benedito e, em seguida, há um almoço de confraternização exclusivo para os membros da Irmandade.

Ao anoitecer, grande parte da população desloca-se até o centro da cidade para contemplar a iluminação do Arco do Glorioso São Benedito, no Adro da Igreja Matriz (Nossa Senhora do Rosário), onde há apresentação cultural da dança dos Mascarados e show pirotécnico.

Finalizando a festa, no domingo (30/06), com a procissão dos anjos (crianças na faixa etária entre três e seis anos, vestidas de anjos) e missa solene na Matriz, com apresentação dos festeiros do ano seguinte. Esses rituais proporcionam momentos de interação social, estimulam a devoção a São Benedito e demonstram a valorização das manifestações culturais pelos cidadãos.

O estudo realizado evidencia que a cavalhada constitui um dos traços principais da identidade dos moradores de Poconé, um patrimônio que revela sua história, sua cultura e memória. Neste sentido, a identificação com o lugar traduz-se, conforme a afirmativa de Bossé (2004, p. 161), “tanto para o indivíduo como para o grupo, por um sentimento de pertencimento comum, de partilha e de coesão social”.

6. CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DE GEOGRAFIA

Na contemporaneidade, o estudo da cultura no processo ensino aprendizagem está assegurado pela LDB, em seu artigo 3° afirmando que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

Portanto, a valorização da cultura, por meio do processo educativo, está prevista na legislação. O art. 26 da Lei 12796/2013, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9394/96) coloca a cultura como necessária e obrigatória no processo educativo. Nessa perspectiva, Kramer (1998, p.16) afirma: "uma escola básica que se compromete com a cidadania e com a democracia precisa ter na formação cultural um de seus elementos básicos", para uma cidadania plena. Segundo Candau (2008, p.13): "Não se pode conceber uma experiência pedagógica desculturizada", em que a referência cultural não esteja presente. A escola é, sem dúvida, uma instituição cultural.

Compreendemos que a cultura é extremamente importante no processo ensino aprendizagem, pois, todo ser humano é carregado de cultura, sendo assim ela constitui fator de elevada relevância no ambiente escolar. As manifestações culturais apresentam-se no cotidiano das escolas revelando as peculiaridades da raiz cultural de cada grupo social ali presente, estando contidas no comportamento dos alunos, nas tradições e conhecimentos, na religiosidade, na música local, na dança, nas vestimentas, entre outros.

É nítido que o ambiente escolar é constituído pelos "outros", os "diferentes" – os de origem popular, os afrodescendentes, os pertencentes aos povos originários, os rappers, os cowboys, os funkeiros, etc. Nesse contexto, deve prevalecer a valorização da diversidade cultural num espaço escolar democrático. Essa diversidade de atores presentes no ambiente escolar evidencia a necessidade de lidar com a pluralidade de culturas, reconhecer os diferentes sujeitos socioculturais presentes em seu contexto, abrir espaços para a manifestação e valorização das diferenças (CANDAU; MOREIRA 2003, p. 161). Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o contato com a arte e a cultura desenvolve a sensibilidade e o senso estético, além de apoiar a construção da identidade e o respeito à diversidade. Neste sentido, é esperado que os estudantes apropriem-se dos conhecimentos das diversas raízes culturais e aprendam usá-los para interagir e dialogar com "o diferente" de forma afetiva e com respeito ao outro.

Observamos que as escolas onde a diversidade cultural é trabalhada enfatizando o respeito à diferença e o direito à diferença, flui um ambiente mais harmonioso, os educandos tornam-se mais sociáveis com seus colegas e com as diferenças que fazem parte da existência humana, nota-se a redução da discriminação e preconceito, atos de violência física e psicológica. Silva (2016) aponta que refletir e propor formas de ensino de Geografia, baseadas nas manifestações culturais brasileiras, oferece interessantes caminhos metodológicos para o ensino dessa disciplina no contexto escolar, pois permite, a partir de sua problematização, o enquadramento dos estudantes e o reconhecimento em sala de aula dos problemas vividos local e regionalmente que afetam diretamente seu cotidiano individual e familiar.

Podemos considerar que, assim como os conhecimentos do universo familiar, os conhecimentos culturais e a vivência dos discentes contêm elementos que podem contribuir para aquisição das novas aprendizagens. Nesse contexto, os elementos que compõem a cultura, em especial a local, são grandes temáticas para o estudo da disciplina de Geografia, com as quais os docentes podem explorar um universo de singularidades contidas nela. Em relação a esse tema, Cavalcanti (2012, p. 45) afirma:

> No ensino de Geografia, os objetos de conhecimento são os saberes escolares referentes ao espaço geográfico. São resultados da cultura geográfica elaborada cientificamente pela humanidade e considerada relevante para a formação do aluno.

A disciplina de Geografia tem como uma das metas desenvolver, nos alunos, competências e habilidades no entendimento do espaço geográfico, assim como contribuir para a construção de um cidadão atuante, que pense, articule e realize ações para a melhoria da vida em sociedade, aponte intervenções para problemas ambientais e sociais. Para atingir tais habilidades e competências um dos caminhos é a valorização cultural, que ilustramos com as considerações de Nogueira (2016, p.4):

> O ensino de Geografia já se colocou diante de um mundo que foi descrito pela sua diversidade física, se colocou como um saber importante para a consolidação das fronteiras políticas e fez severas críticas diante de uma sociedade de classes, é necessário agora posicionar-se diante das políticas que afastam os homens de seus lugares, que afastam os homens dos homens por intolerância cultural, religiosa, de gênero. Esses temas dizem respeito diretamente ao ensino de Geografia, pois falam de territórios, de

territorialidades construídas a partir de identidades culturais e de reterritorialização.

Portanto, consideramos a Geografia como meio, a partir do qual possamos trabalhar a cultura de forma singular e plural, também de forma estática e dinâmica, pois, suas abordagens podem ser trabalhadas em seus principais conceitos: espaço, lugar, território, paisagem, região etc. Assim sendo, é possível distinguir a cultura de determinado grupo de indivíduos, destacando suas formas e atuação frente a este ou àquele grupo.

Pensar e propor formas de ensino de Geografia pautado nas manifestações culturais locais e ou brasileiras apontam um leque de temas para o ensino dessa disciplina, pois permite, a partir de sua problematização, aguçar o olhar dos estudantes sobre sua raiz cultural, para melhor entendimento dos elementos culturais.

Analisando a Cavalhada de Poconé, como objeto de ensino em sala de aula, constatamos inúmeras contribuições que essa manifestação cultural pode trazer para o estudo da Geografia. Existe a possibilidade de estudar o quanto essa manifestação pode auxiliar na compreensão das práticas sociais e espaciais estabelecidas no cotidiano, a relação de poder, a valorização do patrimônio imaterial, a construção da identidade do povo poconeano, o sentimento de pertencimento, a paisagem cultural, entre outros.

7. METODOLOGIA

Para o construto metodológico concernente à estrutura e execução deste artigo, balizamo-nos em uma abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (1999), trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

Essa abordagem é caracterizada por uma compreensão detalhada dos significados e características apresentadas pelos entrevistados. Sendo assim, ocorre uma valorização da maneira como cada indivíduo observa um determinado fato. Essa relação entre o indivíduo e o fato não deve ser apenas mensurada, mas também interpretada (RICHARDSON,1999).

Quanto às técnicas que foram adotadas, são as seguintes:

Levantamento bibliográfico e documental para elucidar o construo teórico-metodológico da pesquisa. A pesquisa bibliográfica ou também considerada de fontes secundárias, assim como explica Marconi e Lakatos (2003), que tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito e/ou publicado, sobre determinado assunto.

Pesquisa de campo no município em estudo que proporcionou a coleta de dados. Para Lakatos (2003), a pesquisa de campo é aquela que objetiva conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Aplicação de entrevistas às famílias festeiras da cidade, representantes dos exércitos Mouro e Cristão, comerciantes locais, espectadores, Secretaria de Turismo e demais secretarias municipais vinculadas à execução da festa, assim como à equipe pedágogica e alunos do 3º ano do ensino médio da Escola Bacharel Ribeiro de Arruda. Tais entrevistas consolidaram-se por meio de roteiros/formulários elaborados previamente. Sobre essa técnica, Lakatos e Marconi (2003) assinalam, que o formulário permite a obtenção de dados mais complexos e úteis que os questionários enviados aos participantes por intermédio dos correios ou por meio digital.

Como o formulário é preenchido pelo próprio entrevistador, ele permite uniformidade dos símbolos usados nas respostas. A entrevista caracteriza-se como técnica mais adequada à pesquisa, pelo fato de ser o próprio entrevistador que escreve as respostas, evitando-se que o entrevistado leia antecipadamente demais perguntas antes de respondê-las, o que poderia determinar que uma questão influenciasse na resposta da outra.

Foram utilizadas fotografias de diversas fontes para ilustrar e auxiliar a iconografia da pesquisa. Para tais levantamentos de informações e desenvolvimento do artigo, foi necessário o uso de recursos de tecnologias diversas, que contribuiram para diferentes etapas da execução deste projeto, além do uso de recursos computacionais, como internet, utilizada para buscas de informações relacionadas à pesquisa.

8. RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

As festividades que têm a intenção de preservar a cultura, seja ela de cunho religioso e ou profano, são eventos tradicionais que atraem pessoas de diversas localidades do país e do mundo, com interesses diversos, que podem ser , de lazer, conhecimento da cultura, encontro social, etc.

Tratando dessa temática, observamos que a Cavalhada é uma importante festa popular que simboliza manifestação de cunho cultural, que remete à história do povo poconeano, sendo retratada a valorização cultural, ainda durante sua realização, há significativos momentos de socialização e de compartilhamento de valores, evidenciando as representações sociais dos moradores de Poconé.

Constatamos a necessidade e a importância ímpar do ensino transdisciplinar, em que seja abordada a cultura do local de vivência dos alunos. Quando os discentes expõem essa questão em sala de aula, é possível utilizar esses artifícios para entender algumas dificuldades e peculiaridades dos alunos, fazendo com que eles sejam capazes de refletir e elencar aspectos culturais que são comuns entre si, assim como conhecer e respeitar a cultura do "outro" , evidenciando a riqueza que existe na diversidade cultural, levá-los a aprender sobre esse, subsidiando-os a identificar seus símbolos. Ainda a cultura propicia um leque de abordagens relativas a princípios geográficos como: espaço, lugar, território, paisagem e região.

De modo especial, as escolas que trabalham a cultura, evidenciam a interação entre os seus discentes, diminuindo agressões física e verbal e preconceitos, tornando o convívio, no ambiente, mais harmonioso.

9. CONCLUSÃO

Diante do exposto, é notória a compreensão, a importância e valorização da festa da Cavalha em Poconé. É explicito o sentimento de pertencimento do povo poconeano à cultura local, assim como a relação que as pessoas desenvolvem com esse evento cultural, que abrange a compreensão do passado, presente e futuro, de modo que a memória coletiva e individual é revivida e respeitada, assumindo a relação que estabelece entre as pessoas, a sociedade e a herança cultural que recebem e que projetam no futuro. Essa significativa manifestação cultural pode contribuir para o ensino da disciplina de Geografia e desenvolver, nos alunos, competências e habilidades no entendimento do espaço geográfico.

REFERÊNCIAS

[1] ABDALLA, Silvana Maria de Moraes. Turismo e cultura: uma leitura do espaço urbano poconeano em suas singularidades. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 2006

[2] AMARAL, Rita de Cássia de Mello P. Festa à brasileira: significados do festejar, no país que não é sério. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

[3] BNCC. Componente Curricular Geografia e a Base Nacional Comum Curricular. Disponívelem: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ Acesso em: 15 jun. 2021.

[4] BOSSÉ, Mathias Le (2004). As questões de Identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In. ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). Paisagem Textos e Identidade. Rio de Janeiro. Ed. UERJ. CASTRO Edna (2003). Quilombolas de Bujaru, Naea/UFPA.

[5] Brandão, Carlo Rodrigues. (1974). Cavalhadas de Pirenópolis: um estudo sobre representações de cristãos e mouros em Goiás. Goiânia: Oriente. Disponovel em: https://apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/2017/03/cavalhadas.pdf. Acesso: 07/09/2021

[6] BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

[7] CANDAU, Maria. V. MOREIRA, Antônio F. B. Educação escolar e cultura (s): Construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro, n. 23. mai./jun./jul./ago., 2003. p.156- 168.

[8] CANDAU, Maria. V. MOREIRA, Antônio F. B. Multiculturalismo: diferenças culturais e praticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis-RJ. Vozes, 2008.

[9] CAMINHA, A. F. (2010). Patrimônio natural da humanidade, Pantanal guarda biodiversidade única, out. 2010. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/patrimonio-natural-da-humanidade-pantanal-guarda-biodiversidade-unica. Acesso em: 16 out. 2021

[10] CASCUDO, Luis da Câmara. Dicionário do folclore brasileiro. 11. ed. São Paulo: Global, 1988.

[11] CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola. Campinas, SP. Papirus, 2012.

[12] CLAVAL, Paul. A geografia cultural. Tradução de Luiz F. Pimenta e Margareth

[13] C. A. Pimenta. Florianópolis: EdUFSC, 1999.

[14] FERREIRA, João C.; SILVA, José M. Cidades de Mato Grosso: origem e significado de seus nomes. Cuiabá: J.C.V. Ferreira, 2008.

[15] IBGE, Brasil/Mato Grosso. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama Acesso em: 18 out. 2020. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Patrimônio Cultural Imaterial: Para saber maisl ; texto e revisão de, Natália Guerra Brayner. 3. ed. Brasília, DF: Iphan, 2012.

[16] KRAMER, Sonia (org.). Infância e produção cultural. 2.ed.Campinas: Papirus, 1998.

[17] LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2003.

[18] LDB, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Artigo 3° da Lei nº 9.394 Disponível em: www.jusbrasil.com.br/topicos/11697014/artigo-3-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996. Acessado:

[19] MAIA, Carlos Eduardo S. Ensaio interpretativo da dimensão espacial das festas populares. In: ROSENDAHL Zeny; CORRÊA, Roberto L. Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 191-218.

[20] MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

[21] NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. O Ensino de Geografia e os desafios para uma abordagem cultural e humanista. Disponível em: http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467678546_ARQUIVO_textoENG.pdf. Acesso em: 26 jan. 2021

[22] RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S. (et al.). Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999

[23] SILVA, Maria José Albuquerque; BRANDIM, Maria Rejane Lima. Multiculturalismo e Educação: em defesa da diversidade cultural. Diversa. 2016.Ano I.

[24] SILVA, L. F. S. (2011). Conheça a Cavalhada de Poconé, jul. 2011. Disponível em: http://historiografiamatogrossense.blogspot.com/2011/06/conheca-cavalhada-de-pocone.html. Acesso em: 07/09/2021

[25] SHIPANSKI, Carlos Eduardo; Cavalhadas de Guarapuava: História e morfologia de uma festa campeira. (1899-1999). Diponivel:https://www.historia.uff.br/stricto/td/1177.pdf. Acessado: 08/04/2021

Capítulo 4

Geografia e música: Origem, desenvolvimento e estágio atual das pesquisas sobre música na Geografia brasileira

Nelson Rodrigo Pedon

Resumo: A presente proposta tem como objetivo realizar uma análise da forma pela qual a música vem constituindo um objeto de estudo na Geografia brasileira. Entendida como expressão cultural, a música possui uma dimensão espacial que vem se constituindo como temática abordada pelos geógrafos brasileiros. Originadas e difundidas no tempo e no espaço, a música é um veículo por meio do qual lugares, territórios e paisagens conformam identidades e/ou consolidam diferenças, da mesma forma, pode nos permitir a compreensão de processos e dinâmicas socioespaciais numa perspectiva mais ampla daquela tradicionalmente relacionada à linguagem científica a medida que incorpora uma das manifestações artísticas mais exploradas pela capacidade criativa do ser humano.

Palavras-chave: Geografia, Música, Pesquisa, Bibliografia, Conceitos.

1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre música na Geografia brasileira se desenvolveram nos últimos 30 anos. Em outros países, a música já vinha sendo objeto de pesquisa de grógrafos há mais tempo[4], na Geografia anglófona, por exemplo, Nash e Carney (1996), depois de analisar a produção geográfica norte americana sobre música, apontam que todo o desenvolvimento do tema na Geografia se ampara em grandes temas e apontam 7 deles: a. origens e distribuição de instrumentos e regiões musicais (desenvolvido por musicólogos e folcloristas); b. distribuição de tipos musicais no mundo; c. análise da localização das atividades musicais, com enfoque mais pontual; d. relação entre música e seu lugar de origem, neste enfoque situa-se os estudos que valorizam o vínculo da música com a identidade dos grupos e nações; e. enfoques que privilegiam os processos de desenvolvimento técnico e sua influência na difusão de certos estilos; f. o impacto da música nos campos político, social e econômico e a g. *Global Music.*

Lily Kong (1995) defende a ideia de que cultura popular é uma fonte inesgotável de consciência popular. A autora argumenta que a Geografia Humana, desde sua gênese, por conta de sua proximidade com o Estado e suas políticas públicas, fundamentou-se no preceito iluminista científico e privilegiou a visão no campo dos sentidos/percepções do corpo humano capazes de chegar às impressões verdadeiras. Korg (1995) nos mostra que não existe uma sociedade em que não haja música, ela está presente no cotidiano das pessoas, mesmo que servindo apenas como "trilha sonora" para atividades como trabalho, as compras no supermercado, atividades esportivas, de lazer, cerimônias, rituais religiosos. Quer dizer que a música é capaz de transmitir "imagens" de um lugar, podendo servir como fonte primária para entender o caráter e a identidade dos lugares.

Na França, no início do século XX, o livro *La geographie musicale: une science nouvelle*, escrito por Georges Gironcourt[5] em 1923, foi apresentado como uma importante iniciativa. O autor propõe um campo de estudos geográficos que teria na música seu objeto principal. Mesmo havendo um importante debate na França à época sobre as pretensões de Gironcourt, é bem provável que ele tenha sido o primeiro a empregar a expressão "Geografia da Música" (ou Geografia Musical) ao fazer referência à relação entre a manifestação musical de comunidades e sua espacialidade, mesmo que numa perspectiva muito influenciada pela Etnomusicologia. No texto, o autor defende uma Geografia da musicalidade, na qual deveriam ser estudadas as formas musicais através do espaço e do tempo, tornando possível, assim, a compreensão da dinâmica espacial das sociedades.

No Brasil os estudos que se desenvoleram na interface entre Geografia e Música se desenvolveram com maior vigor na última década. Contudo, na década de 1990 uma publicação marcou o início desses estudos na Geografia brasileira, a dissertação de mestrado de João Baptista Ferreira de Mello, defendida em 1991, no programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulada "O Rio de Janeiro dos compositores de música popular brasileira 1928/1991: uma introdução à Geografia Humanística" e Mello (1991) na qual o autor desenvolveu os conceitos da corrente humanista em Geografia para o enfoque na música. Ele busca realizar uma interpretação da cidade do Rio de Janeiro sob visão de alguns compositores, no período de 1928 à 1991, dessa forma, a canção é concebida como uma "literatura musicada" (MELLO, 1991, p. 59).

Ao analisar a identidade dos compositores com a cidade, seus laços afetivos, memórias e experiências cotidianas manifestas nas canções, o compositor popular é entendido como um sujeito capaz de apreender e transmitir os mais diversos sentimentos dos indivíduos e grupos sociais, a experiência vivida pelos compositores da música popular brasileira, registrada nos versos de suas canções é a matriz de interpretação do sentimento e do entendimento a cerca da cidade do Rio de Janeiro. Mello (1991) dividiu sua interpretação em eixos ou blocos conceituais, são eles: "lugares de moradia, trabalho, lazer e das ligações físicas/afetivas"; "lugar, amizade e identidade", "muralhas da natureza, do cotidiano e da imaginação" e "sagração, fantasia e memória dos lugares", a aprtir desses foram definidos outros sub-eixos (MELLO, 1991, pp. 11-14).

Mello (1991) introduziu a música popular na Geografia, contribuiu para preencher a lacuna do mundo vivido na literatura geográfica brasileira e, pioneiramente, introduziu-nos os preceitos da geografia humanística ao fornecer um novo quadro analítico para o espaço urbano referenciado na ligação particular entre a cidade e os compositores. Experiência vivida dos autores é concebida como uma

[4] Para uma análise bastante completa acerca da forma como a Geografia incorporou a música em seu quadro de interesses científicos ver CANOVA (2012).

[5] Para uma importante problematização acerca da novidade trazida pela abordagem de Gironcourt ver a introdução do livro Ethnomusicology de Jaap Kunst de 1974.

ferramenta de trabalho, já que a consciência dos compositores sobre o espaço e o lugar constitui um acervo musical bastante rico de informações sobre a cidade (MELLO, 1991, p. 07).

Ainda na década de 1990, um importante artigo foi publicado por Zilá Mesquita. Mesquita (1997) publicou o artigo "A geografia social na música do prata", no qual o autor utiliza de uma abordagem muito parecida com a utilizada por Mello (1991), mas tendo como recorte espacial a região do Prata, compreendido pelo sul do Brasil e partes do Uruguai, Argentina e Paraguai. Em ambos os autores, os laços de afetividade que ligam o homem ao lugar são expressos por meio da muscalidade presente nas populações. Importante destacar que no caso de Mesquita, seu artigo não apresenta os resultados de uma pesquisa, sendo apresentado na forma de um ensaio, resultando muito mais numa exposição de ideias e pontos de vista do autor sobre o tema, sem, contudo, demonstrar um reflexão exaustiva tal como conferimos em textos que refletem resultados de pesquisas mais aprofundadas como dissertações e teses. Posteriormente, outros textos foram publicados na forma de artigos com o mesmo caráter, tais como Castro (2009), com o texto "Geografia e Música: a dupla face de uma relação"; Cardoso (2009), com o texto "A metrópole na linha do baixo: Itamar Assumpção e a Geografia da cidade de São Paulo" e Guimarães (2008) com o texto "Escala geográfica e partitura musical: considerações acerca do sistema modal e tonal".

O procedimento metodológico a ser destacado neste trabalho é a revisão bibliográfica. A revisão bibliográfica é parte indispensável de um de uma pesquisa, sobretudo em sua fase inicial. Alguns trabalhos apresentam um capítulo especial à essa tarefa, no qual o pesquisador apresenta e discute um conjunto de obras preexistente que serão apropriadas no seu trabalho seja sob a forma de assimilação ou de confronto, dando substância ao quadro teórico (referencial teórico e os conceitos de que o pesquisador irá se valer), assim como, também serve, de ponto de partida para as reflexões do trabalho.

A revisão bibliográfica pode ser um fim em si mesma, nesta perspectiva, ela constitui um importante estudo acadêmico que tem como objetivo levantar e sistematizar diferentes conteúdos que já foram publicados sobre um determinado tema. É importante apontar que o levantamento do material bibliográfico e sua sistematização constituem tarefas distintas, sendo a segunda, um nível mais complexo e que envolve a leitura e reflexão acerca do material levantado.

Segundo Aróstegui (2006; 521-522), é preciso assinalar, logo de início, que qualquer ciência social é *impossível de ser levada a bom termo sem um correto e suficiente apoio bibliográfico*, quer dizer, sem a consulta do aparato preciso da bibliografia científica sobre um determinado tema, à qual é possível ter acesso por meio de repertórios variados, catálogos de bibliotecas, bases bibliográficas informatizadas, entre outros. Para o autor, a revisão bibliográfica permite o entendimento do estado da questão científica em um determinado campo temático e em um determinado momento, sendo ela a primeira e fundamental fonte de informação que permite o *controle imprescindível* para o próprio processo de pesquisa.

Neste trabalho optamos por selecionar teses e dissertações já finalizadas e realizadas junto à programas brasileiros de pós-graduação em Geografia, essa escolha se deu devido ao fato de que, nas ciências sociais, essas pesquisas acadêmicas refletem o *estado de conhecimento* de um determinado tema e uma determinada disciplina e, por fim, em um determinado período.

Segundo Morosinia e Fernandes (2014), *estado de conhecimento* é a identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica, as autoras destacam a importante contribuição dos trabalhos monográficos (teses e dissertações) para a presença do novo.

Em disciplinas e áreas do conhecimento cujo resultado das pesquisas possuem uma rápida evolução, a exemplo das áreas que envolvem um rápido desenvolvimento de conhecimentos práticos, como nas ciências da computação ou engenharias, em geral, e saúde, os artigos publicados em revistas e em eventos científicos podem representar o *estado de conhecimento* de certas temáticas de forma mais atualizada, sendo, portanto, meios de publicações mais relevantes, todavia, nas ciência sociais, adotamos a prerrogativa de que as monografias (teses e dissertações) representam de forma mais atualizada o desenvolvimento de determinado conjunto de pesquisas em determinadas temáticas. Neste caso, temos como alvo a Geografia e a temática da Música.

Ainda de acordo com Morosinia e Fernandes (2014), a atualidade dos estudos pode ser resultado de questionamentos; da aplicação de ideias, métodos, *approaches* ou análises; ou do desenvolvimento ou aplicação de teorias, descrições teóricas ou *approaches* teóricos. Continuando, as autoras ainda destacam como novidade a invenção, o desenvolvimento ou aplicação de métodos, técnicas computacionais ou tecnologias; ou:

> [...] da criação, descoberta ou utilização de dados, conjunto de dados, arquivos, informações, fontes ou recursos; ou da aplicação de ideias antigas, métodos, approaches ou análises a dados, materiais ou fontes; ou do desenvolvimento ou aplicação de análises, approaches analíticos, esquemas técnicos, modelos ou procedimentos estatísticos; da introdução de ideias, conexões, inferências, insights, interpretações, observações, perspectivas; ou da produção de conclusões, respostas, descobertas ou provas; ou da combinação ou síntese de coisas (experimentos, fatos, conhecimentos, modelo de pesquisa, problemas, fontes, tecnologias, construtos teóricos) de outros campos ou disciplinas (LOVITTS, 2007, p.31, apud MOROSINIA & FERNANDES, 2014, p.155).

Para Lakatos & Marconi (1995), a dissertação é um tipo de trabalho científico realizado para obtenção do título de mestre e a tese visa a obtenção do doutorado, todavia, mais do que isso, constituem a base da literatura científica e/ou tecnológica, procedente diretamente de pesquisas e atividades recentes finalizadas ou em execução, metodologias controladas, tiragem limitada, divulgação restrita e difícil acesso, muitas vezes possuem natureza reflexiva, baseada na sistematização, ordenação e interpretação de dados. Em seu conjunto, esse tipo particular de produção bibliográfica busca apresentar a pesquisa inédita e a atual.

Apesar do destaque que é dado às dissertações e teses, tem-se a noção de que estes não constituem nos únicos instrumentos capazes de fazer a ciência avançar. O rico e diversificado conjunto de material bibliográfico publicado nos congressos, seminários, em revistas especializadas na forma de artigos e livros também são de grande relevância, contudo, não pode se ignorar o fato de que muitos desse conjunto é resultado *a posteriori* de pesquisas de mestrado e doutorado, sobretudo no Brasil, no qual a maior parte da pesquisa científica é realizada nas Universidades.[6]

Para o desenvolvimento deste trabalho, a maior parte do acesso aos trabalhos foi realizada por meio de busca por teses e dissertações no banco de teses organizado e disponibilizado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A busca foi feita utilizando os filtros disponíveis (região, área de avaliação, área de conhecimento, Instituição de Ensino Superior, programa, ano e orientador), selecionamos as áreas de conhecimento da Geografia e Geografia Humana e o período de 1987 a 2021. Em seguida criamos um quadro com os títulos e palavras chaves para identificar os trabalhos que apresentavam algum tipo de relação com a música. Posteriormente, foi feito uma catalogação dos trabalhos selecionados seguida de uma busca nos sites das Universidades, criando assim um pequeno banco de teses e dissertações, do total de 60 trabalhos.

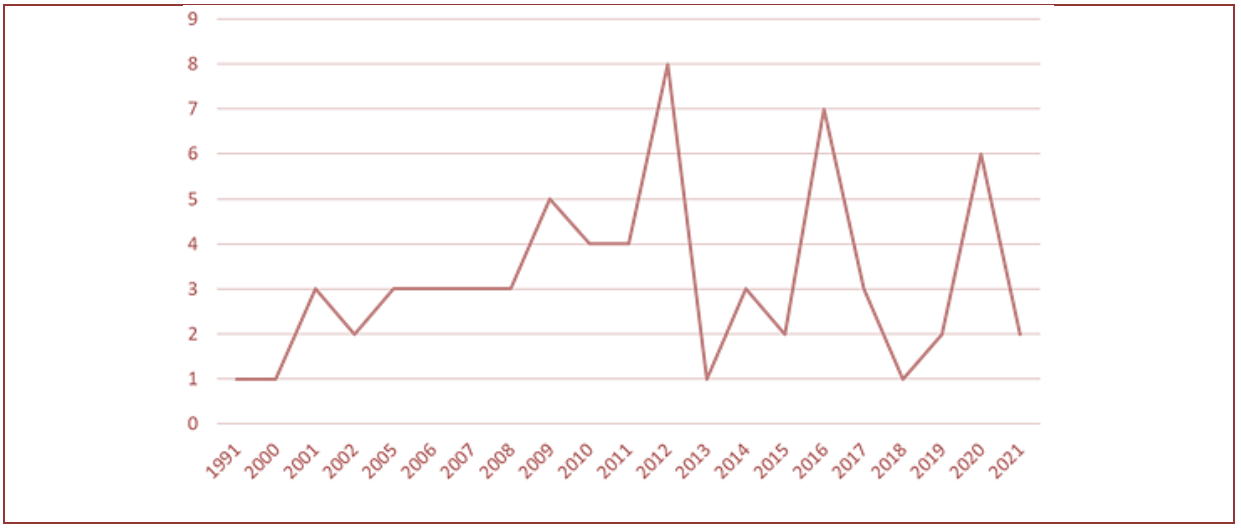
2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que tange às pesquisa geográficas em música no Brasil, verificamos que seu maior desenvolvimento se deu nos últimos dez anos, conforme gráfico apresentado à seguir. Sendo 2012, 2016 e 2020 os anos com o maior número de publicações, o gráfico nos permite concluir que há uma irregularidade nas publicações de teses e dissertações representando certa instabilidade no interesse pela temática.

Ao analisarmos os resumos das teses e dissertações, buscamos apontar as principais palavras chaves citadas pelos autores. Apresentamos a figura 01 com o objetivo de facilitar a observação dos resultados dessa pesquisa. As palavras chaves são importantes pois são termos (podendo ser um grupo de termos) que representam os aspectos fundamentais de um tema em um trabalho científico, apesar de ser empregados em outros contextos, ao mesmo tempo, apresentam elementos importantes a respeito da abordagem teórico-metodologica do trabalho. Sua importância também está relacionada com o fato de servirem de ferramentas de busca sobretudo em pesquisas realizadas na internet.

[6] Ver: MOURA (2019) in: https://www.unifesp.br/noticias-anteriores/item/3799-universidades-publicas-realizam-mais-de-95-da-ciencia-no-brasil (acessado em 01/10/2021)

Gráfico 1: Evolução das pesquisas de Geografia sobre música (teses e dissertações)



Fonte: PANITZ (2017); SOUZA (2013) E CAPES (2021)

Figura 01: Palavras chaves presentes nos resumos dos trabalhos

Fonte: CAPES (2021)

No caso das pesquisas geográficas em Música, percebe se que há uma importante identidade dos autores com a persepctiva da Geografia Humanística, abordagem que, na interface Geografia e Música no Brasil, foi inaugurada por Mello (1991), tal com já apontamos. De forma resumida, a Geografia Humanista pode ser concebida como um conjunto de abordagens que ressaltam e valorizam a experiência humana, fundada nos sentimentos e na intersubjetividade que estão na base da compreensão dos sujeitos sobre o espaço que habitam. Assim, tal abordagem é muito importante nos estudos que relacionam a Geografia com as artes em geral.

A Geografia Humanista procura um entendimento do mundo humano por meio das relações que as pessoas estabelecem com a natureza, assim como dos seus sentimentos e ideias a sobr eo espaço e do lugar. O geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan é uma importante referência dessa abordagem, senão a maior. Para esse autor, cada indivíduo possui uma percepção do mundo que se expressa diretamente por

meio de valores e atitudes no meio ambiente, ou, em outras palavras, a Geografia Humanista busca a compreensão do contexto pelo qual a pessoa valoriza e organiza o seu espaço e o seu mundo, e nele se relaciona.

O conceito de lugar é uma das mais importantes categorias espaciais da Geografia Humanística, já que, nessa abordagem, o lugar reflete a relação afetiva do homem com o espaço e a pluralidade das experiências que transformam o espaço em lugar. Yi-Fu Tuan adota o neologismo "topofilia" ao apontar que são as vivências pessoais e as experiências íntimas que atribuem substância ao espaço. Tal como em Mello (1991), as canções fazem transparecer um conjunto de sentimentos que vão desde as memórias, nostalgias e valores que subsistem como lembranças do passado e realizações do presente.

Os termos "Geografia Humanística" e "Lugar" aparecem como palavras chaves importantes nos estudos de Geografia e música, tal fato se dá porque há uma intrínseca relação entre esses conceitos. Essa relação constituiu um dos pilares para o estabelecimento e desenvolvimento da Geografia Cultural, para a qual o espaço (e portanto o lugar, mas também a paisagem) é referenciado não mais apenas como um local contemplado por um observador, mas a partir da percepção de diversas experiências individuais, assim, constata-se que todo lugar possui individualidade e ao mesmo tempo relaciona-se com outros lugares.

No Brasil, os estudos baseados na Geografia Humanista desenvolveram se a partir da década de 1970, momento no qual trabalhos acerca dessa abordagem são traduzidos e publicados no país, sendo esse movimento responsável, segundo Oliveira (2001, p. 14), pelo desencadeamento de um maior interesse, por parte dos geógrafos, pelo reconhecimento de como as pessoas percebem o seu redor e seu meio.

O Hip Hop e o Samba são duas palavras chaves muito presentes por refletirem gêneros musicais muito estudados por geógrafas e geógrafos brasileiros. Mais do que gêneros musicais, esses conceitos são compreendidos como movimentos culturais que possuem uma intrínseca relação com o espaço. Nesses estudos o conceito de território ganha certo destaque, sobretudo na relação território-rede, uma vez que o território não é tratado como um local no qual um grupo manifesta suas idiossincrasias, mas um espaço com demarcação fluída e com relação com outros contextos (cidades, regiões, estados, países, continentes, entre outros), importante destacar que se tratam de fenômenos com forte conotação urbana[7].

Território apropriado para a vivência denota um conjunto de apropriações do espaço geográfico que fortalecem uma identificação que utiliza o território como referência, essa territorialidade é a apropriação e o controle dado ao território pelos sujeitos a partir de mediações espaciais de poder que se estendem desde o concreto ao simbólico. Esses estudos que apontam um gênero musical como movimento cultural chama nossa atenção para o uso do território na cidade sob a perspectiva particular dos sujeitos que estão envolvidos com aquele gênero em especial, visto que ele pode ser retratado espacialmente, assim como suas práticas sociais, discursos e representações se territorializam.

Dozena (2009) ao tratar da mudança de algumas escolas de samba de seu lugar de origem e a intensa participação política em suas dinâmicas, afirma que os moradores trazem consigo suas referências firmadas no samba, o que se reproduz na crescente adesão dos moradores aos blocos carnavalescos e escolas de samba. Essa territorialidade permite que o morador forme um espaço de referência mediado pelo samba, ainda que este possa se mudar para bairros distantes do local em que morava anteriormente. Dentro desse conjunto de situações que envolvem uma reterritorialização de suas práticas sociais muitos frequentadores do "mundo do samba" fazem do bairro o lugar para a sua existência libertária na cidade.

Para Dozena (2009) o "mundo do samba" engloba as atividades que tem o samba como o elemento central, dentre elas aquelas que acontecem nas escolas de samba, rodas de samba, bares, casas noturnas especializada, projetos e movimentos de samba e complementa que há duas lógicas, o samba entendido como produto para o consumo com destaque par ao carnaval televisivo, e a do lugar onde frui os vínculos de pertencimento e sociabilidade comunitária (DOZENA, 1991, pp. 26-27).

Torreão (2014) apresenta o Hip Hop como um movimento popular, político e cultural contemporâneo, que tem no espaço das grandes cidades tanto um lócus de inspiração e ação, ao mesmo tempo em que possibilita uma convegencia e agenciamento de elementos de diversos lugares do munco. O autor busca referências nos aportes da Geografia Humanística de maneira complementar já que essas "geografia individuais" devem ser entendidas no contexto mais amplo da globalização. Nestes termos fica claro que o mais importante para o autor é conceber o Hip Hop como um movimento que se assenta no lugar mas como uma contraresposta às dinâmicas globais que tentam se impor às cidades, trazendo, inclusive uma importante referência, comum aos estudos de Geografia e Música que não se embasam exclusivamente na

[7] Importante destacar que há uma alusão ao samba rural em Dozena (2009).

abortagem humanística, que é a produção de Milton Santos referente à dialética Global-local e sua produção teórica sobre fixos e fluxos.

Seguindo essa abordagem sociocultural de cunho materialista, Alves (2014) busca compreender a dinâmica socioterritorial de Recife, capital pernambucana, a partir de seu componente musical. Sendo a cidade *lócus* que abriga vigorosas espessuras de fixos e fluxos geográficos organizadas para a produção e a difusão da música. O autor realiza uma operacionalização dessa temática confluindo, analiticamente, no desenvolvimento das noções de "Circuito Sonoro" e "Cena Musical". Enquanto o "Circuito" propicia uma minúcia do território em seu compasso com o mercado e a economia política da cidade, a "Cena" se aprofunda no mundo vivido, um tecido espacial rico de informações do diverso e do maleável, baseado mais em trocas do que em imposições (ALVES, 2014, p. 05).

A dinâmica do "Circuito Sonoro" recifense implica no uso das ruas, praças, dos objetos e sistemas técnicos de informação - desde rádios até telefones celulares - estúdios fonográficos, emissoras de rádio, satélites de informação, lojas de discos, entre outros. Sua dinâmica engloba o registro material da produção fonográfica, as mediações cotidianas das experiências relacionadas à música, a saber: associações e conflitos, seja na produção do registro sonoro, nos eventos musicais, nas ações de trabalhadores culturais ou nos fluxos informacionais embutidos nos lugares, por meio de um estudo da "Cena Musical" o autor propõe contribuir para o debate sobre as novas possibilidades de comunicação nos lugares.

Essa perspectiva da comunicação entre os lugares também fica evidente no estudo multidimensional que Panitz (2016) realiza das redes musicais no espaço platino. Esse trabalho que constitui um dos mais completos na temática Geografia-Música, tem por objetivo compreender as redes musicais no espaço platino por meio de suas representações e práticas musicais, que resultam num aprofundamento da integração regional pela cultura. Tais representações e práticas musicais contribuem para a recomposição territorial da cultura platina que inclui Argentina, Uruguai e sul do Brasil. As redes musicais em questão são formadas por trabalhadores/as da música, que incluem artistas compositores e instrumentistas, técnicos/as e produtores/as culturais e musicais dos países supracitados (PANITZ, 2016, p.17).

O autor explora o rico espectro da chamada música popular platina (numa abordagem multidimensional), para ele, esta música consusbstancia uma representação de uma integração regional, dando certa forma a um espaço geográfico uno e múltiplo, para o autor, este último conceito abarca distintas categorias operacionais da pesquisa geográfica, como paisagem, ambiente, território, região, lugar. O intercâmbio entre músicos (compositores) uruguaios, argentinos e brasileiros dão forma à um espaço cultural compartilhado proporcionando um hibridismo e um transculturação musical (PANITZ, 2016, p. 19). Dessa maneira, tem se a formação de uma rede de músicos com articulações regionais e globais e com a produção de um espaço platino por meio da música, onde as representações do espaço se traduzem como um núcleo articulador. O autor dá destaque para a milonga, enquanto estilo musical típico da regiãos platina e ao sopapo, tambor presente sobre tudo no Uruguai e que é representativo da "re/trans-territorialização" da cultura "afro-sul-riograndens" e "afroplatina" (PANITZ, 2016, p. 298).

Em Torres (2014) e Rayel (2016) temos dois exemplos de trabalhos em Geografia e Música que abordam o conceito de paisagem sonora que, na Geografia brasileira, é tratada na perspectiva humanística com forte apelo à memória dos sujeitos. O conceito de paisagem sonora (*soundscape*) foi difundida pelo compositor e pedagogo Murray Schafer, sobretudo no livro "A Afinação do Mundo", no qual o autor a define como (...) qualquer campo de estudo acústico (...) Podemos referir-nos a uma composição musical, um programa de rádio ou mesmo a um ambiente acústico como paisagens sonoras." (SCHAFER, 2011, p. 23). No livro citado, o conceito de paisagem sonora tem caráter multidisciplinar, abarcando, de modo geral, a combinação sonora que compõe um ambiente imersivo, contemplando o ambiente acústico natural (biofonia) e o artificial (antropofonia). Contudo, a partir de uma abordagem humanística, o conceito acaba por nos remeter, também, à maneira que um ouvinte percebe e se comunica com o que escuta.

Torres (2014), aponta que as paisagens sonoras atuam na construção e reafirmação de identidades a partir da constituição de paisagens da memória e da imaginação, advindas das experiências de cada indivíduo. Ao estudar a paisagem sonora promovida por uma igreja (denominada Adventista da Promessa), o autor afirma que a paisagem sonora fornece a base da identidade religiosa, por conter no discurso uma doutrina específica, além dos demais elementos que remetem ao sagrado, e nesse complexo estão a forma de cumprimento dos religiosos dessa denominação, o modo de orar, as músicas entoadas no espaço religioso, as manifestações do sagrado, as pregações etc. Tais elementos da paisagem sonora religiosa podem, portanto, manifestar-se em outros espaços, sempre remetendo à identidade do ser religioso, que contribuem para que balizem suas ações no cotidiano (TORRES, 2014, p.34).

Acerca da relação "paisagem sonora e memória", Torres (2014) afirma que os sons possuem relação direta com a memória. Ao ouvir determinados sons, ou sequência de sons, uma pessoa pode rememorar momentos vividos no passado. Assim, marcos sonoros como o badalar do sino de uma igreja, o apito do vendedor de picolé, o som do amolador de facas e tesouras, os vendedores ambulantes, o sino de uma escola, o pregão da feira, são exemplos que remetem a lugares específicos que podem estar distantes do espaço onde vive o indivíduo que os experiência, como podem estar distantes temporalmente da experiência a que é remetido. Isso indica a ação das paisagens sonoras na percepção e na memória das pessoas, e nas imagens mentais que podem fornecer (TORRES, 2014, p. 50).

Em Rayel (2016), temos outro exemplo de estudo da paisagem sonora na perspectiva humanista. Nesse estudo, o autor busca a subjetividade da memória afetiva dos sineiros de Diamantina (MG), por meio da história oral. Rayel (2016), afirma que a escuta da paisagem sonora é uma preocupação daqueles que percebem a importância de habitar a cidade a partir do ouvir, de ter a consciência da repercussão dos sons, de sua acepção como recurso de interpretação do ambiente. Afirma, ainda, que é essencial o ouvir sensível de uma perspectiva sonora apurada em suas dimensões e interferências, no sentido de aproximar a relação corpórea com o espaço vivido, alterando hábitos que nos comprometem sonoramente, ou seja, o entender o meio pela escuta (RAYEL, 2016, p. 21).

Rayel (2016), cria a expressão "paisagem sineira" e a caracteriza como paisagem sonora, uma vez que representa o espaço acústico no qual a sonoridade transmite significados *naturais, culturais e/ou ecléticos em distintos níveis perceptivos* (RAYEL, 2016, p. 23). Considerando sua pesquisa em Diamantina, ele aponta que essa paisagem sonora nos remete a um lugar de memória sonora, território de identidade musical nacional que permite revisitar outras épocas, na qual a comunicação fluía pelos toques sineiros à comunidade e à divindade. A afetividade entre o sujeito (sineiro) e *os espaços sagrados demonstra uma conexão de vínculos de experiência do mundo vivido no domínio da crença humana, que transcende o microcosmo de interlocução dos campanário*s (RAYEL, 2016, p. 23).

Uma característica que vale a pena ser destacada dos estudos de Música em Geografia são as pesquisas que integram o ensino de Geografia. Em Fernandes (2012), Machado (2012) e Teixeira (2020) temos três exemplos de pesquisas monográficas que considera o ensino de Geografia e sua relação com a Música[8]. As canções são apresentadas como instrumento importante no aprendizado dos conceitos geográficos, dos regionalismos e dos efeitos da globalização nos lugares. Nesses estudos a Música é concebida como um vetor de representações das próprias percepções dos alunos, havendo uma importante valorização dos saberes adquiridos no dia-a-dia. A música possui assim um potencial para romper determinadas barreiras do processo didático-pedagógicas advindos da transposição dos conhecimentos da Geografia acadêmica para a Geografia escolar. Esse processo, calcado na Música, permite uma ressignificação dos conteúdos geográficos, permitindo uma ligação entre os conteúdos geográficos e a vida cotidiana do aluno, sobretudo, na sua relação com o lugar.

Por último, destacamos quais os procedimentos metodológicos estão mais presentes nas dissertações e teses levantadas, são eles: a revisão bibliográfica; interpretação de letras (canções); biografia de compositores; periodização; interpretação de elementos da linguagem musical; mapeamento; análise documental; observação; observação participante; entrevistas e gravações e; produção de mapas mentais. A diversidade de procedimentos reflete a multidimensionalidade da pesquisa em Música na Geografia. Como fenômeno artístico, a Música se relaciona com diversos aspectos da vida social e da cultura, sendo assim, as fontes de dados e informações vão desde a interpretação das letras e suas representações até o levantamento de aspectos da vida de compositores e artistas com o objetivo de relacionar suas vivências, o contexto dessas vivências e o produto artístico musical. As entrevistas e produção de mapas mentais buscam criar um quadro interpretativo das representações e sensações que a música proporciona aos sujeitos. A interpretação de elementos da linguagem musical mostra como as melodias, harmonias, timbres (instrumentos utilizados) e ritmos podem refletir arranjos artísticos provenientes de determinados arranjos locacionais e, da mesma forma que as letras das canções, são recursos utilizados no processo de criação de representações. A interpretação de elementos da linguagem musical exige do pesquisador certo conhecimento técnico da linguagem musical, tal exigência pode atuar no sentido de dificultar a adoção esse procedimento nas pesquisas geográficas em Música.

[8] Essa temática está muito mais presente em artigos, ensaios e resenhas, que apresentam expriências didáticas mas não resultam de pesquisas monográficas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender os processos e dinâmicas sociais da vida por meio da Música é o objetivo mais geral que podemos destacar desse conjunto de trabalhos que vêm sendo realizados na Geografia nacional sobre a Música. Refletir sobre essa produção nos ajuda a entender a complexidade da experiência da vida cotidiana presentes em canções e na diversidade de criações musicais. Reconhecer a forma pela qual nós pesquisadores nos apropriamos de uma agenda de pesquisa que tem numa manifestação artística seu objeto nos permite uma melhor compreenção de como se dá as apropriações e representações simbólicas do espaço e das diversas formas de colaboração e organização social. A Música revela a existência dessas racionalidades que podem contribuir para a reflexão sobre a sociedade e seu espaço. A diversidade de abordagens e metodologias de pesquisas de forma alguma demonstra uma fragilidade epistemológica, pelo contrário, contribui para a consolidação de um fazer ciência capaz de considerar a emoção presente nas falas cotidianas e a sensibilidade dos artistas na apreensão dos sentidos que orientam uma cultura comum, da mesma maneira, dá relevo à forma pela qual as representações transformadas em músicas revelam apropriações e representações subjetivas do espaço e certas formas de se fazer política.

REFERÊNCIAS

[1] ALVES, Cristiano Nunes. O circuito sonoro: radiodifusão FM e produção fonográfica em Campinas-SP. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Instituto de Geociência, Unicamp, Campinas, 2008.

[2] _____. Os circuitos e as cenas da música na cidade de Recife: o lugar e a errância sonora. 2014. Tese (Doutorado em Geografia). – Departamento de Geografia, Instituto de Geociência, Unicamp, Campinas, 2014.

[3] CANOVA, Nicolas. L'imaginaire géographique à l'épreuve du phénomène musical: L'exemple du flamenco en Andalousie. Thèse (Docteur de Géographie) Français: Université de Grenoble 2012.

[4] CARDOSO, Eduardo Schiavoni. A metrópole na linha do baixo: Itamar Assumpção e a Geografia da cidade de São Paulo. Espaço e cultura, n. 25, p. 31-40, 2009.

[5] CARNEY, George O. Música e lugar. In: CORRÊA, R. Lobato. e ROSENDAHL, Zeny (Orgs). Literatura, música e espaço . Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 123-150.

[6] CASTRO, Daniel de. Geografia e Música: a dupla face de uma relação. Espaço e cultura, UERJ, Rio de Janeiro, n. 26, 2009, p. 07-18.

[7] CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL. Zeny. Geografia, Literatura e Música Popular. Uma bibliografia. In: Espaço e Cultura, n. 03. p. 63-68, 1998.

[8] _____. Literatura, música e espaço: uma introdução. In: CORRÊA, R. Lobato. e ROSENDAHL, Zeny (Orgs). Literatura, música e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 07-16.

[9] CORREIA, Marco Antonio. Representação e ensino a música nas aulas de geografia: emoção e razão nas representaçãoes geográficas. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2009.

[10] COSTA, Alexander J. S. T.; SILVA, José N. da. A geografia presente em canções da MPB e a música inserida no ensino de geografia: considerações e proposta. In: 7° Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia. Anais..., Vitória: UFES, 2003, p. 392-399.

[11] DOZENA, Alessandro. O samba na constituição do processo de urbanização e conformação de territorialidades na cidade de São Paulo. Geografia e Pesquisa, v. 3, p. 93-115, 2009.

[12] FERNANDES, Anedmafer Mattos. Lugar e o som: estudo geográfico da música guarani – reflexões a partir do ensino. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS: UFGD, 2012.

[13] FUINI, Lucas Labigalini. O ensino da geografia e de seus conceitos através da música. In: GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 38, n. 1, jan./abr. 2013, p. 93-106.

[14] GUIMARÃES, Raul B. Escala geográfica e partitura musical: considerações acerca do sistema modal e tonal. In: ROSENDAHL, Zeny e CORREA, Roberto Lobato (org.) Espaço e cultura: pluralidade temática. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, pp. 279-296.

[15] KUNST, Jaap. Ethnomusicology. Springer Netherlands, 1974.

[16] KONG, Liily. Popular music in geographical analyses. in: Progress in human geography. Vol. 19, 1995, p 183-98.

[17] Lakatos, E. M. & Marconi, M. de A. Metodologia do trabalho científico. 4. ed. rev.e aum. São Paulo: Atlas, 1995.

[18] MACHADO, Carlos Geovani Ramos. O ensino de Geografia e o Hip Hop. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, 2012.

[19] MARCELINO, Márcio. M. Uma leitura do samba rural ao samba urbano na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Paulo: Depto. de Geografia, USP, 20017.

[20] MELLO, João. O. Rio de Janeiro dos Compositores da música popular brasileira –1928/1991 – uma introdução à geografia humanística. Dissertação (Mestrado em Geografia), Rio de Janeiro, UFRJ, 1991.

[21] MESQUITA, Z. A Geografia Social na música do Prata. Espaço e Cultura, v.03, pp. 33-41, 1996.

[22] MOURA, Mariluce. Universidades públicas realizam mais de 95% da ciência no Brasil. In: Ciencianarua. In https://ciencianarua.net/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/ (Acessado em 11/04/2019).

[23] NASCH, P.; CARNEY, G. O. The seven themes of music geografhy. Canadian Geografher, v. 40, n. 01, 1996, p. 69-74.

[24] OLIVEIRA, Lívia de. Percepção do meio ambiente e Geografia. In: OLAN – Ciência & Tecnologia v.1, n. 2 nov. 2001. Rio Claro: Aleph, Engenharia e Consultoria Ambiental, 2001. p. 14-28.

[25] PANITZ, Lucas Manassi. Redes musicais e (re)composições territoriais no Prata: por uma geografia da música. Espaço e Cultura, n. 45. Rio de Janeiro: UERJ, 2019, pp.11-30.

[26] _____. Música popular e (re)composições territoriais: uma discussão teórica a partir do espaço platino. In: I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e X Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP Rio Claro. Rio Claro: UNESP, 2010, pp. 3206-3224.

[27] RAYEL, R. S. A Linguagem dos Sinos em Diamantina (MG): rotas turísticas na paisagem sonora. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2016.

[28] SCHAEFFER, Murray. A afinação do mundo. São Paulo: EdUNESP, 2001.

[29] SOUZA, Marquessuel Dantas de. Geografia, literatura e música: o simbolismo geográfico na arte. In: Revista de Geografia. V. 30, no. 1, Universidade Federal de Pernambuco, 2013, p. 103-147.

[30] TEIXEIRA, Alison Nascimento. O rap na geografia: possibilidades de mediação do conhecimento e ensino de geografia a partir da periferia. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, 2020.

[31] TORREÃO, Rafael Sapiência. Geografia do Hip Hop na Grande Vitória – ES: o lugar em tempos de globalização. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória-ES: 2014.

[32] TORRES, Marcos Alberto. Os sons que unem: a paisagem sonora e a identidade religiosa. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

[33] TUAN, Yi Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

[34] _____. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

[35] VELLOSO, Telma Oliveira Soares. A música no ensino de Geografia: uma ferramenta de ensino e aprendizagem. Revista Ponto de Vista. n.9 –vol. 3–2020, p. 01-18.

[36] WISNIK, José Miguel. Entre o erudito e o popular. Revista de História, São Paulo, 157, p. 55-72, 2007.

[37] _____. O Som e o Sentido. Uma outra história das músicas. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

Capítulo 5

Mapeamento das áreas de práticas religiosas da Jurema Sagrada e Umbanda no Parque Natural Municipal de Cabedelo – PB

Rogério Silva Bezerra
Mayara Valentim Pereira
Vitor de Melo Silva Sousa
Elinaldo Noé Pires
Thyago de Almeida Silveira

Resumo: O artigo versa sobre o mapeamento das áreas de práticas religiosas da "Jurema" existentes na Unidade de Conservação (UC) Parque Natural Municipal de Cabedelo, Paraíba. A Unidade foi criada pelo poder municipal através do Decreto nº12 de 16 de abril de 2003, sob categoria Parque Municipal, encontra-se ainda sem plano de manejo e sem o desenvolvimento das ações protetivas e de uso previstos para essa categoria, conforme a legislação vigente. O município de Cabedelo está localizado no litoral paraibano, no estuário do Rio Paraíba. Seu solo é sedimentar e está sob influencia direta das mares (zona estuarina), além de possuir altitude máxima de 4 (quatro) metros em relação ao nível do mar. Sua cobertura vegetal originária era marcada pela presença da mata atlântica e suas subclassificações, como florestas de restinga, manguezais, vegetação de praia, etc. No mapeamento realizado através de visitas em loco e com auxílio de GPS, foram encontrados na UC 09 (dez) pontos de práticas religiosas que utilizam à jurema (Acácia Nigra) e seus espaços próximos como área de realização de cultos e rituais. A Jurema Sagrada é uma prática religiosa de origem indígena, encontrada inicialmente nas áreas que hoje formam os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e zonas próximas. Atualmente a prática da Jurema está associada à Umbanda, que é em geral entendida como uma religião eminentemente brasileira e que agrega representações e influências de matrizes religiosas indígenas, africanas e européias. A pesquisa pretende servir de base para inclusão no plano de manejo do Parque, do direito ao uso religioso do mesmo, garantindo aos praticantes da Jurema e da Umbanda a manutenção de seus espaços sagrados de culto.

Palavras-Chave: Jurema Sagrada; Unidade de Conservação; Cabedelo.

1. INTRODUÇÃO

O mapeamento das áreas de práticas religiosas da "jurema sagrada"(*Acácia Nigra*) existentes na Unidade de Conservação (UC) Parque Natural Municipal de Cabedelo, está sendo realizado com o objetivo de compor o plano de manejo desta UC. A Unidade, criada pelo poder municipal através do Decreto nº12 de 16 de abril de 2003, sob categoria Parque Municipal, encontra-se ainda sem plano de manejo e sem o desenvolvimento das ações protetivas e de uso previstos para essa categoria, conforme a legislação vigente. O município de Cabedelo está localizado no litoral paraibano, no estuário do Rio Paraíba. Seu solo é sedimentar e está sob influencia direta das mares (zona estuarina), além de possuir altitude máxima de 3 (três) metros em relação ao nível do mar. Sua cobertura vegetal originária era marcada pela presença da mata atlântica e suas subclassificações, como florestas de restinga, manguezais, vegetação de praia, etc (BEZERRA e ARAÙJO: 2012).

No mapeamento realizado através de visitas em *loco* e com auxílio de GPS, foram encontrados na UC 10 (dez) pontos de práticas religiosas que utilizam à jurema e seus espaços próximos como área de realização de cultos e rituais. A *Jurema Sagrada* é uma prática religiosa de origem indígena, encontrada inicialmente nas áreas que hoje formam os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e zonas próximas. Atualmente a prática da Jurema está associada à Umbanda, que é em geral entendida como uma religião eminentemente brasileira e que agrega representações e influências de matrizes religiosas indígenas, africanas e européias (SÓCRATES: 2011). A pesquisa pretende servir de base para inclusão no plano de manejo do Parque, do direito ao uso religioso do mesmo, garantindo aos praticantes da Jurema e da Umbanda a manutenção de seus espaços sagrados de culto. O estudo se desenvolveu sobre um ponto de interseção que imbrica duas linhas de políticas públicas, ou duas tipologias do patrimônio cultural: o patrimônio ambiental, representado pela vegetação e demais atributos e funções delimitados/regulados por leis ambientais para a UC Parque Natural Municipal de Cabedelo e; pelo patrimônio imaterial, representado pelas referências, no caso em voga religiosas, afrodescendentes e indígenas, mais especificamente, da Jurema Sagrada e da Umbanda.

Após a promulgação da Constituição Federal em 1988 e o estabelecimento dos marcos legais do direito ambiental brasileiro contemporâneo (Capítulo IV, artigo 225 da C.F./88), posteriormente complementado pelo Decreto Lei nº 9985/2000 (que cria, entre outros instrumentos de gestão ambiental, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC) e pela Lei 12.651/2012 (Código Florestal Brasileiro), os diversos entes e instituições da federação foram chamados à integrar esforços para expansão de iniciativas que buscassem assegurar a preservação da qualidade de vida dos cidadãos no presente, bem como à salvaguardar bens e a biodiversidade natural no território, para uso científico e educacional das gerações futuras. Esta política alinha-se com outras iniciativas históricas do Estado Brasileiro, particularmente com o decreto 23.793/34, Lei 4771/65 e lei 7.511/86, antecessores do Código Florestal Brasileiro atual.

Fruto deste direcionamento em busca da conservação e preservação de frações do território que contenham atributos históricos e/ou ecológicos/ambientais que, por suas qualidades e aspectos específicos, possam contribuir com o desenvolvimento social e cultural do Brasil, a Prefeitura Municipal de Cabedelo criou, durante a gestão do senhor José Ribeiro Farias Júnior, através do Decreto nº12 de 16 de abril de 2003, a Unidade de Conservação(UC) Parque Natural Municipal de Cabedelo (conforme artigos 7 e 8 do capítulo III da Lei 9985/2000, sob categoria de "Parque Municipal") . O Parque, popularmente conhecido como "Mata do Estado", tem sua origem ligada a uma antiga posse rural, chamada "Sítio Cajueiro". A área de propriedade da União foi cedida ao município de Cabedelo com finalidade específica de criação da UC, através de um contrato de cessão assinado no dia 26 de janeiro de 2004.

A relativa preservação da área, que possui uma vegetação terciária, bastante modificada pela ação antrópica, foi inicialmente possível graças ao uso desta como zona de capitação de água utilizada para abastecimento do Porto de Cabedelo. O Parque possui ainda hoje as rugosidades (SANTOS:1997) oriundas de seu uso pregresso, visto que possui em seu interior, 12 (doze) poços artesianos, anteriormente interligados a uma casa de bombas, ainda existente no local. A casa de bombas, por sua vez, alimentava as atividades de funcionamento do porto de Cabedelo. Essa função imposta a área, que possui algo próximo a 50ha, foi possível graças à abundante disponibilidade de água do local, oriunda de seu farto e dinâmico lençol freático.

Paralelamente ao desenvolvimento da legislação e dos instrumentos de gestão ambiental no território, emergiu também, durante o transcorrer do século XX, um sistema de gestão do patrimônio cultural do país. Dentro do escopo ideológico gestado pelo Estado Novo a partir de 1930, que buscava produzir um imaginário nacional com vistas à unificação e centralização do poder e do governo do território, Getúlio Vargas cria, foi criado através do Decreto nº 378/37, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Mais contemporaneamente, seguindo as orientações oriundas das Cartas patrimoniais da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e em resposta a crítica contra seu marcante eurocentrismo, o IPHAN, além de desempenhar a função de guardião dos bens e do imaginário sobre a história e a identidade brasileira, desenvolveu também uma política de afirmação da pluralidade étnica e cultural, buscando incluir entre seus tombamentos bens representativos à matrizes não europeias, como indígenas e afrodescendentes. Assim foram incluídos entre os tombamentos, por exemplo, o Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, localizado na Bahia, em 1986 e em 2008 a roda de capoeira, dentre inúmeros outros bens e referências.

2. OBJETIVO

O mapeamento das áreas de práticas religiosas da "Jurema" existentes na UC está sendo realizado com o objetivo de compor o plano de manejo destunidade ambientala. A elaboração do plano de manejo da área vem sendo realizado por uma equipe de profissionais e estudantes dos cursos de Meio Ambiente e Ciências Biológicas do Campus Cabedelo do IFPB.

3. METODOLOGIA

No mapeamento realizado através de visitas em *loco,* nos meses de janeiro e fevereiro de 2017 , com auxílio de GPS, foram encontrados na UC 10 (dez) pontos de práticas religiosas que utilizam a jurema (*Acácia Nigra*) e seus espaços próximos como área de realização de cultos e rituais.

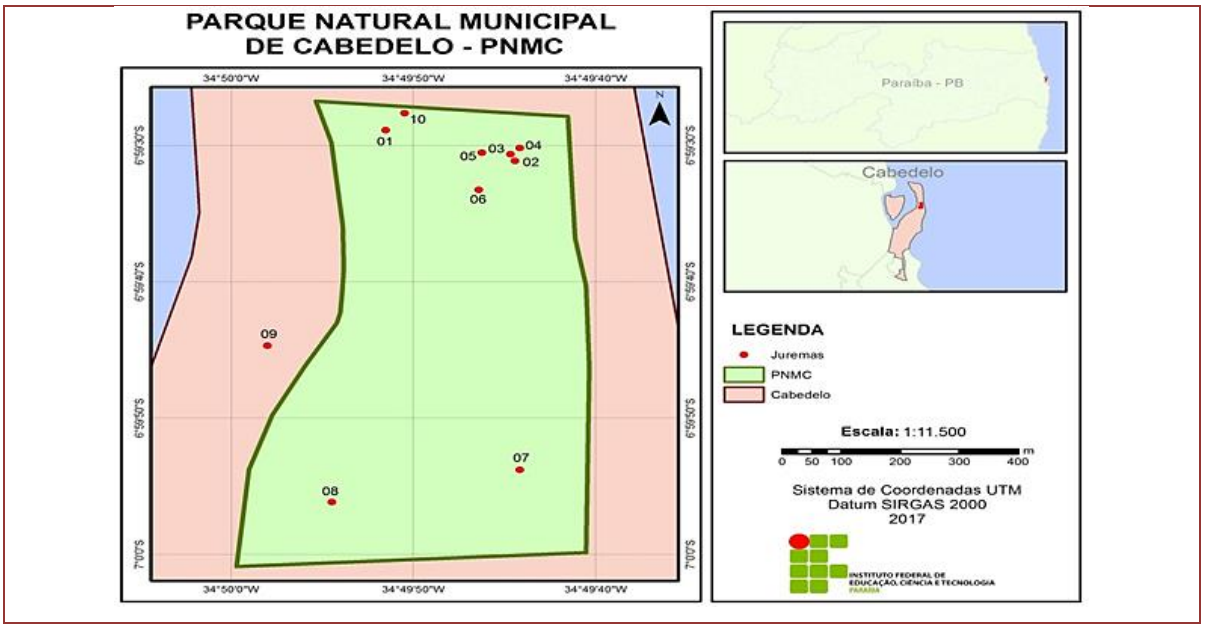
A pesquisa de campo foi realizada por uma equipe de 02 (dois) estudantes do curso de Ciências Biológicas e coordenada por um docente do mesmo curso. Foram realizadas visitas com metodologia exploratória, com vistas a uma aproximação inicial com a mata e com as práticas e objetos religiosos existentes no local. Posteriormente foram feitas duas visitas com uso de GPS e de câmeras fotográficas. Na primeira visita com GPS foram marcados por referência de satélite os pontos onde foram encontrados os resíduos das atividades religiosas, além do registro fotográfico dos pontos e objetos.

Em seguida as coordenadas geográficas foram implantadas em uma imagem de satélite para a produção do mapa dos pontos de jurema. No passo seguinte os pontos foram reverificados e corrigidos para formatação do mapa final. Paralelamente foram realizadas pesquisas e leituras como parte do levantamento bibliográfico sobre o tema. Nestas últimas a equipe buscou acumular informações históricas e antropológicas sobre a questão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O mapeamento realizado registrou 10 (dez) pontos de prática de Jurema Sagrada e Umbanda no Parque Natural Municipal de Cabedelo. Isso demonstra a presença de uma intensa atividade religiosa na UC e também a necessidade de inclusão de medidas de gestão, não apenas dos resíduos sólidos, mas de todos os impactos causados ao Parque pela realização dos cultos religiosos. A análise em *loco*, como também o estudo do material fotográfico produzido, demonstraram que o impacto das práticas religiosas possui relevância considerável graças ao seu volume e à diversidade de materiais.

Figura 1 – Pontos de Prática de Jurema Sagrada no Parque Natural Municipal de Cabedelo



Fonte: trabalho de campo (2017)

As cerimônias realizadas no meio da vegetação, tendo como ponto central a base da "jurema preta", deixam nos locais desde garrafas de vidro e plástico, até latinhas de alumínio e restos de animais não pertencentes a ecologia do local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa conclui que durante a preparação do plano de manejo é preciso estar alerta para não reproduzir o preconceito e a hierarquização dos saberes e culturas componentes da diversa matriz cultural do Brasil. Não se deve priorizar os interesses dos segmentos médios e acadêmicos urbanos, plasmados na legislação ambiental, em detrimento da defesa dos direitos culturais herdados de grupos sociais e de saberes historicamente marginalizados, como os indígenas e afrodescendentes. Contudo, é preciso incluir na elaboração do plano de manejo medidas para recuperar os impactos oriundos das práticas religiosas presentes, sem ferir o direito de salvaguarda do patrimônio imaterial e sem constrangimentos aos rituais das religiões de matriz indígena e afrodescendente.

REFERÊNCIAS

[1] BEZERRA, Rogério Silva; ARAÚJO, Diandra Soares de. UM ESTRANHO NO MANGUE: um retrato das relações entre capital, estado e meio ambiente na contemporaneidade brasileira em um cantinho da Paraíba. Disponível em Acesso em 15/12/2012.

[2] SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2ª Edição, São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

[3] MOUTINHO DA COSTA, Lara. A Floresta Sagrada da Tijuca: Estudo de Caso de conflito envolvendo uso público religioso de Parque Nacional: Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto de Psicologia – Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social.

[4] FERREIRA, Sócrates Pereira. A Jurema Sagrada em João Pessoa: um ritual em transição: João Pessoa, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Capítulo 6

A utilização da aula de campo aplicada ao estudo do manguezal de Guaratiba: Estudo de caso no CIEP Roberto Burle Marx (Primeiro ano do Ensino Médio)

Wilson Messias dos Santos Junior
Kátia Isabel Louzada Tostes

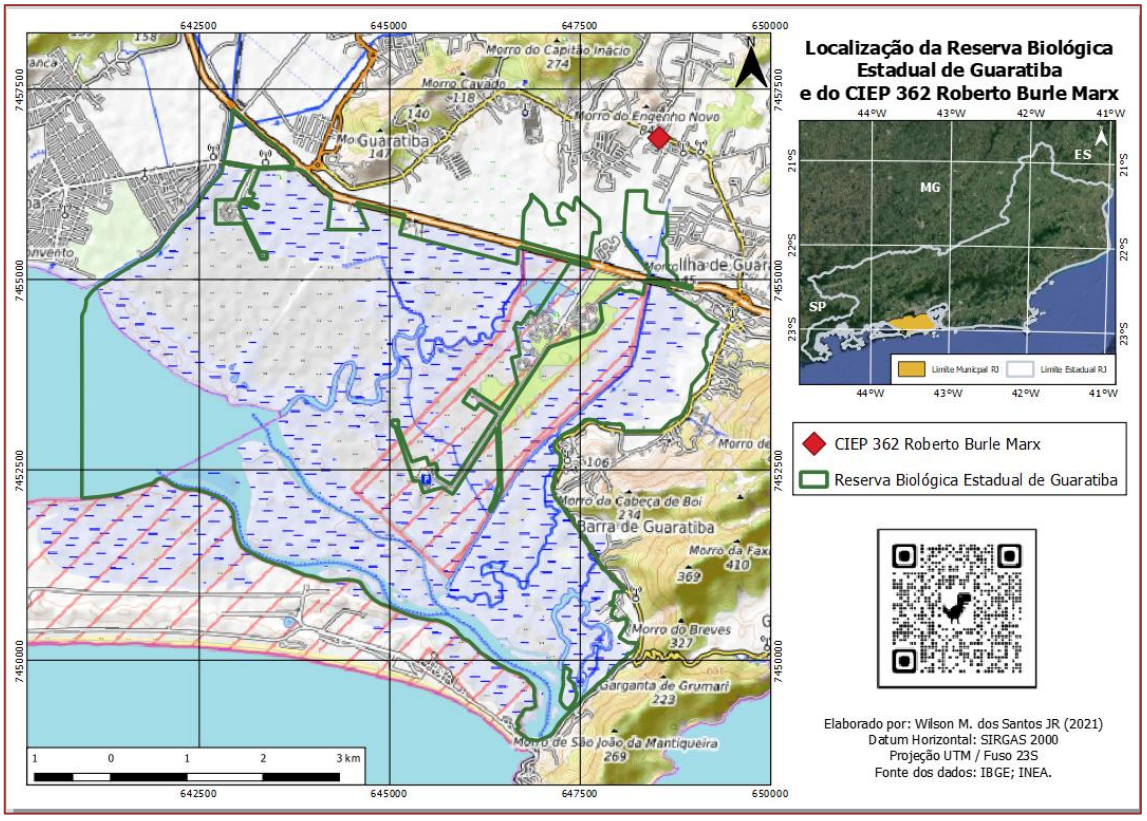
Resumo: O presente artigo tem por objetivo geral entender a importância da aplicação da aula de campo como método de estudo do Ecossistema Manguezal no âmbito da Geografia direcionada aos alunos da primeira série do Ensino Médio de acordo com o estabelecido no currículo mínimo sobre Domínios Morfoclimáticos, na Unidade Escolar CIEP Roberto Burle Marx, localizado no bairro de Guaratiba, Rio de Janeiro. Possui como objetivos específicos estudar a relevância da aplicação da aula de campo no ambiente de vivência dos educandos considerando seus conhecimentos prévios e aplicando os conceitos da Geografia. Especificamente, a pesquisa ajuda a compreender e refletir sobre o ensino de Geografia deste ecossistema baseando-se nos preceitos da Educação Ambiental. Percebe-se que muitos estudantes não conhecem a Geografia do manguezal e que poucos participaram de aula de campo. A metodologia utilizada na pesquisa baseia-se em relatos de moradores locais que vivenciam o manguezal, questionários aplicados aos alunos, professores e responsáveis no contexto da Unidade Escolar, bem como o estudo de campo e aula prática com os discentes, embasando-se na pesquisa bibliográfica sobre os temas centrais deste trabalho: ensino de Geografia, aula de campo, educação ambiental e estudos sobre o ecossistema manguezal. Os resultados preliminares apontam que o manguezal é um local de sustento para muitos indivíduos, sobretudo da comunidade ribeirinha, servindo como berçário natural de muitas espécies animais e ponto migratório de aves.

Palavras-chave: Manguezal. Aula de Campo. Barra de Guaratiba. Educação Ambiental.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo busca apresentar os seguintes temas com relevância ao ensino de Geografia: Trabalho de Campo com fomento à pesquisa geográfica e Educação Ambiental como base estratégica pra a conservação e proteção do meio ambiente, utilizando o estudo de caso da primeira série do Ensino Médio do CIEP Roberto Burle Marx, localizado em zona de amortecimento do Ecossistema Manguezal dentro da Reserva Biológica Estadual de Guaratiba (figura 1). Assim sendo, em concordância com Zabala (1998), o que se propõe é promover o processo de ensino aprendizagem em seus aspectos cognitivos, atitudinais e procedimentais, efetivando desta maneira o processo de educação integral, opondo-se à sua fragmentação.

Figura 1: Mapa de localização da Reserva Biológica Estadual de Guaratiba e do CIEP 362 Roberto Burle Marx



Fonte: Os Autores, 2021.

O conceito de território é fundamental para esta pesquisa e por isto recorremos à Lefebvre (1986) para refletir sobre a noção de território que ultrapassa a noção de propriedade para ir à noção de apropriação. O espaço é dominado por agentes que o apropriam e isto torna o território repleto de mobilidade no tempo e espaço.

A vivência de diversos territórios é o que configura a multiterritorialização. Para Haesbaert (2004), é um processo dinâmico com simbologia de poder e apropriação. Neste sentido há uma relevante questão para esta pesquisa, pois o conceito de território no ecossistema associado Manguezal é diferente para os diversos grupos que ali coexistem.

A Educação Ambiental é tratada com viés transversal e interdisciplinar pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no ano de 1997, e não como uma disciplina específica. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em suas competências destaca o compromisso com a Educação integral. Na segunda versão da BNCC o tema Educação Ambiental supera a visão naturalista e aprofunda a multidisciplinaridade passando por questões como produção, trabalho e consumo (MEC, CONSED, UNDIME, 2016). Segundo Saito (2012), tal posicionamento é ratificado através da Lei n 9.795/1999 e da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Santos e Jacobi (2011) nos diz que o trabalho de campo possibilita a observação dos elementos da paisagem e remete aos processos existentes no espaço geográfico, rompendo com a visão fragmentada da realidade e favorecendo uma visão sistêmica.

A hipótese da presente pesquisa baseia-se na possibilidade de provocar uma mudança na percepção do aluno do Ensino Médio frente ao ecossistema Manguezal, a partir do trabalho de campo e práticas relacionadas à educação ambiental.

A justificativa está pautada na carência de pesquisas de cunho educativo na área de Geografia no que se refere especificamente ao ecossistema associado Manguezal e suas interações entre o ambiente e sociedade. Em conversa com os professores e educandos da unidade escolar CIEP Roberto Burle Marx, onde foi aplicado o estudo de caso, foi constatado não ter ocorrido prática de aula de campo no Manguezal na disciplina de Geografia. O estudo do Manguezal, ecossistema onde o CIEP está localizado é o local onde muitos alunos residem, e por sua vez, este estudo é realizado de maneira muito superficial pela Geografia, sendo no máximo citado nas aulas teóricas através dos livros didáticos (ALVES, 2011).

No que se refere a esta situação, em estudos do relevo e modelado terrestre, por exemplo, o docente busca exemplos distantes da realidade do aluno como a Serra de Teresópolis, enquanto poderiam exemplificar com a serra pertencente ao maciço da Pedra Branca que pode ser avistado na própria paisagem do estuário onde o manguezal está inserido (LARDOSA, 2011).

A prática de campo é fundamental para uma educação integral do indivíduo, mas precisa ser realizada com muito cuidado. O trabalho de campo não é a metodologia em si mesmo, mas sim uma ferramenta que faz parte da metodologia, não podendo ser praticado com empirismo, em dicotomia com a teoria, com as pesquisas existentes, livros e teses. A produção do conhecimento que poderá ser originada será da interface entre teoria e prática, e não da banalização da prática. (ALENTEJANO e ROCHA LEÃO, 2006).

O trabalho de campo ao possibilitar a vivência através da observação e contato com os elementos da paisagem e processos que ocorrem no espaço geográfico permite uma educação ampla e crítica. Conforme Freire (1971) a educação “bancária” e passiva contribui para o fracasso do sistema educacional. O rompimento com a educação tradicional é necessário para atingir uma educação que valorize não apenas os elementos cognitivos, mas também os conhecimentos procedimentais e atitudinais.

O trabalho de campo propicia a vivência do discente no espaço a ser estudado, abarcando a observação da paisagem e os processos intrínsecos a ela e neste momento favorece também o aprendizado da Geografia atrelado à educação ambiental, tão necessária atualmente. Em concordância com Santos e Jacobi (2011), temos que a experiência do trabalho de campo permite uma visão menos fragmentada sobre o espaço a ser estudado. Os livros didáticos e demais ferramentas didáticas são importantes para compor o aprendizado, mas não proporcionam a vivência do espaço geográfico, que vem para coroar o processo ensino-aprendizagem da Geografia.

A escolha do manguezal de Guaratiba para compor este artigo se justifica pela proximidade da Unidade Escolar, onde a pesquisa realizou-se, que se encontra na zona limítrofe à Reserva Biológica Estadual de Guaratiba (REBIO). O manguezal é um ecossistema de grande relevância ambiental estudado pela Geografia, compõe o conteúdo do currículo do primeiro ano do Ensino Médio e apesar disto, a visão depreciativa é notória pelos discentes e por muitas pessoas que ali residem.

Pouco visitado pelas Unidades Escolares da rede pública, mas bastante visitado por escolas privadas de bairros distantes, o manguezal é um ecossistema de grande importância ecológica, econômica e social para a comunidade e um local de vivência de muitos discentes.

A metodologia deste trabalho reuniu pesquisas de gabinete com referências bibliográficas importantes e experiências pedagógicas adquiridas a partir do trabalho de campo com a turma do primeiro ano do Ensino Médio da referida unidade escolar. Utilizou também entrevistas e relatos obtidos junto com a comunidade e técnicos do INEA (Instituto Estadual do Ambiente), lotados na RBG que contribuíram para a execução e resultados alcançados.

Analisar a relevância da aplicação do trabalho de campo e da educação ambiental ao Ecossistema Manguezal e ao ensino de Geografia é objetivo geral, para isto iremos manter o foco em analisar o desenvolvimento do aprendizado dos alunos do primeiro ano do Ensino Médio do CIEP Roberto Burle Marx acerca dos conceitos relacionados à educação ambiental e ao ecossistema manguezal a partir da prática do trabalho de campo; comparar as informações sobre o entendimento e a percepção dos estudantes antes e depois da prática pedagógica da aula de campo realizada no manguezal; discutir a

importância do Manguezal de Guaratiba à partir de diferentes visões (sociedade civil, entes públicos e militares).

O recorte espacial onde foi realizado o estudo de caso desta pesquisa abarca a Reserva Biológica de Guaratiba, aqui chamada RBG, que faz limite com a comunidade ribeirinha de Araçatiba, zona de amortecimento, no Bairro de Barra de Guaratiba. O recorte temporal é o espaço entre 2018 a 2021.

Para acessar a RBG, neste local, é necessário passar pela comunidade Araçatiba, sendo muito interessante para a aula de campo, pois no caminho há a possibilidade de conhecer a paisagem, os costumes da comunidade e refletir acerca das relações ocorridas no espaço. As atividades inerentes à comunidade refletem no manguezal, pois se relacionam a saneamento básico das casas, descarte de lixos e atividade de pesca para consumo e venda, considerando que há uma população de pescadores artesanais na localidade.

Este artigo utiliza revisão bibliográfica e no segundo momento, faz uso de entrevistas com os atores sociais e o estudo de caso com os estudantes do primeiro ano do Ensino Médio do CIEP Roberto Burle Marx. Neste estudo de caso foi realizado o trabalho de campo na Comunidade Araçatiba e na RBG, com autorização e apoio do INEA.

Através deste trabalho com os estudantes e professores tornou-se evidente a mudança da percepção dos alunos em relação ao Ecossistema Manguezal e suas atitudes no espaço relacional.

2. METODOLOGIA

O primeiro momento desta pesquisa foi a revisão Bibliográfica. No segundo momento a pesquisa utiliza-se de entrevistas e trabalho de campo com a população ribeirinha e o estudo de caso com os estudantes do primeiro ano do Ensino Médio do CIEP Roberto Burle Marx. Neste estudo de caso foi realizado o trabalho de campo na Comunidade Araçatiba e na Reserva Biológica Estadual de Guaratiba.

Vale ressaltar que o trabalho de campo, além de constituir um momento de articulação teoria-prática deve propiciar um olhar crítico sobre a realidade levando à ação transformadora segundo Alentejano e Rocha-leão (2006). Ainda Alves e Rosa (2012), atentam para a importância do contato com a realidade que levará ao aluno uma experiência rompendo com a dicotomia teoria e prática, compreendendo a ampla relação espacial existente, indo além das bases teóricas oferecidas em sala de aula.

O trabalho de campo necessita de elementos para sua eficácia pedagógica e não correr o risco de se transformar em um mero passeio sem alcançar os reais objetivos. Tais elementos são: planejamento, execução e avaliação ou pré-campo, campo e pós-campo respectivamente (LIMA e ASSIS, 2005).

O método faz uso de questionários para auxiliar na resposta proposta no objetivo traçando a comparação entre a percepção dos alunos em relação ao ecossistema manguezal em dois momentos: antes e depois do trabalho de campo. Pretendeu-se avaliar a importância da atividade do campo no ensino da Geografia e na Educação Ambiental.

Para esta análise foram considerados vinte e um alunos do primeiro ano do Ensino Médio do CIEP Roberto Burle Marx, localizado no bairro Ilha de Guaratiba, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Eles responderam dois questionários semiabertos, antes e depois da aula de campo. Também elaboraram suas dúvidas antes da aula de campo em uma roda de diálogo e puderam expor suas respostas e impressões após a aula de campo. Para a análise das questões abertas baseou-se na técnica desenvolvida por Pereira, Farrapeira e Pinto (2006); classificando-as em três categorias: satisfatórias, parcialmente satisfatórias e insatisfatórias.

Para a categoria “satisfatória” os alunos demonstram ter conhecimento relevante para o assunto abordado. Para a “parcialmente satisfatória” os alunos demonstram ter um conhecimento mínimo e para a classificação “insatisfatória” os alunos demonstram não saber sobre o assunto.

As etapas do desenvolvimento do trabalho de campo foram: pré-campo, campo e pós-campo. Segundo metodologias propostas por Falcão e Pereira (2009) Estas serão detalhadas nas etapas itens a seguir:

A primeira etapa consistiu na organização e planejamento do trabalho de campo propriamente dito, sendo realizada da seguinte forma:

- A priori foi definida a área de realização do trabalho de campo. A área escolhida foi a RBG (Reserva Biológica Estadual de Guaratiba), uma área de proteção integral de fiscalização do INEA (Instituto Estadual Ambiental), na localização limítrofe à Comunidade Araçatiba, no bairro de Barra de Guaratiba.
- Foi realizada uma reunião com a equipe gestora da unidade escolar acertando a viabilidade do trabalho de campo bem como logística necessária.
- Em seguida foi realizado o contato formal com o escritório do INEA para agendamento da visita guiada. O agendamento realizado através de e-mail, com carta assinada pela direção da Unidade Escolar.
- Após este agendamento, foi enviado termo de autorização para os responsáveis dos alunos, para que retornassem assinados pelos mesmos.
- Com os alunos foi realizada uma roda de conversa sobre a visita e aplicado um questionário com perguntas semiabertas, com objetivo diagnóstico de avaliar a percepção dos alunos em relação ao manguezal. Foi trabalhado o tema através de textos e imagens selecionados e adaptados. O conteúdo referente ao Ecossistema associado Manguezal foi trabalhado.
- Foram colocados os objetivos da realização do trabalho de campo e a sua rota com os pontos de abordagem. Foram fornecidos mapas de localização através de imagens do Google Earth e Google Maps. Foram abordados itens como disciplina no campo, trajes adequados, materiais a serem utilizados como caderno de anotações, caneta, máquina fotográfica ou aparelhos celulares e repelentes.

A segunda etapa, que consistiu na aula de campo, foi realizada da seguinte forma:

- Ponto de encontro no ponto de ônibus da entrada da Comunidade Araçatiba, comunidade localizada na borda Oeste da Reserva Biológica.
- Caminhada através da Comunidade Araçatiba até a entrada da Reserva Biológica. Na caminhada foi possível observar a paisagem, conversar sobre a questão do território e dialogar a respeito da origem da comunidade, do conceito de lugar, sobre a luta pelo título de propriedade da terra pela Comunidade.
- Na entrada da REBIO houve a recepção pelos guarda-parques do INEA que nos guiou para a reserva, explicou as normas e a história da reserva.
- Foi realizada a visita ao Sambaqui local e explicado sua origem e importância cultural e histórica;
- Os estudantes assistiram a uma palestra dos técnicos do INEA sobre o trabalho que realizam e a importância da Educação Ambiental e preservação do ecossistema manguezal.

Partindo para a terceira etapa, o pós-campo:

- Foi realizada uma nova roda de conversa com os alunos e houve um diálogo sobre as impressões que tiveram na experiência do campo;
- Foi aplicado um questionário semiaberto sobre a aula de campo para os alunos.
- Esta etapa oportunizou a troca de conhecimentos, reforçando a importância da interdisciplinaridade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados são oriundos das análises dos questionários aplicados antes e depois da aula de campo, das observações realizadas no trabalho de campo e na pesquisa de campo e das entrevistas realizadas com agentes da comunidade e profissionais do INEA.

Os resultados das análises dos questionários pré-campo, quanto à percepção dos estudantes em relação ao ecossistema associado manguezal revelaram a falta de conhecimento prévio da maioria em relação ao tema. A pergunta do questionário pré-campo (Como você obteve informações sobre o ecossistema

manguezal?) revelou o predomínio da escola e da mídia na transmissão de informações sobre o ecossistema em questão, como podemos visualizar na tabela 1 a seguir:

Tabela 1

Fontes	Respostas
Escola	6
Mídia	3
Visita no local	4
Redes sociais virtuais	4
Diálogos cotidianos	2
Outros meios	2
Total	21

Fonte: Silva, 2019.

Das respostas dadas à pergunta: "Como você obteve informações sobre o ecossistema manguezal?", a tabela 1 demonstra que a Escola vence em relação às outras fontes. Responderam a esta pergunta 21 alunos. As respostas demonstram que os alunos valorizam mais as informações formais da Escola em detrimento das informações que obtiveram dos pais e da comunidade pertencente ao manguezal. Pois, muitos alunos residem ou frequentam o manguezal e já trazem consigo diversas informações acerca deste ecossistema, mas não relataram. É como se na visão dos estudantes fosse dissociado o manguezal da vivência deles e o manguezal dos livros didáticos e das mídias.

A tabela 2, a seguir, refere-se às respostas dos alunos antes da prática da aula de campo.

Tabela 2 – Número de respostas assinaladas pelos alunos no questionário pré-campo em relação à pergunta: quais características você associaria ao ecossistema manguezal?

Características	Nº de respostas
Catador de caranguejo	18
Áreas úmidas	9
Pantaneiro	6
Grande riqueza de flora	3
Berçário de peixes e outros animais	4
Áreas secas	3
Ecossistema costeiro associado à mata Atlântica	0
Ecossistema de Zona Tropical	0
Ecossistema importante para o Planeta	0

Fonte: Silva, 2019.

A pergunta buscou diagnosticar o grau de conhecimento dos alunos em relação ao Ecossistema Manguezal. Percebe-se um destaque na característica "catador de caranguejo", destacando a atividade laboral dos familiares e pessoas na beira da estrada que vendem caranguejos. É a renda familiar de muitos ou o alimento do cotidiano que colabora para o destaque desta característica na visão dos alunos.

A tabela 3 a seguir apresenta o questionário diagnóstico pré-campo.

Tabela 3

Questionário Pré-campo	sim
Você já foi a uma aula de campo no manguezal?	6
O manguezal localiza-se no Bairro de sua Escola?	9
O manguezal é importante para o nosso Planeta?	6

Fonte: A autora (2019).

As respostas dos alunos demostraram que dos 21 alunos apenas 9 sabiam que a Unidade Escolar está inserida no ecossistema manguezal. No quesito importância do manguezal foi menor ainda o número dos alunos que tinham a consciência do grau de importância deste ecossistema, considerando-o apenas um ambiente pantaneiro, sujo e sem relevância. Esta impressão carrega aspectos do cotidiano dos alunos que cresceram vendo os pais ou familiares se sujando no solo lamacento do manguezal para retirar alimentos para subsistência de consumo próprio ou para comercializar. Seis alunos responderam que já haviam ido a uma aula de campo no manguezal, muitos foram quando criança com seus familiares e poucos em uma aula de campo formal e mesmo assim na disciplina de Ciências e nenhum na disciplina de Geografia.

No primeiro ponto do trabalho de campo (Comunidade Araçatiba) ocorreu a mediação por parte da pesquisadora para a observação e reflexão do modo de vida da comunidade, dos conceitos geográficos de lugar e de território que os sujeitos da comunidade teriam. Foi discutida também a percepção de cada um em relação ao lugar e território. No segundo ponto, na Reserva Biológica, os alunos continuaram a conhecer in loco o ecossistema manguezal. A equipe do INEA conduziu o trabalho em uma área segura deste ecossistema, onde os alunos conheceram um sambaqui e compreenderam a importância cultural e histórica deste relevo de formação antrópica. A figura 2 a seguir mostra alguns estudantes na "prainha de Araçatiba" durante a aula de campo, na RBG. Os docentes observam a paisagem e dialogam.

Os docentes observam a paisagem e dialogam.

Figura 2: Estudantes na aula de campo na RBG

Fonte: Silva, 2019.

Os alunos conheceram aspectos do solo, paisagem, clima, carga hídrica e vegetação com suas características confrontando com aspectos discutidos teoricamente em sala de aula no pré-campo. Essa interface é essencial em um trabalho de campo conforme destaca Alentejano e Rocha Leão (2006) e Alves e Rosa (2012). Muitos alunos acreditavam que as águas salobras do manguezal eram apenas vindas do

mar, sem contribuição fluvial. Interessante destacar que aqueles estudantes residentes sabiam desta "mistura" de águas marinhas e fluviais e compartilharam com aqueles que não sabiam.

A equipe do INEA fez uma palestra sobre Educação Ambiental destacando as diferentes questões associadas a descarte inadequado de lixo, consumismo exacerbado, poluição dos corpos hídricos e pesca predatória. Neste sentido, avançamos em uma discussão pertinente ao sistema de produção capitalista, analisando criticamente, passando de uma escala local para uma escala mais global, o que permitiu um entendimento mais complexo da realidade, ou uma reflexão mais ampla. A figura 3 seguinte foi o registro da palestra do INEA sobre Educação Ambiental na "Prainha de Araçatiba", dentro da RBG.

Figura 3: Palestra do INEA na aula de campo na RBG

Fonte: Silva, 2019.

Os alunos perceberam que além das consequências ecológicas da degradação do manguezal, as comunidades de pescadores e catadores de caranguejo também são muito prejudicadas, pois os impactos comprometem o sustento de suas famílias. Dessa forma, notou-se uma inquietação na busca por soluções para conter o avanço da degradação, dentre as quais citamos: divulgação da problemática nas escolas, difusão do conhecimento através de palestras e mudanças de hábitos pessoais, construção de materiais com informações sobre Educação Ambiental como cartilhas ambientais, mapas mentais, vídeos e ações participativas de coletas de lixo. São reflexões importantes porque parte da premissa em que o homem encontra-se inserido no contexto do meio ambiente e não é um mero expectador ou agente. A cada ação antrópica há uma transformação e a cada mudança do meio ambiente há uma interferência nas atividades antrópicas. Esta dialética é o fundamento de uma reflexão transformadora.

A análise crítica da realidade feita in loco possibilitou uma reflexão acerca dos conceitos geográficos de lugar e território, em suas múltiplas noções para cada sujeito envolvido. Foi percebido que para cada grupo observado na atividade havia um sentido diferente na importância do manguezal. Para as pessoas da comunidade Araçatiba o manguezal é abrigo, local de moradia e de sustento para os pescadores artesanais. Há uma apropriação do espaço, há a luta pela titulação das terras com o poder público, a questão do uso e ocupação do solo é unânime.

Para a equipe do INEA o manguezal representa sua empregabilidade com o dever de proteger a RBG contra invasões e degradação. Atualmente, no Conselho Consultivo formado do INEA local, há câmaras temáticas, entre elas a de Educação Ambiental, que trabalha o Projeto de Educação Ambiental para Escolas interessadas. Portanto, a representatividade do INEA na RBG vai além da fiscalização, buscando ações com a comunidade, turistas, comerciantes e Unidades Escolares na finalidade de proteger o Manguezal, de maneira educativa e interativa.

Há diferença acerca da percepção do lugar entre os alunos, pois é local de moradia para alguns e para outros não. Passa pela formação da identidade de cada um e pelo sentido de pertencimento ou não, remetendo aos conceitos de lugar e território.

Após a realização do trabalho de campo foi aplicado outro questionário para avaliar, de forma mais sistematizada, se esta atividade contribuiu para aumentar o nível de conhecimento sobre o ecossistema manguezal e ressignificou a percepção dos alunos. Neste questionário pós-campo a maioria das perguntas

foi semelhante ao questionário pré-campo. Porém, houve alteração, pois as questões 1 e 3 do questionário pré-campo foram suprimidas, por não fazerem mais sentido nesta etapa, e uma nova questão foi acrescentada.

Quanto à pergunta "quais características você associaria ao ecossistema manguezal?", além da acentuada indicação da característica "catador de caranguejo e áreas úmidas", outras características também foram bastante indicadas, demonstrando maior conhecimento sobre o ecossistema associado manguezal após a aula de campo.

Nesta parte do diálogo do pós-campo, a citação das características evoluiu para uma reflexão mais ampla. A visão diferenciada dos vários grupos envolvidos no ambiente do Ecossistema em questão foi bastante discutida e refletida. A noção de importância do Manguezal para os agentes envolvidos é diferenciada. Neste ponto, os conceitos geográficos de lugar e território foram discutidos. Vejamos a tabela 4 a seguir.

Tabela 4 – Número de respostas assinaladas pelos alunos no questionário pós-campo em relação à pergunta: quais características você associaria ao ecossistema manguezal?

Tabela 4

Características	Número de Respostas
Catador de caranguejo	12
Áreas úmidas	8
Pantaneiro	5
Grande riqueza de Flora	11
Berçário de peixes e outros animais	16
Áreas secas	4
Ecossistema costeiro associado à Mata Atlântica	18
Ecossistema de Zona Tropical	8
Ecossistema importante para o Planeta e para o Homem	19

Fonte: Silva, 2019.

A pergunta acima busca fazer uma nova análise sobre os conhecimentos dos alunos em relação ao Ecossistema Manguezal. É possível notar uma releitura dos alunos após a mediação pedagógica do trabalho de campo. As respostas estão mais ricas de conteúdo com relação às características do ecossistema estudado.

É relevante observar que dos 21 alunos que responderam a esta pergunta apenas 14 foram à aula de campo e destes 14 alunos todos consideraram que o manguezal é importante para o homem e para o Planeta, alternando com as outras características. A importância deste ecossistema foi bastante comentada e melhorou o grau de motivação dos alunos assim como a autoestima dos que ali residem. Os alunos moradores contaram alguns hábitos do cotidiano no manguezal, curiosidades sobre a fauna e variações de marés. Nesta questão é importante ressaltar que a participação dos estudantes no trabalho de campo é atrelada às dificuldades como transporte, autorização, motivação, etc. Portanto, o pré-campo é importante para o êxito das participações presenciais no campo.

Foram realizadas perguntas fechadas para o questionário pós-campo com objetivo de aferir uma releitura sobre os conhecimentos dos alunos.

Vejamos a tabela 5 o número de alunos que responderam 'sim' no pós-campo:

Tabela 5

Questionário Pós-Campo	Sim
O Manguezal de Guaratiba é um Ecossistema do Bairro de sua Escola?	18
O Manguezal é importante para o nosso Planeta?	19
O Manguezal de Guaratiba é um Ecossistema que pertence ao Domínio Morfoclimático da Mata Atlântica?	17

Fonte: Silva, 2019.

É possível constatar através da tabela anterior que a percepção dos alunos a respeito dos conceitos básicos do Ecossistema Manguezal mudou após a prática pedagógica da aula de campo. No quesito localização, importância e como pertencente a um domínio morfoclimático maior que é a Mata Atlântica. Ao aumentar o conhecimento de conteúdo dos estudantes nestes conceitos, a reflexão tornou-se possível para as relações produzidas no espaço.

Quanto à última pergunta do questionário pós-campo (Qual dos três pontos do trabalho de campo você mais gostou?), a maior parte dos alunos (61,3%) indicou a "Prainha" Reserva Biológica de Guaratiba; 22,6% responderam que foi a comunidade Ribeirinha de Araçatiba e 16,1% assinalaram que foi o Sambaqui. Quanto à justificativa solicitada nesta questão, a maioria dos estudantes registrou respostas satisfatórias, correspondendo a 70,9% do total. As respostas classificadas como parcialmente satisfatórias foram equivalentes a 22,6%. Já as respostas insatisfatórias foram apenas 6,5%.

A grande maioria que assinalou a Reserva Biológica de Guaratiba na "Prainha" deu a justificativa da oportunidade de estar na "Prainha" e a palestra dos técnicos do INEA.

Quanto aos que indicaram o Sambaqui justificaram como sendo muito interessante conhecer um relevo de formação antrópica de nossos antepassados. Quanto aos que indicaram a Comunidade Araçatiba justificaram a importância da função de moradia do ecossistema manguezal e a oportunidade de conhecer os costumes da Comunidade.

Em relação aos conceitos geográficos de lugar e território refletidos na aula de campo foram debatidos no pós-campo. Os alunos expressaram as opiniões e o percentual de entendimento foi satisfatório considerando as opiniões expressadas verbalmente. Apesar da percepção dos estudantes sobre a beleza do manguezal não ter mudado muito após a atividade pedagógica da aula de campo, o reconhecimento sobre sua importância foi significativo, contribuindo para aquisição de novos valores e cuidado com o ambiente. A maioria disse que apesar de não ser um ecossistema dos mais belos, possui uma importância ecológica e social muito grande, por isto é importante cuidar dele porque é um Ecossistema da humanidade. Esta percepção de beleza é importante porque onde a comunidade se instala não é a parte mais bela, mas onde há casas da classe média e estabelecimentos de turismo é a parte mais bela, próxima a praia e Restinga. Esta questão traz uma reflexão sobre "racismo ambiental". No entanto, é muito pessoal esta questão porque a RBG é bela em toda sua extensão na visão de outros atores sociais.

Nas pesquisas de campo, que foram no total de quatro, foi possível conversar com moradores da comunidade de Araçatiba, técnicos do INEA, equipe da Unidade Escolar, Militares do Exército da Marambaia, proprietários de bares turísticos e de empreendimentos imobiliários e moradores do bairro de Guaratiba.

Para cada grupo em específico citado acima, a noção de lugar e território para o Manguezal é diferenciada. Esta noção de território está intimamente ligada ao sentimento de lugar, ao grau de pertencimento que cada grupo tem em relação ao ecossistema associado. Está igualmente ligada à função e importância que o Manguezal possui para os sujeitos dos grupos específicos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho revelou que apesar do ecossistema manguezal fazer parte do contexto do município de vivência dos alunos, o conhecimento prévio, demonstrado pelo público alvo da pesquisa, sobre tal ecossistema, era limitado. Este trabalho também revelou a pouca intimidade dos estudantes com o tema transversal da Educação Ambiental. Porém, com a atividade pedagógica do trabalho de campo elaborado como parte de uma metodologia, observamos a mudança desta realidade.

A percepção ambiental revelou-se fundamental na construção do conhecimento e conscientização ambiental conforme afirma Miranda (2007). Assim, como Pessoa e Braga (2010 e 2012) notaram a importância do trabalho de campo para a percepção do ambiente, este estudo também constatou a importância de tal atividade pedagógica nesse processo de percepção ambiental. Em consonância com o que defende Alentejano e Rocha Leão (2006), o trabalho de campo possibilitou uma visão crítica sobre a realidade, gerando questionamentos e a formulação de práticas que objetivam a transformação do status quo.

Foi possível constatar que a ação educativa do trabalho de campo quando bem planejada, executada e avaliada, pode contribuir substancialmente para o campo da Educação Ambiental transformadora. A interface teoria-prática proporcionada por tal atividade, dentro de uma perspectiva crítica, foi fundamental para a ressignificação da percepção ambiental, sobretudo, relacionada ao ecossistema associado manguezal.

A experiência do campo favoreceu a realização de novas leituras espaciais, percepções e valores, contribuindo para a construção de uma consciência ambiental e formação integral dos educandos. Portanto, o trabalho de campo constitui uma ação relevante no contexto da Educação Ambiental e uma ferramenta imprescindível no contexto metodológico.

Através da experiência do trabalho de campo os conceitos geográficos de paisagem, lugar e território puderam ser trabalhados com entendimento satisfatório dos estudantes. A importância do ecossistema manguezal foi compreendida em seus aspectos ambiental, social, cultural e econômico. As múltiplas noções de lugar e território no espaço geográfico foram identificadas e trouxeram provocações importantes.

No trabalho de pesquisa in loco foi possível constatar a beleza da paisagem, a biodiversidade, o encontro das águas fluviais e marinhas, a importância da Educação Ambiental para a preservação deste poderoso e frágil Ecossistema. Muito relevante é a importância do Manguezal para o Planeta, na proteção da linha de costa e manutenção da biodiversidade e quanto o estudo da Geografia, com viés multidisciplinar, tem a contribuir para o Ecossistema em questão.

É interessante a continuidade desta pesquisa com a participação mais ativa dos estudantes e através de um Estudo de Meio para que haja maior aproveitamento com a multidisciplinaridade ressaltando a importância do estudo in loco para a Educação Ambiental e formação integral de cidadania dos educandos, através da experiência dos mesmos em seu ambiente cotidiano.

A Geografia deve fazer seu papel na reflexão dos conceitos geográficos junto aos alunos neste tripé Educação Ambiental, Manguezal e Trabalho de Campo. Neste quesito esta pesquisa se mostrou importante e instigadora, motivando todos os agentes envolvidos.

Estudos futuros com aprofundamento na questão ambiental com interdisciplinaridade para atuação em projetos com os estudantes das escolas locais, alertando para uma consciência ambiental voltada para a preservação do Ecossistema, turismo sustentável, pesca não predatória e atividades como mutirão de limpeza com palestras seriam muito importantes para a preservação e conhecimento do Manguezal. A confecção de cartilhas ambientais feitas pelos estudantes e editadas na forma de E-Book para distribuição nos sites dos estabelecimentos comerciais é uma sugestão de atividade continuada do trabalho de campo, mapas mentais e uso da cartografia social. A inserção do estudante no seu meio de vivência, além de proporcionar a motivação ao estudo, ressalta a identidade, resgata a autoestima do mesmo a partir do conhecimento e intensificação da cidadania, possibilitando assim uma educação integral, para que o aluno seja capaz de produzir seu próprio conhecimento.

APOIO: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

REFERÊNCIAS

[1] ALENTEJANO, P. R. R.; ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? In: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº84, p.51-67, 2006. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Tarik/2012/FLG0435/BPG_84.pdf> . Acesso em: 26 jun. 2018.

[2] ALVES, J. R. P. Manguezais: Educar para proteger. Secretaria Meio Ambiente Rio de Janeiro, 2011.

[3] FALCÃO, W. S.; PEREIRA, T. B. A aula de campo na formação crítico/cidadã do aluno: uma alternativa para o ensino de geografia. Anais do 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia. Porto Alegre: 30 de agosto a 2 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT4/tc4%20(2).pdf> . Acesso em: 22 jul. 2018.

[4] FALCÃO, W. S.; PEREIRA, T. B. A aula de campo na formação crítico/cidadã do aluno: uma alternativa para o ensino de Geografia. 10º ENPEG, Porto Alegre: 2009. Disponível em: . Acesso em 20/10/2021.

[5] FREIRE, P. Educação 'Bancária' e Educação Libertadora. In: PATTO, Maria Helena Souza (Org.). Introdução à Psicologia Escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1971.

[6] HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004. Disponível em www.ibge.gov.br/br.geocities.com/www.geobrasil2001.hpg.ig.com.br acesso em 06/07/2019

[7] LARDOSA, E. I. Mapeamento dos remanescentes de manguezal, a partir da interpretação de ortofotos coloridas, e análise dos vetores de pressão antrópica, como subsídio ao planejamento para conservação do ecossistema no Estado do Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ. 2011.

[8] LEFEBVRE, H. 1986(1974). La Production de l'Espace. Paris : Anthropos.

[9] LIMA, G. F. da C. Educação ambiental no Brasil: Formação, identidades e desafios. Campinas – SP: Papirus, 2005.

[10] SATO, C. H. Política Nacional de Educação Ambiental e Construção da Cidadania: revendo os desafios contemporâneos. In: RUSCHEINSK, Aloisio (Org.). Educação Ambiental: abordagens múltiplas. 2ªed. Porto Alegre: Penso, 2012. p.54-76.

[11] SANTOS, T. C. dos; COSTA, M. A. F. da. Um olhar sobre a educação ambiental expressa nas diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental. Revista Práxis, ano VII, nº13, p.143-151, jan. de 2011. Disponível em: <http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/praxis/article/view/658 >. Acesso em: 30 set. 2018.

[12] SILVA, K. I. L. e. A Utilização da Aula de Campo no Estudo do Manguezal de Guaratiba: Estudo de Caso do CIEP Roberto Burle Marx no Primeiro Ano do Ensino Médio. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

[13] ZABALA, A. e ARNAU L. Como aprender e ensinar competências. São Paulo: Artmed, 2009.

Capítulo 7

Educação do Campo: Conflitos territoriais no campo e a conquista de políticas públicas pelos movimentos socioterritoriais camponeses

William James Vendramini
Rodrigo Simão Camacho

Resumo: Este estudo tem o objetivo de analisar a questão agrária e a Educação do Campo no Brasil, apontando os pontos geradores de conflitos e disputas territoriais no campo, seguindo pelo viés da educação do campo, elencar quais as políticas públicas que surgiram em consequência dos movimentos socioterritoriais. Para isso a metodologia empregada no desenvolvimento desta pesquisa, foi o método de pesquisa bibliográfica e exploratória. Em seguida foi utilizado uma pesquisa descritiva e explicativa, com finalidade de, após explorar a temática e as realidades do objeto de estudo, descrever o fato que permeia a problemática. Os resultados apontam que as relações que envolvem a questão agrária e a educação do campo, sempre foram conflituosas, pois mesmo com alguns avanços e políticas públicas com a finalidades de atender as especificidades educacionais do camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, evidencia-se um enfraquecimento com a perca do território e de sua identidade camponesa. Desta forma, considera-se que o engajamento e o fortalecimento dos movimentos socioterritoriais em reivindicar a criação e a manutenção de políticas públicas que promovam uma educação do campo que valorize a identidade camponesa é vital.

Palavras-chave: Conflitos; Territórios; Educação do Campo; Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa visa relacionar as disputas territoriais e os conflitos do campo, com as conquistas, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de políticas públicas protagonizadas pela ação dos movimentos socioterritoriais camponeses voltadas à Educação do Campo.

Nos últimos anos, os governos estão minando a Educação do Campo a partir de redução de verbas, diminuindo e/ou interrompendo a continuidade de projetos que incentivem as práticas de atividades no campo que representam pequena ou pouca expressividade no mercado internacional financeiro e que não se apresenta de forma significativa na exportação da produção agrícola, fazendo uma pressão sobre os pequenos proprietários rurais, que são desestimulados a manter o modo de produção que apresenta, normalmente, características de agricultura camponesa, sendo forçados a migrar para centros urbanos.

Nesta perspectiva, a Educação do Campo tende a ser desconfigurada, sendo forçada a utilizar em seus currículos, conteúdos que atendam bases nacionais, que possuem em seu cerne, ideologias neoliberais, dificultando que as questões relacionadas ao modo de vida e as territorialidades das populações do campo, águas e florestas, possam ser tratadas de forma adequada, que culmine com a valorização da resistência do campesinato e, assim, no ceio da escola possa-se conhecer e compreender, "as diferentes formas de reprodução dos sujeitos do campo e a multidimensionalidade de seus territórios (política, econômica, cultural, ambiental), seus diálogos e conflitos" (CAMACHO, 2019).

O debate dessas questões são fundamentais para o fortalecimento das escolas e da Educação do Campo, possibilitando a promoção, criação, implantação e manutenção de políticas públicas que respeitem e valorizem as especificidades das populações do campo em sua multidimensionalidade, concordando com Arroyo, 2007, enquanto classe socioterritorial e modo de vida, envolvendo como elementos, as questões da cultura, identidade, território, gênero e étnico-racial, isto significa pensar em políticas focadas nessas especificidades.

Uma das contribuições iniciais para que este objetivo se efetive na prática é compreender as ações dos movimentos socioterritoriais camponeses, que na história do Brasil, apresentam resultados importantes de conquistas de direitos, mas que, paulatinamente, devido a implantação de política neoliberais, advindas de um governo que tem como concepção ideológica, o "ultraliberalismo", estão perdendo o poder de impacto da força de suas ações. (SANTOS, 2021).

Este estudo tem o objetivo de analisar a relação entre a Questão Agrária e a Educação do Campo no Brasil, apontando os pontos geradores de conflitos e disputas territoriais no campo e elencando os avanços e retrocessos das políticas públicas que surgiram em consequência da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada no desenvolvimento desta pesquisa foi a pesquisa bibliográfica e exploratória. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos, baseados em critérios técnicos, sendo qualitativa e quantitativa.

Dentro das perspectivas de obter dados satisfatórios, a pesquisa baseou-se na exploração e levantamento de dados existentes de forma bibliográfica, do Manual de Operações do PRONERA, e em outros textos publicados (artigo), leis, normativas, portarias que analisam a temática.

De forma analítica documental, embasado em dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) que é um projeto de extensão e pesquisa do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Presidente Prudente e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), apurou-se e apresentou-se resultados de pesquisas que tratam da questão agrária e dos conflitos socioterritoriais.

A tabulação dos dados foi realizada por meio de tabelas e gráficos a partir das publicações cooptadas entre os anos 1990 e 2020.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Questão Agrária, Disputas/Conflitos Territoriais, Educação do Campo e Políticas Públicas são temas pesquisados por autores como Camacho (2010, 2014, 2019, 2020), Fernandes (2005, 2008, 2009, 2010), Santos (2002, 2008), Saquet (2007, 2009), Caldart (2010, 2012), Nardoque (2016), Arroyo (2007), Almeida e Paulino (2010), Molina, (2010) Martins (1981), entre outros autores, que revelam com discussão teórica e empírica, os problemas enfrentados pelos camponeses na resistência pela permanência na terra com a garantia de direitos basilares, como a Educação do Campo, sendo desenvolvida de forma adequada às características socioterritoriais do campesinato.

As relações socioespaciais são formadas pelos sistemas de ações e de objetos, que de acordo com Milton Santos (2002), "são contraditórios e solidários". "As relações sociais são predominantemente produtoras de espaços fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflitivos" (FERNANDES, 2005).

As relações contraditórias e conflitivas, possibilitam que o campo seja um espaço social construído permanentemente por constantes mudanças significativas. Neste caso, a Educação do Campo ganha mais força a partir da criação de uma política pública específica, resultado de lutas e reivindicação dos movimentos socioterritoriais.

A educação do meio rural no Brasil sempre teve papel marginal nas políticas de educação, tendo a população do campo um acesso restrito até mesmo ao nível básico de ensino. Segundo o Manual do PRONERA (2004) se o quadro geral as educação no país ainda apresenta grandes problemas, no campo esses problemas são ainda maiores.

> Em 2000, 28,3% das pessoas com 15 anos ou mais residentes no meio rural não eram alfabetizadas, assim três em cada grupo de dez jovens ou adultos do meio rural se encontravam numa situação do analfabetismo absoluto, em uma população em que a escolaridade média não alcançava sequer quatro anos de estudo. (Manual do PRONERA, pg.81, 2004).

Para Aguilar (2009) a situação da educação do meio rural brasileiro é consequência de um processo de exclusão econômico social e cultural e das políticas públicas educacionais. A mesma autora ressalta que o descaso histórico com o sistema educacional no meio rural levou a inexistência de diretrizes políticas e pedagógicas específica, e de dotação financeira a institucionalização e manutenção de uma escola de qualidade em todos os níveis.

> O campo nunca foi visto como um espaço prioritário para a ação institucionalizada do Estado através de diferentes políticas públicas e sociais. Pelo contrário, sempre foi tratado pelo poder público com políticas compensatórias, através de projetos, programas e campanhas emergenciais e sem continuidade, com ações justapostas e concepções de educação até mesmo contraditórias. (AGUILAR, pg. 38, 2009).

A partir da década de 90, com a pressão dos movimentos sociais do campo, algumas iniciativas voltadas para a educação do meio rural que apontam para a construção de políticas públicas começaram a surgem, dentre eles a criação do PRONERA.

> No território das políticas públicas de Educação do Campo, temos o PRONERA. De acordo com o Manual de Operações do PRONERA, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é uma política pública de Educação do Campo desenvolvida nas áreas de Reforma Agrária. Seu principal objetivo é fortalecer o meio rural enquanto território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas (CAMACHO, 2019, p.6).

Falando em educação do campo, a criação de políticas públicas adequadas as especificidades, torna-se importante para que as característica de um povo, que resiste aos conflitos agrários e defende o seu território, mesmo diante de uma grande contradição impetrada pelas relações econômicas, tendo como base o sistema capitalista. É com o surgimento dessas políticas educacionais para o campo que as conquistas iniciam.

> O marco inicial na história da Educação do Campo é quando, em 1997, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou, em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB) e a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o I ENERA (I Encontro Nacional de Educadores de Reforma Agrária). O segundo marco histórico da Educação do Campo foi a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo. Foram mil participantes reunidos em Luziânia-GO, de 27 a 31 de julho de 1998, que formaram a Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. (CAMACHO, 2017, p.187).

No Manual de Operações do PRONERA, refere-se ao PRONERA como uma política pública de Educação do Campo desenvolvida em áreas rurais, ou que atendam estudantes que residem no campo. Seu objetivo é "fortalecer o campo enquanto território de vida em todas as suas dimensões: ambientais, econômicas, sociais, políticas, culturais e étnicas. O Programa originou-se em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais camponeses" (BRASIL, 2011).

Concordando com os autores, percebe-se que apesar de ser responsabilidade do Estado criar condições para que haja a garantia de direitos fundamentais aos educandos e educadores, por meio da implementação de políticas públicas, para que os resultados sejam expressivos e reais no cotidiano escolar, essas políticas nunca foram concedidas, mas conquistadas pelos sujeitos sociais do campo organizados em movimentos socioterritoriais.

> Os movimentos sociais podem ser caracterizados como manifestações organizadas da sociedade civil com o objetivo de contestar a ordem estabelecida e a maneira como a sociedade está organizada. Eles estão presentes na luta por grandes transformações da sociedade, tais como luta por mudanças no sistema econômico e modo de produção, bem como reivindicações localizadas e ligadas à cidadania e garantia de direitos. Assim, as ações coletivas contemporâneas realizadas nos movimentos podem ser manifestações dos operários pela melhoria das condições salariais e de trabalho luta dos camponeses pela terra, bem como os movimentos de natureza cultural, étnica, etária etc. (FABRINI, 2011, p. 08).

Concordando com Fabrini (2011), é através dos manifestos e organizações socioterritoriais, que os problemas mais agudos das questões agrárias são expostos para toda a sociedade civil e gestores públicos, sendo essa uma ação necessária para se amplificar as vozes e lutas em todas as modalidades que envolvem as questões dos mais oprimidos no campo, no caso, a classe camponesa. Com os movimentos sociais estas manifestações ganham corpo, força e legitimidade.

Scherer-Warren (1999) indica que os movimentos sociais podem ser entendidos como ações coletivas que reagem aos contextos históricos e sociais em que estão inseridos. A autora afirma ainda que um mesmo movimento social pode apresentar a dimensão contestadora, solidária e propositiva. Manifestam-se na forma de denúncia e protesto, cooperação e parceria para solução de problemas sociais e construção de projetos alternativos e de mudanças.

> [...] Existem 05 categorias principais de movimentos sociais: 1ª - Movimentos construídos a partir da origem social da instituição que a apoia ou abriga seus mandatários; 2ª - Movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor; 3ª - Movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais; 4ª – Movimentos sociais construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação (socioeconômica, cultural etc.); 5ª - Movimentos sociais construídos a partir de ideologias (GOHN, p. 26 1997).

De acordo com Fernades (2005), os movimentos socioterritoriais constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. Assim construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização.

> Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem "um e outro". Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (FERNANDES, p. 08, 2005).

Importante ressaltar que os movimentos socioterritoriais são formados por sujeitos do campo, ou que se identificam com as especificidades de um sujeito do campo, e a busca por direitos constitucionais é necessária, mas por vezes, esbarra em um impasse na educação brasileira administrada por gestores por vezes neoliberais, que visam uma heterogeneidade universal da educação, desconsiderando as necessidades e especificidades do sujeitos do campo como base curricular para todos, nesse sentido Munarin (2006), aponta alguns embates.

> Em outros termos, esses sujeitos sociais vivem uma espécie de dilema. Isto é, buscar o patamar da política pública, que quer dizer universal, é definido como estratégia básica, maior e mais nobre de suas ações. De outro lado, porém, isso implica para cada um desses sujeitos sociais, renunciar, pelo menos em parte, as condições de formação de sua identidade na medida que transfere ao Estado a tarefa da formação. É compreensível, pois, que, nas lutas de hegemonia entre os próprios sujeitos sociais e nas suas relações com o Estado, eles reivindiquem a ação do Estado como educador, mas procurem, ao mesmo tempo e a partir de suas próprias experiências pedagógicas, informar e mesmo influir diretamente nessas ações que se dão dentro do sistema público. Mas, essa última estratégia apontada não é a única expressão do dilema; talvez, até melhor seria dizer que essa é uma forma de resolver o dilema de maneira republicana, eis que estão, num só tempo, cada qual ampliando seu campo de construção de identidade e contribuindo efetivamente para a melhoria da qualidade da educação pública escolar – em que pese o desespero e reação de alguns gestores públicos que rejeitam a pedagogia dos Movimentos Sociais no interior de "suas" escolas. Já a expressão maior do que eu chamaria de resquício corporativista emerge menos nos discursos públicos – estes, bem calibrados por princípios teóricos republicanos – e mais nas relações diretas de pressão de cada sujeito social em particular sobre o aparato governamental nas demandas por recursos públicos às suas ações e mesmo por normatizações específicas. Em síntese, como tarefa da Secad/Coordenação-Geral de Educação do Campo, no âmbito do MEC, nesse momento histórico, consta mediar um processo de construção de uma política pública de Educação do Campo, levando em conta contradições de, pelo menos, três ordens: as lutas de hegemonia inerentes às organizações populares e suas manifestações corporativistas; as barreiras internas e arraigadas na estrutura do MEC e, de resto, na estrutura de todo o aparato governamental e estatal; e, por fim, as reações de fundo mais classista, cuja manifestação, ainda que muito dissimulada, ao olhar crítico é percebida nos próprios paradigmas da educação nacional vigente, e contra o que, por excelência, a ideia de Educação do Campo se insurge. (MUNARIN, 2006, p. 17).

De acordo com Molina (2010), existem muitos sentidos com relação a Educação do Campo e os sujeitos sociais que a implementam, no âmbito político das lutas sociais ou da produção do conhecimento. Próximo a esse consenso em torno de uma concepção de Educação do Campo asseada a uma perspectiva emancipatória ligada ao processo de superação do capitalismo. A autora compreende que a Educação do Campo objetiva entender a complexidade da luta em função da emancipação humana e da transformação das relações sociais constitutivas do capitalismo. Nesse viés, necessita-se ter como princípio a emancipação da classe trabalhadora e camponesa e a atuação no sentido de oposição aos avanços do capital, formando sujeitos críticos da sociedade capitalista.

> A Educação do Campo é compreendida como particularidade de um movimento histórico que é universal. Ela é a expressão particular do conhecimento da educação e da escola universais. Portanto, não pode reforçar a dualidade entre campo e cidade e entre Educação do Campo e educação da cidade, que devem ser compreendidos no plano das diferenças. Um dos referenciais para a Educação do Campo é a teoria dialógica de Freire: unir para libertar, fazer a síntese para libertar, construir para compreender, com a intencionalidade de possibilitar aos sujeitos a leitura do mundo numa perspectiva transformadora. (MOLINA, 2010, p. 40).

A educação do campo, permite aos "sujeitos da Educação do Campo que são os trabalhadores subsumidos pela lógica do capital (ribeirinhos, quilombolas, sem-terra, indígenas...). Sujeitos políticos coletivos, sujeitos históricos, organizados na perspectiva da luta de classes", possam se reconhecer enquanto pessoas que tem direitos, que devem se engajar, se unir e com argumentos fortes, através da militância, conquistar resultados e amenizar suas dificuldades (MOLINA, 2010, p.40).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Martins (1990), os camponeses estão inseridos na dinâmica produtiva pela circulação de mercadorias, os quais transferem renda da terra para os setores capitalistas e não, necessariamente, mais-valia, como fazem os operários das fábricas. O produto do camponês é transformado em mercadoria nas relações de troca em escala mercadológica local, nacional, internacional.

Caldart (2000) ao versar sobre a pedagogia do movimento (MST) refere-se ao camponês sem-terra que se educa no processo de luta, como um "novo" camponês, que ao se transformar neste processo, supera a condição do "antigo" camponês. Assim, "como olhar para os sem-terra e para o MST de modo a compreender o sentido de sua *ocupação* e *preocupação* específica com a questão da educação e da escola?" (p. 19, grifo da autora). Para chegar a uma resposta, ela nos mostra que, em primeiro lugar, é necessário compreender a experiência mais ampla de formação humana que se dá no Movimento dos Sem-Terra, e entender que a escola é apenas uma parte desta experiência.

Os movimentos socioterritoriais "dizem respeito ao conjunto de mobilizações populares que, além da conquista do território, têm sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade" (PEDON, 2009, p. 227).

Apresenta-se entre as conquistas dos movimentos socioterritoriais, como resultado de engajamentos e lutas de alguns como "Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, Movimento de Libertação dos Sem Terras, Movimentos Indígenas e Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA)". (DALPERIO, p. 37, 2015).

Em relação às áreas de maior atuação dos movimentos socioterritoriais temos as regiões Centro-Oeste e Nordeste. O enfrentamento nessas duas macrorregiões ocorre devido à territorialização do agronegócio (soja, cana-de-açúcar, frutas e gado). Nessas regiões destacamos o estado da Bahia com 67 ocupações e 2.142 famílias participantes e do MS com a mobilização de 5.935 famílias em 63 ocupações, principalmente no sul do referido estado. Na região Norte o número mobilizações de famílias em relação às outras regiões é baixo, sendo contabilizadas 391 famílias em seis ocupações. O estado que se destaca no número famílias é o AM com 200 em uma ocupação. Em número de ocupações temos TO com duas, sendo realizadas em municípios próximos (DATALUTA, 2019).

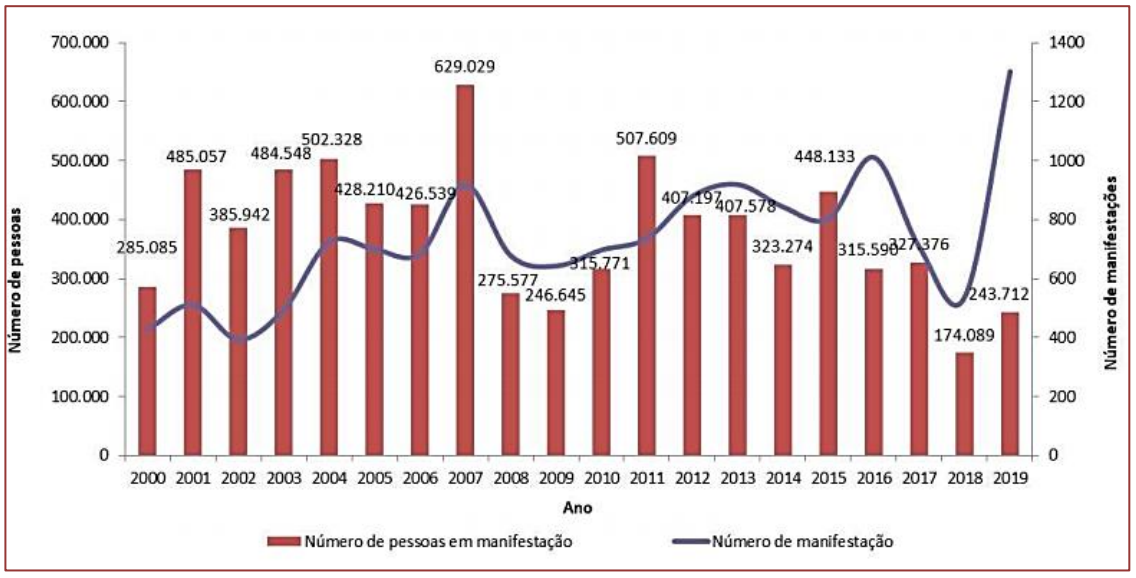
Quando tratamos de movimentos e manifestações socioterritoriais, outros números se destacam, tendo percentualmente a região nordeste, sul, sudeste, centro-oeste e norte com maior quantidade de manifestações.

As manifestações são carregadas de emoções, sentimentos e ímpeto sobre um aspecto que deteriora ou não permite que um determinado grupo social visando a permanência e conquista do território, necessitado que a luta por um direto seja instaurada e uma das formas para que isso ocorra é a manifestação, que é uma maneira de demostrar a insatisfação e apresentar para as autoridade e para a sociedade geral que algo está errado e precisa ser corrigido por ferir o direito ou a dignidade material, moral ou intelectual de um grupo. Ao se analisar um período temporal das manifestações no Brasil no gráfico 01, percebe-se o grande número de participantes, ou seja, muitas frentes de luta, que os

movimentos socioterritoriais projetam, por vezes de forma conflituosa, a necessidade de busca por direitos, como por exemplo o de uma educação do campo com qualidade e equidade as práticas do seu entorno, respeitando a cultura e o saber tradicional.

> A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Analisá-la somente neste âmbito é uma visão redutiva, porque esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais (FERNANDES, p. 04, 2008).

Gráfico 01: Manifestações do campo 2000 – 2019, relação do número de manifestações e pessoas envolvidas



Fonte: CPT.org – Rede DATALUTA 2020

Esses enfrentamentos possuem várias linhas de reivindicações, como a reforma agrária e a distribuição de territórios que atendam às necessidades dos camponeses, quilombolas e indígenas, bem como a educação do campo, que é uma demanda, pois a conquista da terra não basta, pois é necessário garantir todos os aspectos de direitos constitucionais por meio de políticas públicas, como a educação. Devido ao grande números de residentes na área rural do Brasil, que conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2015), gerenciada pelo IBGE, 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais, o que significa cerca de 33 milhões de pessoas. Esse número expressivo, ressalta a necessidade de existirem e se ampliarem escolas do campo, exigindo o planejamento, implantação e gerenciamento de políticas públicas para a educação do campo, respeitando suas características.

No curso do debate, em relação aos aspectos sobre a constituição da Educação do Campo, entendemos que ela nasce e se fortalece como um paradigma construído pelos sujeitos coletivos, organizados nos Movimentos Socioterritoriais do campo, tendo à frente inicialmente o MST. No processo histórico da emergência da Educação do Campo, temos como referência o Enera, as Conferências Nacionais Por uma Educação do Campo I e II, que culminara para o surgimento de política públicas educacionais como o PRONERA e o PRONACAMPO. Na atualidade, mais do que nunca, ressalta-se a importância de se pensar

sobre as dimensões epistemológicas da Educação do Campo, mas também sobre o complexo de relações econômicas, sociais e políticas que ela implica.

Por isso, a necessidade de se compreender as configurações dos Movimentos Sociais a partir de suas manifestações e conflitos e suas relações com o Estado, tendo em vista a necessidade de avançar os projetos emancipatórios. Desta forma, uma das estratégias para o enfrentamento político ideológico, consiste em identificar as dificuldades enfrentadas pelos movimentos em relação ao Estado e à consolidação do atendimento de suas demandas pelos governos municipais, estaduais e federal, para que com argumentos e propriedade de causa, os debates e embates com as esferas do Estado, possam ter maior possibilidade e êxito.

> Cabe, também, aos Movimentos Sociais conhecer, desvelar e rechaçar os mecanismos de cooptação presentes nas ações do Estado e do jogo político dos governos, a fim de superar as dificuldades e evitar a cooptação. O conhecimento dessa realidade possibilita o fortalecimento do movimento e das conquistas de Políticas Públicas por ele demandadas e assumidas pelo Estado. (MOLINA, 2010, p. 39).

Infelizmente, a não valorização dos sujeitos do campo, enquanto sujeitos de direitos, por serem uma classe social subalterna ao sistema capitalista, fortalecido pelas política neoliberais, deliberam para um desmonte das políticas da educação do campo, havendo redução orçamentária, corte de investimentos, redução da estrutura física com o fechamento de escolas e salas de aula. Evidencia-se a necessidade de se manterem e fortalecerem os movimentos socioterritoriais, para que conquistas não sejam sucumbidas, e outras demandas e necessidades sejam atendidas, como a educação do campo, que após a criação do PRONERA e o PRONACAMPO, pouco evoluiu, e vem enfraquecendo paulatinamente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam que, partindo-se dos princípios teórico-metodológicos das relações que envolvem a Questão Agrária e a Educação do Campo, conforme a história nos mostra, o conflito entre classes sociais, e destes com o Estado, sempre esteve presente, pois mesmo com alguns avanços de políticas públicas com a finalidades de atender as especificidades educacionais das populações do campo, evidencia-se uma tentativa de seu enfraquecimento, por meio de políticas neoliberais, causando perca de territórios camponeses, bloqueio do acesso à terra, fechamento de escolas do campo, destruição de políticas públicas emancipatórias e a intervenção do Estado no currículo das escolas do campo, levando ao comprometimento da formação de uma identidade da classe socioterritorial camponesa.

Desta forma, considera-se que o engajamento e o fortalecimento dos movimentos socioterritoriais para que possam reivindicar a criação e a manutenção de políticas públicas que promovam uma Educação do Campo que valorize a identidade da classe socioterritorial camponesa é fundamental para que se permita a formação de cidadãos, que entendam a importância da militância dos movimentos socioterritoriais e permitam que o diálogo entre conhecimento teórico e prático (práxis) possam se efetivar em ações na atuação nas suas comunidades, no seu desenvolvimento socioterritorial e na elaboração de políticas públicas adequadas a sua realidade.

Continuar na luta por direitos é uma necessidade de resistência, onde a Educação do Campo contribui para a compreensão do contexto atual da luta de classes no campo, em consequência do tensionamento provocado pelo avanço do agronegócio e do trabalho assalariado na área rural.

REFERÊNCIAS

[1] ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) do campo. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, mai./ago. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 09 jul. 2012.

[2] CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-267.

[3] CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 103-126. (Série NEAD Debate, 20).

[4] CAMACHO, Rodrigo Simão. A Educação do Campo no Ensino Superior e os Territórios/Territorialidades Camponesas: o Currículo da LEDUC e o PPGET. In: MARSCHNER, Walter Roberto; KNAPP, Cássio. Educação e territorialidade. Dourados: UEMS, 2020, v.1, p. 195-224. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/editora/arquivos/1_2021-04-23_09-14-39.pdf.

[5] CAMACHO, Rodrigo Simão. Educação do campo e territórios/territorialidades camponesas: terra, família e trabalho. In: MOLINA, Mônica Castagna; MARTINS, Maria de Fátima Almeida (Orgs.). Formação de formadores: reflexões sobre as experiências da licenciatura em educação do campo no Brasil. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2019. (Coleção caminhos da educação do campo, v. 9).

[6] CAMACHO, Rodrigo Simão. O ensino da geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental. 2008. 462 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

[7] CAMACHO, Rodrigo Simão. O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades. Revista NERA, vol. 22, n. 48, p. 38-57, 2019. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6364.

[8] CPT - Comissão Pastoral da Terra. [2018]. Disponível em: http://www.cptnacional.org.br/. Acesso em: 16 jun. 2021.

[9] DALPERIO, L. C. Os movimentos socioterritoriais mais atuantes em ocupações de terras e famílias participantes no Brasil – 2000-2012. Sociedade e Território, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 126-148, set. 2015.

[10] DATALUTA. Relatório Dataluta Brasil. Coordenação Sobreiro Filho, J. Girardi, E. P. - no. 21 (2020). – Presidente Prudente: NERA, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/345983567_RELATORIO_DATALUTA_BRASIL_-_2020 acesso em: 20 de agosto de 2021.

[11] DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. 2013. Disponível em: < https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>. Acesso em: 26 jun. 2021.

[12] FABRINI, João. E. Território, classe e movimentos sociais. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan./jul. 2011.

[13] FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf.

[14] FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460.

[15] FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério (Org). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215. Disponível em: http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/sobre-a-tipologia-de-territorios.pdf/view.

[16] GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

[17] GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Educação. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

[18] MARTINS, J.S. Os Camponeses e a política no Brasil. 4 ed., Petrópolis, Vozes. 1990.

[19] MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

[20] MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010.

[21] MUNARIM, A. Elementos para uma política pública de Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006

[22] NARDOQUE, Sedeval. A relação campo-cidade: abordagem sob o prisma da questão agrária. In: SPOSITO, Eliseu Savério (et al). A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

[23] NARDOQUE, Sedeval; KUDLAVICZ, Mieceslau. Reforma agrária e desconcentração fundiária em Mato Grosso do Sul: proposta de ensaio metodológico. Revista Geografia em questão, v. 12, n. 2, p. 110-123, 2019.

[24] PAULA, Adriano Makux de; MONTENEGRO GOMEZ, Jorge Ramon; TRACS, Caroline Aparecida Marchioro. Novo ciclo neoliberal no Brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa. In: REVISTA PEGADA, Presidente Prudente, v. 18, 2017. pp. 57-88.

[25] PRONERA. Manual de Operações- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Brasília, abril de 2004

[26] SANTOS, L. M. dos. Ultraliberalismo" no Brasil atual. Comunicação. 2021. Disponível em https://www.adufmat.org.br/portal/index.php/comunicacao/noticias/item/4385-ultraliberalismo-no-brasil-atual-leonardo-santos. Acesso em 20 de maio de 2021.]

[27] SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Editora da Universitária de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos, 07).

[28] SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: Território-Territórios. Programa de PósGraduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002. p. 9-15.

[29] SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%C1FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf

[30] SAQUET, Marcos A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

[31] SCHERER-WARREN, I. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

Capítulo 8

Luta pela terra em Benevides-PA: Um estudo de caso do Assentamento Agrovila Nelson Mandela, localizado na comunidade Touro Bravo, Nordeste Paraense

Fernando Jorge Ramos Barros
Vilani Gusmão da Silva Brandão
Debora Rodrigues Barbosa

Resumo: Os assentamentos rurais surgem como um espaço territorialmente definido por apresentar objetivos vinculados a sujeitos socialmente excluídos do processo de produção capitalista. Logo, este artigo teve como objetivo realizar um estudo de caso do Assentamento Nelson Mandela, localizado na comunidade Touro Bravo, Nordeste Paraense. Para realização desse artigo foi realizada uma breve revisão bibliográfica sobre o Assentamento Nelson Mandela, e seu desenvolvimento interno e externo, ouseja, o desenvolvimento das famílias assentadas e o impacto desse assentamento para a região. Seguido de um levantamento de dados e informações baseadas nas pesquisas de campo, através da aplicação de questionário; entrevistas individuais e coletivas com assentados, coordenadores que atuam no Assentamento. A partir desta pesquisa foram identificadas diversas sugestões para melhorias no assentamento, como saneamento básico e abastecimento de água encanada.

Palavras-chave: Assentamento; Nelson Mandela; Reforma Agrária.

1. INTRODUÇÃO

A origem da distribuição desigual de terras no Brasil remonta ao período pré- colonial a partir de processos que atendiam diferentes interesses. Em uma perspectivahistórica, o período colonial caracteriza-se como a dimensão epistemológica da problemática no País, na qual o plano de ocupação de terras e a implementação de uma condição política imperialista justifica, a certo modo, as condições da concentração fundiária nos dias atuais (MATTOS et al., 2012).

A reforma agrária é uma das medidas de desconcentração e democratização fundiária de maior destaque, tendo como finalidade promover a melhor distribuição daterra, mediante modificações no regime de posse e uso, atendendo aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção (INCRA, 2013). De acordo com o INCRA (2013), a reforma agrária proporciona a desconcentração e a democratização da estrutura fundiária; a produção de alimentosbásicos; promoção da cidadania e Justiça social; a redução da migração campo- cidade; a geração de ocupação e renda e etc.

Na maioria dos casos de luta pela terra, quando conseguem o que reivindicam,as famílias são assentadas em uma espécie de conjunto familiar, onde o INCRA viabiliza: casas, terras para produzir, e em alguns casos até sementes para o cultivo. Estes são comumente chamados de assentamentos rurais, que em geral, surgem da desapropriação de terras do governo e/ou particular, para serem doadas para famílias que já trabalhavam nelas a um bom tempo. De modo que, é obrigatória depois de assentadas sua permanência na terra; podendo ser destituída por abandono ou não cultivo desta (CARVALHO, 2013).

Ao se consolidar um projeto de assentamento, os trabalhadores encontram inúmeras dificuldades e estas vão além das condições naturais desfavoráveis, como a falta de financiamento para projetos de recuperação, falta de acompanhamento técnico, burocracia para recebimento de crédito rural, serviços de saúde e educação precárias, inexistência ou precariedade das vias de acesso (SANTOS, 2012).Todavia, a efetivação dos planos de assentamento não possibilita que a vida dos residentes seja plena e com condições viáveis para uma execução de atividades diárias dos próprios, no ambiente assentado. De forma que, em muitos assentamentos as condições de vida e dificuldades enfrentadas ocasiona futuras evasões dos grupos sociais ali envolvidos (PEREIRA et al., 2013).

Demais, o presente artigo tem como o objetivo de identificar áreas de cultivo, criação de animais, enfim, o uso e ocupação da terra. A partir deste estudo, percebeu-se a necessidade em se realizar uma pesquisa no assentamento; cuja finalidade foi identificar as principais dificuldades encontradas na área e tentar buscar soluções para mitigar os problemas. Objetivou-se realizar um diagnóstico participativo na área do assentamento, sendo realizado um levantamento de informações de caráter participativo, de forma a compreender quais seriam as principais dificuldades enfrentadas, desafios e sugestões para melhoria do assentamento, tendo como pontode percepção as próprias famílias assentadas.

2. MATERIAS E MÉTODOS

2.1. ÁREA DE ESTUDO

O Assentamento Agrovila Nelson Mandela está localizado no município de Benevides, estado da Pará, entre as coordenadas 01º21'41" sul e a uma longitude 48º14'41" oeste, estando a uma altitude de 28 metros. O Município tem uma área de 187,826 km^2, e população de 64.780 habitantes e faz parte da região metropolitana de Belém, (IBGE, 2021). De acordo com a classificação de Köppen, o clima da microrregião é do tipo Af - Clima tropical úmido ou super úmido, sem estação seca, sendo a temperatura média do mês mais quente superior a 18ºC. O total das chuvas do mês mais seco é superior a 60 mm, com precipitações maiores de março a agosto,ultrapassando o total de 1.500 mm anuais. Nos meses mais quentes (janeiro e fevereiro) a temperatura é de 24 a 25ºC. Esse tipo de clima predomina nos arredoresde Belém, no Pará.

2.1.1. HISTÓRICO DE BENEVIDES-PA

Benevides é um município brasileiro do estado do Pará, na Região Norte do Brasil. Integrado à Região Metropolitana de Belém. Também é conhecida como " O berço da Liberdade", foi a cidade pioneira do Estado do Pará a libertar escravos e a segunda do Brasil. Foi em Benfica, vila de Benevides que, no dia 30 demarço de 1884 às 6 horas, o então presidente Visconde de Maracaju, da províciado Grão-Pará, assinou as cartas de alforria dos primeiros escravos negros, pardos e/ou índios, que ganharam a liberdade no estado do Pará, quatro anos antes da Princesa Isabel assinar a Lei Áurea em 13 de maio de 1888.

Benevides também foi uma das primeiras cidades a receber imigrantes franceses, italianos e espanhóis para trabalharem na produção agrícola da região. No dia 24 de junho de 1884, é inaugurada a Estrada de Ferro de Bragança, passando a cortar a região (inclusive a vila de Benfica) e a escoar toda sua produção ao porto fluvial da capital Belém e posteriormente à cidade de Bragança, além do transporte de passageiros, onde durante anos, foi a responsável pelo conseguinte desenvolvimento da cidade.

Nos registros da sua história, Benevides surge como uma colônia agrícola, que foi reconhecida como povoado, sob a invocação de São Miguel Arcanjo, através de um ato da Assembleia Legislativa Provincial, em 10 de junho de 1878. Os trabalhos históricos de Theodoro Braga informam que, em 30 de março de 1884, com a presença do então Presidente da Província do Grão Pará, o General Visconde de Maracaju, foi realizada uma sessão solene, na qual foi concedida a liberdade a todos os escravos residentes nesse território. Relata-se, igualmente, que o ato teve como cenário a sede da Sociedade Libertadora de Benevides, alcançando enorme repercussão, a ponto de atrair para o lugar uma grande quantidade de escravos que se encontravam na condição de fugitivos, em outras localidades. A libertação concedida provocou uma concentração de mão-de-obra que foi empregada nas atividades agrícolas, fazendo Benevides progredir. O nome de Benevides se constitui numa homenagem prestada ao Governador Francisco de Sá e Benevides.

A Lei Estadual n.º 5.693, de 13-12-1991, desmembra do município Benevides o distrito de Santa Bárbara do Pará, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1997 o município é constituído de 2 distritos: Benevides e Benfica Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2015.

2.1.2 HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO AGROVILA NELSON MANDELA

Figura 1 - Associação dos Moradores do Assentamento

Fonte: Autor (2021).

O Assentamento Agrovila Nelson Mandela surgiu com a desapropriação da Fazenda Só Palma. As terras eram uma herança de que após vim a óbito, suas terras foram dividas para com os agricultores que há muitos anos trabalhavam nas terras (PEREIRA et al., 2013). Conforme o PDA (2010) o processo de desapropriação aconteceu a partir do ano de 2015, onde os moradores já viviam na área exercendo atividades como meeiros (tudo que é produzido é dividido entre o agricultor e o dono das terras igualitariamente), posseiros, etc., solicitaram junto ao INCRA, que fosse feito vistoria da área, após a morte do proprietário, visto que os herdeiros começaram a colocar impedimento, junto aos moradores da fazenda, no sentido de dificultar que os mesmos desenvolvessem atividades agropecuárias de qualquer natureza, o que dificultava a permanência das famílias nessa área.

Figura 2 - Inicio da apropriação pelas famílias do assentamento

Fonte: Autor (2021).

O processo de desapropriação do imóvel ocorreu de forma conflitantes, de acordo com informações dos próprios assentados. No assentamento residem 1200 famílias, sendo que 886 moram na agrovila, onde seus lotes de plantio podem distar até 50x500 km e 17 famílias têm suas residências nos seus respectivos lotes de plantio.

2.2. REVISÃO TEÓRICA

Para elaboração dessa pesquisa utilizou-se dos pressupostos da pesquisa qualitativa, onde se caracteriza como um entendimento dos significados ecaracterísticas de uma situação apresentada pelos entrevistados (assentados); onde o pesquisador busca compreender os fenômenos, segundo a perspectiva dos atores sociais da situação estudada (FREITAS et al. 2012). Dessa forma, o levantamento das informações coletadas em campo seria uma ação participativa, enquanto a análise "crítica" da realidade diagnosticada seria um trabalho de laboratório, executável apenas pelo pesquisador (SOUZA 2009). Foi realizado um prévio estudo do histórico do Assentamento, desde a sua desintegração até sua consolidação como assentamento oficial, com apoio dos moradores mais antigos. Na qual, tivemos uma conversa parcial com a presidente do assentamento, de forma que, a mesma disponibilizou dados, documentos e informações da área para um estudo mais preciso.

2.3. ATIVIDADE DE CAMPO

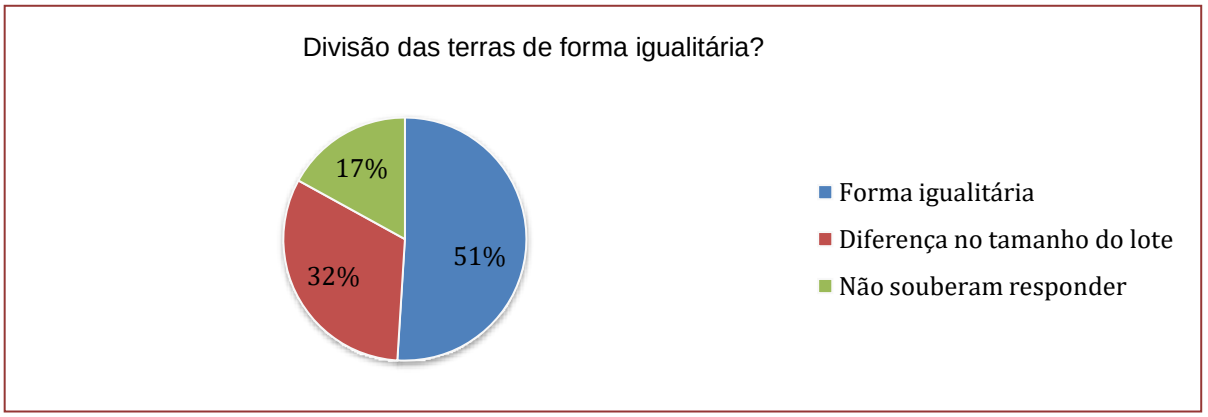
Inicialmente realizou-se uma conversa informal com a presidente da associação do assentamento. Em seguida foi aplicado um questionário semiestruturado. Para captação final dos dados, foram utilizadas as seguintes técnicas: o Diagnóstico Rural Participativo - DRP e questionários. Além das técnicas de DRP, que de acordo com SOUZA & PESSÔA (2009) é uma metodologia alternativa na obtenção de dados e no planejamento de projetos de desenvolvimento econômicoe social, constituindo-se na principal ferramenta para o estudo de comunidades rurais tradicionais, projetos de assentamentos rurais, comunidades quilombolas e indígenas. Aplicou-se também questionários com perguntas abertas, este sendo aplicado sempre com o ou (a) titular da terra ou seu (sua) cônjuge. As perguntas do questionário foram relativas às dificuldades enfrentadas no assentamento, pretensão de venda do lote das terras, sugestões para melhoria dos assentamentos. Após o término da aplicaçãodos questionários, realizaram-se registros fotográficos em alguns dos lotes do assentamento (lotes de plantio e/ou cultivo e lotes de moradia).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no questionário e observações participantes realizada nesta análise,os assentados alegaram que as terras foram divididas de forma igualitária, todavia afirmaram que alguns detêm de maior área de terras para cultivo. Segundo os moradores existem famílias que detêm 4,5 ha de terra, enquanto outros detêm lotes cerca de 2 ha a 3 ha. Entretanto, alguns assentados alegaram que o critério de divisãodas terras partiu dos próprios moradores, decidindo que: "aqueles que ficassem na agrovila ficariam com terras menores, devido à localização desta, ser mais próxima da zona urbana". A partir do questionário percebeu-se que 51% declararam que as terras foram divididas de forma igualitária, 32% alegaram ter existido

diferença no tamanho dos lotes, e apenas 17% afirmaram não saber responder a essa questão como mostra no gráfico 1 abaixo.

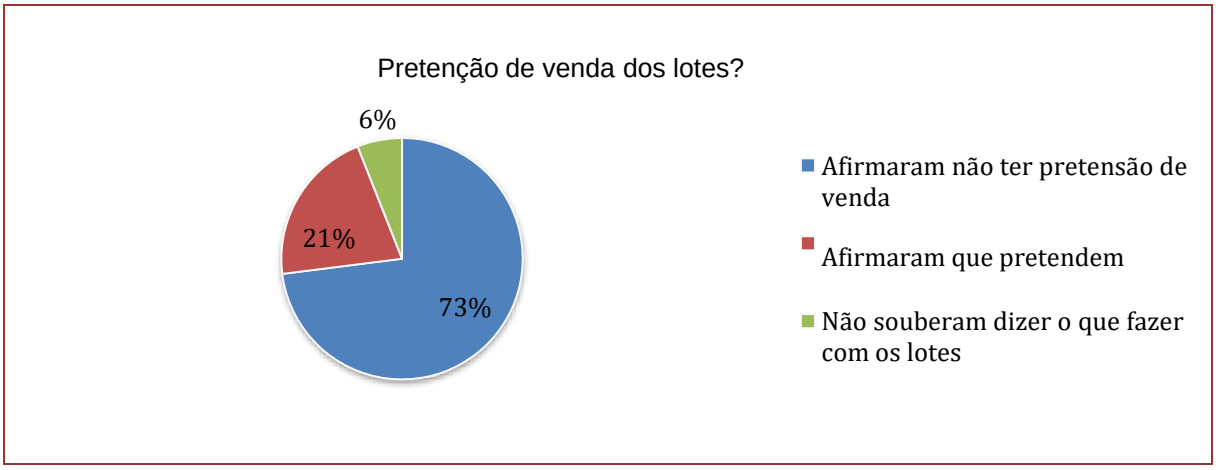
Gráfico 1- percentual da divisão de terras de forma igualitária



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Foi questionado aos moradores a pretensão de venda dos lotes após a posse dos títulos. Das 1200 famílias, 73% afirmaram não ter pretensão de venda, enquanto apenas 21% declararam que irão. Enquanto 6% alega m não saber ainda o que irão fazer após obtenção dos títulos. Como mostra o gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2- Percentual da pretensão de venda dos lotes



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

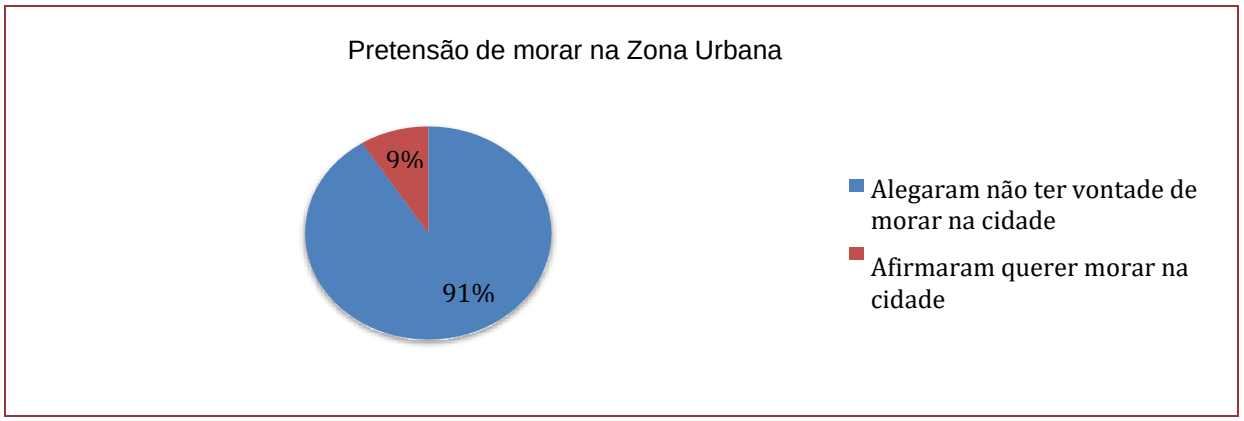
Quanto a esses 6% que alegaram ter anseio em vender as terras após a possedo título, foi perguntado qual ou quais seriam os motivos, estes justificaram que: “As terras são muito longe da zona urbana”; “Pelas urbanas, em decorrência da escola deseus filhos, não são os que residem na agrovila (haja vista que essa se localiza perto da cidade), mas sim os que moram em seus lotes de plantio. Dificultando assim, sua locomoção diária, pois nem todos os assentados possuem meio de transporte. Nesse sentido SILVA et al., (2012) ao analisarem os assentamentos rurais no estado do Pará identificaram também dificuldades referentes à locomoção, contudo, na pesquisa desenvolvida por Silva a situação dos assentados é mais agravante, em decorrência das vias de acesso aos lotes de plantio estarem em estado de precariedade. Uma solução para as dificuldades por eles enfrentadas seria a construção de escolas no próprio assentamento.

Figura 3 - Famílias do assentamento Nelson Mandela participando de reunião naAssociação

Fonte: Autor (2021).

As dificuldades enfrentadas pelos assentados poderão ocasionar uma futura evasão no Assentamento. Nesta mesma óptica (RIBEIRO et al., 2011) através pesquisas realizadas em assentamentos no estado de Tocantins verificou-se que as condições relativas à infraestrutura e problemas vivenciados pelas famílias, como também, a origem não-rural da família assentada, acarreta um maior anseio de saída da área assentada. Essa evasão provoca em muitos casos uma futura venda dos lotes, onde a ausência e a omissão do INCRA é fator preponderante para esta constante. Atrelado ao contexto da discussão de venda dos lotes, veio também à questão de pretensão em morar na zona urbana. No qual, 91% alegaram não ter vontade de morar na cidade, enquanto apenas 9% diferem do restante. Como mostrao gráfico 3 abaixo.

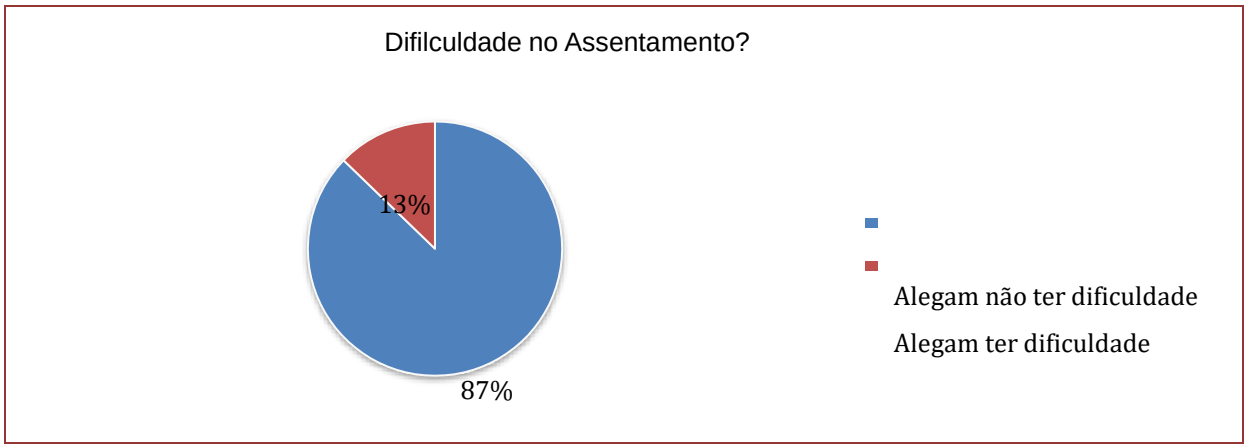
Gráfico 3 - Percentual da pretensão de morar na zona Urbana



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Dos que afirmaram “sim” quanto ao desejo em morar na cidade, expuseram o argumento de que, na mesma, há possibilidades em ter uma renda fixa maior; bem como, a facilidade para conseguir realizar simples atividades diárias como ir ao banco, ao supermercado, à escola, etc. Ao refere-se às dificuldades enfrentadas no assentamento, foi proferido pelos moradores algumas reclamações e sugestões. Das 1200 famílias assentadas apenas 13% afirmaram que têm dificuldades no assentamento. Por outro lado, 87% afirmaram terem nenhuma dificuldade. Como mostra no gráfico 4 abaixo.

Gráfico 4 - Percentual da dificuldade no assentamento



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Entretanto, quando perguntados se havia sugestões para a melhoria do assentamento, todos citaram algumas ponderações acerca do tema proposto. Sendo proferidas diversas sugestões para melhoria do assentamento foram identificadas: melhoria no saneamento básico e água encanada sugeriram projetos para construções de reservatórios hídricos, tais como: açudes, barreiros, cisternas, etc.

Nesse sentido, além de efetivar-se uma reforma agrária propriamente dita, é viável uma política que se preocupe com o assentado após sua efetivação nos lotes, como também que lhes ofereçam condições necessárias para que estes possam produzir, bem como se reproduzir socialmente, garantido assim a permanência dos agricultoresno campo.

A questão da água no assentamento é um problema, pois eles não têm muitosreservatórios hídricos. E em tempos de seca e estiagem, a falta de água é um agravante, pois se detêm apenas de uma cisterna junto a casa para suas necessidades diárias, como também para ambientação de animais. Alguns assentados, principalmente os que moram longe da agrovila, têm em seus lotes pequenos reservatórios, como: barreiros, cacimba, tanques de pedra, etc. Esses reservatórios, em períodos de estiagem ajudam aos assentados ali presentes; como também, auxiliam a outras famílias, visto que, nesses períodos os moradores disponibilizam a água para que também outros possam usufruir.

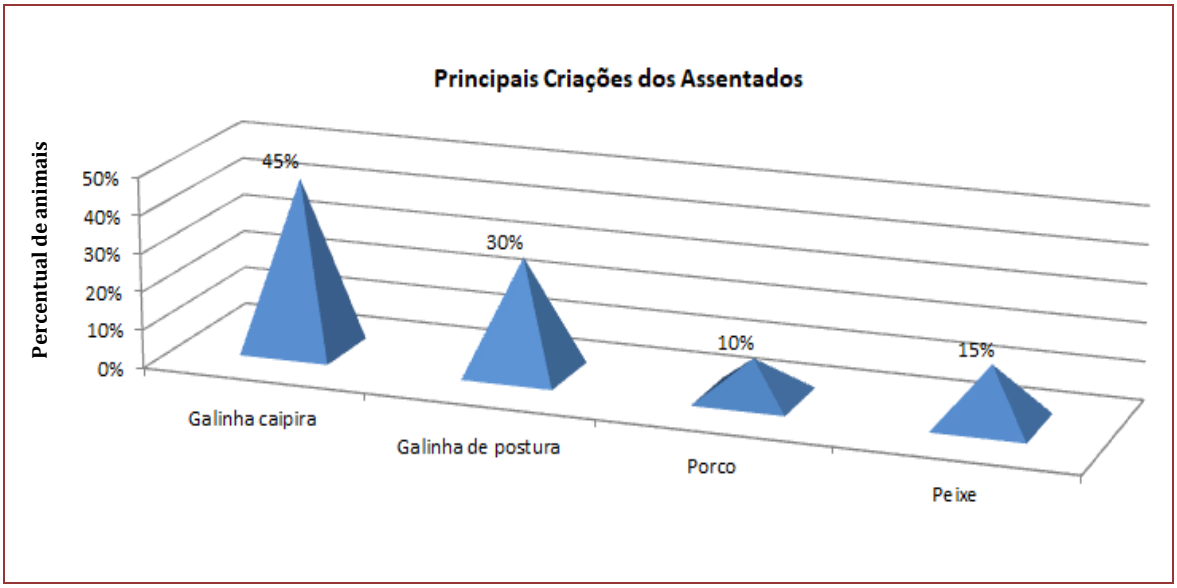
Figura 4 - Moradores construindo cisterna para captação da água da chuva

Fonte: Autor (2021).

Como pode-se perceber as sugestões referentes ao saneamento básico, águaencanada e investimentos na construção de reservatórios hídricos são as mais implicadas nas indagações dos assentados. Contudo, outras sugestões também foram mencionadas, tais como: Projetos de irrigação para uma horta Agroecológica; Maquinários para a Associação; Transporte Escolar; Aumentar a agricultura familiar; Pasta para alimentação dos animais; Coleta de lixo; Iluminação; União e Paz no assentamento.

No assentamento Nelson Mandela, 86% das famílias criam animais e aproveitam a produção para suprir suas necessidades nutricionais e/ou comercializaros produtos animais. Tais resultados são condizentes com (Mutadiua et al. 2014), paraquem a capacidade de diversificar as criações permite maior opção de proteína animal na alimentação e aumenta as fontes de renda na agricultura familiar. Contudo, 14% dos entrevistados do Assentamento manifestaram não ter interesse em realizar atividades pecuárias, por questão de afinidade. O gráfico 5 abaixo destaca as principais criações.

Gráfico 5 - Percentual das principais criações dos assentados



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Das famílias que manejam alguma espécie animal, 45% criam aves, 10% criam suínos, 15% criam peixes e, como já mencionado, 30% criam galinha de postura. Na maioria das unidades familiares dos assentados, estes componentes estão combinados, que contribui para a diversificação da produção e para o aumento da disponibilidade de produtos tanto para a comercialização quanto para o consumo local. O manejo simultâneo de duas espécies ocorre em unidades familiares dos assentados. No Assentamento, as relações sociais, bem como as finalidades da produção, referem-se ao autoconsumo, à venda, às trocas e às doações (SCHNEIDER, 2008). Os assentados que criam animais em suas unidades familiareso fazem para atender uma ou mais finalidades.

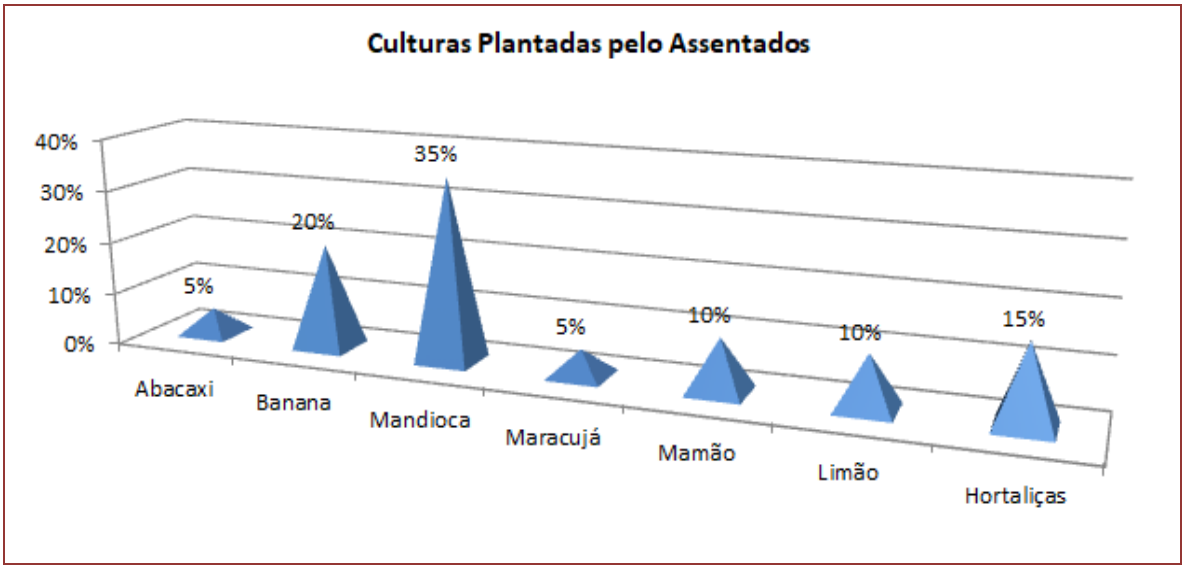
Figura 5 - Criações de animais dos Assentados

Fonte: Autor (2021).

Verifica-se que, para todas as espécies, há uma hierarquia de importância nos propósitos dos assentados do Assentamento Nelson Mandela, partindo do consumo, seguido da comercialização interna e finalmente da doação ou partilha da produção, seja para as finalidades individualmente, seja em suas diferentes combinações. As doações são feitas a parentes e outras famílias que não têm determinados componentes animais em seu estabelecimento, mas sentem necessidade de variar sua alimentação.

Das famílias que manejam alguma cultura vegetal, 35% cultivam mandioca, 20% cultivam banana, 15% cultivam hortaliças, 10% cultivam limão, 10% cultivam mamão, 5% cultivam abacaxi e 5% cultivam Maracujá. A disponibilidade de produtos tanto para a comercialização quanto para o consumo local. Como mostra o gráfico 6 abaixo.

Gráfico 6 - Percentual das principais culturas plantadas pelos assentados



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Figura 6 - Assentados trabalhando com hortaliças

Fonte: Autor (2021).

Ocorre também a cada 15 dias a feirinha Nelson Mandela uma forma de vender a produção dos pequenos produtores do assentamento.

Para GAZOLLA (2004), a produção para autoconsumo é responsável pela geração da autonomia reprodutiva do assentado, diante do contexto social e econômico, principalmente, pelo princípio da alternatividade produtiva e da importância do papel deste tipo de produção no que tange à reciprocidade e à sociabilidade vicinal entre os agricultores familiares por meio da troca de alimentos.

O mesmo autor complementa que o autoconsumo contempla os elementos do cotidiano das famílias, que inclui a terra, a própria família, a alimentação e, principalmente, o saber-fazer dos produtores. Desse modo, os sistemas de produção animal no Assentamento Nelson Mandela condizem com a afirmação de

(LOPES et al. 2007) de que os condicionantes para os diferentes propósitos dos sistemas de produção podem ser de ordem cultural, ecológica ou conjuntural, que envolve preçose mercados e principalmente a solidariedade entre os assentados.

Conhecer os anseios das comunidades a partir de seus problemas e potencialidades constitui para o tomador de decisões uma informação de grande relevância estratégica na formulação de políticas de desenvolvimento sustentável com a participação ativa da comunidade (BARRETO et al., 2005). Nesta óptica, SILVA (2006) assegura que: "a compreensão das necessidades de determinados grupos humanos e, as relações e interrelações com seu ambiente são importantes para um planejamento, bem como para um melhor ordenamento do espaço".

Figura 7 - Assentados no dia da feira do assentamento

Fonte: Autor (2021).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada compreende a percepção dos assentados acerca do assentamento no que se refere a problemática ali existente. Pode-se perceber que a maioria não tem a pretensão de sai, mas alguns têm a pretensão em morar na zona urbana, colaborando assim para uma conseguinte venda dos lotes; ocasionando uma futura evasão no assentamento. Foram identificadas as inexistências de saneamento básico e água encanada como entrave considerável por parte dos assentados em suas permanências no local, para tanto os mesmos solicitam projetos principalmentepara construções de reservatórios hídricos tais como: açudes, barragens, cisternas.

Cabe a diversos órgãos públicos, com ou sem relação necessária com o processo da reforma agrária, consolidem projetos que visem o melhoramento das condições dos assentados, para que não ocorra futuramente uma evasão do assentamento. Elaborando e efetivando planos de incentivo, como políticas públicas voltadas para a melhoria da infraestrutura, geração de emprego, garantindo a permanência destes e a redução da migração campo-cidade. Assim, a concretização das prescrições supracitadas possibilitará o resgate da dignidade humana, a permanência dos grupos sociais na terra, a geração de ocupação e renda, o cuidadocom a natureza, e por fim, garantir a cidadania e justiça social dos assentados, de modo a efetivar alguns o direito líquido e certo que a moradia, a terra é direito de todos.

REFERÊNCIAS

[1] AMTMANN, C. Identidad regional y articulación de los actores sociales enprocesos de desarrollo regional. Revista Austral de Ciencias Sociales, n.1, p.5- 14, 1997. DOI: 10.4206/ rev. austral. cienc. soc.1997.n1-01.

[2] BARBOSA, F.J.V.; NASCIMENTO, M. do P.S.B. do; DINIZ, F.M.; NASCIMENTO,

[3] H.T.S. do; ARAÚJO NETO, R.B. de. Sistema alternativo de criação de galinhas caipiras. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2007. 69p. (Embrapa Meio-Norte. Sistemas de Produção, 4).

[4] BERGAMASCO, S. M. P. P. e NORDER, L. A. C. A Alternativa dos Assentamentos Rurais: organização social, trabalho e política.

[5] CARVALHO, H. M. de. 2000. A luta contra o monopólio da terra no Brasil. In Reforma Agrária: Por um Brasil sem latifúndio. 4º Congresso Nacional- MST. Secretária do MST- Brasília (DF), GAZOLLA, M. Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. 287p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

[6] INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2006. A Questão Fundiária Brasileira.

[7] NORDER, L. A. C. Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho. Campinas, IFCH/Unicamp, 1997 (dissertação de mestrado).

[8] OLIVEIRA, J.H. Programa 'Territórios da Cidadania': uma estratégia de desenvolvimento territorial e garantia de direitos sociais voltados para as regiões de maior fragilidade socioeconômica. In: Congreso Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado Y De La Administración Pública, 13., 2008, Buenos Aires. Anai p.199-220.

[9] RIBEIRO, M. M. C.; Neto, J. A. F. Dias F.; Dias, M. M.; Fiúza, A. L. C. de. 2011. Análise das causas da evasão em assentamentos de reforma agrária no estado do Tocantins. Revista Extensão Rural, DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XVIII, nº 22, p. 01-30.

[10] SOUZA, M. M. O.; Pessôa, V. L. 2009. Diagnóstico Rural Participativo (DRP): um instrumento metodológico qualitativo em geografia. In: Geografia e pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação. Ramires, J. C. L.; Pessoa, V. L. S. Assis, Uberlândia.

[11] SPAROVEK, G. A qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária brasileira. Projeto de Cooperação Técnica MDA/FAO. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2003.

[12] STEDILE, J. P. 2012. Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. Expressão Popular, São Paulo, 2ed, p. 176.

Capítulo 9

Política Agrária no Brasil: Análise de seus limites com foco nos assentamentos rurais de Sapé-PB

Alysson André Oliveira Cabral
Ivan Targino Moreira

Resumo: O trabalho objetiva analisar a política de Reforma Agrária e suas limitações, a partir de pesquisa bibliográfica sobre as políticas agrárias adotadas no Brasil e de pesquisa de campo nos assentamentos rurais do município de Sapé-PB. Partimos da constatação de que o Estado contemporâneo existe para defender a propriedade privada capitalista e assegurar a reprodução da sociedade de classes. Entendemos o território como fração do espaço geográfico e a Reforma Agrária como uma política que visa alterar a estrutura de ocupação desse espaço. No Brasil, governo após governo, a política oficial de Reforma Agrária tem sido esvaziada. Constatamos que, em Sapé-PB, apesar de a luta pela terra ter, historicamente, se constituído como oposição ao poder e controle exercido pelo capital açucareiro, contraditoriamente, a autonomia e a reprodução camponesa dependem hoje do relacionamento com essa fração do capital, pelo trabalho assalariado na lavoura canavieira e pelo arrendamento de parte dos lotes pelas usinas para cultivo de cana-de-açúcar. A produção das famílias é fundamentalmente para subsistência, utilizando técnicas tradicionais de cultivo, apesar de experiências agroecológicas consideradas bem-sucedidas nos próprios assentamentos. As possibilidades de comercialização se ampliaram, mas a venda do excedente ainda depende do atravessador. Observamos um território em construção, um território de esperança, em que elementos de subordinação ainda não foram completamente abolidos. A conclusão é de que, sob a hegemonia do capital, não há espaço para uma política efetiva de Reforma Agrária no Brasil, que desconcentre a propriedade da terra e permita ao campesinato organizar a produção autonomamente.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Campesinato, Territórios de Esperança.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a política de Reforma Agrária no Brasil e suas limitações, tendo como foco a realidade dos assentamentos rurais do município de Sapé-PB. Para a realização do estudo foram adotados dois procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica sobre as políticas agrárias adotadas no Brasil e pesquisa de campo nos assentamentos rurais de Sapé. O ponto de partida foi identificar a origem da formação do Estado capitalista e sua relação com a defesa da propriedade privada e da manutenção da estrutura de classes.

Entendemos que o Estado contemporâneo existe para defender a propriedade privada capitalista, conforme as concepções de Hobbes (2003) e Locke (s.d.), e assegurar a reprodução da sociedade de classes, como concebido por Pachukanis (1988) e Offe (1984). Nesse sentido, as políticas públicas são encaradas como a ação ou a omissão do Estado com vistas a assegurar o funcionamento do sistema.

No Brasil, a relação entre grandes proprietários de terras e camponeses reflete bem essa concepção, pois historicamente o Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) atua como elemento de consolidação do poder dos grandes proprietários sobre os camponeses, valendo-se de todas as esferas de atuação e da violência para impedir o acesso à terra e para assegurar a exploração do trabalho.

O Estado brasileiro apresenta ainda duas características que os estudiosos da formação socioeconômica do país apontam como responsáveis pelo seu não desenvolvimento pleno.

Uma delas é a coexistência de relações arcaicas e modernas, como ressaltada por autores como Celso Furtado, Ignacio Rangel, José de Souza Martins, dentre outros. A outra é o paternalismo, quase uma unanimidade entre os sociólogos e cientistas políticos brasileiros.

O latifúndio é entendido como um dos elementos arcaicos que ainda vigora no Brasil, a despeito da modernização e diversificação da economia ao longo do século XX. Os proprietários de terras preservam importante força política que não reflete essa modernização e diversificação das atividades econômicas, como é facilmente observável a partir da atuação da bancada ruralista no Congresso Nacional.

Este poder remonta ao início da colonização do Brasil. Celso Furtado (2007), ao comparar a situação brasileira com a dos Estados Unidos da América (EUA), identifica que a principal força política da nascente nação norte-americana era formada por comerciantes urbanos e pequenos agricultores. No Brasil, com extensão territorial e desenvolvimento na época semelhante aos EUA, os grandes proprietários eram a única força política.

Essa diferença talvez explique a preocupação da sociedade americana em conter o poder monopolista do capital em várias esferas (ferrovias, petróleo, bancos etc.) e de limitar o tamanho das propriedades rurais. Já por aqui, mesmo com espaço capaz de abrigar inúmeras unidades produtivas familiares e um sem número de pequenos capitalistas, o território é dominado por latifúndios e os mercados por grandes oligopólios e monopólios.

A oligarquia agrária controla o Estado brasileiro desde o período colonial. A manutenção do poder político e econômico das oligarquias estaria no controle monopolístico da propriedade da terra, por isso só mexendo no direito de propriedade seria possível atacar a existência delas. Essas oligarquias sempre se constituíram como grupos armados, mantendo exércitos privados (jagunços, pistoleiros), e grande capacidade de mobilização das forças coercitivas do Estado, para impor de forma violenta sua vontade política e econômica. A resistência dos trabalhadores rurais, seja ocupando ou seja se mantendo na terra, representaria, portanto, uma forma de atacar as bases desse poder político local (MARTINS, 1993; 1994).

A categoria território na Geografia está intimamente relacionada a essa ideia de exercício de poder político. O conceito mais relevante é o de espaço geográfico, que é o objeto da Geografia, entendido como fruto do trabalho humano e das relações sociais de produção que se estabeleceram para formá-lo, conforme concepção do geógrafo Milton Santos (1996), expoente da Geografia Crítica brasileira. O território é considerado uma fração desse espaço.

Para Santos (1996, p. 163), "não há produção que não seja produção de espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho". Em síntese, "o ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço".

Nessa perspectiva, Moreira e Targino (2007) desenvolveram o conceito de "Territórios de Esperança". Os autores assim denominam os espaços ocupados pelos camponeses em que se observam características de transição entre o modelo tradicional, que chamam de territórios de exploração, e o território utópico, em que os elementos de subordinação seriam completamente abolidos. Não se trata, contudo, de um modelo a

ser correntemente replicado em áreas reformadas ou naquelas em que a pequena propriedade familiar é relevante.

A evolução das abordagens e concepções sobre território apontam para uma compreensão ampla de relações sociais e de poder, em que aspectos econômicos, políticos e culturais costumam se sobressair. Nas abordagens mais recentes, elementos como redes virtuais, símbolos, cultura e outros elementos imateriais enriqueceram as concepções de território ao propiciarem novas formas de relações sociais e de poder.

Entendendo o espaço geográfico como uma construção histórica e social, a partir do trabalho humano e sua interação com a natureza e os semelhantes, e o território como uma fração desse espaço, a Reforma Agrária se insere na perspectiva de território com vistas a alterar a estrutura de ocupação do espaço, ao modificar as relações de poder nos territórios.

Nesse sentido, compreendemos que a Reforma Agrária não deve se limitar às dimensões política e econômica. Contudo, superar essas duas dimensões no Brasil se apresenta como o obstáculo mais difícil a se transpor. Para contornar o impasse histórico, os camponeses tentam construir esse território utópico nos espaços que ocupam, formando o que Moreira e Targino (2007) denominam de Territórios de Esperança.

Na pesquisa de campo, realizada no segundo semestre de 2019, em assentamentos rurais no município de Sapé-PB, observamos que a produção era basicamente para subsistência, com uso de técnicas tradicionais de cultivo, baixa produtividade e sem preocupação com a fertilidade do solo, apesar de experiências agroecológicas consideradas bem-sucedidas nos próprios assentamentos. O pouco excedente é comercializado, principalmente por intermédio de atravessador.

Também observamos que o capital tem buscado monopolizar o território, arrendando áreas nos assentamentos para produção de cana-de-açúcar. A atividade representa a principal fonte de renda monetária das famílias, que é complementada com trabalho assalariado e por programas de transferências de renda, como aposentadoria rural e Bolsa Família.

Constatamos que a autonomia e a reprodução camponesa dependem, contraditoriamente, da relação com o capital sucroalcooleiro. A expansão da atividade açucareira tende a aumentar a renda das famílias, permitindo melhoria nas condições de vida. Uma crise na atividade tenderia a aumentar a produção para autoconsumo, contudo, a posse da terra permitiria ao camponês enfrentar essa adversidade em situação muito melhor do que a que enfrentaria na condição de sem-terra.

Nas áreas reformadas pesquisadas, há, de fato, um território em construção, um território de esperança, que não é o antigo território de exploração mas também não é, ainda, o território utópico, em que os elementos de subordinação teriam sido completamente abolidos.

Apesar dessas contradições, a criação dos assentamentos proporcionou melhoria nas condições de vida, assegurando de alguma forma a reprodução camponesa, com a permanência das famílias no território, e também como fornecedora de matéria-prima e força de trabalho para as usinas de açúcar e álcool da região.

O texto está dividido em quatro seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, abordaremos brevemente a política de Reforma Agrária no Brasil. Na seção seguinte, discutimos os limites da política agrária a partir da análise dos assentamentos rurais no município de Sapé, na Paraíba. Por fim, as considerações finais.

2. POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Como a Reforma Agrária é uma política pública identificada como redistributiva, com potencial para alterar a correlação de poder em dado espaço geográfico, enfrenta um processo político polarizado e repleto de conflitos.

A Reforma Agrária é definida por Oliveira (2007, p. 68) como “um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo”.

Para Fernandes (2012, p.14), a Reforma Agrária é, ao mesmo tempo, uma política de desconcentração fundiária e de desenvolvimento das áreas reformadas, que contribuem para o desenvolvimento territorial.

O sociólogo José de Souza Martins (1999, p. 107) considera a Reforma Agrária como uma política eminentemente capitalista. Ele denomina de Reforma Agrária toda ação que vise “desconcentrar a

propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social". Em outras palavras, quando o latifúndio se apresenta como um entrave ao "desenvolvimento" da sociedade capitalista.

Um dos maiores expoentes da Reforma Agrária no Brasil, o engenheiro agrônomo e fazendeiro José Gomes da Silva (1971, p. 31), define a Reforma Agrária como um "processo amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo Governo, com a ativa participação dos próprios camponeses e objetivando sua promoção humana, social, econômica e política".

Nessa definição, a Reforma Agrária aparece como uma política de emancipação social do campesinato. De certa forma, como uma ruptura com o modelo capitalista vigente.

Apesar de radical, a Reforma Agrária de Ribeiro (1987, p. 74) não rompe com o instituto da propriedade privada da terra porque, para ele, uma autêntica Reforma Agrária consiste na substituição da propriedade latifundiária pela propriedade familiar.

Uma definição que procura compatibilizar o aspecto social com o econômico é a do Estatuto da Terra, embora, evidentemente, sem vislumbrar qualquer possibilidade de ruptura.

O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) define a Reforma Agrária como "o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade".

Essa definição está em consonância com o entendimento da década de 1960 de que a Reforma Agrária seria uma política necessária para a expansão capitalista, pois possibilitaria tanto uma melhor distribuição da renda quanto um aumento da produtividade da economia.

Nessas várias definições de Reforma Agrária, observamos que os aspectos econômicos de alguma forma estão contemplados; que a propriedade privada, seja sob a forma individual seja sob a forma familiar, estaria implicitamente assegurada na maioria das concepções; e que a Reforma Agrária é compreendida como uma política de Estado capitalista, com vistas a promover a continuidade do processo de acumulação, uma vez que o latifúndio é encarado como um entrave a esse processo. Apesar disso, em muitos países, inclusive no Brasil, a Reforma Agrária tem se apresentado como uma bandeira da "esquerda" política, isto é, de partidos trabalhistas, social-democratas, socialistas ou comunistas.

A desapropriação de terras improdutivas ou que não cumpram sua função social, como prevista na legislação brasileira, não tem sido a forma mais comum adotada pelos países que de alguma forma realizaram recentemente uma Reforma Agrária. A forma mais comum é o estabelecimento legal de limitação ao tamanho das propriedades rurais (CARTER, 2010).

A política de Reforma Agrária no Brasil está assegurada na Constituição Federal (CF), promulgada em 1988, e é regida pela Lei nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra) e pela Lei nº 8.629/1993, que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos ao tema.

O Estatuto da Terra prevê que a Reforma Agrária seja realizada por meio de planos periódicos. Mas, até hoje, apenas dois planos nacionais foram elaborados. O primeiro, em 1986, no processo de redemocratização do país, e o segundo, em 2003, no primeiro ano de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

A elaboração desses planos foi cercada de polêmicas, principalmente o primeiro, que provocou uma ampla mobilização das forças conservadoras contrárias à Reforma Agrária, com reflexos na Assembleia Nacional Constituinte. As metas previstas deveriam ser executadas em quatro anos, mas pressões de entidades ligadas ao latifúndio e representantes políticos desses grupos explicam o pouco (ou nenhum) empenho dos governos na execução. O desafio da Reforma Agrária é alterar a estrutura fundiária em favor das famílias camponesas, o que deveria ser o objetivo dessa política pública. Contudo, as tímidas ações nessa área passam longe desse objetivo.

Nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995 e 2002, e Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, a Reforma Agrária realizada foi a possível, em razão da "correlação de forças políticas" e da dependência da economia brasileira ao modelo agroexportador. No governo Dilma Rousseff, entre 2011 e 2016, esse pêndulo se moveu um pouco mais para a direita, inviabilizando a política de Reforma Agrária.

Após a deposição da presidente Dilma Rousseff, em 2016, houve uma aceleração na desestruturação das políticas públicas, notadamente nas áreas de proteção aos trabalhadores do campo e da cidade e ao meio ambiente, o que se refletiu no aumento dos conflitos no campo.

As políticas ambiental e agrária passaram a ser conduzidas por representantes de um latifúndio anacrônico, que parece ter desembarcado de uma das naus portuguesas que aportaram por aqui, no século XVI, com a missão de desmatar, explorar as riquezas e exterminar os "gentios".

A voracidade e a velocidade com que essa estratégia tem sido executada, principalmente na área ambiental, assusta a comunidade internacional, que ameça impor sanções aos produtos brasileiros e corte de investimentos estrangeiros no país, acendendo o alerta tanto no setor agroexportador quanto no mercado financeiro.

Nos 30 anos que separaram o fim da ditadura militar no Brasil e a ruptura política que depôs a presidente Dilma Rousseff, a esperança de Reforma Agrária se transformou em frustração. Marcada por alguns avanços e inúmeros retrocessos, a política agrária nesse período da história do país foi reativa às pressões sociais, embora todos os presidentes da República se mostrassem publicamente favoráveis à Reforma Agrária.

Nesse ambiente, a luta do campesinato pela sobrevivência oscila entre a resistência silenciosa e a reivindicação pelo acesso e permanência na terra, como discutiremos na próxima seção.

3. LIMITES DA POLÍTICA AGRÁRIA: OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE SAPÉ-PB

Apesar de "condenados" ao desaparecimento, à medida que o capitalismo avançasse e inexoravelmente os transformasse em trabalhadores assalariados ou em capitalistas, os "atrasados" camponeses resistem. Mesmo não estando incluído nas relações sociais de produção capitalistas, o campesinato se reproduz contraditoriamente a partir de relações com o capital. A sobrevivência do campesinato é prova inconteste de que esta classe não está condenada ao desaparecimento. A criação e recriação do campesinato pelo capitalismo reforçam a ideia de que não se trata de uma classe estranha a esse modo de produção.

A luta dos camponeses, seja ela revolucionária ou não, é a luta pela sobrevivência. E é essa luta que tem possibilitado ao campesinato assegurar sua permanência. Além da terra, outro motivo que alimenta a luta no campo é a preservação da autonomia. Por essa razão, autores como Martins (1980) e Oliveira (s.d.) consideram a luta do campesinato como anticapitalista, justamente porque a subordinação ao capital entra em conflito com a autonomia camponesa. A principal forma de luta do campesinato é a resistência, que muitas vezes é silenciosa (SCOTT, 1976).

Enquanto a organização capitalista no campo está interessada nos aspectos econômico e financeiro e na preservação do poder político que a posse da terra confere, o camponês está interessado na preservação da vida em sentido amplo, que contempla aspectos como cultura e religião.

A luta do campesinato na Paraíba atingiu seu ápice no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, com a atuação das Ligas Camponesas, principalmente no município de Sapé. O movimento foi sufocado pela violência dos latifundiários e dos militares que tomaram o poder em 1964. Localizado na mesorregião da Mata Paraibana, distante 47 km da capital do Estado, o município possui uma área de 313,678 km^2, historicamente ocupada por grandes plantações comerciais de cana-de-açúcar e abacaxi, e uma população estimada para 2020 em 52.804 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A expansão da cana-de-açúcar foi o fator que desencadeou a luta camponesa contra o latifúndio, nos anos 1950 e 1960, com a criação e a forte atuação da Liga Camponesa de Sapé (TARGINO, MOREIRA e MENEZES, 2011). Três décadas depois, foi justamente a crise da atividade sucroalcooleira, ameaçando a sobrevivência das famílias que direta ou indiretamente dependiam da cana-de-açúcar, que mobilizou novamente o campesinato, o que culminou na desapropriação de áreas pelo governo federal para assentar as famílias. Com efeito, a crise na produção sucroalcooleira, nos anos 1990, impulsionou a retomada da luta camponesa, o que resultou na criação dos assentamentos 21 de Abril, Padre Gino, João Pedro Teixeira (Boa Vista), Santa Helena (I, II e III), Nova Vivência e Rainha dos Anjos, entre os anos de 1996 e 1999. A implantação desses assentamentos foi resultado da luta dos trabalhadores ameaçados de expulsão da terra, contando com o apoio decisivo da CPT.

Nesses espaços, o campesinato procura construir um território utópico, em que a sobrevivência não se resume ao aspecto econômico e onde possam desenvolver sua autonomia, sem a subordinação que caracteriza as relações sociais de produção da sociedade brasileira.

Na pesquisa de campo, observamos que as famílias camponesas produzem fundamentalmente para subsistência, com o cultivo de feijão, fava, batata, milho, inhame, macaxeira e mandioca, além de pequenos e médios animais, como galinhas, perus e bodes. A maioria dos parceleiros utiliza técnicas tradicionais de

cultivo, com baixa produtividade e sem preocupações com a fertilidade do solo, apesar de experiências agroecológicas consideradas bem-sucedidas nos próprios assentamentos. O pouco excedente é comercializado.

A assistência técnica é rara, mas alguns assentados relatam que no início do assentamento receberam orientação técnica. Outros afirmam que estão sem assistência técnica desde 2018, quando os cortes orçamentários do governo federal paralisaram as políticas públicas que beneficiavam as famílias da Reforma Agrária.

Em contraste, a produção de cana-de-açúcar para as usinas da região se dá com a utilização do pacote tecnológico que caracteriza o latifúndio monocultor no país, baseado na adoção de plantas geneticamente modificadas e no uso de fertilizantes e pesticidas químicos (agrotóxicos). O cultivo da cana representa a principal fonte de renda monetária das famílias assentadas. Como os recursos são insuficientes para assegurar a sobrevivência, é comum que integrantes dessas famílias recorram ao trabalho assalariado, principalmente no corte e processamento da cana-de-açúcar e no trabalho "alugado" em outros lotes. As famílias também dependem de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e a aposentadoria rural.

Nos assentamentos do município de Sapé, tradicional produtor de abacaxi, também encontramos lotes que produzem o fruto na maior parte da área da parcela, notadamente naqueles próximos a fontes de água. Embora pequena, a produção de coco, caju, acerola, maracujá e melancia também figura entre as culturas desenvolvidas pelos assentados, mas como atividade acessória. Não se observou nenhum plantio com pretensões comerciais. As plantas frutíferas encontram-se esparsas nos lotes, normalmente nos limites da terra ou próximas às casas.

Além da agricultura, há famílias que também desenvolvem atividades de artesanato e uma pequena pecuária leiteira.

Identificamos três métodos distintos de produção nos assentamentos. O mais comum é o roçado tradicional, com a utilização de poucos insumos e equipamentos, para o cultivo de alimentos para autoconsumo. Uma fração dos assentados adotou a agroecologia (ou produção agroecológica), um conjunto de técnicas alternativas, desenvolvidas por pesquisadores, técnicos agrícolas e pelos próprios camponeses, que possibilitam, ao mesmo tempo, a viabilidade econômica da pequena produção familiar e a sustentabilidade ambiental. A principal característica desse método é a produção de alimentos saudáveis, sem utilização de adubos, fertilizantes químicos ou sementes transgênicas. Na produção comercial de abacaxi e cana-de-açúcar, utiliza-se sistemas de irrigação, defensivos agrícolas (agrotóxicos) e fertilizantes químicos. No mesmo lote, identificamos o uso de mais de um método de produção, dependendo do produto.

Se essa é a realidade da produção, a comercialização é um desafio ainda maior para os assentados. A comercialização da produção ocorre principalmente por intermédio de atravessador, que se apropria de aproximadamente metade do valor produzido. A alternativa é a comercialização direta, tendo as tradicionais feiras livres como principal canal de comercialização. Iniciativas promissoras, a exemplo das feiras agroecológicas e da instalação de espaços de comercialização como o Armazém do Campo – iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) para venda direta da produção camponesa –, ainda são incipientes.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) são duas iniciativas que se apresentaram promissoras para o campesinato. Esses programas permitem ao agricultor familiar fornecer, a preços justos, sua produção para escolas, creches, hospitais, presídios, programas de distribuição de alimentos para famílias carentes. Contudo, os governos que assumiram o executivo federal a partir de 2016, a pretexto de equilibrar o orçamento público, têm reduzido significativamente os recursos destinados a essas ações.

As vendas diretas pela internet, em que pese a popularização dessa forma de comercialização, ainda não eram uma realidade na época em que a pesquisa de campo foi realizada. Com a pandemia de covid-19, apresentou-se como uma alternativa emergencial para conciliar a necessidade de alimentação com o recomendado isolamento social. Mesmo assim, não se converteu em um novo importante canal de comercialização da produção agrícola.

Um dado relevante é que as iniciativas de comercialização direta da produção da agricultura familiar paraibana têm ocorrido de forma autônoma pelos próprios camponeses, através de associações, ou com apoio de instituições públicas, como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o Instituto Federal da

Paraíba (IFPB) e a Prefeitura de João Pessoa. Não se observou a presença de nenhuma empresa privada com interesse em submeter os produtores e os consumidores.

Em síntese, constatamos que as possibilidades de comercialização direta da produção se ampliaram, mas a figura do atravessador não foi superada. A maioria ainda depende desse elo para se conectar ao mercado, o que reduz a renda potencial das famílias e limita a capacidade de reprodução camponesa. Uma política agrária bem-sucedida terá que, necessariamente, superar essa realidade.

Apesar da luta pela terra no município de Sapé, historicamente, ter se constituído como uma oposição ao poder e controle exercido pelo capital açucareiro no espaço municipal, observa-se que o capital tem buscado monopolizar o território através de parcerias com os camponeses para produção de cana-de-açúcar em lotes dos assentamentos.

Assim, mesmo reconhecendo as contradições e de que o processo de formação de territórios é dinâmico, ou seja, está permanentemente em construção, compreende-se que os Territórios de Esperança são territórios da luta camponesa para superar a exploração econômica, política e cultural no campo.

A adoção de uma efetiva política de Reforma Agrária, que desconcentre a propriedade da terra e permita ao campesinato organizar a produção autonomamente, só será possível com mudanças sociais mais profundas.

Como observado, o capital ainda preserva a hegemonia sobre as áreas reformadas, seja monopolizando o território, com as parcerias para o cultivo da cana-de-açúcar, seja se apropriando da renda no momento da venda do excedente produzido, com a permanência da figura do atravessador como principal forma de comercialização. As famílias assentadas dependem também da renda proveniente de outras atividades e de benefícios sociais para se reproduzirem. Esses fatos reforçam a percepção de que a experiência de Reforma Agrária não conseguiu consolidar de forma permanente o segmento camponês.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os entraves do latifúndio à expansão do capitalismo no Brasil têm sido contornados de tal forma que a Reforma Agrária é postergada indefinidamente. A discussão ou a adoção de qualquer política pública que pretenda mexer na estrutura fundiária do país tem sido interditada por uma aliança agro-burguesa.

Decisões de política econômica e resistências político-institucionais, além de limitarem a capacidade reformista do Estado, fortaleceram os grupos políticos e econômicos contrários à luta dos trabalhadores.

A política de Reforma Agrária tem sido esvaziada, governo após governo. A avaliação de que “sofreram um grande retrocesso” tem sido recorrente a cada novo mandato presidencial. Essa expressão, embora possa soar como exagerada, infelizmente, se impõe quando confrontada com a realidade presente.

As previsões de que o avanço do capitalismo fatalmente levaria à extinção dos camponeses não se confirmaram. A permanência e a criação e recriação reforçam a tese de que o campesinato não é uma classe estranha ao capitalismo.

A luta camponesa, iniciada com a crise do setor sucroalcooleiro na região, resultou na criação pelo Incra dos assentamentos 21 de Abril, Padre Gino, João Pedro Teixeira (Boa Vista), Santa Helena (I, II e III), Nova Vivência e Rainha dos Anjos.

Nessas áreas, as famílias assentadas constroem seus Territórios de Esperança. Com relativa autonomia, desenvolvem atividades de subsistência e novas relações com o capital, especialmente o sucroalcooleiro, que monopoliza parte significativa do território e é responsável pela principal fonte de renda das famílias.

A recuperação da atividade açucareira, nos anos 2000, encontrou uma nova configuração do espaço que, durante séculos, foi território do capital. A solução encontrada foi tentar monopolizar o território, por meio de acordos com os assentados para a produção de cana-de-açúcar. O resultado é o que observamos nos projetos de assentamento do município de Sapé, em que a maior parte da área de cada parcela encontra-se subordinada ao capital sucroalcooleiro.

Contraditoriamente, a autonomia e a reprodução camponesa dependem hoje dessa relação com as usinas. Uma expansão da atividade sucroalcooleira tende a aumentar a renda monetária das famílias, permitindo melhora nas condições de vida. Uma crise possivelmente provocaria um aumento na produção para autoconsumo, conforme descrito por Furtado (2007), que classificou o fenômeno como “involução econômica”. Mesmo assim, a posse da terra permitiria ao camponês enfrentar essa adversidade em situação muito melhor do que a que enfrentaria na condição de sem-terra.

A análise dos assentamentos da Reforma Agrária no município de Sapé revela que há, de fato, um território em construção, um território de esperança, que não é o antigo território de exploração mas também não é o território utópico, em que os elementos de subordinação teriam sido completamente abolidos. Apesar das contradições observadas, a criação dos assentamentos proporcionou melhoria nas condições de vida, assegurando de alguma forma a reprodução camponesa, com a permanência das famílias nesses territórios, e também o fornecimento de matéria-prima e força de trabalho para as usinas de açúcar e álcool da região.

A conclusão é de que uma política que mude o espaço agrário só pode ocorrer num contexto mais amplo de mudança social, isto é, sob a hegemonia do capital não há espaço no Brasil para a adoção de uma política efetiva de Reforma Agrária, que desconcentre a propriedade da terra e permita ao campesinato organizar a produção autonomamente.

Para alcançar o desiderato, a utopia, a terra de trabalho, o território de esperança, só com a superação da atual condição. A continuidade da luta camponesa, alicerçada na família, na comunidade, na crença, na identidade cultural é o caminho para a construção desse espaço.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL. Estatuto da terra. Lei nº 4.504/64. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em: 05 abr. 2017.

[2] CARTER, Miguel. Combatendo a desigualdade social. São Paulo: Unesp, 2010.

[3] FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma agrária e educação do campo no governo Lula. Campo-território: Revista de Geografia Agrária, v. 7, n. 14, p.1-23, ago. 2012.

[4] FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 34.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

[5] HOBBES, Thomas. Leviatã. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

[6] IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sapé-PB. Sistema Cidades@. 2020. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sape/panorama. Acesso em: 06 dez. 2020.

[7] LOCKE, John. Segundo Tratado Sobre o Governo Civil. Petrópolis: Vozes, s.d. (Clube do Livro Liberal)

[8] MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

[9] _____. A chegada do estranho. São Paulo: Hucitec, 1993.

[10] _____. O poder do atraso. São Paulo: Hucitec, 1994.

[11] _____. Reforma Agrária – O impossível diálogo sobre a História possível. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999.

[12] MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. Revista Nera, Presidente Prudente (SP), ano 10, n. 10, p. 72-93, jan.-jun. 2007.

[13] OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

[14] OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Os agrocombustíveis e a produção de alimentos. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/

[15] Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/25.pdf. Acesso em: 25 mai. 2017.

[16] _____. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo: FFLCH, 2007.

[17] PACHUKANIS, E. B. Teoria Geral do Direito e Marxismo. São Paulo: Acadêmica, 1988.

[18] RIBEIRO, Nelson de F. Caminhada e esperança da reforma agrária. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

[19] SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

[20] SCOTT, James C. The moral economy of peasant. Yale: Yale University Press, 1976.

[21] SILVA, José Gomes da. A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento? Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

[22] TARGINO, I. ; MOREIRA, Emilia ; MENEZES, Marilda . As ligas camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. Ruris (Campinas), v. 5, p. 83-117, 2011.

Capítulo 10

Totalidade, Estado-Nação, Formação Social, Território como categorias fundamentais da Geografia Crítica e o pensamento geográfico

João Phelipe Santiago

Resumo: Inicialmente este texto foi publicado no XIV ENANPEGE / XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (A geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraliberal) – 10 a 15 de outubro de 2021. Este trabalho busca explicitar a aplicabilidade das noções Totalidade, Estado-nação, Formação Espacial, Território como categorias fundamentais da Geografia Crítica em nexo a certas contexturas do pensamento geográfico, cuja base de análise mais ampla faz liame a história do pensamento social e geográfico brasileiro. Nesse sentido, a construção do esboço de contextualização destas categorias e noções, ora aqui apresentadas, possui vários momentos ligados aos estudos e pesquisas como discente, e na atuação como docente no ensino de geografia em salas de aula e aulas de campo; cujas reflexões mais específicas relacionam-se como práxis de transformação no cotidiano, e rebatimentos nas exemplificações nas aulas ministradas ilustradas nas analogias com a conjuntura atual e a dialética social permanentemente engendrada no cotidiano. E também, no aprofundamento que tais noções/categorias/conceitos tem servido como método que referencio à (SANTOS, 1978, 1985, 1996, 2005); e que tem servido de fundamentação ontológica e epistemológica na minha produção científica (SANTIAGO 1993, 2005, 2013, 2014 2016); e nas orientações de trabalhos e pesquisas da graduação e da pós-graduação: CARDOSO, 2018; FIGUEIREDO, 2020). Dessa forma servindo de estrutura explicativa objetiva dos conteúdos de várias temáticas das disciplinas ligadas à geografia do Brasil enquanto uma grande área hibrida[9]; pois engloba a parte de disciplinas mais ligas a área física e ambiental; e as disciplinas mais ligadas a área humana e regional.

Palavras-chave: Totalidade, Estado-nação, Formação Espacial, Território, Espaço Geográfico.

[9] Ver M. Santos (1996), onde explana sobre o espaço geográfico como um "híbrido" e outros nexos que envolvem as correlações com a categoria Espaço e Paisagem.

1. INTRODUÇÃO

1.1. A FORMAÇÃO (ECONÔMICO-SOCIAL)/ESPACIAL COMO MATERIALIZAÇÃO DO MODO DE SER SOCIAL

As categorias que intitulam a temática aqui apresentada devem ser compreendidas como momentos da análise dialética social e histórica; constituem uma unidade de um sistema lógico interdependente, interconexo, "são categorias imbricadas" (SANTOS, 1978, p. 170-77); logo estão associadas as noções de processo (tempo), estrutura, sistema, escala e função; noções que devido à natureza limitada do artigo não iremos aprofundar. Nesse bojo, a categoria mais concreta é a formação social, pois ela tem a ver com o nexo entre o modo de produção e o modo de vida materializado nas relações sociais de produção do espaço e os modos de vida ligados ao trabalho social, engendrados no cotidiano dos lugares e regiões, países, Estados-nações. Na base dessa teorização o Espaço tem a ver com o conceber a totalidade como a natureza social (Marx) como resultado do processo histórico-geográfico e dialético, de transformação da natureza pelo trabalho social, em uma segunda natureza ou espaço geográfico. Essas relações sociais que transformam permanentemente a natureza em geografia, através da divisão do trabalho e dos procedimentos feitos com os instrumentos do trabalho; criam redes que estruturam um determinado modo de produção. Que por sua vez, é composta socialmente pela totalidade dos atores em suas múltiplas relações em todas as situações geográficas; que se organizam em função da logística das redes de circulação e comunicação. A "análise ou o estudo que não leva em consideração *todas* essas categorias e *todas ao mesmo tempo* [como um princípio de inseparabilidade (GUERRA e CUNHA, 2001, p.19-31], não poderá abraçar a realidade total" (SANTOS, p. 176).

Dessa forma partimos de um princípio ontológico, base de compreensão da realidade e da produção do espaço, como emanado do ser social. Pois, o presente é resultado do trabalho humano acumulado, o trabalho como "substância social" (MARX, 1979, p.45). "Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor" (...) " o ar, a terra virgem, seus pastos naturais, a madeira que cresce espontânea na selva, etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria". Engenhar um produto para satisfazer a "própria necessidade gera valor-de- uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo par aos outros, dá origem a valor-de-uso social" (p. 47-48); como compra e consumo. Embora uma mercadoria ou fruto da natureza possa ser oferecido voluntariamente, solidariamente a alguém.

Portanto o trabalho gerador de valor de uso (trabalho útil), necessário a existência humana, qualquer que seja a formação social, não pode existir sem a relação material do ser (humano) social e a natureza. As "mercadorias são conjunções de dois fatores, matéria fornecida pela natureza e trabalho" social (p.50). Nesse sentido o espaço geográfico pode ser compreendido em seu postulado ontológico, como um constructo decorrente do trabalho social. Logo, o presente também pode ser entendido como resultado do tempo social de trabalho acumulado; o espaço produzido como tempo acumulado. Ou seja, o espaço geográfico é o tempo acumulado não concluído; e em permanente transformação no sentido do devir; "é o princípio da dialética do espaço" em permanente movimento na história da luta de classes. Visto estar permanentemente se transformado em algo novo a partir das determinações e possibilidades dadas. A realidade como uma totalidade viva e complexa em permanente transformação. O passado e presente são compreendidos como causalidade e contradição; mas o futuro embora numa determinada escala menor contenha as tendências do presente em movimento, engendra sempre algo novo, que eclode como fator surpresa, como indeterminado a depender da escala de tratamento da análise; e da complexidade das variáveis articuladas.

A importância e relevância temática paralela a finalidade, revela-se na aplicabilidade das noções/categorias intituladas como fundamentais da Geografia Crítica em nexo a certas contexturas do pensamento geográfico. Que decorre da compreensão da evolução temática e epistemológica, derivada da história difusa de certas trajetórias do pensamento social e geográfico brasileiro, tomadas por base para refletirmos sobre a totalidade que nos abarca.

Nesse sentido, este trabalho é decorrente dos vários momentos ligados aos estudos e pesquisas como professor, servidor público e como cidadão que busca se integral e pleno; procurando exercitar nas contextualizações e paralelos aqui apresentados relacionam-se como práxis de superação no cotidiano e no trabalho acadêmico intelectual, que busca apreender a dialética social permanentemente engendrada na realidade do cotidiano; atuando como sujeito cognoscente numa práxis alicerçada no pensamento crítico que tem na ação social como educador e formador de opinião, um elemento de transformação da realidade imersa em conflitos e contradições.

Esse processo contraditório gerador das formações sociais e econômicas, as quais possuem relações com todo o mundo, refere-se à diversidade das regiões que se diferenciam pelas formas de uso social, cultural, político e econômico do território, segundo as atividades que se materializam através das relações sociais de produção e de vida, pertencente aos setores da economia.

Atento a isso, buscamos intercambiar essas noções como complementares umas às outras, seja como parte de uma concepção mais abrangente de espaço geográfico, compreendendo a ciência geográfica como um processo dialético e analítico que abrange e que concebe o planeta Terra com unidade inter-relacionada, indissociável; segundo as diversas escalas e classificações de tratamento: global, continental, nacional, regional, local. Ao mesmo tempo essas categorias também podem ser concebidas como fatores, e até mesmo elementos do espaço, concebendo a análise da totalidade, podendo ser subdividida em diversos tempos, estruturas, formas, partes.

Concebendo o espaço como dialético e estrutural, M. Santos desenvolveu vários estudos conexos sobre a categoria formação socioeconômica, a qual modificou propondo a categoria "sócio espacial", visto o território ter um papel muito especial na compreensão do que é uma nação. A formação sócio econômica tem relações com todo mundo, e com a categoria de Estado-nação. "Um Estado-Nação é uma Formação Sócio-Econômica. Um Estado-Nação é uma totalidade. Assim, a unidade geográfica ou espacial de estudo é o Estado-Nação. A 'região' não têm existência autônoma, [não é sujeito] ela não é mais que uma abstração [uma regionalização] tomada separadamente do espaço nacional considerado como um todo" (SANTOS, 2005, p.43).

Daí porque o mercado internacional, consequente a história mundial, que conecta as redes geográficas comerciais aos diversos países (Estados-nações), é um exemplo importante para entender a produção do que chamamos "o Brasil", bem como para entender qualquer país (história nacional) que tenha uma formação social dependente. O que tem a ver com a teorização sobre o desenvolvimento desigual e combinado, e como ao longo da formação territorial de cada país em especial os que possuem uma posição subordinada aos países centrais; é resultado de como a extração e apropriação de mais-valia também se dá em escala global, criando diferentemente as regiões e paisagens.

Nesse sentido, a importância da luta como brasileiro integral, e como cidadão pleno; pois os níveis de qualidade da vida e da dignidade estão amalgamados na qualidade da evolução territorial e seus efeitos sobre o ser cidadão, digamos assim. Portanto, independentemente de nossas origens étnicas, há uma luta fundamental pela construção de uma "consciência nacional", numa dimensão mais profunda e abrangente, e, portanto, não se trata de choramingar por um dia em louvor a "consciência negra" (SANTOS, 1995). A dignidade/cidadania plena é mais importante que o consumismo, não devendo ser subordinada.

2. DIALÉTICA DA SOCIEDADE: TOTALIDADE, FORMAÇÃO ESPACIAL / TERRITORIALIDADES, ESTADO-NAÇÃO

A construção do conhecimento sobre o território e o entendimento do espaço/território como uma totalidade viva e complexa (SANTOS: 1977, 1978, 1985, 1996, 2005; SANTIAGO:

1993, 2004, 2005, 2018, 2019, 2021), deriva da compreensão da Geografia Humana como história territorial (MORAES, 2005) da humanidade, e sua difusão, multiplicação, miscigenação, interações diversas através de múltiplas relações sociais, que engendraram os inúmeros povos e culturas e Estados-nações; bem como, seus diversos modos de ser no cotidiano de suas vidas, e as consequentes configurações espaciais organizadas diferentemente pelas diversas regiões e lugares no mundo (redes de cidades e sistemas agroindustriais, a dialética campo-cidade em sua inteireza múltipla e complexa; as rede de circulação e comunicação conexa aos setores básicos da economia: primário, secundário, terciário e quaternário interligados em sua totalidade.

Entre outros nexos e categorias relacionadas ao meio Técnico-Científico-Informacional; e que mais amplamente chamou de "geografia das redes" (SANTOS, 1996, p. 208-222); entendemos o espaço geográfico como uma extensão humana produzindo multiplicidades de territorialidades. Na medida que avança a contemporaneidade das inovações surgem multiplicidades de novos usos e valores do espaço. Novas funcionalidades / territorialidades; um caráter / modo de ser funcional que pode ser concebida dentro do movimento dialético de reprodução social.

Paralelamente, num sentido mais amplo, ao consideramos a expansão do horizonte geográfico para além da superfície terrestre; o que concebemos como *"horizonte transplanetário"* (g.n.) (SANTIAGO, 1994); compreendemos que isso só foi possível devido o desenvolvimento da ciência e da tecnologia; sem o que a

força de gravidade não poderia ter sido rompida na escala planetária do sistema solar. Portanto, as categorias de totalidade, Formação espacial, Estado-nação formam um composto lógico e dialético, capaz de aplicação no entendimento da correlação entre os lugares as regiões nacionais através de suas redes e o sistema mundo. E como o horizonte geográfico terrestre foi superado e estendido ao espaço cósmico. Mas continuando ontológico.

É importante destacar a noção de "conhecimento como recurso" (SANTOS, 1996; p. 192-194) ligadas as possibilidades técnicas, de procedimento, organizacionais, de multiplicação de softwares, de inovações múltiplas, da grande rede difusa de educação, ensino, ciências, tecnologias e logísticas, abarcando desde as creches locais de bairros pobres e o vizinho que tenta ser um novo empreendedor como Uber, mas que corre o risco de ficar inadimplente, visto o preço da gasolina está muito alto, pondo em risco o resto do pagamento das promissórias do financiamento de seu carro; até megaempresas transnacionais como a *Microsoft, Apple, Amazon*, *Google.*

Andrade (1995, p.19-20) indica a importância dos estudos de localização, centralidade e polarização, para entender como as "empresas motrizes, controlando instalações e explorando nas áreas mais diversas do globo, eram, muitas vezes, mais importantes que as nações e os próprios estados. Este fato é hoje comprovado com o processo de globalização da economia que faz diminuir a importância das fronteiras políticas e a soberania dos estados.". Além do que o ciberespaço engendrou possiblidades múltiplas e complexas de utilização do espaço, das imagens e linguagens criando uma rede permanente e atemporal, dando instantaneidade e a sensação de onipresença, penetrando em todos os recônditos da vida que se reproduz principalmente no urbano, tornando as relações e espaços possíveis fluidos em meio um turbilhão crescente de informações na grande maioria das vezes que transpassam e se retém acriticamente na mentalidade comportamental das pessoas em todas as idades. O ciberespaço criou territorialidades nunca antes concebidas.

3. O CIBERESPAÇO, NOVAS TERRITORIALIDADES, CONSCIÊNCIA NACIONAL

Contudo objetivamente, o que se vem chamando de pós modernidade, pós anos 70 do século XX, é consequente da difusão no cotidiano do desenvolvimento criativo e tecnológico no período que atravessa a segunda guerra. Nos anos 50 e 60, por exemplo, houve uma proliferação de almanaques de utilidades domésticas e surgimento um novo marketing de consumo, que conquistará o modo de vida das famílias norte americanas e tornará os EUA o pais mais atrativo do mundo, a realização do sonho americano e paralelamente engendramento da guerra fria devido também a URSS eclodir como potência mundial concorrente. O que Santos chamará no último quartel do século XX, de "período técnico científico", distinguindo- se dos demais períodos anteriores pela acentuada interação e inseparabilidade da ciência-técnica; "tecnociência" como uma nova categoria globalizadora. Ademais (R. RICHTA, 1968) desenvolve a projeção de que o desenvolvimento das forças produtivas nessa época já daria para alimentar e libertar toda a humanidade várias vezes em relação a população absoluta. Dessa forma a "revolução científico-técnica", vai liberando o ser humano do trabalho físico e, a ciência-técnica passa a ser a principal força produtiva; fazendo com que se abram múltiplas janelas que possam ser dedicadas a ciência, a cultura ao lazer; potencializando a realização da cidadania plena. Isso fará com que na totalidade das transformações, a aceleração da aplicação da ciência no modo de vida cotidiano, gerem proporcionalmente aumento crescente da autonomia, e o fator social passe paulatinamente a se tornar independente dos países e sistemas; necessitando de uma certa gestão de manutenção que não crie monopólio de controle das redes.

> As fotografias por satélite (...) permitindo apreciar, de modo ritmado, a evolução das situações e, em muitos casos, até mesmo imaginar a sucessão dos eventos em períodos futuros. [Google Earth veio a ser um clímax, e continua sendo]. Os radares meteorológicos, cada vez mais poderosos e precisos (...) permitem que as previsões se realizem com intervalos ainda menores. Cientistas puros e aplicados valem-se desses instrumentos de acompanhamento e previsão para aperfeiçoar o conhecimento das leis da natureza física, antever o respectivo comportamento e, de posse dessas preciosas informações, alcançar uma implementação consequente das atividades económicas e sociais. As áreas em que tal instrumentação é disponível podem permitir aos seus usuários um maior grau de certeza e sucesso na realização de operações, sabido que, em muitos casos, na agricultura e na indústria, certas etapas do processo produtivo alcançam maior rentabilidade, quando empreendidas em condições meteorológicas favoráveis. A preparação das terras, a sementeira ou o plantio, a

> utilização de adubos ou de fungicidas podem ter mais ou menos eficácia segundo as condições de tempo em que são feitas. Tudo isso tende a favorecer os empresários, uma vez que tenham prévio conhecimento das condições meteorológicas em que cada fração do trabalho e cada fração de capital serão utilizadas (SANTOS, 1996, p.193).

Nessa perspectiva, é muito importante no período atual, no caso da pandemia, o aumento da complexidade das relações sociais reproduzidas no território multifacetado, e que o frenesi circulatório e comunicativo da superpopulação urbana vem intensificando o que ele chamou de "novo fundamentalismo" (Santos, 1995), como sendo aumento do consumismo em detrimento da consolidação do que concebemos como cidadania plena (Santiago, 2021). Então, não se trata das inúmeras funções de uso que o território promova através da reprodução do modo de vida material, mas do ganho de qualidade que possamos ter como cidadãos integrais.

Sofremos nesse período (2015-2021) como o aumento da velocidade e o encurtamento do tempo em função das distâncias[10], e efemeridade da multiplicidade das relações sociais, um aumento da compressão e luta pelo espaço, uma deterioração da renda, corrosão devido ao aumento da inflação vertiginosa conexa ao aumento dos juros e impostos imputados violentamente na dimensão da precariedade do trabalho, e decréscimo do valor proporcional da hora de trabalho na paridade do valor do dólar (principalmente no Brasil sob a égide de um governo neofascista, submisso ao hiper neoliberalismo econômico). Haja visto, que o trabalhador em geral precisa cada vez mais se acordar mais cedo e chegar mais tarde em casa; e também nas metrópoles, grandes cidades e até cidades médias, a expansão urbana crescente para as periferias, revelam devido ao não crescimento proporcional das redes de circulação dos transportes, um contratempo e gasto de transporte a mais devido ao congestionamento, fenômeno que não se estende só aos países subdesenvolvidos. Com isso se multiplicam sintomas diversos de esgotamento mental e físico, já sendo alertados desde a eclosão das grandes cidades mundiais como Paris e Londres[11] desde o século XIX. Bem como nas megalópoles do século XXI.

Contudo, para chegarmos a uma consciência nacional como ganho de qualidade, que nos faça refletir e mudar de atitude sobre nós mesmos, cremos ser necessário desenvolver uma consciência crítica sobre a totalidade viva e complexa que nos determina e que: possui as possibilidades potencias de transformação e surgimento de surpresas, que, por conseguinte retroalimentamos com nossos comportamentos, e nossa práxis cotidiana seja reificada ou crítica. Assim concebi a ideia de pedagogia da complexidade (SANTIAGO, 2021).

Para se entender a importância das ações em nosso cotidiano e o valor da situação geográfica de um determinado lugar, devemos pensar sempre que não estamos sozinhos; a questão da alteridade. E, como são muitos elementos e fatores a serem considerados para o entendimento da complexidade onde estamos inseridos; é necessário apelar para uma visão/consciência que der conta desta totalidade viva e complexa, na qual temos que interagir uns com os outros. Nesse sentido é necessário desenvolver uma pedagogia da complexidade. Em outras palavras, desde a antiguidade os pensadores, governos, políticos, professores, médicos, juristas, e demais profissionais e cidadãos têm buscado dar conta de um saber que possa melhor sintetizar e dar novas alternativas de liberdade e libertação da precarização, frente a dinâmica circulatória e comunicativa permanente da realidade. Assim, a interdisciplinaridade é sempre necessária para o avanço da compreensão de nosso comportamento sobre o universo e de como uma vez modificado, torna a interferir decisivamente sobre nosso comportamento. Daí a necessidade cada vez mais de aprofundarmos um método extensivo e prospectivo, para dar conta desta totalidade viva e complexa, que também

---

[10] Gostaria de lembrar que o sentido e significado desse assunto tem paralelo e analogia com a discussão que La Blache fez e cartografou, sobre o desenvolvimento das ferrovias, comparando a relação entre distância e velocidade, em relação a Paris e a França. Compressão do espaço em função do tempo/velocidade; cf. La Blache (1954 [1921], p. 324).

[11] Marx se referiu ao aspecto taciturno das pessoas circulando nas ruas de Londres aos meados do século XIX. Nas primeiras décadas do século XIX, o aspecto da compressão do tempo e da multifuncionalidade das habilidades como uma característica necessária para absorção do capitalismo em sua nova fase de apropriação da ***mais-valia*** (g.n.), observado e analisado, em face da aceleração da velocidade e deterioração do modo de vida (estafas, sonolências, depressão, irritabilidade, stress, coisificação, novas formas de alienação e exploração do trabalho); ver, HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Petrópolis: Vozes, 2015.

chamamos de geografia da complexidade (SANTIAGO, 2021).

4. METODOLOGIA E MÉTODO, RESULTADOS OBTIDOS E DISCUSSÃO PARA ENTENDIMENTO DO COLONIALISMO E NEOCOLONIALISMO COMO PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E EXCLUSÃO SOCIAL; POR UMA GEOGRAFIA DAS REDES GLOBALMENTE ... PARA NÃO CONCLUIR

O método em suas nuanças, tem sentido e significado decorrente da compreensão das categorias temáticas deste trabalho como consequentes a minha formação intelectual e como trabalhador da educação. Assim, as categorias puderam ser operacionalizadas no equacionamento e discussão das problemáticas sociais econômica, políticas e culturais como frutos do engendramento da vida como docente e da práxis de lutas sociais cotidianas no cenário que abarca o fim da ditadura militar, onde situamos o início de minha prática acadêmica de 1979 a 1986 como professor inicialmente atuante em Recife desde o bacharelado e o mestrando em Geografia pela UFPE na fase de minha etapa primeira, como trabalhador da educação e do ensino fundamental e médio, e também na experiência conjunta na Faculdade de Formações de Professores da Mata Sul de Pernambuco, na cidade de Palmares. E depois, na fase como funcionário público concursado, desde 1987 como professor pela UESB de Vitória da Conquista, quando tive oportunidade de concluir o doutorado, pós-doutorado e participar do programa de pós-graduação em Geografia PPGeo.

Como dissemos anteriormente em outras palavras, essa evolução da dialética social da expansão dos povos e nações globalmente, foi impulsionada conjuntamente à expansão comercial e difusão das navegações e das técnicas, que aconteceu de através da modo de produção feudal e do renascimento das artes e ciências; bem como pelo engendramento da rede de colônias na Ásia, África, Américas e Oceania fazendo eclodir a modernidade e, uma vasta e difusa rede de circulação e comunicação, que foi catalisada pela primeira revolução industrial que se espalhou por grande parte do hemisfério norte, polarizada e centralizada inicialmente pela Inglaterra; se espalhando pelo continente europeu. América do Norte e Ásia.

Todo esse contexto geográfico planetário engendrou a expansão do comércio internacional nos séculos XVI, XVII, XVIII gerando um extraordinário aumento de riqueza para a burguesia. Isso faz parte da acumulação primitiva de riquezas e territórios para a aristocracia e burguesia. A medida que as navegações marítimas provavam a redondeza da terra, a superfície oceânica serviu como o audacioso espaço de aventuras e tramas para conquistar o Novo Mundo gerando toda uma rede de colônias e companhias de navegação, como as famosas companhias da Índias Orientais e Ocidentais, período precursor das multinacionais; e da formação do Estados-nações modernos e da era dos imperialismos dos séculos XIX e XX. Muitas guerras e revoluções sociais se sucederam, e o mundo colonial se tornou um espaço de apropriação violenta e desenfreadas de territórios e recursos, transformados pela égide do trabalho escravo e posteriormente o trabalho assalariado. Contudo a precarização do trabalho permanece até os dias atuais. Diversas crises aconteceram no engendramento e desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala mundial/global.

Permitindo a acumulação de capitais financiadores do progresso técnico e a instalação das agroindústrias. Com isso gerou o enriquecimento e fortalecimento da burguesia europeia, que reinvestiu gerando as várias revoluções industriais expandindo o modo de ser burguês para todo o mundo, dominando todos os mercados tornando-se classe hegemônica. Em termos de estrutura socioeconômica, fez-se a separação definitiva entre o capital, representado pelos donos dos meios de produção, e o trabalho, representado pelos assalariados. Mas nos territórios coloniais engendrou uma grande massa de escravos e consequentes diversas revoluções pela libertação. Os territórios quilombolas no Brasil, por exemplo, é uma herança desse processo.

O advento do Estado-nação na modernidade e contemporaneidade, concomitantemente à fase atual do desenvolvimento do capitalismo (imperialismo e sua globalização), tem recolocado a questão nacional e a geografia do Estado, e as explicações do desenvolvimento geográfico desigual e combinado como problemas centrais do planejamento territorial e desenvolvimento social[12] (local-municipal-regional-nacional).

[12] Ver a contribuição de Sylvio Bandeira de Mello e Manoel Correia de Andrade, e inumeras produções das instituições ligadas ao planejamento do Esatdo, principalmente pós advendo da SUDENE

Nesse sentido o entendimento do espaço geográfico como um constructo/processo/produção pelo trabalho social acumulado, e como um postulado epistemológico fundamental cujo ponto de partida ontológico é o modo de ser e de se reproduzir socialmente (MARX, 1979: p. 6)[13] , ou seja o modo como o ser social se organiza e se reproduz; nos leva a desvendar o processo produtivo ligado ao modo de produção capitalista engenhado pela "célula econômica da sociedade burguesa" como " a forma mercadoria, que reveste o produto do trabalho, ou a forma valor assumida pela mercadoria" (idem, p. 4).

Portanto, a "imensa acumulação de mercadorias" conexa a "imensa acumulação de riquezas" (MARX, id. p. 41) é fruto da imensa acumulação permanente do trabalho como um processo social-econômico-cultural, seja como sobrevivência à margem do processo de globalização excludente, seja como parte da rede planetária de apropriação dos territórios, condicionante dos povos, nações, Estados, em quaisquer estruturas produtivas que de uma forma ou de outra tem conexão com o mercado. Essencial questão que só pode ser melhor compreendida considerando-se as correlações e a noção de "redutibilidade" (SANTOS, 1985, p. 17-8), e interconexão entre as categorias temáticas deste artigo. Cuja categoria "formação social", bem esclarece sobre os nexos entre o modo de produção e o modo de vida, regionalizado e/ou particularizado, para assim podermos elucidar o processo histórico gerador das diferentes configurações do espaço como território e, das desigualdades econômicas e sociais num determinado País, até mesmo num continente, ou num bloco econômico, como conjunto de vários Estados-nações.

Mas é no Estado nacional (Estado-nação) tomado como categoria e método, que poderemos compreender a lógica estrutural e dialética de Milton Santos, associando as outras categorias tal qual a de formação econômico-social, que ele como disse, modificou para formação espacial. Pois está associada ao espaço e ao território; a sua formação num determinado país; o qual tem um papel relevante para ser compreender o que é uma nação[14]. Assim, podemos observar sobre o movimento de transformação dessa sociedade, procurando estabelecer as leis do espaço e do território, e a lógica de reprodução do capital numa dada situação geográfica. Daí porque a noção de produção do espaço associada ao valor das vantagens da situação geográfica, está conexa a esta temática (SANTIAGO, 2005, 2013, 2014, 2016). Pois uma dada situação geográfica de certa forma está contida numa dada formação espacial. Além do que, para ser melhor compreendida essa formação, depende também de qual escala estamos a considerar a representação de uma dada situação geográfica: seja na escala individual/cidadão, local, municipal, estadual, regional, nacional, continental, mundial/global.

O neocolonialismo decorrente da submissão de grandes potencias territoriais como o Brasil e sua história nacional, e todo o efeito decorrente ligado a exploração do trabalho social e a precarização do modo de vida; ademais todas as problemáticas transformadas em múltiplas temáticas, tem inspirado o desenvolvimento disciplina Formação Territorial e Regionalização do Brasil no curso de geografia da UESB. A dimensão geopolítica e da segurança nacional em nexo ao controle geopolítico global, tem suscitado o aprofundado os nexos dessas categorias, as quais buscamos conceituar no nosso trabalho acadêmico e de produção do conhecimento das ciências humanas e ambientais.

Portanto, na base dessa fundamentação reside minha leitura, pesquisa e estudos da obra de Milton Santos tendo como provocação inicial a aplicação sobre a questão nacional e o paradigma ratzeliano no contexto da República Velha (tese de doutorado), quando paralelamente construí uma visão ampla do que compreendi como espaço geográfico e território, associado a categoria de formação social do território

[13] "Minha concepção do desenvolvimento da formação econômico-social como processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações, das quais ele continua sendo, ***socialmente criatura*** (grifo nosso), por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas" (MARX, 1979: p. 6). Prefácio à primeira edição, 1859. Nesse sentido, "a concepção de teoria e de categoria é ontológica"; considerando a ontologia "como teoria do ser"... "na obra de Aristóteles a discursão sobre a teoria do ser estava na parte: além da física, estava na Metafisica; a Ontologia é aquilo que a Filosofia Clássica chama de metafísica"; contudo ao considerar não dogmaticamente a interpretação da obra de Marx, reafirma que; "ontologia é a teoria do ser", já que "Lukács recuperou a palavra dizendo que em Marx temos a ontologia do ser social". Portanto, "Marx tem uma preocupação ontológica; que os enunciados se referem ao ser, ao modo de ser; na ontologia o ser social é: o estudo do modo de ser e reproduzir-se do ser social. Assim como disse Marx diferentemente de Kant; se preocupou em "conhecer algo preciso determinado"... "em Marx há uma epistemologia, uma teoria do ser, uma teoria do conhecimento", contudo nele "não é a epistemologia que subordina a ontologia, e sim o contrário" ... "mais-valia não é uma categoria intelectiva – [criada na cabeça] - ela é o modo de ser da realização do capital em face do trabalho" [...] enfim; na leitura do capital "não está ali o que Marx pensa sobre o capitalismo [...] o que está ali não são as ideias, as concepções que Marx têm sobre o capitalismo; está ali a exposição do movimento do capital; está ali a reprodução teórica do movimento do capital" (NETO, 2016).

[14] Milton Santos fala sobre a condição do negro no Brasil. Nesee sentido também nos fala sobre a questão da construção e necessidade de ser um cidadão integral no Brasil.
https://www.youtube.com/watch?v=bvEgzA6SACA&t=427s . Acesso 10/10/2021.

brasileiro como pano de fundo para alicerçar uma conceituação mais ampla sobre o "Espaço Geográfico e a Geografia do Estado" (SANTIAGO, 2013).

Sabemos que essas noções, também tidas como categorias e conceitos, começaram a ser difundidas na geografia brasileira no contexto de renovação do pensamento geográfico, que mais intensamente eclodiu nos anos 70 dos XX, mais propriamente na segunda metade dessa década. Momento em que várias vitórias contra o A.I. 5 se revestiram na produção de um pensamento que desmistificasse as relações sociais de produção, atreladas a uma determinada formação econômico e social, no caso a nordestina e brasileira.

Assim, obras como as de Milton Santos foram relevantes no engendramento de vários nexos entre outras categorias de análise associadas a formação social, por assim referenciar; correlacionando com a categoria de modo de produção e seus efeitos na vida cotidiana, ou seja, no modo de vida da população que está contida no recorte da temática objetivada, noção esta essencial para explicar as especificidades do local e na correlação maior com a ideia de totalidade viva e complexa. Na perspectiva nacional, do Estado-nação, e na escala continental, mundial e global.

Dessa forma, é nas exemplificações das paisagens do cotidiano cujo movimento social se reveste em metabolismo social, que possamos entender os processos de produção do espaço que reproduzem o status quo, dominante/hegemônico, ligados a reificação, fetichização, alienação, "pseudoconcreticidade" (KOSIK, 1976) ou à transformação da realidade pelas práxis sociais consequentes, como o intuito de gerar boas partes para todas as famílias. Isto é a luta social e de classes para gerar uma melhor qualidade de vida e de relações de trabalho.

Nesse sentido, na leitura inicial de QUAINI (1979, p. 7), onde cita Marx: considerando- se uma "formação econômica superior da sociedade, a propriedade privada do globo terrestre, por parte de alguns indivíduos, parecerá tão absurda como a propriedade privada de um homem, por parte de outro homem". As sociedades como um todo seja como nação em qualquer época "são somente seus possessores, seus usufrutuários e têm o dever de deixa-la melhorada como boni patres famílias. Às gerações sucessivas".

Ou seja, compreendemos o método como momento de apreensão do movimento dialético da sociedade e de todo o processo histórico e territorial da humanidade e de todos os povos. Assim, como Milton Santos nos ensinou de diversas formas na construção de seu pensamento geográfico de grande envergadura e prospectiva; "da totalidade ao lugar" (2005), "da crítica da geografia a uma geografia crítica" (1979), da "natureza da geografia" (1996) como uma visão mais ampla e prospectiva do espaço, território e territorialidade, e sobretudo como uma ideia mais genial que considero no capítulo 11 "por uma geografia das redes", do livro "a natureza do espaço" cujo significado e sentido tenho aplicado tais noções citadas, de forma mais ampla e profunda; enquanto construção e conceituação acerca do que seja totalidade, espaço e território e cidadania plena (SANTIAGO, 1993, 2004, 2005, 2013, 2014, 2016).

Assim, situo meu aporte teórico associado a construção de novas metodologias de ensino e produção do conhecimento, nos diversos momentos de minhas práxis como trabalhador e professor nos períodos referidos, mostrando nas diversas publicações citadas como produzi tais nexos, como parte de minha produção científica e acadêmica, e como tenho orientado os discentes e, dessas formas, como tenho apreendido e compreendido tais noções nas múltiplas interações na minha vida, no trabalho e na totalidade de minhas relações sociais.

REFERÊNCIAS

[1] ANDRADE, Manuel Correia de. A Questão do Território no Brasil. São Paulo. Ipespe/HUCITEC. 1995.

[2] CARDOSO, Edvagno J. B. Sociedade, natureza e espaço: a questão ambiental do rio São João na cidade de Caetité-BA. Dissertação (mestrado). Universidade estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de pós-Graduação em Geografia PPGEO. 2018.

[3] FIGUEIREDO, Dhione A. Desenvolvimento territorial e a atuação da COFASPI no território de identidade Piemonte da Diamantina-BA. Dissertação (mestrado). Universidade estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de pós-Graduação em Geografia PPGEO. 2020.

[4] GUERRA, Antônio T. e CUNHA, Sandra B. da. (Orgs.) Impactos Ambientais Urbanos no Brasil. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2001.

[5] KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1976.

[6] LA BLACHE, Vidal de. Princípios de geografia Humana. 2ª. Edição. Lisboa. Edições Cosmos. 1954. Publicado originalmente postumamente em 1921 em Paris.

[7] NETO, João Paulo. Introdução ao Método de Marx (segunda parte) – PPGPS/SER/UnB, 19/04/2016. https://www.youtube.com/watch?v=Dl3Yocu-1oI&t=0s. Acesso em 11/11/2021.

[8] NETO, João Paulo. "Ontologia, Metafísica e Epistemologia". In: Trecho entre 3 h 05 min e 00 s e 3 h 09 min e 38 s de Introdução ao Método de Marx - PPGPS/SER/UnB (segunda parte), abril de 2016. https://www.youtube.com/watch?v=C_2wneKw328&t=163s. Acesso em 11/12/2021.

[9] MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro primeiro o processo de produção de capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. [1979?]. v. 1.

[10] MORAES, Antônio C. R. Território e História do Brasil 2 ed. São Paulo. Annablume. 2005. QUAINI, Massimo. Marxismo e Geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

[11] SANTIAGO, João P. Fazer Geografia. Con(s)ciência: Revista Cultural, Técnica e Científica, Vitória da Conquista: UESB, n. 4, p. 113-121, 1993.

[12] SANTIAGO, João P. Vitória da Conquista e a questão urbana: cidadania, meio-ambiente e gestão. In: EBG – ENCONTRO BAIANO DE GEOGRAFIA, 7., 2004, Jacobina, Bahia. Anais... Jacobina, Bahia, 2004. CD-ROM.

[13] SANTIAGO, João P. A questão nacional na Geografia ratzeliana e sua assimilação no pensamento social na República Velha. 2005. 298 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – USP, São Paulo, 2005.

[14] SANTIAGO, João P. Espaço geográfico e Geografia do Estado em Friedrich Ratzel. Vitoria da conquista: Edições UESB, 2013.

[15] SANTIAGO, João P. A valorização estratégica do território na acepção ratzeliana. In. Anais do 1° Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: racionalidades e práticas em múltiplas escalas. (1° CONGEO). Silva, Augusto César Pinheiro da. (org.). Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014. Disponível em:<editoraletra1.com.br/anais- congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p159-170.pdf>. Acesso em Junho de 2019.

[16] SANTIAGO, João P. O Espaço Geográfico como Totalidade Viva e Complexa em Reclus. In : Terra Brasilis. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica. 2016 - https://terrabrasilis.revues.org/1877 (pdf).

[17] SANTIAGO, João P. Consciência do espaço: geografia, sociedade e educação. Revista Geopolítica Transfronteiriça. V. 1, nº 2, 2021, pp. 11-37, ISSN: 2527-2349. http://periodicos.uea.edu.br/index.php/revistageotransfronteirica/article/view/2206. Acesso 12 de Set. 2021.

[18] SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, n. 54, jun. 1977. Publicado inicialmente em Antipode, nº 1, vol. 9, jan./fev. 1977.

[19] SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia uma Geografia crítica. São Paulo: HUCITEC. 1978.

[20] SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel. 1985.

[21] SANTOS, Milton. Palestra realizada pela Faculdade de Serviço Social - UERJ na Capela Ecumênica

[22] – 1995. O vídeo original pertence a Videoteca do Centro de Tecnologia Educacional - Campos Maracanã. https://www.youtube.com/watch?v=A5-JOTyK-ds&t=4637s . Acesso em 14/10/2021

[23] SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo. HUCITEC. 1996. SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2005.

[24] SANTOS, Roberto S. "Radovan Richta e a Revolução Científico-Técnica: 50 anos de um clássico esquecido e necessário", Espaço e Economia [Online], 13 | 2018, posto em 14/11/2018; acesso em 12/11/2021.URL:http://journals.openedition.org/espacoeconomia/3722; DOI:https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.3722.

Capítulo 11

Governança das Águas na Região Metropolitana do Recife (RMR) – Pernambuco

Enildo Luiz Gouveia
Pedro Costa Guedes Vianna

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir preliminarmente a questão da Governança das Águas no âmbito dos espaços urbanos, particularmente no âmbito da Região Metropolitana do Recife – RMR, região esta formada por quatorze municípios e com uma população próxima dos quatro milhões de habitantes. A Governança das Águas no espaço metropolitano é dotada de complexidade dado o processo histórico de ocupação e também, as especificidades dos recursos hídricos, cuja demanda por abastecimento de água e o processo de degradação das áreas de proteção dos recursos hídricos, potencializa quadros de escassez e deterioração da qualidade destes recursos alertando para a emergência de um processo de Governança das Águas que seja participativo, consciente e eficiente.

Palavras-Chave: Governança das Águas; Espaço Metropolitano; Recursos Hídricos.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de Governança tem origem nas políticas propostas a partir do final da década de 1980 por órgãos e agências internacionais para os países periféricos como forma dos mesmos alcançarem patamares de adequação e eficiência nas políticas de orientação neoliberal. Gradativamente, com o avanço das políticas ambientais, a Governança passa a ter outro significado indicando a vontade e disposição política dos governos e o empoderamento dos espaços de participação. Nesse contexto, emerge também a necessidade do diálogo entre as instituições e governos.

Com relação aos recursos hídricos, um elemento fundamental no processo de Governança são os Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs. A atuação destes CBHs no território da bacia e especificamente na área urbana é imprescindível uma vez que a dinâmica de crescimento metropolitano não tem respeitado as áreas de proteção de mananciais, entre outras agressões, e algumas políticas adotadas tanto pelo governo do Estado quanto pelos municípios, não tem respeitado a legislação nem os organismos responsáveis pela gestão territorial, ambiental e hídrica da RMR.

2. ESPECIFICIDADE E PROBLEMÁTICA DAS ÁGUAS NA RMR

A Região Metropolitana do Recife – RMR compreende uma área de cerca de 2700 km^2 totalizando quatorze municípios (Figura 01) e uma população de aproximadamente quatro milhões de habitantes. A RMR situa-se na faixa litorânea na interface (ao sul e ao oeste) com a Região Zona da Mata. Há anos, sobretudo a capital Recife, enfrenta problemas com o abastecimento público e com a qualidade das suas águas. Quando consideramos apenas a metrópole do Recife, vemos que a cidade tem uma relação histórica e conflituosa com os corpos hídricos, dada a ocupação urbana que, dentre outras alterações, aterrou e canalizou parcial ou totalmente seus rios. São frequentes os bairros e comunidades com nomes alusivos aos recursos hídricos, a exemplo dos vários córregos (do Genipapo, da Guabiraba, do Maracanã) e de bairros como Afogados, Água Fria e Várzea, entre outros, além do próprio nome da cidade.

Figura 01 – A Região Metropolitana do Recife - RMR

Sobre a relação da cidade com suas águas, Carvalho (2011) escreveu:

> Na cidade, nos rios da cidade, natureza e sociedade são inseparáveis. Na cidade, nos rios da cidade, aspectos fisiográficos, ocupação do solo e qualidade das intervenções são inseparáveis para o entendimento da qualidade do sistema de drenagem urbana (...) na cidade, nos rios da cidade, o ser e suas representações também são inseparáveis e mutuamente integrados... (CARVALHO, 2011, p. 47).

Ou seja, o significado da água ou dos recursos hídricos para as pessoas, transcende a materialidade e, portanto, deveria haver uma maior preocupação por parte dos governos e também da sociedade.

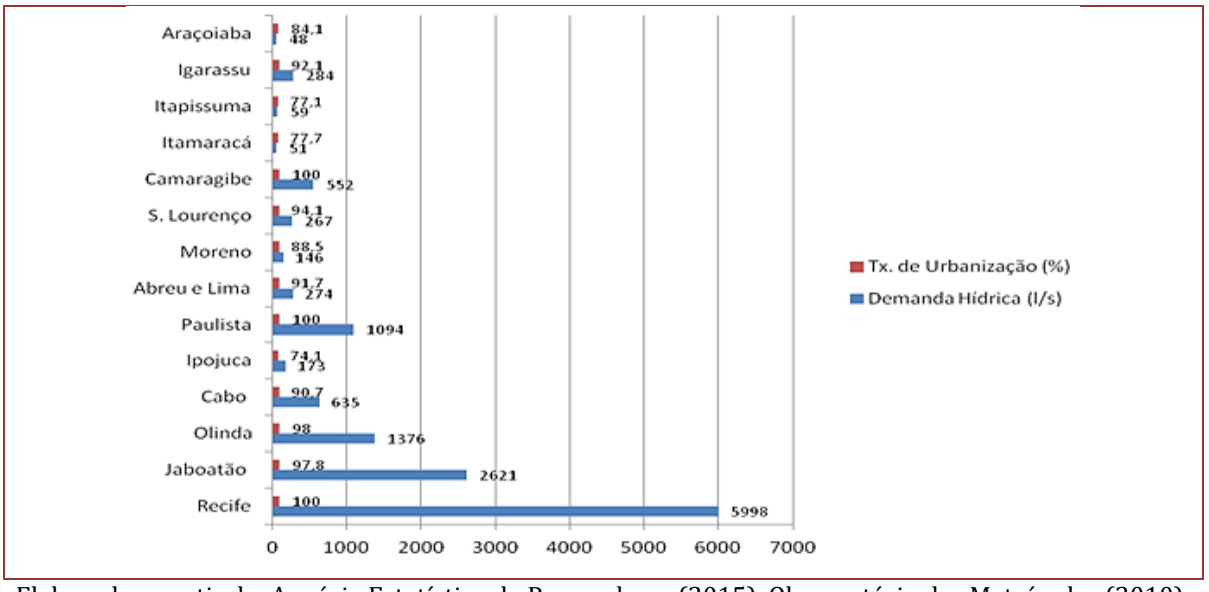
Na macrodivisão hidrográfica do Brasil, a RMR situa-se na Província Hidrográfica do Atlântico Oriental, onde parte dos seus rios tem nascentes no interior do Estado que tem a predominância climática da semi-aridez e do domínio geológico do cristalino. Assim, embora os rios apresentem um volume maior quando adentram a Zona da Mata e a RMR, especialmente em virtude da maior precipitação, a realidade dos recursos hídricos guarda uma preocupação direta com o interior do Estado, sobretudo quando obsevarmos o quadro ambiental e urbano de alguns municípios importantes, mas que não fazem parte da RMR, como no caso de Caruaru, que são populosos e urbanizados.

Com relação ao abastecimento público, a Geografia da cidade da RMR, principalmente as áreas de morros, associada a idade da infraestrutura de distribuição de água e a própria disponibilidade natural deste recurso, faz com que haja um grande número de pessoas sem acesso ou em sistema de rodízio no abastecimento, além das perfurações de poços tubulares sem autorização, provocando uma sobrecarga de exploração dos aquíferos.

Já a qualidade das águas sofre com a ausência de saneamento básico, com lançamentos de efluentes, aterramento total ou parcial de rios e riachos em função da expansão urbana e da especulação imobiliária que tem cada vez mais, avançado para áreas de proteção de mananciais.

Dados do Observatório das Metrópoles com base nos Censos de 2000 e 2010 apontam que a RMR possui uma taxa de urbanização de 97,3%. Sendo que os municípios de Recife, Camaragibe e Paulista possuem 100% de sua população na zona urbana. Apenas os municípios de Ipojuca, Itapissuma e Itamaracá possuíam taxas menores que 80% de população urbana. O avanço da urbanização provoca ainda o aumento da demanda por água (Figura 02) visto que está associada ao maior adensamento populacional.

Figura 02 - Demanda Hídrica Urbana (Litros por segundo) e Taxa de Urbanização (%) Na RMR



Elaborado a partir de: Anuário Estatístico de Pernambuco (2015), Observatório das Metrópoles (2010).

Assim, a realidade apresentada na RMR demanda, dentre outras coisas, de um processo de articulação e intervenção institucional, política e jurídica para a solução destes problemas. A esse processo denominamos Governança das Águas.

A Governança das Águas pode ser definida como o conjunto de "sistemas políticos, sociais, econômicos e administrativos disponíveis para aproveitar e gerenciar os recursos hídricos, e distribuir os serviços hídricos nos distintos níveis da sociedade" (GWP, 2002, p. 02).

Há ainda a necessidade de distinção entre Governança e Gestão. Assim,

> A Governança das Águas supera a Gestão dos Recursos Hídricos, no sentido de que, enquanto a Gestão se encontra delimitada no ambiente da Bacia Hidrográfica, a Governança das Águas amplia a abordagem considerando aspectos que estão além da própria Bacia Hidrográfica. (GOUVEIA, 2017, p. 191).

A reflexão e análise aqui expostas sobre a Governança das Águas na RMR leva em consideração a constituição, funcionamento e atuação dos CBHs – Comitês de Bacia Hidrográficas, elementos fundamentais não só do processo de Gestão dos Recursos Hídricos, mas, também, da Governança das Águas.

2.1 A POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

O Estado de Pernambuco estabeleceu sua Política e Sistema Estadual de Recursos Hídricos em 1997 pela Lei 11426 e esta foi aprimorada posteriormente pela Lei 12984 de 2005. Ela tem por objetivos:

- assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade dos recursos hídricos;
- assegurar que a água seja protegida, utilizada e conservada em padrões de quantidade e qualidade, por seus usuários atuais e futuros, em todo território do Estado de Pernambuco, garantindo as condições para o desenvolvimento econômico e social, como melhoria da qualidade de vida e equilíbrio com o meio ambiente.

Em 1998 o governo do Estado lançou o Plano Estadual de Recursos Hídricos –PERH que configurou-se como um estudo detalhado da realidade hídrica do Estado e importante instrumento de apoio e tomada de decisões. O PERH dividiu o Estado em 29 UPs – Unidades de Planejamento Hídrico englobando suas respectivas bacias hidrográficas.

Das UPs do Estado (Figura 02), cinco estão total ou parcialmente localizados na RMR. São elas: UP 14 (Bacia dos pequenos rios litorâneos – GL 1), UP 2 (baixo curso da bacia do Capibaribe), UP 03 (baixo curso da bacia do Ipojuca), UP 15 (Bacia dos pequenos rios litorâneos – GL 2) e UP 16 (Bacia dos pequenos rios litorâneos – GL 3). Estas UPs compreendem assim, quase a totalidade dos cursos hídricos da RMR e sendo assim, são o palco dos maiores problemas hídricos urbanos. Vale destacar que as bacias do Capibaribe e do Ipojuca tem nascentes no interior do Estado cujo quadro climático e geológico não favorecem a ocorrência de água. Os problemas registrados nestas duas bacias ao longo dos seus rios principais são potencializados na RMR em função do aumento das taxas de urbanização e da demanda por água.

Figura 02 - Unidades de Planejamento Hídrico de Pernambuco

Fonte: SRH/PE, 2010

O principal órgão de apoio a gestão dos recursos hídricos no Estado é a APAC – Agência Estadual de Recursos hídricos. Ela é o principal órgão responsável pela implantação dos instrumentos da política estadual de recursos hídricos e pra isto, busca articulação com outros órgãos estaduais além da Agência Nacional de Águas – ANA.

O Estado de Pernambuco iniciou em 2019 a atualização do seu Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH com apoio do Banco Mundial. Esta atualização visa superar algumas dificuldades do plano além de propor novas ações em virtude das mudanças ocorridas deste a implantação do PERH em 1998. Uma das alterações propostas refere-se justamente ao ordenamento dos recursos hídricos na RMR onde se propõe a criação de uma Unidade de Planejamento – UP especial sem, contudo, desconsiderar os limites de atuação dos CBHs já constituídos na área.

2.2 GOVERNANÇA DAS ÁGUAS E COMITÊS METROPOLITANOS DE BACIA HIDROGRÁFICA

A Governança remete a "eficiência do Estado na execução da política pública" (FIGUEIREDO, 2016, p. 4), mas esta eficiência pressupõe a participação da sociedade na discussão, definição das políticas e na fiscalização das ações do governo. No caso da Governança das Águas o processo de participação tem como protagonista principal os CBHs que fazem parte da Gestão dos Recursos Hídricos.

A criação e atuação dos CBHs está prevista pela Lei Federal 9433/1997, conhecida como Lei das Águas, eles se constituem no espaço mais adequado para resolução de possíveis conflitos pelo uso da água, bem como, para estabelecer estratégias de melhor gerir este recurso. Os CBHs são compostos de três de segmentos (Usuários, Poder Público e Sociedade Civil) que precisam estabelecer um pacto frente aos desafios dos recursos hídricos, bem como, estar ciente das políticas que estejam sendo adotadas e que podem, direta ou indiretamente, interferir nos recursos hídricos da bacia e do seu entorno. Daí a necessidade de se ter um diálogo permanente entre estes espaços e as entidades que planejam e executam as políticas no âmbito metropolitano. Assim, no processo de Governança Metropolitana das Águas faz-se necessário respeitar algumas especificidades dado que, no meio urbano encontramos a otimização dos impactos e problemas relacionados aos recursos hídricos como a poluição, falta de saneamento e deficiências no abastecimento.

O Estado de Pernambuco dispõe atualmente de oito CBHs constituídos dos quais quatro tem "jurisprudência" na RMR: GL 1 (Metropolitano Norte), GL 2 (Metropolitano Sul), Capibaribe e Ipojuca. Além disso, existe um Conselho de Desenvolvimento Metropolitano denominado CONDERM, ligado a Agência Estadual de Planejamento, que deveria facilitar o processo de articulação intrametropolitano, mas que, segundo Diniz & Rocha (2015) não tem um funcionamento regular e tão pouco possui espaço efetivamente participativos que incorpore o máximo possível dos desafios metropolitanos, incluindo a Governança das Águas.

Os CBHs tem problemas diversos de funcionamento como constatado no estudo de caso que fizemos nos CBHs Metropolitano Sul (GL 1) e Ipojuca durante os anos de 2013 - 2016. Estes problemas são de ordem: participativa (principalmente dos representantes dos municípios da Bacia e da Sociedade Civil), financeira (ausência de autonomia e/ou de um fundo específico para apoiá-los), estrutural e principalmente, de reconhecimento por parte dos governos de sua importância.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No meio urbano e, sobretudo no meio metropolitano, a complexidade envolvendo os recursos hídricos ultrapassa os debates centrados apenas na quantidade e qualidade das águas e adentra o campo da Governança das Águas incorporando neste processo, questões que vão além dos próprios recursos hídricos e da Gestão destes, ou seja, para a existência da Governança das Águas, mobilizam-se aspectos políticos, administrativos, culturais, jurídicos, ambientais e de participação social.

Na RMR encontramos a confluência de diversos aspectos que dificultam a Governança das Águas. Estes aspectos vão desde a pouca importância dada aos espaços participativos e ao próprio desconhecimento de parte significativa da população sobre a realidade dos recursos hídricos e dos espaços de participação e de Governança das Águas.

REFERÊNCIAS

[1] ANA - Agência Nacional de Águas. Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil: Brasília: ANA, 2013.

[2] OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Região Metropolitana do Recife no contexto de Pernambuco no Censo de 2010. Disponível em <ww.observatoriodasmetropoles.net/download/Texto_BOLETIM_RECIFE_FINAL.pdf>.

[3] CARVALHO, Luiz Eugênio Pereira. Os descaminhos das águas na metrópole: a socionatureza dos rios urbanos. Tese (doutorado em Geografia). Recife: UFPE, 2011.

[4] CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. Anuário Estatístico de Pernambuco 2015. Disponível em: <www.anuario.pe.gov.br/demografia/populacao>. Acesso em 29/05/2017 às 14:00 horas.

[5] DINIZ, Fabiano Rocha Diniz; ROCHA, Danielle de Melo. A Região Metropolitana do Recife e o "interesse incomum": Dimensões da governança de uma metrópole institucionalmente fragmentada. *In*: SOUZA, Maria Ângela de Almeida; BITOUN, Jan (Orgs.); RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Coord.). Recife: Transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

[6] FIGUEIREDO, Laís Lopes. Conflitos ou (des) conflitos ambientais? Reflexões sobre a ideologia e governança das águas. *In*: Anais do XVIII Congresso Nacional de Geógrafos. São Luís – MA: AGB, 2016.

[7] GLOBAL WATER PARTNERSHIP - GWP. Dialogue on Effective Water Governance: learning from the dialogues. GWP. Stockholm, Sweden, 2002. Disponível em: www.waterinfo.gr/pages/GWPfolderGovernance.pdf.

[8] GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape: Por entre Território, Crescimento e Poder Local. Tese (Doutorado em Geografia), João Pessoa - PB: PPGG/UFPB, 2017.

[9] GRANJA, Sandra Inês Baraglio; WARNER, Jeroen. A hidropolítica e o federalismo: possibilidades de construção da subsidiariedade na gestão das águas no Brasil. Revista RAP, Rio de Janeiro: Nov./Dez. 2006.

[10] JUNIOR, Orlando Alves dos Santos; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio de (orgs). Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

[11] SRH – Secretaria Estadual de Recursos Hídricos. Plano Hidroambiental da Bacia do Rio Ipojuca. Tomo I – Volume 2. Recife: Projetos Técnicos, 2010.

Capítulo 12

As escalas do fenômeno climático a partir das categorias de análise da ciência geográfica

Taíza de Pinho Barroso Lucas
Adriano Valério Resende

Resumo: O objetivo do trabalho é apresentar uma sistematização das ordens de grandeza têmporo-espacial dos fenômenos atmosféricos a partir das categorias taxonômicas de Monteiro (1976) e os níveis de organização de Ribeiro (1993), balizada a partir de considerações sobre escala de análise atmosférica de Holton (1979). A sistematização foi elaborada a partir de uma pesquisa bibliográfica e epistemológica das principais hierarquizações do fenômeno climático, considerando os instrumentos de análise de dados atmosféricos e a abordagem sobre escala na ciência meteorológica. Na proposta apresentada busca-se colaborar com uma organização dos fenômenos climáticos, de uma forma simplificada, e, portanto, mais aplicável a diversos estudos da climatologia geográfica.

Palavras-chave: escala de análise, fenômeno climático, hierarquização dos sistemas atmosféricos.

1. INTRODUÇÃO

Para a compreensão dos sistemas atmosféricos que modificam as condições de tempo e os tipos climáticos de um determinado local, a partir da sua sucessão habitual, ao longo de um período significativo, se faz necessário uma análise escalar. A partir desta categoria de análise geográfica é possível compreender a dimensão do fato climático, sua interação e repercussão global-local. Pois, ela é a categoria que permite entender os processos atmosféricos que possuem variadas ordens de grandeza e se configuram a partir de uma complexidade de fatores em tipos de tempo característicos de um clima próprio de um determinado lugar.

Segundo Monteiro (2000), a essência do fato geográfico está no "[...] jogo relacional de complexas combinações entre as diferentes 'esferas' componentes do globo terrestre" (MONTEIRO, 2000, p. 13). Essa essência se dá a partir das complexas interações que se concretizam em unidades estruturadas, a partir de uma hierarquização do espaço geográfico.

A organização espacial é um dos fundamentos da ciência geográfica, que não se resume ao estudo dos lugares, mas considera as características areal, territorial e materializam-se em panoramas paisagísticos que reúnem elementos e variáveis geográficas, dada em uma escala de grandeza. Segundo Christofoletti (1999), na análise geográfica é necessário compreender que as unidades funcionais dos lugares se encontram em conexão funcional com outros:

> a unidade estruturada e funcional com outros lugares forma a região, que constitui outra grandeza escalar da organização (espacial) regional. Esse aninhamento escalar possui várias outras grandezas até atingir [...] a organização espacial global (CHRISTOFOLETTI, 1999, p. 41).

"Os estudos dos fenômenos relacionados com o comportamento da atmosfera são orientados no sentido da compreensão de sua extensão (espaço) e duração (tempo)" (RIBEIRO, 1993, p. 288). Segundo o autor, o clima é regido por um conjunto integrado de fenômenos que se fundem no tempo e no espaço, revelando uma unidade ou tipo possíveis de serem medidos em seu tamanho (extensão) e em seu ritmo (duração). A cada nível escalar deve-se ter um critério de abordagem, no sentido de preservar a coerência entre a extensão e duração do fenômeno climático, com o uso de técnicas analíticas, passando pelo tratamento estatístico-matemático, até sua representação gráfica e cartográfica.

1.1. OBJETIVO

O objetivo desse trabalho é apresentar uma sistematização das ordens de grandeza têmporo-espacial dos fenômenos atmosféricos a partir das diferentes escalas de análise do fenômeno climático, dadas pelas categorias taxonômicas de Monteiro (1976) e os níveis de organização de Ribeiro (1993), balizada a partir de considerações sobre a escala de análise do fenômeno atmosférico de Holton (1979), relacionando também aos princípios meteorológicos de análise espacial do fenômeno atmosférico.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Segundo Jardim (2007), a escala adequada (nível de análise) proporciona um ponto de vista privilegiado do objeto de estudo, o que permite melhor compreensão dos problemas climáticos urbanos, que exige um desdobramento multiescalar. O autor ressaltou que não significa que os fenômenos espacializados tenham limites precisos, de grandezas diferenciadas. O fato climático está presente em todos os níveis escalares, o que não se confunde com a escala cartográfica. Na ciência geográfica, a escala tem uma conotação além de uma medida de representação.

Castro (2000) evidenciou que a escala é um parâmetro, não só dimensional, mas principalmente fenomenal. O que, para Lacoste (1997), corresponde à noção de ordem de grandeza, isto é, "[...] conjuntos espaciais que é preciso levar em consideração para perceber a diversidade de combinações de fenômenos à superfície do globo" (LACOSTE, 1997, p. 89). O autor salientou que o raciocínio geográfico é identificar os níveis de análise de um fenômeno espacial, a partir das suas ordens de grandeza, e o exame sistemático das interações entre os diversos fenômenos espaciais na mesma ordem de grandeza.

Para Castro (2000), Lacoste (1997) ressaltou que a escala é um dos pontos epistemológicos da geografia, mas não ultrapassou a ideia de dimensão espacial e proporção entre realidade e representação. Para a

autora, suas principais divergências estão no entendimento da organização do espaço geográfico. Ao se analisar em diferentes escalas, mudam-se os conteúdos e os sentidos próprios dos fenômenos. Nos estudos dos fenômenos climáticos é necessário considerar o raciocínio geográfico de Lacoste (1997), pois um fenômeno só é possível de ser compreendido no âmago das inter-relações entre as escalas e as diferentes ordens de grandeza. O que Monteiro (2011) salientou sobre a propriedade hierárquica do fato climático, ou seja, sobre o escalonamento das unidades entre si.

Monteiro (1976) propôs um quadro com as categorias da organização geográfica do clima e suas articulações com o clima urbano, baseado na escala taxonômica de Tricart e Cailleux (1956). O autor destacou que o problema de taxonomia em Geografia Física era uma dificuldade a ser enfrentada conjuntamente entre a Climatologia e a Geomorfologia, por isso estabeleceu um paralelo com as escalas têmporo-espaciais geomorfológicas de A. Cailleux e J. Tricart.

A noção de escala é intrínseca ao estudo das paisagens. Bertrand (1972) propôs, a partir das escalas têmporo-espaciais geomorfológicas de A. Cailleux e J. Tricart, um sistema de escalas de análise da paisagem geográfica, que "[...] comporta seis níveis têmporo-espaciais; de uma parte, a zona, o domínio e a região; de outra parte, o geossistema, o geofácies e o geótopo" (BERTRAND, 1972, p.14). Monteiro (1976) ressaltou que ao preparar o quadro das categorias taxonômicas da organização geográfica do clima, utilizando-se das escalas de análise da paisagem de Bertrand (1972), não encontrou dificuldades em aplicá-las nos níveis superiores, pois "não há dúvida sobre o conceito zonal e regional" (MONTEIRO, 1976, p. 108). Nessa organização predominam as trocas de energia e massa entre as esferas do globo, que se configuram zonalmente, devido à distribuição latitudinal da radiação solar ao longo do Planeta Terra.

Ainda pertencente à porção superior, situa-se a faixa dos domínios, em que se encontram os grandes conjuntos estruturais do relevo e suas interações com as células de circulação global da atmosfera. Para Ab'Sáber (2003), a escala dos domínios corresponde a um conjunto espacial de certa ordem de grandeza (de centenas a milhares de quilômetros) em que haja um esquema coerente de feições de relevo, tipos de solos, formas de vegetação e condições climático-hidrológicas. Nessa escala, a contribuição climático-hidrológica refere-se, por exemplo, à interação entre a Cordilheira dos Andes e a Circulação de Hadley sobre a América do Sul (ventos alísios), que configuram o Jato de Baixos Níveis (JBN), sistema responsável pela entrada de umidade nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste, o que contribui para a formação das Zonas de Convergências e a gênese das chuvas no período de verão nestas regiões.

A região natural é uma classificação voltada para a caracterização das unidades geomorfológicas, que se particularizam dentro da faixa de domínios, devido a fatores geológicos, climáticos, edáficos e/ou biogeográficos e que, da interação entre eles, ou de alguns deles, diferenciam-se em regiões naturais específicas. Para Ab'Sáber (2003), a região corresponde à escala paisagística observável pelo homem, por exemplo, sua descrição sobre a diversificação do cerrado dentro do seu domínio que, segundo ele,

> [...] apresenta cerrados e cerradões predominantemente nos interflúvios e vertentes suaves dos diferentes tipos de planaltos regionais. Faixas de campos limpos ou campestres sublinham as áreas de cristas quartzíticas e xistos aplainados [...] as florestas-galerias permanecem amarradas rigidamente ao fundo aluvial dos vales de porte médio a grande. As florestas-galerias às vezes ocupam apenas os diques marginais dos centros das planícies de inundação, em forma de corredor continuo de mata; outras vezes, quando o fundo aluvial é mais homogêneo e alongado, ocupam toda a calha aluvial, [...] corredores florestais (AB'SÁBER, 2003, p.118).

Monteiro (1999) ressaltou que a escala zonal se caracteriza pela fundamentação físico-meteorológica que permite compreender os fenômenos de desempenho básico da atmosfera, enquanto, na escala regional, têm-se os fatores geográficos como "[...] causais das interações que produzem padrões de organização natural a serviço da adaptação ou derivação humana" (MONTEIRO, 1999, p. 25).

Segundo o autor, é no nível regional que se percebem as correlações complexas e suas variabilidades, em que os tipos de tempo oscilam, produzem desvios e "[...] admitem acidentes, que não podem ser considerados excepcionais" (MONTEIRO, 1991, p.19). Dentro dessas complexas relações entre os sistemas produtores de tempo e as interações com a superfície, que caracteriza a escala regional, surge uma nova gama de "[...] diversificações secundárias ou intermediárias [...] até atingir os climas locais. Estes seriam graus de organização especializados, pelas íntimas interações ecológicas no interior do sistema climático" (MONTEIRO, 1991, p. 45).

Sobre as unidades inferiores, Bertrand (1972) ressaltou que

> [...] após numerosos ensaios, forjaram-se 3 entidades novas: o geosistema, o geofácies e o geótopo. Estes termos têm a vantagem de não terem sido utilizados, de serem construídos em um modelo idêntico e de evocar cada um o traço característico da unidade correspondente. Na verdade, geo "sistema" acentua o complexo geográfico e a dinâmica de conjunto; geo "facies" insiste no aspecto fisionômico e geo "topo" situa essa unidade no último nível da escala espacial (BERTRAND, 1972, p.14).

Monteiro (1980) exemplificou o entendimento de geossistema a partir das relações entre clima e sociedade, considerando que o comportamento atmosférico, "[...] integrado às demais esferas e processos naturais 'organiza' espaços climáticos a partir das escalas superiores em direção às inferiores" (MONTEIRO, 2011, p. 53). Já a ação antrópica consiste em "derivar ou alternar essa organização" (MONTEIRO, 2011, p. 53), o faz no sentido contrário, a partir das escalas inferiores.

Ribeiro (1993) propôs uma taxonomia e hierarquização da escala climática, a partir dos seguintes critérios: 1) as escalas superiores estão mais próximas do nível planetário e as escalas inferiores mais próximas dos indivíduos da superfície terrestre; 2) os processos físicos nas escalas superiores alteram sucessivamente o comportamento atmosférico nas escalas inferiores; 3) as interações entre fatores físicos e superfície nas escalas inferiores têm limitada interferência nas escalas superiores; 4) quanto mais extenso o resultado de uma determinada combinação, maior o tempo de sua duração; 5) os resultados de uma determinada combinação são volumétricos, portanto resultam num atributo tridimensional.

Esse autor apresentou três níveis de análise que considera ser a primeira aproximação entre os fluxos de matéria e energia para uma proposta taxonômica. O nível macroclimático, que se refere à interação entre a radiação solar, à curvatura da Terra e aos seus movimentos atmosféricos de larga-escala. O nível mesoclimático, que tem a ver com a interação entre a energia disponível, para a evaporação e geração dos campos de pressão e as feições do meio terrestre. Segundo Ayoade (1986), a mesoclimatologia está preocupada com estudos de escala geográfica pequena, entre 10 e 100 km, como clima urbano e sistemas de grande instabilidade atmosférica, como tornados e temporais. E o nível microclimático que diz respeito a sistemas ambientais particulares, como áreas menores que 100 m de extensão.

No campo da meteorologia, a escala de análise é expressa como uma variável de comprimento (L) nas equações de movimento. Segundo Holton (1979), flutuações de pressão de magnitudes semelhantes ocorrem em diferentes sistemas de movimento de escalas diversas, como tornados, linhas de instabilidades e furacões. Assim, um gradiente de pressão horizontal pode variar ao longo de várias ordens de grandeza para os sistemas de interesse meteorológico, ou seja, depende da extensão horizontal do gradiente de pressão. O autor propôs uma classificação dos tipos de fenômenos atmosféricos a partir da dimensão horizontal, já que a natureza de movimentos atmosféricos depende tão fortemente da desta dimensão do fenômeno, desde uma pequena circulação molecular de dimensão L de 10^{-7} metros, à circulação de ondas planetárias de larga-escala de 10^{7} metros.

3. METODOLOGIA

A categorização dos fenômenos atmosféricos através das escalas de análise geográfica é necessária para facilitar o entendimento dos fenômenos e suas interações com o espaço geográfico. Assis (2010) ressaltou que essas escalas têm como funcionalidade facilitar a compreensão e mapeamento dos processos que ocorrem entre a superfície e a atmosfera. Portanto, ao delimitar o fenômeno atmosférico enquanto um fato espacial é necessário categorizá-lo de acordo com algum critério de classificação ou organização.

Através de pesquisa bibliográfica e analise epistemológica das classificações do fato climático, compararam-se as bases teóricas das propostas de classificação do fenômeno climático proposto por Monteiro (1976) e Ribeiro (1993), e ainda se estabeleceu um paralelo com a análise espacial do fenômeno atmosférico pela ciência meteorológica, encontrada na obra de Holton (1979).

4. RESULTADOS

A partir das categorias taxonômicas de Monteiro (1976) e os níveis de organização de Ribeiro (1993), apresenta-se a Figura 1, que apresenta uma organização sistematizada (e simplificada em relação a elaboração de Monteiro, 1976), considerando as semelhanças entre as duas e as considerações sobre a

escala de análise de Holton (1979), como balizadores da dimensão espacial do fenômeno atmosférico. Considera-se no mesmo, como instrumentos de análise do fenômeno climatológicos, aqueles comumente utilizados nas investigações científicas da ciência geográfica.

Na sistematização de categorização do fenômeno climático apresentado na Figura 1, verifica-se que à medida que diminui a escala geográfica, desdobra-se o número de variáveis que interferem na dinâmica do sistema. A definição do tamanho físico de uma determinada escala no espaço geográfico depende da natureza do fenômeno. É muito variável a extensão horizontal do fenômeno atmosférico, uma vez que a inserção individualizada ou combinada de fatores fisiográficos com os sistemas atmosféricos não têm um tamanho padrão ou predeterminado. Portanto, apesar da utilização da escala cartográfica como parâmetro para definição dos métodos de análise de um fenômeno atmosférico, é a natureza das interações entre as trocas de energia e massa com suas mais diferenciadas repercussões espaciais que definirá a ordem de grandeza deste fenômeno.

Segundo Mendonça e Danni-Oliveira (2007), para facilitar o desenvolvimento de estudos dessa natureza, a delimitação da área (tridimensional) constitui o primeiro passo para o trabalho em climatologia geográfica. As escalas espaciais e temporais são contínuas e contidas umas às outras. Portanto, uma das maiores dificuldades das análises climáticas é situar, concretamente, a realidade em estudo, com relação aos tipos de dados e fontes necessárias em função dos resultados que se pretende alcançar.

Segundo Monteiro (1991), é necessário estar atento ao fato de que o clima de um determinado lugar, em qualquer das suas ordens escalares superiores ou inferiores, é uma derivação dos fluxos de energia que percorrem a atmosfera nos sentidos vertical e horizontal. No primeiro devem-se considerar quatro fatores relacionados à radiação solar, à eficiência da energia solar, em função da intensidade da radiação, o grau de transmissibilidade, o albedo das superfícies e o efeito estufa, como síntese do desempenho da atmosfera no balanço geral do sistema terra-atmosfera.

Figura 1 - Ordens de grandeza têmporo-espacial para fenômenos atmosféricos

Ordem de Grandeza	Escala Horizontal	Escala Vertical	Escala Cartográfica	Escala Temporal	Fonte de dados	Natureza atmosférica
Clima Zonal	Maior de 1.000 Km	>10 Km	1:100.000.000.000 a 1:100.000.000	1 semana a 6 meses	Imagens de Satélite, Cartas Sinóticas e Mapas de campos atmosféricos	Circulação geral da atmosfera
Clima Regional	100 a 2500 Km	<10 Km	1:250.000.000 1:1.000.000 a	1 a 30 dias	Cartas Sinóticas, Imagens de Satélite e Radar Meteorológico	Centros de pressão e sistemas atmosféricos associados
Clima Local ou Mesoclima	1 a 150 Km	< 3 Km	1:15.000.000 a 1: 100.000	< 24 horas	Normais Climatológicas, Estações Meteorológicas e Radar Meteorológico	Circulação de Brisa e/ou Vale-Montanha. Rajadas de ventos.
Topoclima	0,5 a 5 Km	< 1 Km	1:100.000 a 1:5000	< 24 horas	Estações termo-pluviométricas móveis	Pequenas diferenças espaciais no balanço de energia, em função da rugosidade da superfície. Pequenos redemoinhos.
Microclima	Até 100 m	< 100 m	1:2000	< 24 horas	Aparelhos de alta precisão.	Trocas gasosas e energéticas entre tipos de superfícies particularizadas

Fonte: Lucas (2015)

Vianello e Alves (1991) ressaltaram que uma quantidade específica de radiação solar gera uma enorme variedade de processos físicos, muitos dos quais ainda pouco conhecidos individualmente, o que dificulta o entendimento dessas interações, considerando os mecanismos de retroalimentação. "A principal dificuldade é que muitos desses mecanismos de retroalimentação exercem influência na mesma ordem de grandeza" (VIANELLO e ALVES, 1991, p. 381). A partir dessa caracterização vertical, "[...] definem-se na superfície terrestre os centros de ação, massas de ar, ou seja, todo o complexo conjunto de sistemas de circulação horizontal" (MONTEIRO, 1991, p. 46).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao depara-se com os estudos climáticos torna-se necessário classificá-lo de acordo com as categorias de espacialização do fenômeno atmosférico, o que requer algum parâmetro geográfico e conhecimento de seus fundamentos epistemológicos. A proposta de sistematização apresentada por esse trabalho buscou-se colaborar com uma organização dos fenômenos climáticos, de uma forma simplificada, e, portanto, mais aplicável a diversos estudos da climatologia geográfica.

Entretanto, ao se utilizar de uma sistematização organizacional do fenômeno climático é necessário ter clareza que qualquer categorização destes fenômenos, através das escalas de análise geográfica, é necessária para facilitar o seu entendimento e suas interações com o espaço geográfico, mas não se configura uma classificação para que não feche em si, mas permita compreender o fenômeno como contido em todas as ordens de grandeza. Assis (2010) ressaltou que essas escalas têm como funcionalidade facilitar a compreensão e mapeamento dos processos que ocorrem entre a superfície e a atmosfera. Contudo, independentemente do suporte teórico-metodológico empregado na utilização e definição dessas terminologias, todas são arbitrárias e artificiais, pois os fenômenos atmosféricos são contínuos e indivisíveis.

REFERÊNCIAS

[1] AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2003.

[2] ASSIS, W. L. de. O sistema clima urbano do município de Belo Horizonte na perspectiva têmporo-espacial. 2010. 295f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

[3] AYOADE, J. Introdução a Climatologia para os trópicos. São Paulo: DIFEL, 1986.

[4] BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. Caderno de Ciências da Terra, São Paulo, v. 13. p.1 – 27, 1972.

[5] CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO. I. E. (Org). Geografia: conceitos e temas. 2° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

[6] CHRISTOFOLETTI, A. Modelagem de sistemas ambientais. São Paulo: Edgard Blucher, 1999.

[7] HOLTON, R. J. An introduction to dynamic meteorology. New York: Academic Press, 1979.

[8] JARDIM, C. H. Proposta de síntese climática a partir do comportamento térmico e higrométrico do ar em áreas urbanas. 357f. Tese (Doutorado em Geografia e Análise Ambiental e Dinâmica Territorial) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

[9] LACOSTE, Y. A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 4. ed. Campinas: Papirus, 1997.

[10] LUCAS, T. P. B. Gêneses e espacialidades das precipitações nas estações chuvosas de 2010/2011 e 2011/2012 em Belo Horizonte, Minas Gerais, e suas correlações com os impactos hidrológicos. 331f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

[11] MENDONÇA, F.; OLIVEIRA, D. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

[12] MONTEIRO, C. A. F. Clima e excepcionalismo: conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

[13] MONTEIRO, C. A. F. Geossistemas: a história de uma procura. São Paulo: Contexto, 2000.

[14] MONTEIRO, C. A. F. O estudo geográfico do clima. Cadernos Geográficos, Florianópolis, n.1, 1999.

[15] MONTEIRO, C. A. F. Teoria e clima urbano. São Paulo: IG06-USP, 1976 (Série de Teses e Monografias n. 25).

[16] MONTEIRO, C. A. F. Teoria e Clima Urbano: um projeto e seus caminhos. In: MONTEIRO, C. A. F.; MENDONÇA, F. (Org). Clima urbano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 9 – 67.

[17] MONTEIRO, C. A. F. Environmental problems in São Paulo metropolitan area: the role of urban climate with special focus on flooding In: Symposium of the UGI Commission on environmental Problems, 1980. Tokyo. [Proceedings os Symposium of the UGI Commission on environmental problems]. Tokyo: IGU, 1980. p. 17-38.

[18] RIBEIRO, A. G. As escalas do clima. Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro, v. 23, n. 45-46, p.288-294, 1993.

[19] TRICART, J. CAILLEUX, A. Le problème de la classification des faits gèomorphologiques. Annales de Gèographie, LXV: 162-186p. 1956.

[20] VIANELLO, R. L.; ALVES, A. R. Meteorologia básica e aplicações. Viçosa: UFV, 1991.

Capítulo 13

Participação social e suas concepções de justiça e injustiça

David Melo van den Brule

Resumo: Este artigo busca apresentar e analisar as concepções de justiça e de injustiça em documentos oficiais, bem como na perspectiva de pessoas que participaram e de pessoas que não participaram diretamente das gestões municipais em Juazeiro do Norte-CE. Partiu-se da premissa de que os conteúdos da justiça devem ser preenchidos através da avaliação razoável das características, peculiaridades, necessidades e propósitos de cada lugar, equalizar isso é uma grande tarefa das políticas públicas. Como recorte analítico da pesquisa, considerou-se a compreensão de pessoas que participaram da elaboração do primeiro e único Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (no período de 1997 a 2000), daquelas que participaram da tentativa de revisão (nos anos de 2009 a 2012), e, finalmente, chegando à atualidade (2016-2019), onde buscou-se considerar a visão de lideranças de associações. Como resultado intelectual e analítico chegou-se a concepção da justiça socioespacial em uma perspectiva multidimensional, a ser inserida dentro de um planejamento urbano participativo com vias ao desenvolvimento urbano. Nesse intento, destacaram-se, do nosso campo empírico, cinco aspectos valiosos, a saber: a luta por direitos; o diálogo como natureza da justiça; sabe o bem aquele que recebe; equidade distributiva e a exigência de virtudes comportamentais.

Palavras-Chave: Concepções mentais; Plano Diretor; Estatuto da Cidade; Planejamento e Gestão; Associações

1. INTRODUÇÃO

Este artigo — resultado de uma pesquisa que teve como estudo de caso o município de Juazeiro do Norte-CE[15] — tem como um objetivo identificar e analisar como a questão da justiça/injustiça foi considerada em documentos oficiais, bem como na concepção de pessoas que participaram e de pessoas que não participaram diretamente das gestões municipais e propor um conceito ampliado de justiça socioespacial.

Em diversos documentos legais (Constituição Federal, Estatuto da Cidade, Leis Orgânicas, Planos Diretores), a justiça aparece como um valor social a ser assegurado, no entanto, é preciso saber quais são os conteúdos subjacentes dessa palavra. A definição de justiça é difícil e permanece em aberto, o que não invalida sua busca, especialmente numa sociedade como a brasileira, em que as assimetrias de poder de influência nas decisões manifestam-se com bastante vigor.

Do ponto de vista teórico, político e filosófico, não há consenso do que seja justiça. Esse conceito é permeado por diversas perspectivas[16], algumas delas são: utilitarismo, liberalismo, igualitarismo, libertarismo, comunitarismo, multiculturalismo, dentre outras. Cada qual com suas potencialidades e limitações.

Do ponto de vista prático, a pouca evidência de participação popular no planejamento e gestão urbanos e as dificuldades em traçar um objetivo social coerente (bem comum) em um planejamento urbano é um problema para a constituição de uma ordem normativa. O consenso talvez seja uma das coisas mais difíceis para a humanidade, devido à heterogeneidade de experiências e da perspectiva individual na forma de avaliá-las.

A metodologia utilizada consistiu em averiguar o que é justiça em livros na filosofia política e na geografia, recorrendo também à leitura de artigos. Quanto à leitura dos documentos (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Estatuto da Cidade, Proposta Metodológica), foi utilizada a análise de conteúdo com base na técnica da análise de temática[17].

As entrevistas desempenharam parte central neste trabalho, por meio delas buscamos captar as principais concepções da justiça/injustiça. De acordo com Duarte (2009), as entrevistas "são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados" (p. 215).

Nossa pesquisa buscou identificar pessoas considerando três momentos diferentes e quatro grupos de entrevistados. Primeiro, os que estiveram presentes de alguma forma na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (2000); segundo, pessoas ligados à gestão de (2009-2012); e, no terceiro[18], líderes comunitários (representantes de associações). As lideranças foram escolhidas ao considerar a conjugação dos seguintes aspectos: a pesquisa quantitativa (utilizamos os dados da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de Juazeiro do Norte (Seplad/PMJN) de 2011), a vulnerabilidade dos bairros (tendo em vista as variáveis do entorno), a incidência populacional e a indicação de alguns agentes à medida que se realizava o trabalho de campo. Dessa forma, a escolha não foi uma amostra simples e nem aleatória. Foi utilizada uma metodologia de escolha direcionada.

Para realizarmos essas entrevistas de forma semiestruturada elaboramos três roteiros específicos – um para políticos e técnicos, outro para pessoas que não participaram diretamente da gestão e outro para os líderes das associações. Aqui, privilegiamos a pesquisa qualitativa na forma da análise de conteúdo, mesmo reconhecendo que toda pesquisa qualitativa possui também um caráter quantitativo e vice-versa. Como a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos, não seria justo falar em análise no singular, sendo o termo correto análises, no entanto a pesquisa visou focar na análise de conteúdo com base em temas. Ao centrar-se no tema, elaboramos unidades de registro por núcleo de sentido, depois da categorização, procedemos descrição, interpretação e a inferência.

Nas palavras de Bardin, a análise de conteúdo é

---

15 Tese defendida em 2020 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco sob o título: Justiça socioespacial e a participação popular no planejamento e gestão urbanos no município de Juazeiro do Norte-CE, orientada pelo professor doutor Jan Bitoun.

16 Consultar: MAFFETTONE (2005); GARGARELLA (2008); FERES (2010); RAMMÊ (2012); MIGUEL (2014).

17 Ver BARDIN (2011).

18 O que chamo aqui de terceiro período é relativo ao momento da "atualidade" da pesquisa no doutorado (2015-2020).

> Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a "discursos" (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade (BARDIN, 2011, p. 15).

Veja que esta análise busca recortar, no conjunto das entrevistas, os principais conteúdos através do tema escolhido. Com isso, obter visão de conjunto, observar as particularidades, sistematizá-las, descrever, classificar e dialogar com teorias para fazer as principais inferências na construção do trabalho e, quando necessário, se utilizou das contribuições de: Moraes (2003), Colognese e Mélo (1998); Lavvine e Dionne (1999); Gomes (2009); Minayo (2009); Bouer (2002). Destaque para a sistematização e explicação da análise temática em Gomes (2009) no texto "Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa", o qual compõe o livro "Pesquisa Social: teoria, método e criatividade", organizado por Maria Cecília de Souza.

Tal metodologia possibilitou a criação de núcleo de sentido (da justiça e da injustiça) para avaliar as principais concepções encontradas. A partir desse recorte temático, construíram-se quadros de concepção de mundo e visão da justiça (aspectos valorizados) e da injustiça (aspectos rejeitados).

Os quadros sínteses são cinco, divididos em três períodos: o primeiro período retratado (1997-2000) sintetiza dois quadros, um com as concepções inseridas no Plano Diretor e o outro revela a visão de pessoas que estiveram vinculados àquela gestão. O segundo período (2009-2012) apresenta mais dois quadros, de um lado as concepções do Estatuto da Cidade e da Proposta Metodológica de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e do outro as concepções de pessoas que trabalharam naquela gestão; e no terceiro período (2016-2019) há o quadro com as concepções das lideranças das associações.

O capítulo que se segue está estruturado em quatro partes, antecedidas de uma contextualização mais teórica. A primeira identifica a concepção de justiça e injustiça inserida no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e as concepções de justiça e injustiça dos que estiveram presentes de alguma forma na elaboração do primeiro, e único (até a presente data), PDDU do município de Juazeiro do Norte-CE (1997-2000). A segunda retrata as concepções de justiça e injustiça no Estatuto da Cidade e na Proposta Metodológica de Revisão do Plano Diretor e as concepções de justiça e injustiça de pessoas ligadas à gestão de (2009-2012), momento em que teve uma tentativa de revisão do Plano Diretor. A terceira identifica como as concepções de justiça e injustiça são abordadas para algumas lideranças comunitárias (representantes de associações). A quarta parte ocupou-se, com base nos achados empíricos, em oferecer uma concepção de justiça socioespacial multidimensional.

2. CONCEPÇÕES TEÓRICAS DA JUSTIÇA

A ideia de justiça na história da sociedade é um tema de primeira ordem, mas não há um comum acordo sobre o que se trata. Encontram-se diversas perspectivas teóricas, vejamos algumas: Intuicionismo, Perfeccionismo, Utilitarismo, Libertarianismo, Igualitarismo, Liberalismo, Marxismo, Comunitarismo, Multiculturalismo, Feminismo, Pós-colonialismo, Republicanismo, Reconhecimento e Capacidades, GARGARELLA (2008); JÚNIOR; POGREBINSCHI (2010); KYMLICKA (2006); MAFFETTONE; VECA (2005); RAWLS, 2003 (2008); SANDEL (2012); SEN (2011).

Will Kymlicka (2006), autor de "Teoria política contemporânea", abordou (na primeira edição) seis teorias: 1. Utilitarismo; 2. A igualdade liberal; 3. Libertarismo; 4. Marxismo; 5. Comunitarismo; 6. Feminismo. Na segunda edição, ainda sem tradução para o português, o autor inseriu mais dois aportes teóricos: 7. Teoria da cidadania e 8. Multiculturalismo.

O livro "Teoria política contemporânea: uma introdução", de João Feres Júnior e Thamy Pogrebinschi (2010), destaca as seguintes teorias da justiça: 1. Justiça e Liberalismo; 2. Igualitarismo e Welfarismo; 3. Libertarismo; 4. Comunitarismo; no quinto ponto os autores colocam três vertentes, 5. Multiculturalismo, Feminismo e Pós-colonialismo e, por último, a teoria dedicada ao conceito de reconhecimento, a qual configura também uma contribuição para a teoria da justiça. Cada aporte desse é ancorado em razões que defendem um modo coerente de pensar o que é justiça.

Michael Sandel (2012), em "Justiça: o que é a coisa certa a fazer", divide três linhas de abordagens, a primeira decorrente do utilitarismo, prima pela maximização do bem-estar, a segunda com base na

liberdade, divide-se em dois grupos, a) os libertários e os b) igualitários na busca de equidade; e a terceira, defendida pelo autor, é a da virtude cívica, caminho regido com influência Aristotélica.

Mencionada essa quantidade de teorias e autores (ver quadro síntese), tem-se claro que o conceito tratado não é de fácil exame. Para cada aspecto avaliado, a justiça manifesta como uma proporção, uma medida certa das coisas nas coisas. É comum ouvir as expressões, cada caso é um caso e cada cabeça uma sentença, frases populares, mas pertinentes para saber as dificuldades que o tema impõe.

São, no entanto, conceitos indissociáveis das compreensões que se têm de justiça: verdade; ser humano; igualdade; liberdade; vida boa; o que é o bem; qual é a finalidade de viver em sociedade. Outro aspecto a ser considerado na questão da justiça é como formamos nosso raciocínio, e como o diálogo pode ser alvo de sua busca.

Assim, fizemos um quadro síntese sobre as perspectivas da justiça como forma de gerar uma ideia da densidade temática que a questão envolve. O propósito desse quadro é apresentar um resumo das diversas perspectivas da justiça para o leitor. Os problemas de um quadro desse tipo são vários, e um deles diz respeito ao reducionismo; esse quadro não evidenciou obras recentes e novas releituras, conflitos e polêmicas das perspectivas apresentadas, ficando apenas o básico. É comum que em um quadro desse tipo, autores não se sintam enquadrados no campo inserido, porém, é importante alertar que essa inserção tem muito a ver com um plano de escala das perspectivas do que seus parâmetros subordinados e conceitos subjacentes.

Quadro 1 – Síntese das perspectivas de justiça

PERSPECTIVA	AUTORES	CONTEÚDOS	VALORES	OBRAS	MÁXIMA/ABORDAGEM
Intuicionismo	Brian Barry; G. E. Moore; H. A. Princhards; H. J. McCloskey	Equilibrar princípios concorrentes; Capacidades intuitivas.	Intuição; Pluralidade de princípios fundamentais;	MOORE, Principia Ethica. 1903. H. J. McCloskey Meta-Ethics and Normative Ethics, 1969.	Não existem critérios para decidir qual é a ênfase apropriada a ser dada a princípios rivais de justiça, é preciso intuição para equilibrar os princípios concorrentes.
Perfeccionismo	Aristóteles; Nietzsche;	Ideal Mérito Virtude Metafísica	Perfeccionismo; Talento; Teleológica; Hedonismo; Eudaimonismo	HOLLINGSDALE, Nietzsche: The Man and His Philosophy, 1965. ARISTÓTELES, Ética a Nicômaco; ARISTÓTELES, A política;	Algumas pessoas possuem direitos devido aos seus talentos, o que o possibilitam a fazer atividades mais complexas; Atribuir direitos como modo de atingir a excelência humana.
Utilitarismo	Jeremy Bentham; John Stuart Mill; Henry Sidgwick;	Maximização do bem-estar; Felicidade (aumentar o prazer e diminuir a dor).	Utilidade; Bem-estar; Prazer	SIDGWICK, The Methods of Ethics, 1874. BENTHAM, The principles of Morals and Legislation, 1789. MILL, On liberty, 1859. MILL, Utilitarianism, 1861.	Ato ou procedimento moralmente correto é aquele que produz a maior satisfação para os membros da sociedade.

Quadro 1 – Síntese das perspectivas de justiça
(continua)

PERSPECTIVA	AUTORES	CONTEÚDOS	VALORES	OBRAS	MÁXIMA/ABORDAGEM
Libertarianismo	Robert Nozick; Friedrich Hayek; Milton Friedman; Murray Rothbard;	Estado Mínimo; Liberdade individual; Rejeição ao paternalismo.	Liberdade; Estado Mínimo; Livre mercado	NOZICK, Anarquia, Estado e utopia, 1974. ROTHBARD, A Ética da Liberdade, 1982. HAYEK, A miragem da justiça social. 1985.	O direito de fazer o que bem quiser com aquilo que lhe pertença, desde que seja respeitado o direito dos outros de agir da mesma forma.
Igualitarismo	Ronald Dworkin; Michael Walzer; Amartya Sen;	Igualdade de recursos; Igualdade complexa; Igualdade de bem-estar.	Igualdade	DWORKIN, A virtude soberana, 2000. WALZER, Esferas da justiça. 2003. SEN, Desigualdade reexaminada. 2001.	1. Princípio da importância igual: é importante, de um ponto de vista objetivo, que as vidas humanas sejam bem-sucedidas e não desperdiçadas. 2. Princípio da responsabilidade especial: a própria pessoa é responsável pelo sucesso da vida humana (DWORKIN, *apud* JÚNIOR e POGREBINSCHI, 2010, p. 44).
Liberalismo	John Rawls;	Neutralidade do Estado Sistema de Cooperação; Sociedade bem-ordenada; Estrutura básica da sociedade; Posição original; Consenso sobreposto; Limites do juízo; Pluralismo razoável; Princípio da diferença;	Contrato social; I – Liberdade II – Igualdade	RAWLS, Teoria da Justiça. 1971. RAWLS, Justiça como equidade: uma reformulação. 1989 [2003]. RAWLS, Liberalismo político. 1993. RAWLS, Justiça e democracia, 2000.	Cada pessoa tem o mesmo direito irrevogável a um esquema plenamente adequado de liberdades básicas iguais que sejam compatíveis com o mesmo esquema de liberdades para todos; As desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer duas condições: primeiro, devem estar vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidades; e, em segundo lugar, têm de beneficiar ao máximo os membros menos favorecidos da sociedade (o princípio de diferença) (RAWLS, 2003, p.60).

Quadro 1 – Síntese das perspectivas de justiça
(continua)

PERSPECTIVA	AUTORES	CONTEÚDOS	VALORES	OBRAS	MÁXIMA/ABORDAGEM
Comunitarismo	Charles Taylor; Michael Walzer; Michael Sandel; Alasdair MacIntyre;	Busca de um Télos, um propósito; Prioridade para concepção de bem; Narrativa de vida	Bem comum; Comunidade; Participação; Virtudes;	SANDEL, Liberalismo e os limites da justiça, 1982. SANDEL, Justiça: o que a coisa certa a fazer?, 2009. TAYLOR, Hegel e a sociedade moderna 1979. WALZER, As esferas da justiça 1983. MACINTYRE, Depois da virtude 1983; MACINTYRE, Justiça qual a racionalidade, 1988.	Dar aquilo que lhe é devido; "Questões de justiça são indissociáveis de concepções divergentes de honra e virtude, orgulho e reconhecimento. Justiça não é apenas a forma certa de distribuir as coisas. Ela também diz respeito à forma certa de avaliar as coisas" (SANDEL,2012, p. 322-323).
Multiculturalismo	Will Kymlicka; Joseph Raz; David Miller;	Diversidade cultural; Grupos minoritários;	Políticas da diferença; Políticas da identidade; Autonomia individual; Paridade de participação;	KYMLICKA, Multicultural Citizenship, 1995. KYMLICKA, Contemporary political philosophy na introduction, 2002.	Restrições internas ao grupo para garantir seus direitos e sobrevivência do mesmo face à sociedade, evitando discriminação e desrespeito.
Feminismo	Mary Wollstonecraft; Frances Wright; Sarah Grimké; Elizabeth Cady Stanton; Maria Stewart; Donna Haraway;	Igualdade de direitos; Evita essencialismos e se opõe às relações binárias: mente/corpo; homem/mulher;	Androginia; Crítica ao princípio patriarcal; Crítica à família tradicional;	WOLLSTONECRAFT, A Vindication of the Right of Woman, 1792. BEAUVOIR, segundo sexo, 1949. DALY, Beyond God the Father, 1973.	As tarefas domésticas e o cuidado com a prole devem ser igualmente partilhados.
Pós-colonialismo	Edward Said; Michael Foucault; Edward Soja; David Harvey; Marcelo Lopes de Souza;	Espaço Geográfico; Discriminação cultural; Linguística espacial; Assimetrias de poder;	Lócus de enunciação da teoria; Localização do indivíduo; Crítica às grandes narrativas;	SAID, Orientalism, 1978. SOJA, En busca de la justicia espacial, 2014. HARVEY, Justiça social e a cidade, 1973. HARVEY, O direito à cidade, 2012. SOUZA, Prisão e a àgora, 2006.	Articulada por autores que falam a partir de lugares que foram ou são metrópoles coloniais. Valorização do contexto espaço-temporal.
Marxismo	Karl Marx; Friedrich Engels; Philippe van Parijs; Robert van der Veen;	Críticas ao capitalismo; Eliminar a escassez material; Eliminar a Mais-valia	Socialização dos meios de produção; Abolição da propriedade privada;	Marx, Crítica ao programa de Gotha, 1891.	Deve-se tomar de cada um segundo sua capacidade e dar a cada um segundo suas necessidades.

Quadro 1 – Síntese das perspectivas de justiça
(continua)

PERSPECTIVA	AUTORES	CONTEÚDOS	VALORES	OBRAS	MÁXIMA/ABORDAGEM
Reconhecimento	Axel Honneth; Iris Marion Young; Nancy Fraser	Esfera emotiva; Estima social; Esfera jurídico-moral. Movimentos sociais;	Reconhecimento individual e social é o elemento chave	HONNETH, luta por reconhecimento, 2003. HONNETH direito à liberdade, 2011	Justiça, em seu significado, é completamente dependente da relação com os valores éticos; pois sem a fundamentação mediante uma ideia do bem, a exigência de nos comportarmos de maneira "justa" para com as outras pessoas nada significa (HONNETH, 2015, p. 122).

Quadro 1 – Síntese das perspectivas de justiça
(conclusão)

PERSPECTIVA	AUTORES	CONTEÚDOS	VALORES	OBRAS	MÁXIMA/ABORDAGEM
Capacidades	Amartya Sen; Martha Nussbaum;	Identificar as injustiças; Pode existir mais de uma razão distinta de justiça; Racionalidade; Imparcialidade; Não tem como propósito identificar os fins da boa vida.	Oportunidades; Liberdade; Igualdade; Capacidades básicas;	SEN, A ideia de justiça, 2009. NUSSBAUM, Las Fronteras de La Justicia, 2006.	A justiça está fundamentalmente conectada ao modo como as pessoas vivem. A natureza da justiça está no diálogo através da argumentação racional, sob o uso da objetividade e da imparcialidade.

Fonte: GARGARELLA (2008); HONNET (2015); JÚNIOR; POGREBINSCHI (2010); KYMLICKA (2006); MAFFETTONE; VECA (2005); RAMMÊ (2012); RAWLS, 2003 (2008); SANDEL (2012); SEN (2011).

Na geografia, a ideia de "justiça espacial[19]" às vezes aparece como cidade justa, justiça territorial, justiça social e a cidade, justiça ambiental, direito à cidade, equidade territorial, territórios injustos, urbanização injusta, cidade justa etc. Na visão de Soja (2014), as matrizes mais profícuas da noção de justiça espacial estão contidas nas obras de David Harvey e Henri Lefebvre, que têm inspirado diversos autores.

A dimensão da justiça na perspectiva distributiva permeou majoritariamente o seio da geografia. Só recentemente, geógrafos observam que esse viés apenas não é suficiente. É sabido que não existe um princípio único para sanar de uma vez por todas as controvérsias que ocorrem no seio da sociedade sobre as questões de justiça e injustiça, igualdade e desigualdade, bem comum e liberdade. Trabalhar com a justiça é dialogar com conflitos e interesses divergentes.

Dikeç, fazendo um resgate de como o conceito foi usado na geografia, pontou:

> [...] o engajamento da geografia com a justiça social começou com uma preocupação exclusiva sobre a distribuição em um espaço cartesiano (Davies, 1968); continuou com ênfase na produção, no funcionamento da cidade capitalista e nas geografias irregulares do capitalismo (Harvey, 1973; 1996); mudou o foco celebrando a identidade e a diferença, e uma ênfase não na justiça e no consenso, mas na injustiça e nos dissensos (Gleeson, 1998; Harvey, 1992; Merrifield, 1997; Merrifield e Swyngedouw, 1997); e acabou, por enquanto, com uma problematização da preocupação com a diferença, e uma busca por laços universais de solidariedade (DIKEÇ, 2001, p. 1786, tradução nossa).

[19] Para maior riqueza na abordagem do conceito, ver: VAN DEN BRULE, D. M. As diversas abordagens da justiça espacial na geografia. Geousp – Espaço e Tempo (On-line), v. 24, n. 2, p. 297-316, ago. 2020. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/168714>

Embora as teorias da justiça na geografia, valorizem em maior número a igualdade e a ideia do direito à cidade, das quais se destacam o combate às desigualdades e busca à distribuição equitativa dos serviços, argumentamos que deve-se evitar a valorização de um polo em detrimento do outro, por isso, a perspectiva multidimensional. Aspecto também reconhecido por outros autores, a exemplo de Gervais-Lambony, quando considerou que "[...] a mobilização do conceito de justiça espacial deve estar aberto à diversidade das definições construídas sobre a justiça social. Isso traz como exigência dar centralidade à pluridimensionalidade da justiça social" (2017, p. 128).

De certo modo, a justiça parece o valor a ser assegurado no seio da sociedade democrática como possibilidade para o desenvolvimento de uma boa política, então deve ficar claro que tipo de justiça é essa, quais são seus critérios e qual o significado de seus valores subjacentes, sejam eles: liberdade, igualdade ou felicidade.

3. PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO E O PODER EXECUTIVO PRIMEIRO MOMENTO (1997-2000)

A análise apresentada neste capítulo faz referência a uma estrutura socioespacial específica: o município de Juazeiro do Norte, qualificado através das concepções de mundo inseridas em documentos legais e dos nossos entrevistados que caracterizam uma dada sociedade no início do século XXI.

Na gestão (1996-2000) do prefeito Mauro Sampaio, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), foi elaborado pelo consórcio VBA/Espaço Plano, em parceria com a administração municipal de Juazeiro do Norte e comunidade local, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (doravante denominado PDDU), legitimado por meio da lei 2.572 em setembro de 2000.

No que toca ao núcleo de sentido (justiça/injustiça), o conceito é mencionado treze vezes no Plano Diretor, no sentido relatado a seguir: O PDDU relaciona o desenvolvimento econômico ao conceito de sustentabilidade e justiça social e insere como meta garantir um serviço de qualidade, desenvolvimento do turismo, cidade atraente e equilibrada física e socialmente, equidade, justiça social para todos, combate à concentração de renda, busca à distribuição equitativa do conforto urbano e a universalização da saúde (por meio de uma rede descentralizada para o acesso aos serviços de saúde) e da educação. Visa assegurar o atendimento ao esgotamento sanitário, à distribuição de água tratada, à coleta de lixo, ao acesso ao transporte público, à regularização fundiária e à possibilidade da participação.

O plano provê um acompanhamento do desenvolvimento econômico com justiça social, levando em consideração os indicadores socioeconômicos como PIB, índice de Gini, taxa de analfabetismo e mortalidade infantil (ver CEARÁ, 2000a).

O plano considerou a distribuição equitativa da qualidade e conforto da vida urbana, porém em nenhum momento fez uso de algum princípio de justiça que pudesse atingir essa meta ou ao menos mencionar autores que trabalhem com o tema. Enquanto isso, a dimensão espacial não foi tratada.

As injustiças foram apresentadas com alguns índices sobre desigualdade, déficit habitacional, entre outras carências. Porém, em nenhum momento houve localização das áreas negligenciadas ou relato dos valores "de bairro" ou questionamento da causa da desigualdade. Quanto à justiça, tratou-se no aspecto da universalização dos serviços inserindo a ideia de assegurar o acesso, em uma perspectiva igualitária de atendimento, ao bem-estar social. Pouco se pensou em uma estrutura hierárquica que garantisse a correção das injustiças, afirmação esta evidenciada através de outras prioridades que podem ser vistas no plano. A seguir, o quadro síntese com os aspectos da justiça e da injustiça com base no Plano Diretor.

Quadro 2 – Visão da justiça/injustiça com base no PDDU

ASPECTOS VALORIZADOS (JUSTIÇA)	ASPECTOS REJEITADOS (INJUSTIÇA)
Promover cidade atraente e equilibrada física e socialmente	Concentração de renda
Garantir um serviço de qualidade e a equidade na distribuição do conforto urbano	Desigualdade na distribuição dos serviços
Desenvolver a economia e o turismo	Taxa de analfabetismo
Universalizar a saúde e educação	Mortalidade infantil
Garantir o atendimento ao esgotamento sanitário, à água tratada, à coleta de lixo, ao transporte púbico, à regularização fundiária e à participação	Déficit na infraestrutura e na oferta de saúde e educação

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Pensando nas questões da justiça e injustiça, os entrevistados revelaram alguns aspectos que serão observados a seguir. O Entrevistado 1 destacou o cumprimento da lei e a aplicação da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Na sua visão, quando o poder público for trabalhar com o mercado imobiliário deve adotar instrumentos que possam promover a igualdade social. Outra ideia do entrevistado é a realização da urbanização das ruas e praças (investimento no espaço público); criticou o tratamento dado à cidade como mercadoria, cita o direito à cidade como um grande desafio e o entende como uma garantia de uma cidade construída para todos; sua fala prioriza a melhoria dos assentamentos precários para proteger a população de baixa renda. Esses são alguns dos valores defendidos pelo arquiteto (entrevista realizada com o Arquiteto/Coordenador do Prourb e do PDDU de Juazeiro do Norte, em abril de 2018).

A entrevistada 2 considera que "falar em justiça, se fala em processo de igualdade. De novo a palavra acesso. Acesso à saúde, à educação, ao próprio lazer". A assistente social critica o pensamento imediatista e a forma como a romaria foi explorada (entrevista realizada com uma pessoa da equipe técnica municipal do PDDU de Juazeiro do Norte-CE, em junho de 2018).

O entrevistado 3 comentou que infelizmente o poder público municipal não tem recurso para atender a população como um todo e cita como problema crônico a questão da habitação, da saúde, da ausência da oferta do serviço educacional e o desemprego (como aspectos da injustiça). De acordo com ele, "[...] é injusto um pai de família não ter uma vaga na escola para um filho. [...] É injusto um pai de família querer trabalhar e não ter onde e nem como trabalhar [...]" (entrevista realizada em junho de 2018).

O entrevistado 4 considera que a desigualdade deve ser combatida, ao mesmo tempo que critica que existe apenas na forma da lei a ideia de que somos iguais, "isso é um sonho, isso é o ideal". Na visão dele, a justiça atua direcionada para favorecer aquele que apresenta uma melhor condição financeira. Quanto à injustiça urbanística, criticou a ausência de atuação do poder público local.

O depoimento que centralizou a resposta na experiência do Plano Diretor foi o do entrevistado 5. Ele relatou o processo de votação como um aspecto da injustiça, segundo ele, justiça "é dar a cada um conforme suas necessidades". (entrevista realizada em março de 2018).

O entrevistado 6 foi líder comunitário e se posicionou da seguinte maneira: "eu acho que descentralizar as escolas para periferia é um grande avanço, mas uma das grandes injustiças ainda é a qualidade de transporte que ainda é ruim. [...] e a saúde ainda é um grande gargalo" (entrevista realizada em setembro de 2016).

Em suma, podemos registrar o subsequente quadro:

Quadro 3 – Concepções de mundo Justiça/injustiça

NOME	JUSTIÇA (Atitudes valorizadas)	INJUSTIÇA (Atitudes rejeitadas)
Entrevistado 1	Cumprimento da Lei Estabelecer ZEIS Promover a igualdade social Direito à cidade entendido como cidade para todos Atender a população mais carente	Cidade tratada como mercadoria Desigualdade social
Entrevistada 2	Igualdade Acesso à saúde, educação, lazer	Egoísmo Exploração Ausência de Planejamento Pensamento Imediatista

Quadro 3 – Concepções de mundo Justiça/injustiça (continuação)

NOME	JUSTIÇA (Atitudes valorizadas)	INJUSTIÇA (Atitudes rejeitadas)
Entrevistado 3	Desenvolvimento do ser Acesso à saúde, educação e ao trabalho	Ausência de recurso Déficit educacional Desemprego Déficit habitacional Incapacidade de atender a todos no que toca as questões de saúde
Entrevistado 4	Atendimento igualitário Serviço público de qualidade Atender a população mais carente	Desigualdade Luta de classe Aplicação da lei de forma desigual Serviço público que não atende a contento a população
Entrevistado 5	Dar a cada um conforme suas necessidades	Votação no PDDU – peso atribuído de forma desigual Vereadores sem preocupação com as grandes questões da cidade
Entrevistado 6	Descentralização da educação Eficiência no transporte Melhorar a infraestrutura Acesso à saúde Desenvolvimento do ser	Centralização das escolas Transporte que não atende bem a população Ausência de infraestrutura Incapacidade de atender a todos no que toca as questões de saúde

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Foi observado que existiram críticas a uma elite política e a ineficiência do Estado, seja nos serviços públicos oferecidos, seja na qualidade de seus servidores. Não foi falado na possibilidade de acesso às novas tecnologias da informação, nem houve relevância para a dimensão corpórea e espacial da justiça. Basicamente, a percepção da justiça e da injustiça girou em torno do combate às desigualdades e, como valor máximo, a ideia de igualdade e distribuição equitativa dos serviços de saúde, educação, emprego, dentre outras.

A ideia de justiça e de injustiça está relacionada muito mais ao estabelecimento da igualdade e não há questionamento do ponto de partida, nem dos valores e muito menos das premissas para estabelecer um raciocínio avaliativo do tema em tela. Essa visão parece se filiar à linha que valoriza a distribuição equitativa dos bens e serviços favoráveis à dignidade humana e ao seu bem-estar. Essa perspectiva está ancorada dentro do marco institucional do capitalismo, ver o Estado como o grande condutor de ações justas e/ou injustas e a ideia de que é possível um planejamento e gestão urbanos que atendam a todos não é posto em xeque. O desenvolvimento econômico é visto como passaporte para um mundo melhor, salvo exceções que criticaram o mercado como promotor de injustiça.

4. ESTATUTO DA CIDADE, PROPOSTA METODOLÓGICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR E PODER EXECUTIVO: SEGUNDO MOMENTO (2009-2012)

Esse segundo período busca identificar como as concepções de justiça e de injustiça foram inseridas no Estatuto da Cidade, na Proposta Metodológica de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e, especialmente, na concepção daqueles que estiveram vinculados à gestão municipal do Partido dos Trabalhadores[20] (2009-2012).

Uma possibilidade para a participação foi aberta por conquistas sociais que, através do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257 de 2001) buscou por transformar os Plano Diretores em Planos Diretores Participativos.

Interessante observar que qualidade de vida, justiça social e desenvolvimento das atividades econômicas estão subordinados ao atendimento das necessidades dos cidadãos. Jan Bitoun observa que o:

> Núcleo do Estatuto da Cidade está na Gestão Democrática e na exigência de transparência, repetidamente afirmada; está também na reafirmação das responsabilidades municipais na implementação participativa do Plano Diretor que explicitará onde e como os instrumentos de regulação da propriedade e do uso do solo serão implementados, dependendo da situação concreta de cada cidade (BITOUN, 2007, p. 6).

Tendo em vista que é através do Plano Diretor que o Estatuto da Cidade ganha vida na esfera local, podemos observar que a aprovação do EC ampliou a elaboração e/ou revisão dos planos diretores, na busca por transformá-los em Planos Diretores Participativos. A possibilidade de participação foi preconizada através do Capítulo IV do Estatuto da Cidade, que aborda nos artigos 43, 44 e 45 o teor da Gestão Democrática da Cidade.

> Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:
>
> I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
>
> II – debates, audiências e consultas públicas;
>
> III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
>
> IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
>
> Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.
>
> Art. 45. Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2001).

Muitos municípios passaram a ter alguns desses instrumentos regulamentados pelos Planos Diretores. Essa ampliação na quantidade de Planos Diretores se deu principalmente após:

> [...] a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e a criação do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), em 2004, a elaboração dos planos ganhou novo impulso: resolução do ConCidades (Resolução de Nº 15, de 2004) lançou uma campanha nacional de sensibilização e mobilização visando à elaboração e implementação dos planos diretores participativos (Campanha Nacional Plano Diretor Participativo: Cidade de todos). Os eixos principais definidos para os planos nesta campanha foram: a inclusão territorial, a gestão democrática e a justiça social (FERREIRA, 2011, p. 47).

Na visão de Santos Junior (2007), o avanço institucional é parte de um aspecto positivo sobre uma nova forma de pensar o planejamento das cidades. Alguns autores acreditam no avanço proporcionado pelo

[20] Os entrevistados foram pessoas diretamente vinculadas à gestão da época, tais como: um prefeito, duas secretárias que estiveram à frente da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e dois técnicos que ficaram com a responsabilidade de realizar a revisão do Plano Diretor.

Estado, já outros são descrentes, pois consideram que, no Estado capitalista, prevalecem os interesses de um pequeno grupo para progredir na escada do lucro e das vantagens competitivas.

5. GESTÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

Na cidade de Juazeiro do Norte, a primeira vez que o PT assumiu a gestão municipal foi no ano de 2009, com a eleição de Manoel Raimundo de Santana Neto, médico, como prefeito, e de José Roberto Celestino, empresário, como vice-prefeito.

Embora tenha sido eleito com o apoio de Raimundo Macedo do PSDB, a eleição de Santana (PT) representou um fato novo e significativo na história da política local. Pela primeira vez em Juazeiro do Norte altera-se expressivamente a representatividade no poder executivo municipal, já que havia uma alternância sem grandes mudanças: Manoel Salviano (1983-1988) pelo Partido Democrático Social (PDS), Carlos Cruz (1989-1992) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Manoel Salviano (1993-1996) pelo Partido Social Trabalhista (PST), Mauro Sampaio (1997-2000) pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), Carlos Cruz (2001-2004) pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e Raimundo Macêdo (2005-2008) pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)[21].

A Coordenadoria de Planejamento Urbano assumiu a responsabilidade para revisar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e esteve organizada da seguinte forma: Núcleo Gestor, Equipe Técnica Municipal e Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. A equipe do Núcleo Gestor ficou como pivô do movimento de revisão do Plano Diretor, e era constituída por profissionais das seguintes áreas: Geografia, Sociologia, Administração Pública/Gestão Social e Arquitetura/Urbanismo. Contou ainda com a colaboração de alguns estagiários de nível universitário e estudantes do ensino médio.

O Núcleo Gestor elaborou, entre o final do ano de 2011 e início de 2012, a proposta metodológica[22], documento que norteia e detalha as ações a serem desenvolvidas no processo de revisão do PDDU, o qual não foi concluído. A seguir, o quadro síntese sobre as concepções da justiça/injustiça do Estatuto da Cidade e da Proposta Metodológica da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte.

Quadro 4 – Concepções de Mundo (valores) do Estatuto da Cidade e da Proposta Metodológica

JUSTIÇA	INJUSTIÇA
ESTATUTO DA CIDADE (LEI FEDERAL 10.257)	**ESTATUTO DA CIDADE (LEI FEDERAL 10.257)**
Assistência judiciária gratuita; Atender as necessidades dos cidadãos; Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização; Isonomia para agentes públicos e privados, atendido o interesse social; Gestão democrática.	Utilização inadequada dos imóveis urbanos; Proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; Uso excessivo ou inadequado do solo em relação à infraestrutura urbana; Retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; Deterioração das áreas urbanizadas; Poluição e degradação ambiental; Deixar de promover a adequada participação popular; Priorizar o bem individual em detrimento do bem coletivo.
PROPOSTA METODOLÓGICA DE REVISÃO DO PDDU DE JUAZEIRO DO NORTE	**PROPOSTA METODOLÓGICA DE REVISÃO DO PDDU DE JUAZEIRO DO NORTE**
Combater a exclusão social e territorial; Promover a infraestrutura e os equipamentos urbanos; Promover diálogo sobre a realidade local; Promover a capacitação de gestores e técnicos dos governos municipais, conselheiros municipais de políticas urbanas e representantes da sociedade civil; Gestão democrática.	Exclusão social e territorial; Desigualdade socioespacial; Cidade promovida para poucos; Priorizar o bem individual em detrimento do bem coletivo; Não reconhecer faltas e lutas; Deixar de promover a adequada participação popular.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O Estatuto da Cidade propõe como finalidade do desenvolvimento urbano o bem-estar de seus cidadãos. O bem-estar é visto como a melhoria das seguintes condições urbanas: habitação, saneamento básico,

21 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_prefeitos_de_Juazeiro_do_Norte. Acesso em: 15 dez. 2019.

22 Disponível em: <http://pdpjuazeiro.wordpress.com/docstecnicos/>

transporte urbano, infraestrutura urbana, serviço público, trabalho e lazer. Aspecto este que não difere da Proposta Metodológica que visa garantir as funções sociais da cidade e o bem-estar para todos, logo, a questão em disputa está no entendimento subjacente à ideia de bem-estar.

Um dos problemas do planejamento urbano é encontrar consenso sobre um objetivo social coerente como meta. David Harvey, na primeira parte do livro "Justiça Social e a Cidade", de 1973, ainda dentro de suas formulações liberais, indicou como objetivo social coerente a Função social do bem-estar e propõe pensar a redistribuição de renda, a acessibilidade, o custo da proximidade e os efeitos da localização. Harvey ainda acusa que, na questão da justiça distributiva, os geógrafos têm acompanhado os economistas ao pensarem apenas na eficiência, sem entrar em discussões mais árduas (oriundas da ética e da política) (HARVEY, 1980).

Quadro 5 – Concepções de mundo e visão da justiça/injustiça

NOME	JUSTIÇA (Atitudes valorizadas)	INJUSTIÇA (Atitudes Rejeitadas)
Entrevistado 7	Corrigir a desigualdade; Todo mundo vivendo uma vida digna; Equidade: dar atenção a quem mais precisa; Gerar oportunidade para os oprimidos; Colocar limite no poder e no dinheiro; Colocar freio na ganância e na acumulação de renda.	Ambição; Ganância; Desigualdade social; Acumulação de renda; Estado controlado por uma elite; Opressão de uma classe por outra; Apropriação infinita permitida pelo capitalismo.
Entrevistada 8	Amparo; Cuidado; Equidade; Ajudar o próximo; Fazer o que é certo.	Egoísmo; Cidade para a loja; Cidade para o carro; Visão a curto prazo; Ausência do olhar para o bem público.
Entrevistado 9	Equidade: entendida como garantia de todos ao direito de acesso à saúde, a educação, a moradia, ao saneamento e a inclusão; Cuidado; Garantir direitos; Corrigir distorções históricas.	Egoísmo Indiferença; Exclusão social; Negação do outro; Foco na economia; Democracia eleitoral; Predominância do masculino e da razão; Modelo de Estado que não serve.
Entrevistada 10	Se reconhecer no próximo; Reconhecer o valor do outro; Equiparar a distribuição de renda; Colocar limite na acumulação de renda.	Preconceito; Corrupção Política; Déficit habitacional; Desigualdade social; Disparidade econômica; Não aplicabilidade da lei.
Entrevistada 11	Igualdade; Tratar as pessoas com respeito; Promover a inclusão e o diálogo; Não se calar diante das injustiças; Ser coerente, competente e correto; Dar o devido valor a cada ser humano; Ação não em benefício próprio, mas em benefício de todos; Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo.	Tirania; Miséria; Compra de voto; Corrupção política; Extinção de animais; Poluição dos rios, do ar; Degradação do planeta terra; Doação de terrenos; Não pagamento do IPTU; Loteamento desordenado; O cadeirante não poder andar nas calçadas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

No caso da busca pela justiça, os principais anseios foram: corrigir a desigualdade, proporcionar equidade (entendida como a prioridade do atendimento aos mais necessitados) e reconhecimento do valor do outro (através da promoção da inclusão, na qual permeiam aspectos como cuidado e solidariedade), não foi citada a distribuição equitativa dos equipamentos urbanos e o direito ao uso do capital excedente. Quanto

às injustiças, a corrupção política, a desigualdade social e o egoísmo (que se revela também em alguma forma de exclusão social) foram os aspectos mais criticados.

A democracia direta aparece como possibilidade de inclusão social através do diálogo, do reconhecimento do valor do outro, mas pouco se falou sobre as disparidades do poder decisório e da possibilidade da incompatibilidade de interesses. Quanto à visão do bem público, perpassa a ideia do senso comum ao colocá-la como sinônimo de bens públicos (oferta de infraestrutura e serviços).

Cabe, por fim, ressaltar que (no que toca aos aspectos valorizados e aspectos rejeitados) entre a visão de nossos entrevistados caracterizados neste segundo momento, para a visão do Estatuto da Cidade e da Proposta Metodológica, houve mais semelhanças do que diferenças e conflitos.

Viu-se que os ideais de justiça perpassam valores em comum, como o combate às desigualdades, a busca pela equidade (geração de oportunidades para aqueles menos favorecidos) e a inclusão social como um dos principais valores. Entretanto, as prioridades políticas continuam no campo do imediato.

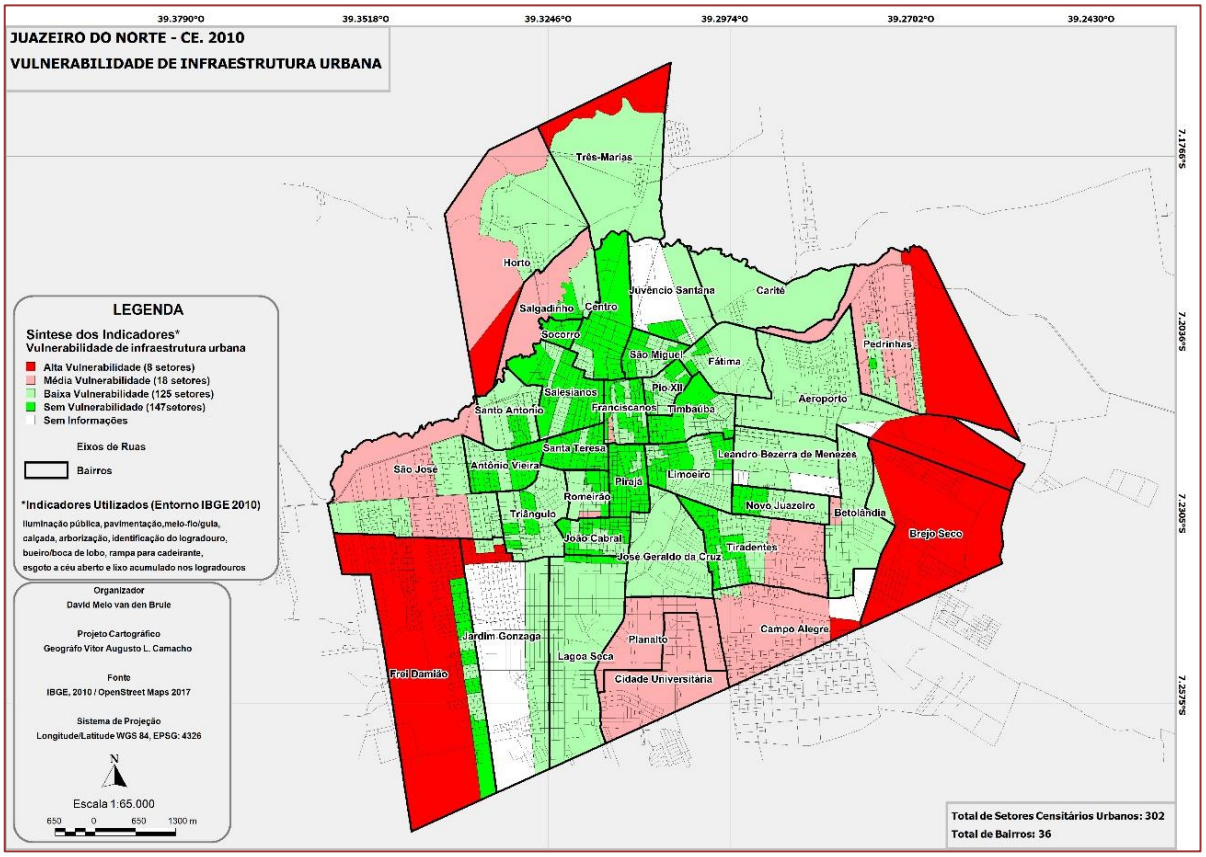
6. LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS: TERCEIRO MOMENTO (2016-2019)

Esse terceiro período buscou identificar quais são os agentes que se organizam coletivamente (associações de diversas origens) e expressar suas concepções sobre as questões da justiça/injustiça no planejamento e gestão urbanos.

O critério de escolha buscou considerar o índice de vulnerabilidade de infraestrutura urbana e de rendimento, fazendo um recorte de 5 bairros de um total de 41. O bairro Frei Damião apresentou baixo rendimento e alta vulnerabilidade, e um alto índice populacional. Os bairros Pedrinhas, Campo Alegre, São José apresentaram média vulnerabilidade. Pedrinhas e Campo Alegre com baixo rendimento e São José rendimento médio.

Quanto ao bairro Triângulo foi realizada uma escolha direcionada, devido à experiência de campo (indicações dos próprios entrevistados), e devido ao crescimento vertical da área após a instalação do novo nexo comercial ofertado pelo shopping center da cidade.

Mapa 1 – Vulnerabilidade de infraestrutura urbana



FONTE: IBGE, 2010. Adaptado por CAMACHO, V.; VAN DEN BRULE, 2017.

Como destacado anteriormente, buscou-se conhecer as concepções de mundo de cinco lideranças comunitárias que realizam um trabalho voluntário (sem remuneração), motivados a ajudar o próximo.

A entrevistada 12 é presidenta da Associação Comunitária do Bairro Frei Damião, que foi criada em março de 2008, com a demanda inicial de cuidar das crianças enquanto suas mães trabalhavam. No presente momento, a Associação oferece oficinas para crianças, mulheres e idosos. No período da entrevista, dia 21 de dezembro de 2018, a entrevistada encontrava-se com 52 anos e desempregada.

A entrevistada 12 destacou que a associação tem como propósito "ajudar as pessoas e mostrar para os moradores que eles têm direitos que desconhecem", por exemplo, bolsa família, direito do idoso, direito da criança e do adolescente e direito do trabalhador. Ela comenta que a principal função da associação é trazer esclarecimento para as pessoas. No que diz respeito às principais injustiças que vivencia, disse: "as injustiças é porque os políticos não olham para pessoas, não dão o devido valor" [...]. (entrevista realizada em dezembro de 2018). Ainda pontuando sobre as injustiças, comentou a ausência de medicamento no posto de saúde, a violência e a venda de voto, o que prejudica a eleição de uma pessoa da própria comunidade e nos conta do seu anseio em ganhar as eleições como vereadora para colaborar com seu bairro. Como justiça, considerou que seja ofertar um tratamento adequado e respeitoso sem distinção entre o rico e o pobre.

A entrevistada 13 exerce a função de presidente da Associação Educativa e Cultural Asa Branca, localizada na Rua Valdomiro Marçal do Carmo, número 61. Sua percepção das injustiças aborda a ausência de investimento na população mais carente. Falta moradia, falta saneamento básico. Ser cúmplice do erro e não permitir o direito de as pessoas falarem e dizerem sua dor, também são consideradas injustiças: "a população está gritando, pedindo, reclamando, chorando e não fazem nada? Isso é uma injustiça grande, e as injustiças são cometidas em todas as esferas, não tem mais regra, não tem lei. O povo está desacreditado" (entrevistada 13, 2018). A entrevistada tece críticas aos políticos que já foram eleitos mais de uma vez, mas que deixam existir os mesmos problemas. Segundo ela, justiça é "respeitar o direito das pessoas". Para ela, o governo tem que promover acesso aos serviços.

A entrevistada 13 demonstrou uma sapiência incomum. De fato, mesmo sem tanto estudo formal, foi capaz de revelar uma riqueza adquirida por meio da vida prática, da experiência e de sua dedicação como voluntária. Seu trabalho em mediação de conflitos evidenciou que a luta pela justiça é também uma luta pela paz. Nesse caminho, a escuta empática, a ausência de julgamentos e a capacidade de sentir a dor do outro são imprescindíveis para a promoção do diálogo e a resolução dos conflitos.

A entrevistada 14 (44 anos) é moradora do bairro Pedrinhas e trabalha com a comunidade desde o ano 2000, inicialmente através da Igreja, com a Pastoral da Criança. Em 2009, fundou a Associação Comunitária Partilhando Vida (ACP VIDA), a qual continuou como creche até 2014. O espaço conta com biblioteca e oferece lanche todos os dias da semana e sopa nas sextas-feiras.

A entrevistada 14 conta que a Associação promove eleições regulares (a cada quatro anos) e que ela mesma ficou 8 anos como presidente da associação; atualmente, outra pessoa responde pela presidência. Podemos constar, devido ao seu relato, que a relação entre elas pareceu ser harmônica e sem grandes conflitos.

Quando interrogada sobre a questão da injustiça achou melhor não responder, mas acabou relatando um certo desgaste na parceria com a prefeitura, pois quando a prefeitura assumiu a creche, colocou pessoas da gestão para trabalhar na associação e as mesmas não tinham a experiência com a comunidade e suas necessidades, acabando por prejudicar na seleção das crianças que poderiam frequentar a creche. Segundo Fátima, essa ausência de autonomia foi um procedimento injusto, pois "quem está diariamente é que sabe da necessidade" (entrevistada 14, 2019). Quanto ao tratamento dado à ideia de justiça, pontuou que justiça é benéfica para aquele que recebe

> [...]. Por exemplo, eu vou fazer uma associação, porque eu vou ter um nome é uma coisa, mas se a comunidade não responde, não dá em nada, então eu tenho que ver qual a necessidade da comunidade, que eu posso oferecer para comunidade que vai ser benéfico, então eu não posso pensar só em mim [...] (Entrevista realizada em janeiro de 2019).

Aos 58 anos de idade e com um trabalho prestado à comunidade, a entrevistada 15, que foi Agente Comunitária de Saúde (ACS), concedeu uma entrevista no mês de fevereiro de 2019, no bairro Campo Alegre, no Centro Comunitário de Arte, Cultura, Esporte e Cidadania – doravante denominada CCACEC, anteriormente chamada pelo nome Associação Produtiva do Bairro Timbaúba. Nessa entrevista, declara que iniciou a associação em 2009 com um movimento cultural de um grupo junino para as crianças.

A propósito da justiça, foi lacônica ao denunciar o fato de as pessoas que ocupam cargos públicos responsáveis pela justiça, paradoxalmente, cometerem injustiças. Nota-se que, em sua concepção, aspectos da justiça socioespacial na perspectiva distributiva que, de acordo com ela, "são equipamentos públicos espalhados em todo o arredor da cidade onde atenda a demanda". Critica a distribuição desigual e a distância dos equipamentos e serviços urbanos para a população, "porque hoje 'ah tem os CRAS'. Muito bem, tem os CRAS, mas aí, quantas comunidades o CRAS atende? 'Ah tem o conselho da criança e do adolescente, tem dois conselhos já'. Sim, mas qual a distância?" (entrevistada 15, 2019).

Fundada por volta de 1983, a Associação Produtiva dos Moradores do bairro São José e Adjacência tem o entrevistado 16 como o único presidente até o presente momento. Houve eleições e ele venceu todas, por ter, segundo ele, credibilidade e ter recebido o reconhecimento das pessoas. Em suas palavras: "ser de confiança e que faz as coisas acontecerem" (entrevistado 16, 2019). Atualmente tem 80 anos de idade e se encontra aposentado como funcionário público da prefeitura.

O entrevistado considerou a corrupção como a principal injustiça. Atualmente, relata um certo desinteresse com o envolvimento político e se mostrou descrente da justiça, devido ao alto índice de impunidade, e falou sobre a criminalidade e a violência no bairro.

A seguir o quadro síntese das concepções da justiça/injustiça na visão das lideranças.

Quadro 6 – Síntese das Concepções de mundo das lideranças comunitárias: desenvolvimento urbano e visão da justiça/injustiça

SUJEITO/ BAIRRO	JUSTIÇA (Atitudes valorizadas)	INJUSTIÇA (Atitudes rejeitadas)
Entrevistada 12 (Frei Damião)	Igualdade Honestidade Tratamento adequado e respeitoso sem distinção entre o rico e o pobre	Violência Indiferença dos políticos Compra e venda de voto Ausência de medicamento
Entrevistada 13 (Triângulo)	Colocar-se no lugar do outro Agir para corrigir as injustiças Respeitar e garantir os direitos das pessoas	Falta de moradia Falta de saneamento Não cumprimento da lei Ausência de fiscalização Tirar o direito das pessoas Ver o que está errado e não cobrar
Entrevistada 14 (Pedrinhas)	É aquilo que é benéfico a quem está recebendo	Ausência de autonomia na parceria com a prefeitura
Entrevistada 15 (Campo Alegre)	Educação integral para todos Corrigir as pessoas que estão em cargos de responsabilidade social e cometem injustiças	Desatenção com a educação dos filhos Indiferença dos políticos Desonestidade Corrupção
Entrevistado 16 (São José)	Honestidade Prometer e cumprir Descrença com a justiça legal	Violência Impunidade Desigualdade Corrupção dos políticos Compra e venda de votos Tratamento desigual para rico e pobre

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

7. JUSTIÇA SOCIOESPACIAL EM UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL

Sob os aspectos da justiça (atitudes valorizadas) e da injustiça (atitudes rejeitadas), com relação às concepções encontradas no PDDU, pôde-se conferir que no aspecto da justiça foram poucas as semelhanças, ficando restritas basicamente à educação e garantia dos serviços públicos. Outro aspecto reside no fato de os líderes solicitarem como aspecto essencial da justiça se colocar no lugar do outro, reivindicar tratamento adequado e respeitoso, sem distinção entre rico e pobre, reconhecer o valor da honestidade, entre outros. Já o PDDU aborda o atendimento aos serviços, desenvolver a economia, a participação, regularização fundiária, garantir o esgotamento sanitário, dentre outros.

No que toca às injustiças, observou-se como semelhança: desigualdade, déficit na oferta de saúde e ausência de infraestrutura. No aspecto da justiça, enquanto o PDDU valoriza o desenvolvimento da economia e do turismo, as lideranças estão requerendo corrigir as injustiças e a condição de que para ofertar um serviço público é necessário o diálogo com a comunidade. No que toca às injustiças, enquanto o PDDU relata a mortalidade infantil, taxa de analfabetismo e a concentração de renda, as lideranças das

associações destacaram: impunidade, desonestidade, corrupção, ausência de autonomia quando existe parceria com a prefeitura, ausência de fiscalização, compra e venda de voto, violência, corrupção política, o não cumprimento da lei, a indiferença dos políticos, dentre outros aspectos que não foram abordados no PDDU.

Com relação aos entrevistados que participaram do período (1997-2000), nos aspectos da injustiça, conferiram-se as seguintes semelhanças: déficit habitacional, desigualdade e não cumprimento da lei. Enquanto os entrevistados (da gestão 2009-2012) falaram dos baixos salários, da cidade tratada como mercadoria, ausência de recursos, de planejamento, de transporte, de profissionais qualificados, entre outros, as lideranças estavam mais preocupadas em corrigir a retirada dos direitos, a impunidade, a violência, a indiferença, o tratamento desigual.

Em relação às concepções de justiça e injustiça inseridas no segundo momento, não houve menção à ideia de garantia ao acesso à justiça gratuita, justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, isonomia para agentes públicos e privados, atendido o interesse social e gestão democrática, como citado no Estatuto da Cidade.

Quanto às injustiças inseridas pelo Estatuto da Cidade, as lideranças não tocaram em assuntos como o uso incompatível ou inconveniente dos imóveis, a poluição e a degradação ambiental, a retenção especulativa do imóvel urbano, o uso excessivo ou inadequado do solo e o deixar de promover a adequada participação popular. Quanto a esse último aspecto, vimos que, para as lideranças, a participação é algo importante, no entanto, eles estão mais preocupados na atuação da própria associação e seus interesses específicos do que na reivindicação por algo à prefeitura, salvo aspectos pontuais. Quanto à semelhança dos aspectos da justiça, temos: igualdade e atender as necessidades dos cidadãos.

Com relação à Proposta Metodológica, houve semelhanças no sentido da justiça nos seguintes aspectos: ao promover uma cidade com garantia de serviços urbanos, na ideia de descentralização do poder administrativo como forma de ampliar a participação local, na ampliação do diálogo com as comunidades, mas não foi comentado o desenvolvimento das pessoas através das capacitações que podem ser promovidas pelo governo local. Há a crítica à ideia de cidade para poucos, porém esta crítica não é tão clara e sistemática na cabeça dos entrevistados. Quanto à injustiça, o que parece ser unânime, para ambos os casos, é a defesa da prioridade do bem coletivo em detrimento do bem individual.

No que toca às semelhanças e diferenças na visão das pessoas que participaram da gestão (2009-2012) com relação às lideranças aqui tratadas, viu-se que as principais semelhanças com relação aos aspectos da injustiça foram: compra e venda de voto, corrupção política, não cumprimento da lei, falta de moradia, desigualdade e indiferença. Quanto às principais diferenças (o que chega mais a ser “ausências”) não foi observada uma crítica lúcida em relação à democracia eleitoral, à acumulação de renda, ao Estado controlado por uma elite, nem à luta de classe (opressão de uma classe por outra). Quando isso foi citado, versaram apenas em relação ao tratamento inadequado e desigual entre rico e pobre.

Algumas atitudes valorizadas são bastantes consonantes, por exemplo: ajudar o próximo, corrigir injustiças, respeitar e garantir os direitos das pessoas. Entretanto, em alguns aspectos, para aqueles que participaram de cargos públicos, há uma ampliação da visão, como equiparar a distribuição de renda, condenação ao não pagamento do IPTU, colocar limite no poder e no dinheiro, o questionamento à predominância da visão masculina, a observação da opressão de uma classe por outra e o rompimento da apropriação infinita permitida pelo capitalismo.

A temática sobre a justiça e a injustiça foi bem abrangente. O propósito não é apenas uma predominante busca para ter acesso aos bens e serviços que promovem o bem-estar. A pesquisa mostrou que há uma presença marcante pelo desejo de reconhecimento do poder público ao trabalho desenvolvido nas associações, e repetidas vezes foi realizada a crítica ao estigma da pessoa com baixa renda que recebe tratamento inadequado e desrespeitoso a depender das condições financeiras.

Na ideia de justiça não há um aspecto que prevaleça e sobreponha aos demais. Observou-se a valorização das seguintes atitudes: honestidade, ajudar ao próximo, se colocar no lugar do outro, respeito, corrigir as injustiças, a luta por direitos, a prioridade do bem comum, além de outros que foram citados. Quanto à correção das injustiças, notou-se: a crítica à indiferença política, à ausência de atendimento pelos serviços públicos, à corrupção, à violência, à compra e venda de voto. É sabido que outros temas não foram alvo de anseio por parte dos entrevistados, pois não fazem parte do propósito das associações, observando-se a descrença com os políticos e com a justiça institucional.

Isso demonstra que a justiça socioespacial possui um caráter multidimensional, não tratando apenas do caráter distributivo dos equipamentos e da garantia de acesso aos serviços básicos e prioritários. Sua escala é bastante abrangente, desde as relações de proximidade até as relações entre governo e governados, e as possíveis interferências a nível global. Este último tema, por demais interessante, não foi, no momento, alvo de escrutínio.

De acordo com a pesquisa local sobressaem-se alguns elementos que servem para lançar luz ao conceito de justiça socioespacial em uma perspectiva multidimensional, inserido no planejamento urbano participativo com vias ao desenvolvimento urbano. São eles, mas não apenas: a) Virtudes comportamentais como respeito, solidariedade, dignidade e honestidade; b) Correção das injustiças: tratamento diferenciado entre ricos e pobres; distribuição desigual dos equipamentos e serviços públicos; indiferença do poder público com as pessoas mais necessitadas e corrupção; c) Luta por direitos: moradia, saúde, educação, saneamento básico e infraestrutura urbana. Amparados por três premissas: I) Diálogo visto como fundamental para a compreensão do bem do outro e para o provento da alteridade; II) Reconhecer que sabe o bem aquele que recebe; III) Descentralização territorial como base para o ambiente democrático.

Nesse intento destacaram-se do campo empírico cinco aspectos valiosos (dentre outros). Foram eles: a luta por direitos; o diálogo como natureza da justiça; sabe o bem quem o recebe; atuação na perspectiva distributiva e a adesão à ética das virtudes.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia participativa aparece como possibilidade de inclusão social através do diálogo, do reconhecimento do valor do outro, mas pouco se falou sobre as disparidades do poder decisório e da possibilidade da incompatibilidade de interesses. Quanto à visão do bem público, perpassa a ideia do senso comum ao colocá-la como sinônimo de bens públicos (oferta de infraestrutura e serviços).

Entretanto, ampliar e fortalecer um sistema realmente democrático poderá ser parte constitutiva de um processo chamado desenvolvimento, cuja prática criadora de oportunidades seja acompanhada pela real necessidade das pessoas, para, dessa forma, sensibilizar na discussão pública uma melhor compreensão sobre as dificuldades alheias.

Observou-se que os ideais de justiça perpassam valores em comum, como o combate às desigualdades, a busca pela equidade (geração de oportunidades para aqueles menos favorecidos) e a inclusão social como um dos principais valores.

A proposta defendida visou demonstrar que a participação popular no planejamento e gestão urbanos é considerada como critério da justiça socioespacial. Os conteúdos da justiça devem ser preenchidos através da avaliação das características, peculiaridades, necessidades e prioridades de cada lugar.

Assim, defende-se que para pensar a ideia de justiça socioespacial é necessária a participação de diferentes agentes, pois quem conhece a dor é aquele que sente e sabe o bem aquele que recebe. Portanto, a justiça socioespacial, em uma perspectiva multidimensional, prima pela participação como premissa, observa os condicionamentos ofertados pelo contexto espaço temporal, busca ver o mais necessitado, tem como termômetro de sua ação não prejudicar o outro, promove a paz, combate o excesso e a escassez, valoriza a virtude do servir, daquele que é capaz de ser solidário e empático com a dor do outro, prioriza o bem coletivo em detrimento do individual, limita o auto interesse e gera a possibilidade de rotatividade das decisões, busca transformar a transgressão comportamental, as injustiças e luta por direitos e reconhecimento, além de considerar que a vida boa depende da relação de reciprocidade nas relações sociais.

REFERÊNCIAS

[1] BARDIN, L. Análise de conteúdo. Tradução Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

[2] BRASIL, Ministério das Cidades. Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades, 2004. 160p.

[3] BRASIL, Governo Federal. Estatuto da Cidade. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 17 jan. 2011.

[4] BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320p.

[5] CEARÁ, Governo do Estado. Secretaria de Infra-Estrutura (SEINFRA). Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte. Juazeiro do Norte: Plano de Estruturação Urbana, 2000, 42 p. Disponível em: https://juazeiro.ce.gov.br/www2/Legislacao/LEI%202572-2000.pdf. Acesso em 19 jan. 2020.

[6] CEARÁ, Governo do Estado. Secretaria de Infra-Estrutura (SEINFRA). Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte. Lei 2.569 Lei de Organização Territorial. Plano Estratégico, 2000a.

[7] DIKEC, M. Justice and the spatial imagination. Environment and Planning, 2001.

[8] FERES JÚNIOR, J.; POGREBINSCHI, T. Teoria Política Contemporânea: uma Introdução. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

[9] GARGARELLA, R. As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

[10] GOMES, R. A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

[11] HARVEY, D. A Justiça Social e a Cidade. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: HUCITEC, 1980.

[12] MARICATO, E.; ARANTES, O.; VAINER, C. (2000). A cidade do pensamento único. 4. ed. Petrópolis: Vozes. v. 1. 192p.

[13] PINHO, Joelmir; QUEIROZ, R. M. F.; VAN DEN BRULE, David. Proposta Metodológica do Processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juazeiro do Norte, CE. 2012. Disponível em: <https://pdpjuazeiro.wordpress.com/docstecnicos/> Acesso em 09 set. 2019.

[14] SANDEL, M. Justiça: o que é a coisa certa a fazer. Tradução de Heloisa Matias e Maria Alice Máximo. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

[15] SOJA, E. En busca de la justicia espacial. Traducción: Carmen Azcárraga. Tirant Humanidades, Valencia, 2014.

Capítulo 14

Inovação institucional no Sistema Único de Saúde no contexto da pandemia de Covid-19

Arnobson dos Santos Costa
Janaina Novaes Sobrinho

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo abordar os conceitos de inovação e instituição na perspectivageográfica, dialogando com a inovação institucional do SUS no contexto da pandemia. Pensar o SUS numa perspectiva institucional colocando a inovação como conceito chave para o compromisso com a eficiência, tendo como princípios a universalidade, equidade e integralidade. O SUS pressupõe uma ideia constante de inovação, que busca equalizar o uso dos espaços, especialmente aqueles que sofrem com desigualdades locais e regionais em seu âmbito, isso porque a inovação chega nos lugares de forma desigual. O conceito de Inovação foi pensado a partir de Tunes (2016) e Kemper e Leles (2012) enquanto que o conceito de espaço foi balizado partindo de Santos (2006) e por fim o conceito de instituição que foi pensado a partir dos institucionalistas Veblen (1919) e North (1991). A etapa inicial da nossa pesquisa consiste num aprofundamento teórico conceitual da temática proposta, ou seja, consolidação do referencial bibliográfico disponível, os mais diversos como: artigos, livros, anais etc e no segundo momento realizaremos uma busca minuciosa de dados secundários nos mais diversos órgãos oficiais, sejam eles na esfera federal, estadual e municipal. Como resultados de pesquisa percebeu-se que o SUSprecisou se expandir de uma hora para outra para dar a resposta assistencial que a população necessitava. No tocante a Inovação Institucional realizada pelo SUS no combate a Pandemia do Covid-19 no Brasil podemos pontuar aqui algumas ações: a) Expansão da quantidade de leitos de UTI e construção de hospitais de campanha; b) Atenção primária e telemedicina; c) Formação e pesquisas científicas sendo realizadas para tratar e combater a COVID-19; d) Plataformas informativas; e, e) Programa Nacional de Vacinação contra a Covid-19 com foco na gestão de recursos e insumos, de modo a garantir a assistência integral aos pacientes.

Palavras-chave: SUS, Inovação, Espaço e Instituição.

1. INTRODUÇÃO

O presente texto, tem por objetivo abordar o conceito de inovação na perspectiva geográfica, dialogando com a inovação institucional do SUS no contexto da pandemia. A primeira parte discutiremos o que é inovação e a concepção da inovação na área da saúde,no segundo momento enfocaremos na Instituição do Sistema Único de Saúde - SUS e suaperspectiva de inovação no contexto da pandemia de Covid-19 na Bahia, em específico, o Plano de Vacinação contra a Covid-19 e por fim, uma breve conclusão.

Buscou-se analisar a inovação institucional do SUS no contexto da pandemia a partir de uma perspectiva dialética levando em consideração a compreensão da totalidade espaço/território abordando-os numa perspectiva integradora. A etapa inicial da nossa pesquisa consiste num aprofundamento teórico conceitual da temática proposta, ou seja, consolidação do referencial bibliográfico disponível, os mais diversos como: artigos, livros, anais etc e no segundo momento realizaremos uma busca minuciosa de dados secundários nos mais diversos órgãos oficiais, sejam eles na esfera federal, estadual e municipal.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. QUE PODEMOS ENTENDER POR INOVAÇÃO E INOVAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE

Para iniciarmos a nossa análise, apresentaremos aqui, a concepção de inovação. Segundo o Dicionário de Português Aurélio (2021) o significado de Inovação é “novidade; aquilo que é novo; o que apareceu recentemente [...] Ação ou efeito de inovar”. Em concordância com essa afirmação no Dicionário Frances Lerobert (2021), define “ação para inovar; coisa recém-introduzida, mudança, novidade. Inovações técnicas. Na definição do dicionário francesa a inovação técnica é acrescentada a sua definição. Já nos estudos da Geografia da Inovação, considera a inovação como um processo inovador, desde a concepção da ideia, elaboração, fabricação da inovação e a sua difusão espacial (TUNES, 2016).

A difusão espacial da inovação é uma perspectiva significativa nos estudos da Geografia, sendo o espaço geográfico seu objeto de estudo, isso possibilita uma análise mais atenta de como a geografia pode compreender melhor a distribuição espacial em referência as ações inovadoras do SUS em período de pandemia.

Na perspectiva do SUS, diferentes discussões vêm sendo travadas sobre a inovação do SUS. Abrange as inovações nas áreas de atendimento, gestão, financiamento,entre outras. Aqui optaremos pela elaboração do conceito de inovação apresentada pelo Laboratório de Inovação, sendo que, a proposta do Laboratório de Inovação vem sendo desenvolvida desde 2008 e faz parte do escopo de cooperação técnica entre a OrganizaçãoPanamericana de Saúde - OPAS, a Organização Mundial de Saúde - OMS e o Ministérioda Saúde – MS.

Segundo Kemper e Leles (2012) o Laboratório de Inovação são:

> espaços de produção de evidências e de gestão do conhecimento, a partir de práticas, processos, ferramentas, programas e políticas inovadoras na área da saúde. Foi desenvolvido como uma proposta metodológica para produzir, qualificar, sistematizar e divulgar as inovações em saúde, inicialmente no âmbito do SUS e com foco nas Redes de Atenção e Atenção Primária em Saúde.

Mesmo buscando focar os experiencias das Redes de Atenção Primarias, a discussão sobre inovação ultrapassa essa temática, quando segundo Kemper e Leles (2012) afirma a concepção de inovação como:

> o conceito utilizado para inovação em saúde é a de introdução e adoçãode novos processos, produtos, práticas, programas ou políticas criadas para atender um problema real e que se destina a trazer benefícios significativos para indivíduos, grupos, sociedades ou organizações. Essa definição destaca o valor social da inovação, ou seja, não basta ser novo ou somente uma sofisticação tecnológica, mas sim, os resultados positivos que ela produz para os indivíduos ou coletividade (Pg. 09 e 10).

Essa concepção nos aponta que, os resultados produzidos na coletividade são fundamentais para serem considerados inovação, ou seja, a inovação deve estar embasada por evidencias e devem ser traduzidas e aplicáveis aos sistemas de saúde. Essa garantia ao realizar a inovação, faz com que a inovação na saúde gere eficiência, possibilitando omelhoramento de todo o sistema.

Contudo, essa concepção apresentada acima, nos possibilitará entender como a inovação está pautada no SUS, enquanto instituição e os seus desdobramentos no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil.

2.2. A INSTITUIÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS E SUA PERSPECTIVA DE INOVAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

Pensar o SUS numa perspectiva institucional colocando a inovação como conceitochave para o compromisso com a eficiência, universalidade, equidade, bem comum e integralidade é nosso desafio. O SUS é uma Instituição formal, foi criado pela Lei 8080/1990 que desde então levou a uma trajetória de muito esforço e desafios enfrentados, diariamente, para proporcionar e garantir o direito universal à saúde como dever do Estado.

Compreender a organização do SUS significa trazê-lo para um diálogo com os conceitos de Inovação e Instituição. Assim, como abordado na primeira parte deste artigo podemos definir inovação como a capacidade de desenvolver e aplicar conhecimento, pode ser entendida também como a produção de conhecimento, aplicando este conhecimento em determinadas ações e atividades. A inovação no contexto do SUS pressupõe basicamente duas perspectivas: uma espacial, abordando os aspectos econômicos, técnicos e políticos, e outra; uma abordagem territorial, onde se destaca a construção social permeada de conflitos e relações de poder, uma perspectiva territorial, pois demanda um arcabouço de sistemas territoriais de inovação calçados nos componentes, interações e coordenação visando uma busca incessante pela eficiência e viabilização temporal e espacial das políticas públicas.

A complexidade de uma Instituição como o SUS está relacionada ao seu repertório de funções que podem e são combinadas no seu uso, assim pensar a ideia de Inovação Institucional do SUS significa pensar o espaço na concepção de Miltos Santos (2006).

> Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes (p.63).

Os objetos, que em conjunto com as ações formam o espaço geográfico "*os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida." (p.75),* os objetos são as formas materiais que possibilitam o funcionamento de uma Instituição e que por sua vez tais objetos podem serdefinidos como inovações que possibilitam a evolução de determinadas ações e atividades. Por outro lado *"as ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições." (p.82).* As ações como conjunto das relações, não só dos indivíduos como também institucionais que buscam a eficiência daquilo que se propõe a fazer. Santos avança na definição de espaço ao afirmar que é:

> [...] algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente. (SANTOS,2006, p. 46).

A palavra dinâmica é utilizada para caracterizar o movimento, a transformação e até mesmo as contradições presentes no espaço. Com referência aos objetos, eles são cada vez mais produtos da ação humana através do trabalho do que naturais e seu valor no modelo atual está na sua eficácia, na sua contribuição para a produtividade. Os sistemas de objetos influenciam os sistemas de ações, os sistemas de ações influenciam os sistemas de objetos. Os sistemas de objetos e os sistemas de ações estão indissoluvelmente juntos e a soma e interação compreende o espaço. Para estudar o espaço é necessário verificar as articulações e influências existente entre os sistemas de ações e os sistemas de objetos.

O SUS pressupõe uma ideia constante de inovação, que busca equalizar o uso dos espaços, especialmente aqueles que sofrem com desigualdades locais e regionais em seu âmbito, isso porque a inovação chega nos lugares de forma desigual, como afirma Santos(1996):

> Do ponto de vista da composição quantitativa e qualitativa dos subespaços (aporte da ciência, da tecnologia e da informação), haveria áreas de densidade (zonas "luminosas"), áreas praticamente vazias (zonas "opacas") e uma infinidade de situações intermediarias, estando cada combinação à altura de suportar as diferentes modalidades do funcionamento das sociedades em questão (p.48).

Neste contexto das diferenciações espaciais a Instituição SUS, que tem uma função definida, vai atuar visando eficiência, universalidade, equidade, bem comum, direito universal e integralidade.

Entretanto, antes de prosseguirmos no desafio de abordar a Instituição SUS e sua perspectiva inovadora no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil, faz-se necessário uma breve construção teórica sobre o conceito de Instituição para que possamos ganhar clareza sobre a relevância das instituições na redução das incertezas e na busca pela eficiência.

3. INSTITUIÇÃO E INSTITUCIONALISMO

Atualmente a teoria institucionalista reúne um corpo teórico muito vasto e abrangente. Existe uma série de vertentes teóricas, que têm feito grandes avanços no sentido de explicar a importância do campo de estudo institucionalista. O fato é que a teoria institucionalista tem crescido de importância, seja para explicar o funcionamento da economia ou para observar como a mudança institucional afeta o modo de vida das pessoas e a organização espacial em diferentes escalas geográficas.

As instituições existem e foram pensadas para reduzir as incertezas nas interações humanas e potencializar a eficiência no que ela se propõe a fazer, priorizando relações coletivas em detrimento de relações personalistas. O debate sobre institucionalismo surge no campo da economia, mais especificamente na economia institucional onde buscou-se pensar formas eficientes de crescimento econômico com a minimização de incertezas para o mercado, ao longo do tempo o debate institucionalista foi sendo alargado para outras ciências e assim as instituições hoje não são apenas objeto de debate no campo da economia, mas estão inseridas num leque mais amplo e interdisciplinar, onde estão inseridas no ramo do direito, das ciências sociais, da filosofia e também da geografia, que busca pensar a organização do espaço geográfico numa perspectiva institucional.

A economia institucional conquistou seu lugar, enquanto programa de pesquisa, no pensamento econômico no final do século XIX com os escritos seminais de Thorstein Veblen, porquanto elementos institucionais possam ser identificados nos escritos de autores como Adam Smith, Karl Marx e Alfred Marshall (Hodgson, 1999). Contudo, nosso ponto de partida será a velha economia institucional ThorsteinVeblen, John Commons e Wesley Mitchell, que se desenvolveu no final do século XIX e início do século XX, e que mais tarde, na pós segunda guerra mundial seria contraposta pela nova economia institucional, tendo como principais representantes Douglas North, Ronald Coase e Oliver Williamson.

A velha economia institucional defende uma ciência econômica que reconheça o processo evolutivo das instituições, evoluir é um processo de mudança das estruturas institucionais. A abordagem da VEI (Velha Economia Institucional) traz uma abordagem darwiniana das instituições, uma perspectiva evolucionista onde fatores como: variação, mudanças nas estruturas, herança, seleção, mutação adaptação e inovação estão presentes.

Os pensadores da VEI defendiam que as instituições precisam estar abertas às mudanças de estruturas, se elas ficam estáticas no processo histórico eles tendem a desaparecer e/ou tornar-se obsoletas e ineficientes, neste sentido a ideia de inovação é um elemento central dentro da evolução das estruturas, pois elas permitem um constante processo de adaptação, seleção e mutação. A inovação nas instituições pressupõe estar abertas às mudanças de estruturas.

Para Veblen (1919), as instituições são definidas como hábitos estabelecidos pelo pensamento comum, de forma generalizada, pelos homens. São os hábitos de pensamento, ao tornarem-se coletivos, generalizados e enraizados no ambiente, que formam as instituições políticas, econômicas e sociais. Os hábitos são desenvolvidos quando os agentes procuram atingir determinados fins e estão relacionados a

comportamentos repetidos, que reforçam a existência das instituições.

A definição de Instituições de Veblen (1919) exposta acima mantem uma estreita relação com a ideia de inovação entendida como a produção de conhecimento, aplicando este conhecimento em determinadas ações e atividades, uma vez ambos nos reportam ao estabelecimento de pensamentos e a produção de conhecimentos, estes irão compor a concretude das instituições, de modo que podemos afirmar que o processo de constituição das instituições são atos inovadores por natureza que se materializam através de competências internas e na capacidade de absorção das aprendizagens.

Tanto Instituição quanto Inovação são processos coletivos, interativos e evolutivos. As inovações estão sujeitas as rotinas institucionais, convenções sociais e relações de confiança formado por agentes diversos com competências diferentes e pelas interações entre eles.

John Commons (1934) aborda a evolução das instituições a partir do conflito e as inovações institucionais decorreram da necessidade de superar o que está posto. As instituições possuem o papel instrumental de resolver conflitos a partir da inovação. O ponto de vista de Commons (1934) era o de que à medida que os indivíduos repetiam as práticas impostas ou autorizadas pelo controle das regras de operação da ação coletiva, aquelas práticas logo se tornavam habituais, gradualmente enrijecendo em costumes, e eventualmente sendo mesmo percebidas como "naturais". À medida que a natureza subjacente dos conflitos de interesse muda ao longo do tempo devido à inovação tecnológica, à descoberta de recursos, e assim por diante, as regras de operação não serão suficientes para impedir o conflito aberto. Quando o conflito aberto ocorre, as partes em disputa serão geralmente cada uma capazes de identificarem práticas costumeiras que, se ampliadas para regular o novo tipo de conflito, resolveriam a disputa em favor de sua própria vantagem percebida.

O NEI (Novo Intitucionalismo Econômica) ganha força no pós segunda guerra mundial com Ronald Coase (1910 – 2013) em seu celebre artigo *"A natureza da firma",* Douglass North (1920 – 2015) em seus trabalhos sobre a *Teoria Instituicional* e Oliver Williamson (1932 – 2020) que contribuiu com a *Teoria dos custos de transação* para estes autores Instituição, referia-se as regras do jogo, elas seriam a regras formais e informais, para os novos institucionalistas as coisas funcionam bem quando as instituições são boas, a inovação institucional ocorre quando há mudanças na forma institucional de realizar a sociedade e tem-se um padrão de comportamento dos indivíduos. Douglas North (1991, p. 97) define as instituições:

> Instituições são restrições humanamente concebidas que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais. Elas consistem tanto em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições, e códigos de conduta), quanto em restrições formais (constituições, leis, direitos de propriedade).

Essas regras são criadas pelos indivíduos para servir de restrição à sua própria ação, permitindo a interação social. Nessa perspectiva, os indivíduos respeitam as regras porque existem sanções implicadas em seu descumprimento. As instituições impõem a necessidade de respeito as regras pois os indivíduos são naturalmente oportunistamente que somente pode ter seu agir puramente auto interessado freado pelas sanções postas em sua maior parte pelo Estado. Para este autor as instituições formam-se com diferentes graus de eficiência de sociedade para promover a cooperação entre os agentes. A ideia de Inovação Institucional está presente na proposta de North (2004) quando ele coloca que:

> Embora cada indivíduo tenha um processo próprio de aprendizagem e, portanto, um modelo cognitivo ímpar, as crenças e as percepções resultam de uma estrutura institucional e educacional comum e se disseminam sobre as sociedades e afetam seu crescimento. A aprendizagem é responsável pela constante modificação dos modelos mentais, que são revisados, redefinidos ou rejeitados dependendo de sua habilidade em interpretar o ambiente (North et al., 2004; North, 2005).

O processo de aprendizagem dá origem a modelos cognitivos individuais, responsáveis pela modelagem da realidade. A inovação começa no processo de produção de conhecimentos, e se manifesta nas construções individuais e principalmente coletivas, deste processo de invasão temos as instituições que são resultados das inovações que operam o tempo/espaço. A partir da evolução dessas experiências os indivíduos formam os modelos mentais, que explicam e interpretam o meio no qual se inserem e, em última instância, determinam o comportamento social. Essa transmissão pode acontecer de uma forma teórica (pelo hábito

de expressar ideias através de palavras), de forma prática (conhecimento prático / "knowing how").

As instituições são criações humanas, são regras do jogo, ou seja, princípios formais e informais que dizem como a sociedade deve funcionar em relação à determinada questão. Elas surgem como um organizador de expectativas, com sansão para punir, necessidade de seguir regras, oferecem um caminho, permeada por transaçõesimpessoais complexas.

Podemos dizer também que as instituições são o resultado da interação dos homens, sua forma de pensar e sua forma de produzir sua ação, um padrão coletivo da humanidade que é produzida ao longo do processo histórico, definindo um padrão de comportamento.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. AS INOVAÇÕES INSTITUCIONAIS DO SUS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: PLANO DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 NO ESTADO DA BAHIA

A pandemia do Covid-19 no Brasil impôs o desafio da inovação institucional ao SUS visando uma resposta rápida e articulada no combate a pandemia para que o 5º (quinto) maior país do mundo em extensão territorial, com 8,51 milhões de quilómetros quadrados e 6º (sexto) maior país do mundo em termos populacionais com 207,8 milhões de pessoas não entrassem numa crise sanitária e social profunda e irreversível.

Com a criação do SUS através da Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, três princípios básicos o caracterizam: 1) Universalização: a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais; 2) Equidade: o objetivo desse princípio é diminuir desigualdades. Apesar de todas as pessoas possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas. Em outras palavras, equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior e; 3) Integralidade: este princípio considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades. Para isso, é importante a integração de ações, incluindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação.

Mesmo com inúmeras ações estratégicas do capitalismo neoliberal que visam precarizar o SUS através das políticas aprovados nos últimos anos para efetivar o seu desmonte e seu sucateamento, como a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016aprovada no Governo de Michel Temer, que permitiu fortemente a diminuição dos gastos públicos com a saúde, o SUS por ser uma instituição consolidada vem desempenhando um papel fundamental para salvar vidas, e umas dessas ações fundamentais é a produção da vacina por instituições públicas, como o Butantã e a Fiocruz, e sua distribuição e aplicação através do Plano Nacional de Imunização, que mesmo recebendo críticas (desorganizado e falta de clareza) tem sua importância diante da realidade que vivemos.

4.2. PLANO DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 NO ESTADO DA BAHIA

A realidade brasileira em relação a vacinação contra a COVID-19 é dramática e preocupante. A CPI da Covid-19 tem revelado, além do negacionismo do Governo Federal, a negligência e ingestão nas compras das vacinas. Segundo a CPI, o governo Bolsonaro negou a compra por vezes da Pfizer, além de dificultar a produção da Vacina Coronavac, produzida pelo Butantan. Mesmo com tantas dificuldades impostas, o Plano Nacional de Imunização tem a sua importância, funcionalidade e eficiência consolidada historicamente, e se reinventa a cada necessidade imposta, sendo assim, apresentaremos aqui o Plano de Vacinação contra a Covid-19 do estado da Bahia e suas ações inovadoras diante da realidade imposta pela pandemia.

Para os levantamentos de dados sobre as inovações nas ações de realização do Plano de Vacinação contra a COVID-19 no estado da Bahia, buscamos utilizar aqui os dados apresentados pela Secretária de Saúde do Estado – SESAB.

O Plano de Imunização apresentado, tem por objetivo definir ações estratégicas e programar a logística operacional para vacinar a população baiana contra a Covid-19, em 2021. E por objetivos específicos propõem: 1) apresentar a população-alvo e grupos prioritários para vacinação; 2) Otimizar os recursos existentes por meio de planejamento e programação oportunos para operacionalização da vacinação nas

diferentes esferas de gestão; 3) Instrumentalizar os gestores com vistas a uma adequada operacionalização dacampanha de vacinação contra Covid-19, em 2021, no âmbito dos seus territórios, no estado da Bahia; 4) Realizar o apoio matricial/institucional às regionais e municípios paravacinação contra o Covid-19; e por fim, 5) Promover uma campanha de vacinação de forma segura e integrada em todo o estado da Bahia (BAHIA, 2021).

Para a realização das campanhas de vacinação, o Plano vem sendo dividido por fazes de vacinação, seguindo cronograma em conformidade com o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19. Segundo as fases prioritárias devacinação, a campanha está dividida em grupos prioritários de 4 fases, onde na fase 1 são os trabalhadores de saúde, idosos ≥ 75 anos, idosos ≥ 60 anos que moram em abrigos públicos ou privados, indígenas, povos e comunidades tradicionais e ribeirinhas. A fase 2 serão os idosos de 60 a 74 anos. A fase 3 pessoas com comorbidades (risco maior de agravamento) e na fase 4 estão as pessoas em situação de rua, forças de segurança e salvamento, trabalhadores da educação, pessoas com deficiência institucionalizadas, pessoas com deficiência permanente severa, caminhoneiros, trabalhadores de transporte coletivo rodoviário e metroferroviário de passageiros, trabalhadores de transporte aéreo, trabalhadores portuários, população privada de liberdade, funcionário do sistema de privação de liberdade, totalizando as 4 fases em 5.080.001 pessoas (BAHIA, 2021) Porém, as fases só avançarão com a chegada da vacina, que ainda continua lenta, diante da ineficiência do Governo Federal.

Para a operacionalização da vacina, o estado optou por algumas ações, que são inovadoras em comparação a outros planos de vacinação, devido a urgência do caso. O plano apresenta ações relacionadas a gestão, planejamento, estratégias de vacinação, capacitação, logísticas de distribuição das vacinas, sistema de informações dos registros de doses aplicadas e a parte da farmacovigilância, que é área que tem por objetivo identificar, investigar e atuar frente a eventuais problemas relacionados a qualidade dessas vacinas. Apresentaremos aqui cada ação:

A) GESTÃO

O plano apresenta que está ação envolve as três esferas gestoras do Sistema Únicode Saúde (SUS), contando com recursos da União, das Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e Secretarias Municipais de Saúde (SMS).

Para efetivação das ações no território, alguns atores políticos são fundamentais, a exemplo dos Núcleos Regionais de Saúde (NRS), Diretorias da Atenção Básica (DAB), Secretarias Municipais de Saúde, Distrito Sanitário de Saúde Indígena (Dsei/Bahia) e as instâncias colegiadas de gestão e pactuação do SUS, como o Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia - COSEMS, Comissão Intergestora Bibartide - CIB e a Comissão Intergestoras Regionais - CIR, e de controle social, como o ConselhoEstadual de Saúde e os Conselhos Municipais de Saúde - CMS.

A parceria dessas instâncias busca a concretização da vacinação nos municípios, com maior transparecia e agilidade.

B) PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

O Plano propõe que as ações sejam realizadas entre a Secretária Estadual de Saúde e as Secretarias Municipais de Saúde, com o objetivo de organizar a vacinação em um curto prazo de tempo e evitar a sobrecarga nos serviços de saúde durante a campanha de vacinação.

A Secretaria de Saúde do Estado recomenda que cada município elabore o Plano Municipal de Vacinação contra o COVID-19, e conforme a estrutura local e recursos disponíveis, dimensione a ampliação de recursos humanos, materiais e físicos, bem comoa ampliação do número de pontos estratégicos específicos para vacinação contra COVID-19, viabilizando o aumento da capacidade logística e de atendimento. Cada município deverá dimensionar, segundo realidade local e microprogramação, a necessidade de aumento da capacidade de atendimento para cumprimento das metas de vacinação (Bahia,2021).

C) ESTRATÉGIAS DE VACINAÇÃO

Com o intuito de facilitar o acesso a vacinação, os municípios, conjuntamente com o estado, definirão a melhor estratégia para vacinar a população, de maneira rápida e oportuna, nas salas de vacinação das unidades de saúde e nos postos volantes.

O Plano assinala alguns pontos a serem seguidos, como por exemplo, vacinação casa a casa para aqueles que têm mobilidade limitada ou que estejam acamados; vacinação em drive thru, nos centros urbanos; organização da unidade primária em saúdeem diferentes frentes de vacinação, para evitar aglomeração.

D) CAPACITAÇÃO

O Plano propõe capacitações para os servidores que estão atuando área de frete davacinação, direcionadas às novas tecnologias que já foram incorporadas aos procedimentos da vacinação bem como, acerca de processos de trabalho, considerando a possibilidade do uso de diversas estratégias para garantia da vacinação.

O estado tem passado as orientações técnicas da campanha através das plataformas virtuais, com vistas a preparação das equipes regionais e municipais que atuarão no planejamento e execução da campanha de vacinação (Bahia, 2021).

E) LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO

O plano aponta que a frota de vínculos foram ampliadas, apresenta os quatro Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais do estado, caminhões refrigerados, para acelerar a distribuição da vacina em um a dois dias, a partir da chegadado imunizante (BAHIA, 2021).

F) SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA REGISTRO DAS DOSES APLICADAS

Foi desenvolvido um módulo específico para registro de vacinação contra Covid 19. Esse módulo contempla as seguintes funcionalidades: (1) Registro de vacinados; (2) Controle da distribuição de vacinas; (3) Monitoramento dos Eventos Adversos Pós- vacinação; (4) Painel de visualização de informações para gestores, técnicos e público geral.

G) FARMACOVIGILÂNCIA

A área de farmacovigilância tem por objetivo avaliar a segurança do produto a partir da análise de eventos adversos pós-vacinação, bem como identificar, investigar e atuar frente a eventuais problemas relacionados a qualidade dessas vacinas durante o período da estratégia de vacinação, estabelecido pelo PNI.

A área de farmacovigilância trabalha em parceria com o Sistema Nacional de Vigilância de Eventos Adversos Pós Vacinação (SNVEAPV).

O Plano de Vacinação contra a COVID-19 no estado da Bahia está em consonância com o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid- 19, por meio do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde.

Mesmo com todas as ações já mencionadas, realizadas pelo governo Bolsonaro, tanto em negar a pandemia como também na ingestão nas compras das vacinas, a vacinação no brasil tem acontecido a passos lentos, diante da falta de imunizantes. Porém as ações já consolidadas do SUS no processo de vacinação tem acontecido em diferentes cidades, com o intuito de aplicar as vacinas que chagam o mais rápido possível.

Contudo, não podemos deixar aqui, de relatar que, com toda a eficiência históricado SUS, alguns municípios ao realizarem as campanhas da vacinação, em diferentes frentes, tem deparado com as grandes desigualdades sociais que a sociedade está inserida. Podemos citar alguns exemplos nas imagens 1 e 2. A inovação para a vacinação em drivethrus, teve sua efetividade, porém retrata a grande desigualdade social e econômica da população. Enquanto uma parte da população fica em carros particulares, de forma mais confortável, outra grande parte da população fica expostas às intempéries do tempo, como chuva ou sol, chegando nos postos de vacinação ainda pela madrugada.

Imagem 1: Fila para vacinação no 5º Centro de Saúde Clementino Fraga naAvenida Centenário, em Salvador

Fonte: CORREIA, 2021.

Imagem 2: Fila para vacinação na Arena Fonte Nova, em Salvador

Fonte: FALÇÃO, 2021.

Os fatos relatados acima são da cidade de Salvador, porém a população tem enfrentado essa realidade em outras capitais e cidades médias.

Para tentar amenizar tais problemas, a Prefeitura Municipal de Salvador tem construído algumas estratégicas inovadoras, a exemplo: para tentar diminuir o tempo de espera na fila desenvolveu uma plataforma digital chamada *Filômetro*, que tem por objetivo evitar filas para vacinação contra a Covid-19. Desde março, o site informa em tempo real a intensidade das filas em cada um dos postos de vacinação – drives-thru e pontos fixos; Site *Hora Marcada*, plataforma que agenda pessoas que compõem o público alvo da vacinação; *Viradão da Vacinação*, que são postos de vacinação, funcionando 33 horas ou 48 horas interruptos de vacinação na cidade; A *Vacinação Expressa*, plataforma com disponibilidade de marcação da imunização domiciliar para indivíduos acamados ou com dificuldades de locomoção; Buscas nas comunidades, através dos agentes de saúde de mulheres grávidas ou puérperas. (Secretária Municipal de Saúde, 2021).

Todas estas ações acontecem de acordo a disponibilidade dos imunizantes pelo governo federal, e sendo as vacinas escassas, tem gerado filas e contratempos para toda a população, sendo que, uns sendo mais afetados que outros, como nos afirma Volochko (2020, p. 38 e 39) "se a pandemia do novo coronavírus se propaga pelo mundo e atinge potencialmente a todos, não podemos dizer que ela atinge a todos da mesma forma. De fato, os efeitos potencialmente mortais do vírus se amplificam em certos contextos políticos, nacionais e urbanos, como aqueles que vivemos no Brasil". Essa é a nossa realidade, o SUS enquanto instituição tem sofrido ataques, contudo a sua efetividade e eficiência ainda se faz presente, mesmo diante de tantos desafios impostos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo o SUS uma Instituição Tripartite (União, Estados e Municípios) e tendo a postura negacionista por parte do Governo Federal o Presidente Jair Bolsonaro, algumas ações de inovação de combate a pandemia têm sido levantadas em diferentes espaços federados. A partir dessas cooperações federativas (estados e municípios) tem buscado efetivar ações de combate a pandemia, para que os sistemas de saúde locais e estaduais não entrassem em colapso.

Tais ações foram construídas pelas cooperações estabelecidas também entre o Conselho Nacional de Saúde, Conselho Estadual de Secretários de Saúde, Conselho dos Secretários Municipais de Saúde, Governadores e Prefeitos, além dos colegiados pertencentes ao SUS, como as Comissões Intergestoras Regionais e Comissões Regionais. Com isso, North afirma que (2005) a criação de toda Instituição tem a premissa de reduzir incertezas, definir as regras do jogo, busca incessante pela eficiênciae bem comum.

No entanto, essa realidade possibilitou, mesmo com a escassez de imunizantes contra a COVID-19, que o Sistema Único de Saúde – SUS efetive suas ações, em busca da universalidade, equidade, integralidade, mesmo em contextos tão contraditórios e desiguais.

REFERÊNCIAS

[1] Brasil. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção,proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990.

[2] COASE, Ronald. The nature of the firm: origins, evolution, and development. New York/Oxford: Oxford University, 1993.

[3] COMMONS, John R. — Institutional Economics: its place in political economy. NewBrunswick:Transaction Publishers. 1934

[4] CORREIA, Vanessa. Idosos se aglomeraram debaixo de sol quente em fila para vacinacontra a Covid-19. Disponívelem:https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2163512-idosos-se-aglomeraram- debaixo-de-sol-quente-em-fila-para-vacina-contra-a-covid19. Acesso em 15 de junho de2021.

[5] FALÇÃO, Camila. Covid-19: Segundo dia de vacinação de profissionais de saúde emdrive thru é marcado por longas filas. Disponível em: https://sociedadeonline.com/covid-19-segundo-dia-de-vacinacao-de-profissionais-de-saude-em-drive-thru-e-marcado-por- longas-filas/ Acesso em: 15 de junho de 2021

[6] HODGSON, Geoffrey. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisateórica futura. Revista Econômica, v. 3, n. 1, p. 97-125, jun. 2001

[7] HODGSON, Gouglas. Evolution and Institutions: on evolutionary economics and theevolution of economics. Cheltenham: Edward Elgar, 1999.

[8] _____Institutions. Journal of Economic Perspective, 5: 97-112, 1991.

[9] _____The Role of Institutions in Economic Development: Gunnar MyrdalLecture. United Nations Publications, 2004.

[10] _____Understanding the process of economic change. Princeton/Oxford:Princeton University Press. 2005.

[11] INOVAÇÃO, IN: Dicionário online de Português Aurélio. Disponível em:https://www.dicio.com.br/aurelio-2/ Acesso em: 10 de junho de 2021.

[12] INOVAÇÃO, IN: Dictionnaire Lerobert. Disponível em:https://dictionnaire.lerobert.com/ Acesso em: 10 de maio de 2021.

[13] KEMPER, Elisandra Sguario; LELES, Fernando Antonio Gomes. Laboratório deInovação – Inovação e Conhecimento. IN: BRASIL, Laboratório de Inovação na SaúdeSuplementar. Brasília, 2012. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/laboratorio_inovacao_suplementar.pdf acesso em 10 de maio de 2021

[14] Ministério da Saúde. https://portalfns.saude.gov.br/vacinacao-pesquisa-e-transferencia-iniciativas-da-saude-fortalecem-o-sus-no-combate-a-covid19/#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%20tamb%C3%A9m,a%20covid%2D19%20no%20Brasil.&text=O%20fortalecimento%20do%20acesso%20da,da%20Sa%C3%BAde%20durante%20a%20pandemia. Consultado em 25 demaio de 2021.

[15] Ministério da Saúde. https://portalfns.saude.gov.br/atencao-basica-recebe-reforco-de-909-milhoes-para-enfrentamento-da-covid-19/. Consultado em 27 de maio de 2021.

[16] Ministério da Saúde. https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/saude-realiza-maior-distribuicao-de- vacinas-covid-19-de-uma-unica. Consultado em 27 de maio de 2021.

[17] *SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço:* Técnica e Tempo, Razã o e Emoção / MiltonSantos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

[18] _____Técnica, espaço tempo, globalização e meio técnicocientíficoinformacional. 2 a ed. São Paulo, Hucitec, 1996.

[19] Secretaria Municipal de Salvador. Disponível em:http://www.saude.salvador.ba.gov.br/noticias/ Acesso em 15 de junho de 2021.

[20] TUNES, Regina. Geografia da inovação: o debate contemporâneo sobre a relaçãoentre território e inovação. Espaço e Economia [Online], 9 | 2016.

[21] VEBLEN, Tholstein. The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays.New York: Huebsch. 1919.

[22] WILLIAMSON, Oliver. E. The economics and transaction costs. New York: FreePress, 1999.

Autores

AUTORES

FABIANE DOS SANTOS (ORGANIZADORA)

Mestre em geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, na área de planejamento ambiental, atuante em geociências, com ênfase em ambiental - áreas verdes, índice de áreas verdes, espaços públicos livres e parques urbanos. Possui graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal de Uberlândia, mestrado em geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geografia ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: áreas verdes, índice de áreas verdes, espaços públicos livres e parques urbanos.

ADRIANO VALÉRIO RESENDE

Doutorado em Geografia - Tratamento da Informação Espacial (PUC-MG). Mestre pelo mesmo programa. Especialista em História de Minas no século XIX e em Direito Ambiental. Graduado em Geografia, Filosofia e História. É professor EBTT do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET MG, unidade de Curvelo. Tem experiência em meio ambiente, sendo ex-servidor da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM. Trabalhou com processos de licenciamento ambiental e de Outorgas de recursos hídricos. Está atualmente como membro de uma ONG socioambiental, Associação Instituto Rio Santo Antônio – IRIS, e como representante da sociedade civil no Comitê de Bacia Hidrográfica Vertentes do Rio Grande e no CBH Rio Grande.

ALYSSON ANDRÉ OLIVEIRA CABRAL

Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

ANA LÚCIA DA SILVA

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2003), especialização em Psicopedagogia pela Faculdade do Vale do Itajaí Mirim (2010) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, regional Catalão (2019). Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Atua como professora regente efetiva nas seguintes unidades escolares em Catalão: Colégio Estadual "Dr, David Persicano" e Instituto de Educação "Matilde Margon Vaz". Membra do Grupo de pesquisa GEOEJA, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ANTONIO CARLOS FREIRE SAMPAIO

Licenciatura em Geografia pela Faculdade Católica de Uberlândia (2007), Licenciatura em Ciências - Matemática pela Fundação de Ensino Superior de Olinda (1990), Engenharia Cartográfica pelo Instituto Militar de Engenharia (1988), Bacharel em Administração pela Faculdades Integradas Moacyr Sreder Bastos (1978) e Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (1976). Mestrado: Sistemas e Computação pelo Instituto Militar de Engenharia (1993). Doutorado: Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército (2000) e Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). Atualmente, é professor na Universidade Federal de Uberlândia, no curso de Geografia.

ARNOBSON DOS SANTOS COSTA

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Bahia-UFBA, onde desenvolve a tese relacionada à (In) Justiça Espacial, Regionalizações e Governança. Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia, (2007-2009), onde realizou pesquisas relacionadas a temática do Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Especialização em Docência do Ensino Superior (2011 - 2012), pela Faculdade Montenegro (2011-2012) onde desenvolveu trabalhos relacionados a práxis educativa e o ensino de Geografia. Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santa, (2000-2005), desenvolveu pesquisas e publicou trabalhos de cunho científico na área das Dinâmicas Territoriais. Formado em Magistério no Ensino Médio, Atualmente é Professor Efetivo de Geografia e Articulador do Ciclo de Formação Humana pela prefeitura municipal de Irecê.

AUTORES

CLAUDIONEI LUCIMAR GENGNAGEL

Possui graduação em Geografia - Licenciatura Plena pela Universidade de Passo Fundo (2007), graduação em Geografia - Bacharelado pela Universidade de Passo Fundo (2007), mestrado em Educação pela Universidade de Passo Fundo (2013) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2021). Atualmente é professor no curso de Geografia (Licenciatura) da Universidade de Passo Fundo; professor no Ensino Médio Integrado da Universidade de Passo Fundo; professor de geografia no Ensino Médio do Colégio Marista Conceição; professor do Medischool Pré-Vestibular e ENEM. Membro do grupo de pesquisa de investigadores iberoamericano de Educação geográfica (IIEG)

DAVID MELO VAN DEN BRULE

Possui graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (2008), especialização em Geopolítica e História pela Faculdades Integradas de Patos (2009), mestrado em Geografia na Universidade Federal da Paraíba (2011) e doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (2020). Trabalhou no período de 2011 a 2012 como coordenador de Planejamento Urbano, na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplad) da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte-CE. Adquiriu experiência também como professor temporário da Universidade Regional do Cariri (URCA), na cidade de Crato-CE (2009-2011) e da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), na cidade de São Raimundo Nonato-PI (2013-2015). Esteve, no período de agosto de 2020 a fevereiro de 2021, como pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Atualmente é Professor Substituto do Departamento de Educação e Tecnologias da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), no curso de licenciatura em Geografia, que está atrelado ao Centro de Educação Aberta e à Distância (CEAD). Atua na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, principalmente nos seguintes temas: Epistemologia da Geografia, Geografia Urbana, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, políticas públicas urbanas, pesquisa social e ensino de Geografia.

DÉBORA RODRIGUES BARBOSA

Possui graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997) e Mestrado em Geografia, Saúde e Meio Ambiente (2002), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professora titular da Universidade Estácio de Sá, ministrando aulas na área de Geografia, Meio Ambiente e Práticas Pedagógicas. Presencial e em EaD. É coordenadora da equipe de Geografia da Escola 24horas S.A, na área de Educação a Distância. Tem experiência em coordenação de curso de Graduação em Geografia. Na área de Geografia, tem pesquisas na Zona Oeste do Rio de Janeiro e Costa Verde fluminense, nas áreas de Geociências, Meio Ambiente, Indústria do Petróleo e E-Learning.

DENIZE GONÇALINA VALÉRIA VICENTE

Licenciatura Plena pela Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT – 2011. Licenciada em Pedagogia – UniSerra/2016. Pós Gradua em: Educação do Campo Saberes Pantaneiros- IFMT/2016 Comportamento Humano nas Organizações – UFMT/2003. Membro do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade (GECA/UFMT/CNPq). Mestranda do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso/PPGEO-UFMT/2021-2023

ELINALDO NOÉ PIRES

Nascido em Alagoa Grande, radicado em Cabedelo, é produtor cultural, e ativista ambiental. Atualmente é realizador do" Festival Casamó", atua na área de direção, roteiro e produção.

ENILDO LUIZ GOUVEIA

Licenciado, especialização, mestre e doutor em Geografia.

AUTORES

FERNANDO JORGE RAMOS BARROS

Mestrando em Biotecnologia no Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia Aplicada à Agropecuária (PPGBAA) pela Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA. Possui Pós-Graduação em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI. Graduação Tecnológica em Gestão Ambiental pela Universidade Estácio de Sá - UNESA. Graduação Bacharelado em Geografia pela Universidade Estácio de Sá - UNESA. Graduando em Medicina Veterinária pela Universidade da Amazônia - UNAMA. Graduando em Biotecnologia pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Tem interesse de pesquisa em Biotecnologia Aplicada ao Metabolismo e Reprodução Animal.

HUGO DE CARVALHO SOBRINHO

Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB) na área de concentração em Gestão Ambiental e Territorial e linha de pesquisa Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional. Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) e licenciado em Pedagogia. Professor da Carreira do Magistério Público da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). É integrante dos seguintes Grupos de Pesquisas: Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores em Geografia (GEAF/UnB), Geografia e Análise Ambiental da Universidade Estatual de Goiás (UEG), Investigadores Iberoamericanos em Educación Geográfica (IIEG) e Núcleo de Ensino e Pesquisa em Educação Geográfica da Universidade Federal de Goiás (NEPEG/UFG). Compõe a Rede Iberoamericana de Professores investigadores do Projeto Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica.

IVAN TARGINO MOREIRA

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

JANAINA NOVAES SOBRINHO

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia-UFBA, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL , Especialista em Educação Ambiental para a Sustentabilidade pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Bacharel em Geografia pela Universidade Católica de Salvador - UCSAL e Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, campus Irecê.

JOÃO PHELIPE SANTIAGO

Possui graduação em Licenciatura Plena Em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (1981), graduação em Bacharelado Em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (1982), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (1991) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente é professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Pós-doutorado, através do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica do Salvador - UCSAL (2013). Em 2017 entrou no programa de pós graduação do Mestrado em Geografia (PPGEO).Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana e Regional, Epistemologia da Geografia e Análise Ambiental. Atuando principalmente nos seguintes linhas de pesquisa: Produção os espaços urbanos e rurais - Epistemologia da geografia; História do pensamento social e geográfico. Planejamento territorial e desenvolvimento social. Geografia Física.

KÁTIA ISABEL LOUZADA TOSTES

Possui graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ . Co-autora do Projeto de Educação Ambiental do INEA da Reserva Biológica de Guaratiba. Mestranda de Geografia na UERJ. Bolsista FAPERJ. Participante do Grupo de estudo Gênese. Membro do Programa de Educação Ambiental do INEA.

AUTORES

LUIS GUILLERMO TORRES PÉREZ

Bacharel em Educação Básica com Ênfase em Ciências Sociais pela Universidade Pedagógica Nacional (Bogotá, Colômbia). Magister “Summa Cun Laude” em Docência e Pesquisa Universitária da Universidade Sergio Arboleda (Bogotá, Colômbia). Especialista em Docência e Pesquisa Universitária pela Universidade Sergio Arboleda (Bogotá, Colômbia).Doutorando em Educação na Universidade Pedagógica Nacional da Colômbia e na Universidade de Valência, Espanha (Doutorando em Didática Específica), cuja pesquisa se concentra nos processos de ensino e aprendizagem da geografia a partir da compreensão da cidade a partir da interpretação dos imaginários urbanos, das representações sociais, da linguagem e da semiótica do espaço; usando a fotografia como meio. Membro do grupo de pesquisa de investigadores iberoamericano de Educação geográfica (IIEG).

MAYARA VALENTIM PEREIRA

Natural do Ceará e residente na Paraíba. Graduanda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Bolsista do Programa Residência Pedagógica da Capes e extensionista pelo Cnpq.

MYCHELLE PRISCILA DE MELO

Doutoranda em Geografia - PPGGEO pela Universidade Federal de Uberlândia (2021), na linha de pesquisa em Estudos Ambientais e Geotecnologias. Mestre em Geografia - PPGGC pela Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão/GO, linha de pesquisa: Estudos Ambientais (2020). Graduada em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão/GO (2013). Técnica em Meio Ambiente pelo SENAC Catalão/GO (2006).

NELSON RODRIGO PEDON

Doutor em Geografia, é professor EBTT do Instituto Federal de São Paulo - Campus de Birigui. Atua em diversas áreas da Geografia Humana e Ensino de Geografia. Foi docente e pesquisador dos cursos de Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG) entre 2009 e 2010 e da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de 2010 a 2015. Também é graduado em música e desenvolve projetos em artes e cultura.

ODAIR RIBEIRO DE CARVALHO FILHO

Possui graduação em Historia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2007), graduação em Pedagogia pela Universidade de Uberaba (2010), graduação em Geografia pela Universidade Metropolitana de Santos (2014) e mestrado em Programa de Pós-graduação em Educação pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP - USP (2020). Atualmente é membro do grupo ELO (estudos da localidade) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, professor de Geografia - ETEC Ângelo Cavalheiro, professor de Geografia e Ética - ETEC José Martimiano da Silva e professor de Geografia PEB III da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Membro do grupo de pesquisa de investigadores iberoamericano de Educação geográfica (IIEG).Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação, ensino de geografia, metodologia de história e geografia, pesquisa em educação e o projeto Nós Propomos!

PEDRO COSTA GUEDES VIANNA

Professor Doutor em Geografia. Lenciona na pós-graduação em Geografia da UFPB.

RODRIGO SIMÃO CAMACHO

Doutor em Geografia (UNESP), . Atualmente é Professor do Magistério Superior no Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) e no Programa Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação e Territorialidade (PPGET) na Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em

AUTORES

Geografia na Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e na Universidade Federal de Mato Grosso Sul (UFMS) campus de Três Lagoas. Líder do Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Geografia, Educação do Campo e Questão Agrária (GEOEDUQA) - UFGD. Membro dos grupos de pesquisa do CNPq: Estudos Agrários (CPTL-UFMS), Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária ¬ NERA (FCT-UNESP), Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Inclusiva - GEPEI (FAED-UFGD), Rede DATALUTA (UNESP), Centro de Estudos Sobre Técnica, Trabalho e Natureza (IFSP).

ROGERIO SILVA BEZERRA

Natural de Campina Grande, Paraíba, com graduação em geografia e especialização em meio ambiente pela Universidade Estadual da Paraíba(UEPB), mestrado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e doutorando na Universidade de São Paulo (USP). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB) desde 2010.

SÔNIA REGINA ROMANCINI

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Possui doutorado em Geografia pela UNESP (2001). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, integra a rede NEER (Núcleo de Estudos em Espaço e Representações) e o Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade (GECA/UFMT/CNPq).

TAIZA DE PINHO BARROSO LUCAS

Doutorado (2015), Mestrado (2007) e Graduação (2003) em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG . Docente do Curso Técnico em Controle Ambiental do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, Unidade Contagem. Experiência em pesquisa acadêmica nos seguintes temas: climatologia tropical, climatologia urbana e eventos hidrometeorológicos.

THYAGO DE ALMEIDA SILVEIRA

Natural de João Pessoa, Paraíba, Técnico em Recursos Naturais e Graduado em Geoprocessamento (CEFET-PB), Mestre em Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e Douto em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Estudante da Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (IFPB Polo Cabedelo). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB) desde 2009.

VILANI GUSMÃO BRANDÃO DA SILVA

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Biotecnologia Aplicada a Agropecuária pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).Graduanda do curso de Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade da Lapa (FAEL) Graduada em Licenciatura plena em Biologia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), com Especialização em Educação Especial com Ênfase na Inclusão pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA). Tem experiência na área de educação profissional, extensão rural, agricultura familiar, sociologia rural. Foi monitora bolsista de Sociologia Rural e Agricultura Familiar pelo Instituto Socioambiental e Recursos Hídricos (ISARH-UFRA).

VITOR DE MELO SILVA SOUZA

Nascido e criado em São Paulo, Vitor estudante do IFPB Campus Cabedelo no curso de licenciatura em Ciências Biológicas morando a quatro anos na Paraíba envolvido com projetos socioambientais e também pesquisas laboratoriais.

AUTORES

WILLIAM JAMES VENDRAMINI

Doutorando do Programa de Pós Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia UFMS-CPTL . Mestre em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. (2017). Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT - (2010). Professor da educação Básica e Superior na área de Geografia.

WILSON MESSIAS DOS SANTOS JUNIOR

Graduado em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Engenharia da Computação com ênfase em Geomática e Doutor em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Trabalhou durante três anos no Instituto Estadual do Ambiente (INEA-RJ) na área de Geotecnologias com ênfase ao monitoramento ambiental, onde atuou em projetos diversos como a obra O Estado do Ambiente 2010. No ano de 2013, trabalhou na Secretaria de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca do Estado do Rio de Janeiro (SEDRAP-RJ), onde participou de projetos ligados ao desenvolvimento das Regiões de Governo do Estado, aliando o conhecimento geográfico com as geotecnologias vigentes. No meio acadêmico, trabalhou como professor substituto na Universidade Federal Rural (Campus Seropédica) nas disciplinas de Cartografia e Geoprocessamento. Lecionou como professor visitante da Universidade Castelo Branco (UCB) nos cursos de Pós-Graduação em Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde (QSMS) e Engenharia Ambiental. De 2016 até o primeiro semestre de 2021, foi Articulador Acadêmico de Geografia (Tutor-Coordenador) no polo Cederj Campo Grande, além de mediador presencial de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Geomorfologia Costeira e outras disciplinas. No magistério estadual, leciona a mais de 10 anos, como professor de Geografia na educação básica (ensino fundamental e médio). Do segundo semestre de 2013 até a primeira metade de 2014, trabalhou como Geógrafo no Serviço de Regularização Fundiária (SERF) do INEA-RJ. Atualmente é bolsista Qualitec do Programa Inovuerj, no Laboratório de Modelagem Ambiental (LABMODEL) do Instituto de Geografia da UERJ e Tutor a distância pelo consórcio CECIERJ/CEDERJ. É aluno de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional Biodiversidade em Unidades de Conservação pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

@editorapoisson

https://www.facebook.com/editorapoisson